



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ÉRICK FISZUK DE OLIVEIRA**

**REVOLUÇÃO, GUINADAS E ANTIFASCISMO:  
A COMINTERN E O PCB RUMO ÀS “FRENTES POPULARES”  
(1928-1935)**

**CAMPINAS, SP  
2017**

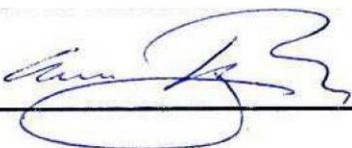
ÉRICK FISZUK DE OLIVEIRA

**REVOLUÇÃO, GUINADAS E ANTIFASCISMO: A COMINTERN E O PCB RUMO ÀS "FRENTES  
POPULARES (1928-1935)"**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História, na Área História Social.

*Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha*

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO ÉRICK FISZUK DE OLIVEIRA, E ORIENTADO PELO PROF. DR. CLAUDIO HENRIQUE DE MORAES BATALHA.



---

CAMPINAS

2017

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

OL4r Oliveira, Érick Fiszuk de, 1988-  
Revolução, guinadas e antifascismo : a Comintern e o PCB rumo às "frentes populares" (1928-1935) / Érick Fiszuk de Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Claudio Henrique de Moraes Batalha.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido Comunista Brasileiro. 2. Internacional Comunista. 3. Aliança Nacional Libertadora (Brasil). 4. Partidos comunistas - Brasil. 5. Ciência política - Brasil - História - 1922-1960. 6. Frentes populares. 7. Brasil - Política e governo. I. Batalha, Claudio Henrique de Moraes, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Revolution, turnings and anti-fascism : the Comintern and the PCB towards "popular fronts" (1928-1935)

**Palavras-chave em inglês:**

Communist International  
National Liberation Alliance (Brazil)  
Communist parties - Brazil  
Political science - Brazil - History - 1922-1960  
Popular fronts  
Brazil - Politics and government

**Área de concentração:** História Social

**Titulação:** Mestre em História

**Banca examinadora:**

Claudio Henrique de Moraes Batalha [Orientador]  
Dainis Karepovs  
Michael McDonald Hall

**Data de defesa:** 22-02-2017

**Programa de Pós-Graduação:** História



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa da Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 22 de fevereiro de 2017, considerou o candidato Érick Fiszuk de Oliveira aprovado.

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

Prof. Dr. Michael McDonald Hall

Prof. Dr. Dainis Karepovs

*A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.*

*À Tânia e à Vanda,  
mãe e avó,  
mãe e pai em dobro,  
exemplo, base, incentivo.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha gratidão a meu orientador, o Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha, que desde a iniciação científica me deu as primeiras direções, acreditou em meu trabalho e, passando ainda pela monografia e outras matérias, guiou-me no complexo tema do comunismo. Incentivam-me sua persistência e seriedade.

Em segundo lugar, agradeço ao Prof. Dr. Michael McDonald Hall e ao Dr. Dainis Karepovs por terem aceitado compor minha banca, continuando um intercâmbio e um aprendizado que desfruto com eles desde a graduação. Seu envolvimento com o tema, seu rigor científico e sua longa experiência enriquecem este resultado final.

Esta pesquisa também não teria sido possível se Nivaldo dos Santos não tivesse me iniciado nos segredos da língua russa durante seis semestres na Unicamp. Seu experiente trabalho como professor e tradutor e seu apoio explícito me forneceram sólida base para leituras fluentes e iniciativas linguísticas no campo histórico. *Bolshoie spasibo!*

Não posso deixar de mencionar a presteza, a competência, a amizade e a paciência dos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/IFCH) e da Biblioteca Octavio Ianni (IFCH), ambos na Unicamp. Além da polidez no trato e da eficácia laboral, manifestaram interesse pessoal em meus projetos e minhas pesquisas.

Amor, carinho e amizade aliviam uma vida tomada pela correria acadêmica. Assim, foi essencial o apoio de minha família – pequenina, mas robusta –, da Mariana, dos muitos colegas que me acompanharam no mestrado, em especial Andrei, Jonatas, Rafael e Varlei, e de tantas e tantos com quem troquei ideias nas redes sociais de 2012 a 2015.

Sempre manterei uma dívida para com todos os meus professores da graduação e do mestrado no IFCH/Unicamp, promotores de um debate formidável e aberto, espelhos de teoria e prática em história, defensores do esclarecimento num país tão necessitado. Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa para o financiamento de meus estudos.

“Estátuas pode haver nas praças, mas não na historiografia: nesta ninguém é de bronze, ninguém está a salvo das rajadas da máquina de escrever do último recém-formado. Creio ser isso mais democrático. E não impede a simpatia para com uma personagem histórica, antes pelo contrário, presta-lhe o maior dos serviços: evita esclerosá-la em cima dum pedestal, paralisá-la num só gesto, retórico e unilateral, expondo-a à crítica fecal dos passarinhos.”

(Dario Canale, *O surgimento da Seção Brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)*)

“[...] la vérité de l’Internationale doit quitter le monde des passions pour celui de la lucidité.”

(Dominique Desanti, *L’Internationale communiste*)

“L’ottimismo con la necessaria dose di illusione è una particolarità inseparabile di ogni movimento rivoluzionario, è la sua forza motrice. Se però non è accompagnato da cautela di giudizio, cioè dalla capacità di prendere in esame le varianti pessimistiche dell’evoluzione può condurre al radicalismo sterile, se non addirittura all’avventurismo.”

(Miloš Hájek, *Storia dell’Internazionale Comunista (1921-1935): la politica del fronte unico*)

## RESUMO

O tema desta dissertação é o caminho do Partido Comunista do Brasil (PCB) da linha política dita “classe contra classe”, de rejeição às esquerdas reformistas e de preparação a um contexto de esperadas explosões revolucionárias, para a tática de “frentes populares”, de alianças com grupos ideológicos diversos e combate prioritário ao nazifascismo, percorrido de 1928 a 1935 conforme as determinações da Internacional Comunista (Comintern), que dirigia o movimento internacional a partir de Moscou, capital da União Soviética. A pesquisa descrita no texto teve como objetivo analisar o papel do PCB nas agitações antifascistas ocorridas no Brasil entre os anos de 1933 e 1935, sua participação na mudança tático-teórica que se estava promovendo no comunismo internacional rumo à valorização do antifascismo e a função da chamada “3.<sup>a</sup> Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e Central”, reunida em Moscou entre 16 e 28 de outubro de 1934, na transformação entre os comunistas brasileiros e na provocação das rebeliões militares em Natal, Recife e Rio de Janeiro entre 23 e 27 de novembro de 1935. Para elaborar o argumento, utilizou-se ampla documentação interna e jornalística do PCB e da Comintern depositada em arquivos do Brasil e da Rússia, bem como a bibliografia consagrada e mais recente sobre a história do Brasil e da URSS e da atividade dos comunistas brasileiros. Pressupondo-se uma estreita articulação entre condições materiais e produção ideológica em dado meio histórico e geográfico, e entre as diversas partes do mundo por meio de imigrações, viagens, imprensa, diplomacia e trocas culturais, comerciais e simbólicas, uma das conclusões alcançadas foi a de que o PCB esteve intimamente ligado à ebulição antifascista brasileira em meados da década de 1930, a qual se achava ela própria imbricada à conscientização mundial contra o fascismo e o nazismo. Concluiu-se também que a dinâmica resultante na famigerada “Intentona Comunista” concernia essencialmente às próprias regiões em que houve revoltas e que, portanto, não partiu de Moscou a ordem para sua eclosão, sendo que as reuniões em 1934 haviam estipulado somente que o PCB continuasse preparando o terreno para iminentes lutas revolucionárias, e não iniciasse imediatamente uma guerrilha popular.

**Palavras-Chave:** Partido Comunista do Brasil (PCB); história política do Brasil; Internacional Comunista (Comintern); Aliança Nacional Libertadora (ANL).

## ABSTRACT

The subject of this dissertation is the development of the Communist Party of Brazil ('Partido Comunista do Brasil' a.k.a. PCB), starting from their 'class against class' political position which rejected politically reformist leftist trends and prepared for expected revolutionary explosions, to the tactics of 'popular fronts', alliances with several ideological groups and the struggle against Nazi-fascism from 1928 to 1935. This struggle was planned by the Communist International (Comintern) which led the international movement from the Soviet Union's capital, Moscow. The research aimed at analyzing 1) the role of the PCB in antifascist upheavals that took place in Brazil from 1933 to 1935, 2) the Party's participation in the tactical and theoretical changes that were being promoted internationally within communism, leading to an emphasis on antifascism, and 3) the role of the '3rd Conference of Communist Parties of South and Central Americas' (held in Moscow from October 16 to 28, 1934) in the transformation of Brazilian communists and in provoking military rebellions in Natal, Recife and Rio de Janeiro between November 23th and 27th, 1935. This research was based on extensive internal and journalistic documentation from the PCB and Comintern found in archives in Brazil and Russia, as well as on the most recent and well-known studies on the history of Brazil, of the USSR, and of the Brazilian communists' activities. Assuming there is a close relationship between the material conditions and the ideological production in any historical and geographical environment and assuming there is an important articulation among the various parts of the world due to immigration, travel, the press, diplomacy and cultural, commercial and symbolic exchanges, one of the conclusions we reached is that the PCB was intimately connected to the Brazilian anti-fascist turmoil in the mid-1930s, which was itself embedded in a global awareness against fascism and Nazism. We also came to the conclusion that the dynamics resulting in the infamous 'Intentona Comunista' had essentially to do with the very regions where the upheavals happened. Therefore, the order to start them did not come from Moscow. The 1934 meetings had only stipulated that the PCB should continue to prepare the ground for imminent revolutionary struggles, and not immediately create a popular guerrilla.

**Keywords:** Communist Party of Brazil (PCB); political history of Brazil; Communist International (Comintern); National Liberation Alliance (ANL).

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	– Ação Integralista Brasileira
AL	– Aliança Liberal (Brasil)
ANL	– Aliança Nacional Libertadora (Brasil)
BO, BOC	– Bloco Operário, Bloco Operário e Camponês (Brasil)
BSA/IC	– Birô Sul-Americano da IC (a partir de 1930)
CC, CR, CZ	– Comitê Central, Comitê Regional, Comitê Zonal (nos partidos comunistas, em especial o brasileiro)
CCE	– Comissão Central Executiva (na URSS e no PCB)
CEIC	– Comitê Executivo da IC
CGTB	– Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
CJPI	– Comissão Jurídica e Popular de Inquérito (Brasil)
Comintern	– Internacional Comunista (Terceira Internacional)
EUA	– Estados Unidos da América
FUA	– Frente Única Antifascista (Brasil)
GPU	– Gosudarstvennoie politicheskoe upravlenie (Administração Política do Estado), polícia política soviética
Gosizdat	– Gosudarstvennoie izdatelstvo (Editora Estatal da URSS)
Gospolitizdat	– Gosudarstvennoie izdatelstvo politicheskoi literatury (Editora Estatal de Literatura Política da URSS)
Gossotsekiz	– Gosudarstvennoie sotsialno-ekonomicheskoe izdatelstvo (Editora Estatal Socioeconômica da URSS)
GPNR	– governo popular nacional-revolucionário (em documentos do PCB e da ANL)
Guomindang	– Partido Nacional Popular (China)
IC	– Internacional Comunista (Terceira Internacional)
IJC	– Internacional da Juventude Comunista, ligada à IC
KPD	– Kommunistische Partei Deutschlands (Partido Comunista da Alemanha)
Lenpartizdat	– Filial da Partizdat em Leningrado (São Petersburgo)
NSDAP	– Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Operário Nacional-Socialista Alemão), partido nazista
NKVD	– Narodny komissariat vnutrennikh del (Ministério do Interior soviético), atuava principalmente como polícia política
OGPU	– Obiedinionnoie gosudarstvennoie politicheskoe upravlenie (Administração Política Unificada do Estado), polícia política soviética
OMS	– Otdel mezhdunarodnoi sviazi (Departamento de Ligações Internacionais da IC)
Partizdat	– Partiinoie izdatelstvo (Editora do Partido na URSS)
PC	– Partido Comunista (em geral, seção nacional da IC)
PCA	– Partido Comunista de la Argentina
PCB	– Partido Comunista do Brasil
PCE	– Partido Comunista de España
PCF	– Parti communiste français (Partido Comunista Francês)
PCI	– Partito Comunista Italiano (Partido Comunista Italiano)
PC-SBIC	– Partido Comunista-Seção Brasileira da Internacional Comunista

PCU	– Partido Comunista de Uruguay
PD	– Partido Democrático (Brasil)
POUM	– Partido Obrero de Unificación Marxista (Espanha)
PR, PRP	– Partido Republicano, Partido Republicano Paulista
Profintern	– Internacional Sindical Vermelha, ligada à IC
RKP(b)	– Partido Comunista (bolchevique) da Rússia (1918-25)
SFIO	– Section française de l’Internationale ouvrière (Seção Francesa da Internacional Operária), partido socialista
SLA/IC	– Secretariado Latino-Americano do CEIC
SN	– Secretariado Nacional do PCB
SPD	– Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata da Alemanha)
SSA/IC	– Secretariado Sul-Americano da IC (até 1930)
UJC	– União da Juventude Comunista (Brasil)
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (desde 1922)
VKP(b)	– Partido Comunista (bolchevique) da URSS (1925-52)

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	13
<b>Capítulo 1 – O surgimento da Comintern e seu interesse pela América Latina (1928-1930)</b>	
1.1. Os primeiros dez anos da Comintern.....	18
1.2. A América Latina na estratégia da Comintern.....	28
1.3. Ocaso da Primeira República e inícios do PCB.....	38
<b>Capítulo 2 – A radicalização comunista e a ascensão fascista (1931-1933)</b>	
2.1. Stalin no controle da URSS e da Comintern.....	65
2.2. Getúlio Vargas e seus problemas no governo.....	78
2.3. “Terceiro período” de tormentos para o PCB.....	83
<b>Capítulo 3 – Antifascismo, “frentes populares” e conciliação (1934-1935)</b>	
3.1. Decorrências da inserção mundial da URSS.....	97
3.2. Radicalização política no Brasil.....	103
3.3. Revisão da tática comunista latino-americana.....	111
3.4. O 7.º Congresso da Comintern e o fascismo à porta.....	131
3.5. Perseguição aos adeptos da ANL.....	145
3.6. Desdobramentos da “frente popular” no PCB.....	149
<b>Conclusão</b> .....	161
<b>Bibliografia</b>	
Arquivos e centros de documentação.....	166
Periódicos.....	166
Coletâneas documentais.....	166
História mundial e da URSS.....	170
História da Comintern e do comunismo internacional.....	171
História do Brasil.....	175
História do PCB.....	176
Obras de referência.....	179
Websites.....	180

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado discorre a respeito da transição tática, política e teórica do Partido Comunista do Brasil (PCB), no período em que constituía uma “seção nacional” da Internacional Comunista (Comintern, ou 3.<sup>a</sup> Internacional), da linha geralmente chamada de “classe contra classe” ou do “terceiro período” para a de “frentes populares” antifascistas. Esse processo recobre no essencial os anos de 1928 a 1935, mas suas raízes e decorrências estendem-se para antes e para depois. A primeira linha teve seus fundamentos lançados no 6.<sup>o</sup> Congresso Mundial da Comintern em 1928, retificados e reafirmados no 10.<sup>o</sup> Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC), seu órgão dirigente entre um congresso e outro. Estipulava-se que os partidos comunistas do mundo todo buscassem alianças políticas apenas com a massa proletária de outras organizações de esquerda, jamais com suas cúpulas, e combatessem em primeiro lugar o socialismo reformista, na figura da “social-democracia” associada à Internacional Operária Socialista, herdeira da 2.<sup>a</sup> Internacional pré-guerra. Com a segunda linha, elaborada durante o ano de 1934, buscava-se corrigir a subestimação do perigo fascista, reforçado desde o início da década de 1930, e ela foi enfim adotada no 7.<sup>o</sup> Congresso da Comintern em 1935. Os soviéticos instaram então à formação de amplas frentes políticas entre todos os grupos e pessoas que, independentemente de suas convicções, tivessem em comum a percepção do nazismo e do fascismo como os dois principais riscos à sobrevivência da civilização e, portanto, os maiores inimigos a combater.

A Comintern fundava-se no funcionamento de seus partidos não como entidades autônomas, mas como partes de um mesmo “exército da revolução mundial”, ou seja, “seções nacionais” de um amplo partido global único, cujo objetivo inicial era derrubar o capitalismo e o Estado burguês e unir as nações em uma só “República Federativa Soviética Mundial”. Por isso, embora devesse considerar atentamente as peculiaridades do meio em que agia, ao PCB cabia em última instância cumprir as instruções vindas de Moscou (cidade que sempre sediou a Comintern), na perspectiva de estar ajudando a promover ou acelerar uma revolução proletária atingindo todos os países. Mesmo após a extinção da Comintern em 1943, a maior polêmica no movimento comunista internacional residia no grau de adaptabilidade do modelo insurrecional russo a outras realidades, encaixadas nas mais várias tipologias: no caso da América Latina, no conjunto de regiões de caráter “colonial e semicolonial”, que não deteriam de fato a independência política (África, Oriente Médio, Indochina, Índia) ou a independência econômica (China, Brasil, Argentina, México, Caribe) ante as potências imperialistas (França,

Reino Unido, EUA, Bélgica, Holanda, em menor grau Alemanha e Japão). Mas em hipótese alguma essas formulações eram desligadas do que ocorria dentro da União Soviética (URSS), primeiro país socialista do mundo e, portanto, intérprete maior de todas as revoluções que lhe sucederiam, e na geopolítica mundial: enquanto se julgava que o destino dos bolcheviques dependia da instauração de outras repúblicas soviéticas que os secundassem, toda iniciativa no Kremlin devia ser calculada segundo os acontecimentos no exterior. A particularidade na evolução do comunismo internacional na década de 1920 foi que a decisão final recaiu sobre a cópia acrítica do modelo russo por todos os outros partidos comunistas ao redor do globo, o único até então vitorioso e, assim, julgado o único eficaz. Na década de 1930, por sua vez, as guinadas e decisões feitas na Comintern imbricaram-se intimamente aos planos e vontades de Iosif Stalin,<sup>1</sup> secretário-geral do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia, o RKP(b), e líder efetivo da URSS desde a morte de Vladimir Lenin. Sua política interna fez rápido caminho rumo à ditadura absoluta, e sua política externa aos poucos passou da promoção da revolução mundial à inserção soviética no *status quo* geopolítico.

O PCB foi fundado quando os comunistas da Rússia instavam as alas radicais do socialismo europeu a deixarem seus partidos e formarem novos destacamentos disciplinados para realizar aquele plano da “República Soviética Mundial”. No caso brasileiro, militantes anarquistas com longa experiência de luta e grupos “maximalistas” dispersos pelo país e reunidos para estudar o exemplo da Revolução de Outubro reuniram-se no Rio de Janeiro, em 1922, e formaram o partido comunista sem qualquer impulso da Comintern. A própria adesão da pretensa “seção brasileira” à sua matriz não se efetuou facilmente, sem se terem superado desacordos surgidos no momento em que o ingresso foi solicitado ou se tomado consciência de que por muitos anos o PC do Brasil ficaria longe de cumprir as expectativas de Moscou quanto à sua atuação e sua formação organizativa e ideológica. Contudo, o esforço por imitar e obedecer aos russos foi grande entre os comunistas locais, mesmo quando as instruções pareciam estranhas à realidade vivida ou quando os resultados práticos frustravam os desejos da Comintern ou do próprio partido. Isso não impediu aos teóricos ou dirigentes do PCB não raro fazerem análises e atuarem em iniciativas sem a anuência direta do centro moscovita, o que era verdadeiro, sobretudo, durante a década de 1920, quando os partidos comunistas latino-americanos eram pouco ou nada controlados a partir de cima.

---

<sup>1</sup> Nesta dissertação, seguiu-se um sistema próprio de transliteração do alfabeto cirílico para o latino, baseado nas práticas mais comuns entre cientistas sociais e literatos, bem como em transliterações já consagradas de diversos nomes e palavras. Para a exposição completa do sistema, abrangendo cinco línguas eslavas, cf. <<http://fishuk.cc/translit>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

Essa situação começou a mudar a partir de 1925, quando se criou um Secretariado Sul-Americano (SSA/IC) em Buenos Aires para cuidar diretamente dos assuntos partidários regionais, e de 1926, quando, reorganizada a cúpula da Comintern, dividiram-se suas tarefas entre secretariados regionais para partes específicas do mundo. O PCB e seus vizinhos foram subordinados ao Secretariado Latino-Americano (SLA/IC), incrementando-se a centralização organizativa e lembrando-se aos membros que, apesar da distância, eles ainda integravam o projeto moscovita de revolução mundial. Assim, o PC brasileiro e os outros do continente seguiram fielmente o Partido Comunista (bolchevique) da URSS, o VKP(b), em todas as suas mudanças, sempre refletidas na Comintern, em cuja direção os russos mantiveram primazia moral e numérica. Foi assim quando as tensões internacionais cresceram, ao raiar a década de 1930, e os comunistas adotaram a linha de “classe contra classe”, com rejeição do reformismo político e vaticínio de situações revolucionárias imediatas, e quando o fascismo e o nazismo, antes subestimados, foram percebidos como riscos maiores às esquerdas, implicando alianças políticas amplas e apoio tático à “democracia burguesa”. O *antifascismo* foi justamente o estado de espírito que, no Brasil, uniu progressistas dispersos, deu uma sobrevida aos partidos comunistas do mundo durante a impopularidade e perseguição na primeira metade da década de 1930 e após o pacto entre Stalin e Hitler de 1939, e emergiu como *elemento estrutural* da ideologia comunista mesmo após a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, devido à criação das “seções nacionais” da Comintern no ódio ao liberalismo e à social-democracia e na crença na *guerra regeneradora* como parteira da revolução, foi difícil impor tal guinada, afirmada no 7.º Congresso Mundial, mesmo dentro do PCB, embora o isolamento e os danos trazidos pela linha radical fossem óbvios. Essa dificuldade em mudar e *fazer mudar* prova dois traços do comunismo internacional. Primeiro, o caráter conspirativo e militarista da atuação e linguajar comunistas nunca foi superado, mesmo que em público houvesse uma causal valorização das liberdades democráticas (no mundo capitalista) e das instituições estatais e econômicas. E segundo, a virada rumo às “frentes populares” não implicou a retomada da democracia interna na Comintern e em seus partidos ou laços mais igualitários entre os dois escalões, mas fixou nos fatos a tendência à centralização organizativa e ao enrijecimento teórico e político. Tal trajetória *nunca* foi interrompida, mas seguiu sem pausa desde os princípios da organização, mesmo sob a influência de Lenin até 1922 e mesmo durante meados da década de 1930.

A comunicação dialética entre os modelos trazidos da União Soviética e as várias interpretações e adaptações feitas dele no Brasil, assim gerando elementos totalmente novos, longe do decalque moscovita ou de “anomalias” em terras estranhas, é um dos argumentos

desta dissertação. Outra ideia defendida aqui é o condicionamento nacional que receberam certas políticas do PCB, estivessem elas ou não acordes à linha vigente na Comintern, sendo que de fato os comunistas muitas vezes tomaram resoluções coerentes com alguma teorização internacional já em curso ou adotada depois. Um caso de independência foi o conceito vigente até 1929 de que o partido deveria instigar uma revolução liderada pela “pequena burguesia” urbana (hoje chamada com mais frequência de “camadas médias”, “funcionários públicos” ou “profissionais liberais”) e apoiada pelo proletariado, sem grande menção ao campesinato, o qual a Comintern priorizaria mais tarde ao analisar a América Latina. Quanto a condutas reconhecidas *a posteriori* em Moscou, a mobilização antifascista e a colaboração com outras forças de esquerda e mesmo burguesas de 1933 a 1935 foram o maior exemplo de que o Brasil e sua seção da Comintern estavam atentos ao que acontecia em outros países, sobretudo na Europa, onde o próprio operariado impunha à cúpula comunista um combate antifascista consequente. Isso se dava por um intercâmbio favorecido, entre outras coisas, pela afinidade cultural, pela imigração, pelas relações diplomáticas e pelos rádios e jornais, e válido tanto para as ideias e práticas “burguesas” ou “elitistas” quanto para os símbolos e metas comuns do proletariado, ainda pequeno no Brasil da década de 1920, mas já liderando muitas lutas.

Outro foco da dissertação é uma reunião de delegações comunistas em Moscou, originalmente vindas para o 7.º Congresso da Comintern, mas que, em face de seu adiamento, aproveitaram a estadia para realizar em outubro de 1934 a chamada “3.ª Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e Central”. Aludida apenas nas memórias de antigos participantes e, em fragmentos, na imprensa da Comintern, nela se teriam definido táticas diversas para o Chile, onde os comunistas deveriam realizar uma “frente popular”, e ao Brasil, onde deveria haver revolta armada, mais tarde associada às insurreições militares entre 23 e 27 de novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro, flanqueadas pelos comunistas locais. Porém, documentos dos arquivos da Comintern guardados em Moscou comprovam a observação que Luiz Carlos Prestes e outras testemunhas fariam posteriormente: não houve instrução de insurreição imediata no Brasil, mas de manutenção da linha em vigor (reforço do partido, incursão no campo e no Exército, atenção às demandas parciais dos trabalhadores, evolução do trabalho ilegal etc.), algo sugerido para a América Latina como um todo, embora com matizações. Deve-se considerar que o horizonte de choques armados no país *jamais* fora totalmente deixado, em um contexto visto pelo PCB e pela Comintern, conforme a linha do 6.º Congresso Mundial e do 10.º Pleno do CEIC, como propício a explosões revolucionárias (*não necessariamente revoluções operárias*). Além disso, a dinâmica das quarteladas no

Nordeste brasileiro era bem própria, relativa à tensão social e política local, enquanto seu prosseguimento na capital federal, *não decidido em Moscou*, estava fadado ao fracasso.

O primeiro capítulo resume a gênese da Comintern, do PCB e da crise da Primeira República no Brasil, culminada na chamada “Revolução de 1930”, quando Getúlio Vargas liderou um golpe de Estado contra o presidente Washington Luís. Nesta dissertação, busca-se articular as teorias e organizações políticas com as bases materiais e culturais que permitiram sua origem ou evolução dentro de determinado contexto histórico e geográfico. Realçam-se nesse capítulo a chamada “bolchevização” do movimento comunista internacional e o rumo tomado pelo PCB durante a década de 1920, que dariam os pressupostos para a radicalização na primeira metade da década seguinte. O segundo capítulo aborda os choques mundiais na economia e na geopolítica que causaram longos abalos políticos no Brasil, o endurecimento do novo regime e a ascensão dos regimes fascistas e de seu discurso belicista. O comunismo nacional e internacional é associado às grandes reviravoltas na economia soviética e às discussões que se iniciavam para mudar a linha de “classe contra classe” após o triunfo de Hitler, bem como à prática “proletarista” e sectária que dominou em um PCB minado por discórdias internas e pela repressão policial. O terceiro capítulo descreve a consolidação da tática de “frente popular” dentro da Comintern, paralela à centralização final do movimento internacional e ao início dos piores tempos na tirania de Stalin, enquanto no Brasil seguia pela “modernização conversadora” com industrialização sob a tutela do Estado e supressão das oposições. Contra Vargas, amplas frentes com participação comunista forjaram novas culturas políticas, mas o partido local viveria um esfacelamento seguinte ao ápice da glória, retomando funções normais apenas no final da década de 1930 e, com mais vigor, no início da seguinte.

Além da consulta à bibliografia brasileira e estrangeira consagrada sobre a história da URSS e da Comintern, do Brasil e do PCB, parte dela saída há poucos anos, recorreu-se ainda a bibliografia russa e soviética pouco conhecida e utilizada no Brasil, formada por coleções documentais e trabalhos historiográficos digitalizados e lançados na *internet*. Foram muito importantes os aportes documentais, em especial, do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-CPDS) da Unicamp e, em Moscou, do Arquivo Público de História Social e Política da Rússia (RGASPI), onde se acha hoje depositada a documentação antiga da Comintern, boa parte dela consultável no *website* da instituição.

## **CAPÍTULO 1**

### **O desenvolvimento da Comintern e seu interesse pela América Latina (1928-1930)**

Os partidos comunistas da América Latina surgiram enquanto a Comintern revisava toda sua tática política após o fracasso definitivo das insurreições operárias europeias, eclodidas no fim da Primeira Guerra Mundial e cessadas em 1921, e o isolamento econômico e diplomático da Rússia soviética (URSS a partir de 1922), que frustrava seu plano de revolução mundial. Os líderes em Moscou, aceitando com dificuldade seu confinamento, permitiram que os partidos comunistas estrangeiros copiassem o modelo russo, já que ele havia sido o único vitorioso até então, em um processo conhecido como “bolchevização” e seguido pela consolidação de Iosif Stalin e de sua doutrina do “socialismo em um só país” no comando nacional e internacional. No fim da década, pois, consolidaram-se no comunismo latino-americano a tática de “classe contra classe”, avessa à colaboração com outras correntes operárias, e a submissão à URSS e dependência de seus aportes ideológicos e materiais. Nesse quadro, a América Latina era vista como um “quintal” dos EUA que lhes deveria ser tirado no caso de uma nova guerra mundial, e punha-se a esperança revolucionária nas colônias, no Extremo Oriente e, até onde os sonhos bolcheviques permitissem, à Europa. A partir de 1929, o Partido Comunista do Brasil (PCB) seria influído não apenas pelas lutas ideológicas e fracionárias no congênere soviético, mas também pelo choque entre as oligarquias nacionais, pela depressão econômica iniciada nos EUA e pela crise de identidade e de métodos no movimento operário.

#### **1.1. Os primeiros dez anos da Comintern**

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) abriu um período de três décadas marcadas por guerras, revoluções e crise econômica, mas principalmente sinalizou o fim da sociedade até então conhecida, gestada no século 19, de valores burgueses, economia liberal e geopolítica imperialista. Nos anos que vão de sua eclosão até o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), chamados com justeza por Eric J. Hobsbawm de “Era da Catástrofe”,<sup>1</sup> surgiu o regime soviético na Rússia (1917), que a transformou na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e apartou enorme território e população do mercado mundial, decompôs-se o sistema de grandes impérios, extinto com a fragmentação do Império Britânico a partir da década de 1940, e começou a ruir o sistema colonial. Vladimir Lenin e seu Partido Operário

---

<sup>1</sup> **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 11-26.

Social-Democrata da Rússia (bolchevique) pensavam estar iniciando uma revolução mundial favorecida, como pareciam provar até 1921 os levantes populares na Europa, pelo cansaço da guerra e pela indignação com os antigos partidos socialistas. O novo modelo centralizado dos que agora se diziam *comunistas* deveria basear a fundação de uma *Terceira Internacional*, em alusão à “Primeira Internacional” de Marx (Associação Internacional dos Trabalhadores, 1864-1872) e à “Segunda Internacional”, que desde 1889 reunia os partidos socialistas da Europa e teria “falido” com a adesão dos líderes ao esforço de guerra. Alas social-democratas dispostas a romper com o molde tradicional reuniram-se no Kremlin em março de 1919 para o 1.º Congresso Constituinte da nova *Internacional Comunista* (Comintern), no qual se rejeitou o nacionalismo bélico, reafirmou-se a dimensão internacional do capitalismo, culpou-se esse sistema pela perpetuação da guerra e atribuiu-se à esperada ruptura civilizatória a fonte de modernização e mudança revolucionárias.<sup>2</sup>

O 2.º Congresso da Comintern (julho-agosto de 1920)<sup>3</sup> foi tomado pelas reflexões de Lenin sobre o “esquerdismo”, pedindo mais pragmatismo, centralização, objetividade e disciplina ao movimento, após muitas decisões tomadas na URSS e em partidos estrangeiros terem se revelado irrealistas. Ratificaram-se a rejeição à social-democracia e o novo modelo partidário, impuseram-se “21 condições de admissão”<sup>4</sup> de novos partidos e estabeleceram-se as primeiras estruturas e órgãos centrais. Naquele momento, a chegada do Exército Vermelho às portas de Varsóvia durante a guerra russo-polonesa parecia uma nova chance de expandir a revolução, mas com a derrota russa, com o fim das rebeliões europeias (1921) e com a pressão dos problemas que haviam impellido a Rússia a adotar a Nova Política Econômica (NEP), cogitou-se inibir a ação subversiva dos partidos comunistas, e no 3.º Congresso da Comintern (junho-julho de 1921)<sup>5</sup> surgiu a linha de criar “frentes únicas” com os partidos socialistas. A nova tática ligava-se ao gradual reatamento econômico e diplomático dos bolcheviques com os países capitalistas, sobretudo Reino Unido e Alemanha, e foi no geral aceita como forma de adquirir relevância dentro da esquerda, mas além de várias resistências, entre elas a dos alemães, as guinadas súbitas em Moscou afetaram a potencial eficácia de novas e maiores

---

<sup>2</sup> PRIMEIRO Congresso da Comintern. Março de 1919. Moscou: Partizdat, 1933 (em russo). (“Atas dos congressos da Internacional Comunista”.)

<sup>3</sup> SEGUNDO Congresso da Comintern. Julho-Agosto de 1920. Moscou: Partizdat, 1934 (em russo). (“Atas dos congressos da Internacional Comunista”.)

<sup>4</sup> Para sua redação final, cf. A INTERNACIONAL Comunista em documentos: resoluções, teses e apelos dos congressos da Comintern e dos plenos do CEIC (1919-1932). Moscou: Partizdat, 1933, pp. 100-104 (em russo). Uma tradução comentada está disponível em: <<http://fishuk.cc/condicoes>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

<sup>5</sup> TERCEIRO Congresso Mundial da Internacional Comunista: atas taquigráficas. Petrogrado: Gosizdat, 1922 (em russo).

alianças plurais.<sup>6</sup> Mesmo assim, no 4.º Congresso (novembro-dezembro de 1922),<sup>7</sup> diante do refluxo revolucionário geral, as “*frentes únicas*” receberam abordagem mais ampla, a defesa da URSS se instituiu como plano principal dos comunistas e pôs-se a crescer o predomínio do RKP(b), o partido russo, no movimento internacional.

Após a morte de Lenin (janeiro de 1924), o governo soviético dividiu-se em lutas de frações, que de alguma forma, dada a posição dominante do partido russo na Comintern, prolongaram-se nas discórdias internas dos outros partidos. Porém, tal prevalência já existia desde sua fundação, ante o prestígio da Revolução de Outubro, a fraqueza dos novos partidos comunistas e o difícil trajeto até Moscou. No 5.º Congresso (junho-julho de 1924),<sup>8</sup> a cópia do modelo partidário imperante na Rússia (a *russificação* do movimento internacional), que antes era uma prática ditada pela necessidade e vista como temporária, tornou-se programa oficial para configuração de todos os partidos, foi decretada obrigatória e batizada “*bolchevização*”. O fracasso da insurreição alemã em 1923 e a suposição de que uma atuação maior dos EUA na reconstrução europeia estaria gerando contradições entre os países capitalistas e, portanto, instabilidade na economia mundial levaram Iosif Stalin, secretário-geral do RKP(b), ao campo dos que pregavam a defesa inflexível da URSS. Leon Trotsky replicava que a consolidação local da revolução exigia expandi-la às grandes potências, mas a sucessão de Lenin também orientava sua disputa com Stalin, cujo “*triumvirato*” com Grigori Zinoviev e Lev Kamenev exercia o poder desde o 13.º Congresso do partido (maio de 1924) e cujo mando, pois, impôs suas ideias à Comintern e refreou o radicalismo dos comunistas estrangeiros. Comparando-se os Estatutos da Comintern aprovados no 2.º e no 5.º congressos,<sup>9</sup> pode-se em parte perceber como evoluiu o modo comunista de organizar-se e fazer política: nos Estatutos de 1924 há mais artigos, muito detalhados, e mais foco nas questões organizativas, enquanto em 1920, quando se deve ter centrado mais nas 21 condições, mais precisas e urgentes face ao cenário de formação da IC, ainda não se tinha exata ideia de que tipo de partidos estava aderindo e nem mesmo estava pronto o próprio modelo bolchevique. No 5.º Congresso fixaram-se o predomínio do “partido mundial” sobre suas “seções nacionais”, as muitas tarefas novas, a definição rigorosa do que era um PC e quem podia considerar-se membro, a função dirigente

<sup>6</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história da Internacional Comunista na p. 171.

<sup>7</sup> DEGRAS, Jane (Ed.). **The Communist International, 1919-1943: Documents**. Londres: Oxford University Press, 1956, p. 374 ss. (V. 1. “1919-1922”).

<sup>8</sup> QUINTO Congresso Mundial da Internacional Comunista. 17 de junho a 8 de julho. Atas taquigráficas. 2 t. Moscou; Leningrado: Gosizdat, 1925 (em russo).

<sup>9</sup> SEGUNDO Congresso..., op. cit., pp. 534-539 (em russo). Também disponível em: <<http://www.agitclub.ru/front/com/congress022.htm>>. Acesso em: 02 out. 2015; QUINTO Congresso Mundial..., op. cit., parte 2, pp. 87-93 (em russo). Também disponível em: <<http://biblio-comintern.narod.ru/cominternustav5kongress.doc>>. Acesso em: 29 set. 2015.

do congresso mundial e o direito da matriz interferir no cotidiano das filiais. Ampliou-se ainda o poder do Comitê Executivo da Comintern (CEIC) e definiu-se a adesão pessoal não mais como a um simples “partido nacional”, mas a um verdadeiro “exército mundial”.

Entre os motes do 3.º Congresso estavam “ir às massas”, uni-las à “frente única proletária” em luta pelo “governo operário e camponês” e construir os partidos comunistas com base no “centralismo democrático” (em tese, a livre tomada de decisões a partir das bases e sua obrigatória aplicação a partir da cúpula) e nas “células” de empresa e sindicato. Os partidos deveriam receber a visita fiscalizadora de “agentes”, “emissários” e “representantes autorizados”, e os congressos nacionais, ocorrer depois do mundial, e não antes, a pretexto de impor as diretivas “de cima para baixo”, mas de fato para evitar que delegados mandatados após debates controversos viessem a Moscou. Já a partir do 5.º Congresso, a “bolchevização” animou jovens operários radicais, mas não a amplas camadas de trabalhadores e sindicatos, em especial na Europa Ocidental, cujos espaços políticos dispensavam essa estrutura rígida, e esbarrou na usual ignorância das resoluções “obrigatórias”, face às comunicações precárias e à submersão de muitos partidos em lutas de fração, e nos líderes trabalhistas nacionais já célebres, que pleiteavam alguma autonomia mesmo dentro da centralização. No geral, apesar das muitas oscilações da política soviética, os partidos comunistas se “bolchevizaram”,<sup>10</sup> e a atenção a agendas nacionais próprias coabitou com a cultura e propaganda bolcheviques forjadas basicamente na URSS, e não nos ambientes locais.

O próprio mapa do aparelho central da Comintern<sup>11</sup> manteve-se em total segredo até começar a abertura de seus arquivos, em 1992, que permitiram confirmar o que já se sabia ou supunha a respeito de sua evolução até 1924: a dominância inicial dos russos e, portanto, da estrutura de seu partido tornou-se permanente; apesar da crescente centralização, os órgãos dirigentes tinham reuniões mais frequentes nos primeiros anos, abordando um leque maior de questões; as principais decisões de validade geral foram cabendo a grupos cada vez mais restritos, dos quais se destacavam ínfimos eleitos, de acordo com as disputas de cúpula, em

---

<sup>10</sup> Hermann Weber, em *Wandlung des deutschen Kommunismus* (1969), usando o caso alemão, traçou o primeiro modelo abrangente do que preferiu chamar *stalinização*, processo de hipertrofia do aparelho, russificação e centralização entre 1924 e 1929, em ritmos diversos, na maioria dos partidos comunistas e diferente da “bolchevização”, pois a subida de Stalin teria aperfeiçoado a uniformização. Para antes de 1924, ano em que se enunciou a própria “bolchevização” como linha, Weber prefere falar em “pré-história da stalinização”. Cf. LAPORTE, Norman; MORGAN, Kevin; WORLEY, Matthew (Eds.). **Bolshevism, Stalinism and the Comintern: perspectives on Stalinization, 1917-53**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008, em especial a introdução dos redatores (pp. 1-21) e o capítulo do próprio Weber refinando noções (pp. 22-44).

<sup>11</sup> A radiografia mais completa é a de ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. **A estrutura organizativa da Comintern. 1919–1943**. Moscou: ROSSPEN, 1997 (em russo).

última instância, no governo soviético. O real sistema nervoso da Comintern, por exemplo, era o OMS (Departamento de Ligações Internacionais, na sigla em russo), que quase não era publicamente citado, mas fazia as transferências financeiras ocultas aos partidos comunistas, dirigia o trabalho ilegal da IC pelo mundo e as ligações secretas entre o CEIC e os partidos. Também enviava informações, documentos, material de propaganda, diretivas e dinheiro, transferia funcionários entre países, forjava documentos de identidade e passaportes para agentes internacionais e montava operações de espionagem. Sua ação conspirativa em muitos países permitiu-lhe estreitar laços com a GPU, polícia secreta soviética, em trocas que concerniam, quando militantes chegavam à URSS, dados sobre membros de partidos comunistas (pela OMS) e dados secretos no geral (pela GPU).<sup>12</sup>

Mais visíveis e não menos influentes eram as lutas entre os dirigentes da URSS dentro do RKP(b), que em 1924 já se confundiam com as disputas na Comintern, em vista da interseção entre os dois organismos.<sup>13</sup> Desde o final do ano, a rixa de Stalin contra Trotsky já chegava às direções de outros partidos, e no 14.º Congresso do partido (dezembro de 1925) Stalin impôs as linhas de combate ao “trotskismo” e do “socialismo em um só país”, ou seja, da viabilidade de edificar a URSS sem a revolução mundial. Começando 1927, Trotsky e sua ainda ativa “oposição de esquerda” unificada atacavam Stalin e seu grupo, sobretudo, pelo apoio ao Guomindang, partido nacional-popular chinês não comunista, e à NEP soviética, aplicada em especial na agricultura. Em maio de 1927, Stalin impôs a expulsão de Trotsky do CEIC, ratificada com disputa em 29 de setembro, sua expulsão do partido, agora VKP(b), com outros opositores em novembro, seu exílio no Cazaquistão em janeiro de 1928 e sua expulsão da URSS um ano depois. Stalin já governava quase absoluto, mas havia outros desafios, como a insatisfação crescente do aliado Nikolai Bukharin, então no controle da Comintern, com a crueza da coletivização agrícola forçada e da industrialização acelerada, que Stalin havia enfim sobreposto à NEP. Além disso, desde 1927, a ideia do líder de que a social-democracia “de esquerda” nos países capitalistas seria mais perigosa do que a “de direita”,<sup>14</sup> por enganar as massas com um discurso radical, estreitava o alcance da “frente

<sup>12</sup> ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. **A estrutura organizativa...**, op. cit., pp. 25, 49 e 75 (em russo); McDERMOTT, Kevin; AGNEW, Jeremy. **The Comintern: a history of International Communism from Lenin to Stalin**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan, 1996, p. 22. A GPU, mudando de nome, passaria logo depois a ter a sigla OGPU.

<sup>13</sup> Segundo Aleksandr Iurievich Vatlin, a vitória do grupo de Stalin integrou a história da Comintern à do PC soviético. Cf. **A Comintern: ideias, resoluções, destinos**. Moscou: ROSSPEN: Fond Pervogo Prezidenta Rossii B.N. Ieltsina, 2009, p. 11 (em russo).

<sup>14</sup> A distinção entre “direita” e “esquerda”, que se remodelava conforme as exigências do momento, remetia entre os comunistas a posturas respectivamente “moderadas” e “radicais”, segundo o juízo feito em cada época, e não estritamente à tradicional clivagem ideológica europeia.

única”, mas Bukharin defendia que não se devia subestimar o prestígio e a força que os socialistas europeus ainda tinham entre o operariado. Na verdade, o malogro da política de “frente única”, tal como teorizada por Lenin, muito deveu ao rechaço social-democrata às ações unitárias de base e às constantes críticas ao autoritarismo da URSS e da Comintern, bem como ao crescente radicalismo de Moscou após a ruptura diplomática com os britânicos, o massacre dos comunistas chineses pelo Guomindang, o reforço da ditadura fascista na Itália e a repressão aos operários austríacos em julho de 1927. Resultou-se o ocaso da democracia partidária no movimento comunista, selado com o golpe final de Stalin na “oposição de direita” liderada por Bukharin, o qual perdeu suas funções no CEIC em julho de 1929 e foi expulso, em outubro, do Birô Político, um dos órgãos dirigentes do partido soviético. Esse era o caldo de cultura da futura linha “*classe contra classe*”, que submergiria a “frente única” da IC no ataque à social-democracia.<sup>15</sup>

A volta radical fixara-se no 6.º Congresso da Comintern (julho-setembro de 1928), quando Bukharin, em seu informe sobre a atuação do CEIC,<sup>16</sup> teorizou a noção, aceita por Stalin, de que após um “primeiro período” de “aguda crise revolucionária” na Europa (1917-1923) e um “segundo período” de ofensiva do capital, lutas operárias defensivas e uma “certa estabilização parcial do capitalismo”, estaria surgindo então um “terceiro período” de retomada capitalista, mas paralela “ascensão das forças contrárias ao capitalismo e do mais rápido desenvolvimento de suas contradições internas”. O combate à social-democracia deveria continuar, cumprindo-se ao mesmo tempo a tática de “frente única”, “no essencial” apenas a partir “de baixo”, com as próprias massas, ou às vezes com organizações individuais locais dos socialistas. A revolução mundial agora estaria partindo da Ásia Oriental, sobretudo da China, e do mundo colonial em geral, por meio do qual a América Latina começava a inserir-se na tática e na estratégia da Comintern.<sup>17</sup> Entre as tarefas urgentes dos partidos comunistas listam-se apoiar a URSS e a revolução oriental, liderar os sindicatos e greves e

<sup>15</sup> Para descrições mais completas, de perspectivas diversas, sobre a URSS e a Comintern no contexto da luta entre Stalin e Bukharin, cf. PONS, Silvio. **A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)**. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014, p. 144 ss.; PRIESTLAND, David. **A bandeira vermelha: uma história do Comunismo**. São Paulo: Leya, 2012, p. 184 ss.; McDERMOTT, Kevin; AGNEW, Jeremy. **The Comintern...**, op. cit., p. 68 ss.; WERTH, Nicolas. **Histoire de l'Union soviétique: de l'Empire Russe à l'Union soviétique, 1900-1990**. Paris: PUF, 1990, p. 215 ss.; BOFFA, Giuseppe. **Storia dell'Unione Sovietica**. Ed. fuori commercio riservata ai lettori e abbonati dell'Unità. [Roma]: L'Unità, 1990, p. 123 ss. (V. 2. “1928-1941”); HÁJEK, Miloš. **Storia dell'Internazionale Comunista (1921-1935): la politica del fronte unico**. Roma: Riuniti, 1975, p. 184 ss.

<sup>16</sup> VI CONGRESSO da Comintern: atas taquigráficas. Moscou; Leningrado: Gosizdat, 1929, pp. 26-64 (em russo). (Fasc. 1. “A situação internacional e as tarefas da Comintern”.) Traduções livres.

<sup>17</sup> Para Bukharin (discurso de abertura), “A América do Sul está pela primeira vez entrando com força na órbita de influência da Internacional Comunista.” Cf. VI CONGRESSO da Comintern..., op. cit., p. 2 (em russo).

atentar ao trabalho no campo. Nas resoluções aprovadas, fala-se de um capitalismo em crise, dependente das guerras para subsistir, discorre-se sobre preparação militar e propaganda nos exércitos, omite-se a “frente única” e critica-se a social-democracia, seu apoio ao capitalismo estatizado dos trustes e seu pacifismo “ingênuo”.<sup>18</sup> O radicalismo, contudo, não implicava perspectiva imediata de revolução, pois a tática centra-se em demandas parciais, pressão de massas, organização sindical, amadurecimento de situações explosivas e propaganda, algo particularmente válido para a categoria em que era classificada a América Latina.

Os novos Estatutos da Comintern aprovados no 6.º Congresso apontam para uma centralização decisória em órgãos ainda mais restritos, maior controle dos partidos por Moscou, adaptação à possibilidade reduzida de revolução mundial e ao privilégio da ação diplomática da URSS sob o “socialismo em um só país” e peso maior aos deveres do que aos direitos das seções para com o CEIC.<sup>19</sup> Com a abertura dos arquivos, soube-se que entre 1926 e 1928, a rixa de frações e a ânsia por controlar melhor os comunistas do mundo inspiraram ainda mais comissões restritas *ad hoc* visando problemas pontuais, impôs-se o “enviado plenipotenciário” do CEIC junto aos partidos para conservar a linha vigente, formaram-se secretariados regionais no comitê para lidar melhor com grupos de países e entrecruzaram-se ainda mais o OMS e a polícia secreta soviética.<sup>20</sup> Assim evoluíram os partidos comunistas ao redor do mundo, no formato centralizado e burocratizado, oposto ao reformismo político, de linguagem e ações militarizadas, à espera de uma nova guerra pela partilha colonial do mundo, à qual se seguiria uma ofensiva final contra a URSS, a ser evitada a todo custo pelas filiais da Comintern e seus “soldados revolucionários”. Estes, diante do aparente atraso da revolução europeia, pululavam na periferia social do globo, rebelada contra o colonialismo ou a opressão econômica estrangeira, garantindo a pressão no exterior contra a prostração do

<sup>18</sup> Cf. documentação em VI CONGRESO de la Internacional Comunista, primera parte (tesis, manifiestos y resoluciones). **Cuadernos de Pasado y Presente**, México, n. 66, pp. 87 ss., 1977; VI CONGRESO da Comintern..., op. cit. (em russo) (Fasc. 6. “Teses, resoluções e apelos”); **La Correspondance Internationale**, ano 8, n. 149, pp. 1700-1727, 11 de dezembro de 1928; VENTURA, Maria Isabel Pinto (Ed.). **Programa e Estatutos da Internacional Comunista**. [Lisboa]: Maria da Fonte, 1975.

<sup>19</sup> QUINTO Congresso Mundial..., op. cit., parte 2, pp. 87-93 (em russo); VI CONGRESO da Comintern..., op. cit., pp. 162-167 (em russo); PROGRAMA e Estatutos da Internacional Comunista. 2. ed. Moscou: Partizdat, 1932, pp. 177-195 (em russo). Também disponível em: <<http://www.agitclub.ru/front/com/congress068.htm>>. Acesso em: 06 out. 2015; VENTURA, Maria Isabel Pinto (Ed.), op. cit., pp. 117-130.

<sup>20</sup> ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. **A estrutura organizativa...**, op. cit., pp. 101-103, 105-110, 112, 116-117, 125-126, 144-146, 152-155 e 164 (em russo). Arkadi Vaksberg foi um dos primeiros a dizer abertamente que a Comintern era apenas um departamento da GPU, que os comunistas estrangeiros eram agentes fixos da espionagem soviética e que os dirigentes de outros partidos deviam ser aprovados pelo departamento de quadros da IC, repleto de auxiliares da polícia soviética atuantes também em outros organismos usados como “teto” legal. Cf. **Hôtel Lux: Les partis frères au service de l’Internationale communiste**. Paris: Fayard, 1993, pp. 28 e 55. Estudiosos concluíram mais tarde, no entanto, que essas relações não eram lineares nem isentas de conflitos.

Poder Soviético. Dessa dialética entre tática radical e zelo pelo *status quo*, moldou-se o comunismo na América Latina e sua função ante o Kremlin.

Em 1929, a combinação política comunista entre estrutura estatal e movimento internacional estava privada dos debates abertos, e dentro do VKP(b) eles foram cedendo às unanimidades impostas, com reflexos nos outros partidos comunistas, sendo negligenciadas as lições tiradas dos primeiros grandes fracassos na Europa. A desgraça e o exílio de Trotsky e seus aliados da “oposição de esquerda” levaram a expurgos nas seções nacionais a fim de apartar os “trotskistas” e consolidar esse esquema de obediência cega. Stalin coordenava o jogo a caminho do poder total, imbricando a Comintern à diplomacia da URSS por meio da “delegação russa no CEIC” e utilizando as lutas de fração em cada país para apertar o controle moscovita.<sup>21</sup> Em 1928 ele patrocinara o Primeiro Plano Quinquenal para suplantiar a NEP “burguesa” com base na industrialização acelerada e na coletivização do campo, em que o cultivo privado daria lugar à alocação dos camponeses em grandes fazendas coletivas. Ante os choques armados, a carência granífera e a decorrente fome geral, Bukharin tentou defender a NEP, a “paz civil” e alguma liberdade econômica, mas foi isolado, rotulado de “direitista” e “fracionista”, como seus seguidores, e expulso, conforme dito, de todos os postos dirigentes no VKP(b) e na IC. Além do pecado “esquerdista” de Trotsky, passou-se a lutar também no movimento comunista internacional contra os “desvios de direita” inspirados por aquele economista, numa sucessão de guinadas táticas que causavam profundas dilacerações.<sup>22</sup>

Insere-se no contexto dessa luta o 10.º Pleno do CEIC (julho de 1929), destinado a dirimir as dúvidas sobre a virada do 6.º Congresso da Comintern, redirecionar a linha desse conclave rumo a um extremismo e isolamento ainda maiores e, principalmente, selar a condenação dos “desvios de direita”, ou seja, afastar do aparelho central e das direções nacionais os simpatizantes de Bukharin. Cumpre lembrar que, enquanto as divisões no VKP(b) haviam forçado a um espaçamento maior dos congressos (anuais de 1919 a 1922, depois em 1924 e 1928), os plenos do CEIC, antes destinados a resolver questões pontuais, na prática se tornaram “pequenos congressos”, mas eles mesmos já estavam ocorrendo cada vez mais raramente. Otto Kuusinen, em informe “Sobre a situação internacional e as tarefas da Comintern”, condenou a “organização científica do trabalho” nos países capitalistas como

---

<sup>21</sup> Sobre meios de controle, cf. VATLIN, Aleksandr Iurievich. **A Comintern...**, op. cit., pp. 151- 158 (em russo).

<sup>22</sup> Sobre os possíveis fatores que determinavam essas mudanças e seus impactos sobre a militância e os quadros dirigentes da IC, cf. McDERMOTT, Kevin; AGNEW, Jeremy. **The Comintern...**, op. cit., pp. xxii e xxiv-xxv; BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. São Paulo: Sundermann, 2007, pp. 651-652. (T. 1. “A ascensão e a queda”.)

detratora das condições do trabalho operário, dos salários e, portanto, do nível de vida e das taxas de ocupação. As grandes potências, em seu cerco à URSS, estariam sendo auxiliadas pela propaganda anticomunista da social-democracia, que assim estaria se tornando “*social-fascista*” e minando a “frente única”, pois, ludibriando o operariado, impedia-o de radicalizar-se contra as disputas imperialistas. Se o fascismo em si não é citado como inimigo central, os governos burgueses da França, Alemanha e Reino Unido ganham destaque, e as contradições entre eles, devidas a ressentimentos mal resolvidos do Tratado de Versalhes ou a insatisfações na partilha colonial, criariam o cenário para uma nova guerra mundial, embora os discursos oficiais falassem em desarmamento e pacifismo.<sup>23</sup> Dmitri Manuilski, arrolando as tarefas da Comintern, apontou como missão central dos partidos comunistas não tomar ainda o poder, mas atrair a maioria da classe operária e manter a tática principal da “frente única”, numa admissão do caráter minoritário que eles mantinham entre os proletários europeus, ainda atraídos pela social-democracia.<sup>24</sup> As teses políticas aprovadas reforçam a noção de que desde o 6.º Congresso Mundial os eventos mundiais teriam dado razão às análises que previam, com o fim da estabilização capitalista e o agravamento da crise, o início de um “terceiro período” de ascensão revolucionária, incitação da luta de classes, guerras imperialistas e insurreições coloniais. A crucial contradição entre o mundo capitalista e a URSS rumando ao socialismo poderia levar à ocupação desta numa busca por recursos naturais e mercados, na qual seriam açulados os pequenos países limítrofes, controlados pela França e o Reino Unido. Mas essa guerra não esconderia a piora na qualidade de vida, a repressão policial ao protesto social e a “fascistização” dos Estados, nem impediria os operários de organizar-se, mobilizar-se e combater a miséria, a opressão, o colonialismo e o jugo imperialista em países independentes, incluindo os da América Latina. A política de “classe contra classe” seria justa enquanto comunistas e socialistas pugnassem, a “ala esquerda” destes semeasse ilusões no povo e a pobreza operária desanimasse os militantes moderados, que estariam cedendo desde 1928 à “esquerdização”, à ascensão dos revolucionários e à influência comunista.<sup>25</sup>

A seguir, debates e oposições sumiram do movimento comunista internacional, e um dos principais meios de garantir esse consenso artificial foi expulsar dos partidos vários militantes e dirigentes da primeira geração, substituídos por novas elites selecionadas, em geral formadas por jovens obstinados e ambiciosos, totalmente fiéis à Comintern, à URSS e a

<sup>23</sup> X PLENO do Comitê Executivo da Comintern. Moscou: Gosizdat, 1929, pp. 3-40 (em russo). (Fasc. 1. “A situação internacional e as tarefas da Internacional Comunista”.)

<sup>24</sup> Ibidem, pp. 41-68.

<sup>25</sup> A situação internacional e as tarefas imediatas da Internacional Comunista (teses). In: A INTERNACIONAL Comunista em documentos..., op. cit., pp. 876-888 (em russo).

Stalin. Desde então, o líder foi reduzindo sua presença nas atividades da IC e deu o comando a quadros fiéis, entre os quais Manuilski, Kuusinen e Osip Piatnitski, vigiados de perto por Viacheslav Molotov, o lugar-tenente do Kremlin. Stalin não regia os mínimos detalhes da organização, havendo apreciável grau de manobra que permitia aos mais eminentes adotarem atitudes mais próprias (o mais célebre, apesar da conhecida submissão, foi Palmiro Togliatti) e a algumas das linhas centrais serem definidas por outras pessoas e grupos. Mas ele também não era todo ausente e sempre tinha a última palavra, revisando documentos, liberando ou vetando iniciativas políticas, consagrando ou condenando grupos ou pessoas na Comintern ou no VKP(b) e pondo o combate à social-democracia no cerne do “terceiro período”.

A quebra da Bolsa de Nova York (outubro de 1929), o agravamento da já vigente recessão econômica mundial e a decorrente miséria e desemprego e carências nos países ricos, mas em especial nas nações pobres, pareceram comprovar as previsões da Comintern sobre o colapso do sistema capitalista, embora os danos tivessem superado todas as expectativas. De forma geral, o liberalismo econômico ficaria desacreditado por quase meio século, dando espaço às ideias de planejamento produtivo, intervenção estatal na economia e ampliação da proteção social ao desemprego, invalidez, velhice e pobreza. Porém, o matiz das mudanças era diverso, pois se o *New Deal* americano parecia um volver à esquerda, igual ao do Canadá, do México e de poucos países da Europa, o pendor geral neste continente, como no Japão, foi guinar à direita e florescer o fascismo. Apesar da crescente solidão diplomática da URSS e do isolamento político que atingia os partidos comunistas estrangeiros, guiados por uma linha radical e perseguidos por regimes autoritários, a relativa autossuficiência lograda por aquele país tornava aos olhos de muitos europeus o comunismo marxista em uma das alternativas ao liberalismo decaído, ao lado de um capitalismo controlado e do fascismo. Com efeito, embora nem sempre com vantagens para o nível de vida popular, a União Soviética era o único país durante a crise mundial onde cresciam produção e indústria a altos níveis, o único a aumentar sua fatia na exportação mundial de certos produtos e debelar o desemprego.

Fora da Rússia, a linha de “classe contra classe” pressupunha centrar a tática e a estratégia comunistas nos setores discriminados pelo capitalismo (“desocupados integrais ou parciais”, “nacionalidades oprimidas”, “povos coloniais explorados”) ao invés do operariado industrial “clássico”. Ao confirmarem-se em 1930 e 1931 as decisões do 10.º Pleno do CEIC, mantinham-se no centro da estratégia internacional os EUA e a Europa, sobretudo Alemanha, Áustria, Polônia, Checoslováquia e França, e um pouco menos a Inglaterra, Itália e a Europa Oriental, enquanto o bloco “colonial e dependente” resumia-se à Índia, China, Indochina e por

vezes uma “África” genérica.<sup>26</sup> A “América do Sul” em geral aparece imersa no universo dos “coloniais e dependentes”, exemplificando os partidos comunistas débeis e sem organização formada, destacados pelo predomínio de “elementos pequeno-burgueses”. O desenvolvimento capitalista na região sofreria com a contínua piora da crise econômica, a suposta colonização crescente por parte dos EUA, que buscavam tomar as possessões do Reino Unido, e o vasto e crônico desemprego presente em toda a América Latina. O Brasil era um exemplo de país em que a crise piorava com o bloqueio da exportação de matérias-primas e semimanufaturados para os americanos, no caso o café. Com a onda revolucionária em refluxo, a Comintern priorizou a formação dos quadros estrangeiros,<sup>27</sup> que eram mandados para a Escola Leninista Internacional, se vinham da América ou Europa, para tornarem-se novos líderes partidários. Visava-se criar uma nova militância “bolchevizada”, sem “resquícios social-democratas”, inculcada pelas ideias comunistas e pela propaganda maciça dos sucessos sob Stalin.

## 1.2. A América Latina na estratégia da Comintern

Por seu peso populacional, econômico e histórico e suas relações com a Europa Ocidental e os Estados Unidos, a América Latina não podia ser ignorada na estratégia da revolução mundial. De fato, poucos militantes russos e europeus a conheciam bem, mas a maioria sabia de sua situação de pobreza geral, opressão política e estrangeira, domínio do setor primário em suas exportações, recente passado de escravidão negra e uma cultura mesclando Europa, África e América indígena. De 1918 a 1939, surgiram na América Latina novos arranjos políticos nacionais grandemente decorrentes da profunda mudança na base econômica regional e do rápido aumento de inversões estrangeiras iniciadas na segunda metade do século 19, de forma que essas economias tornaram-se muito dependentes dos países ricos. O Reino Unido era o maior investidor na região até 1914, mas os EUA, já dominantes no Caribe, venceram-no em nível de produção industrial e comércio exterior, com reflexo no volume de capitais postos em toda a América Latina, superando os britânicos na década de 1920 e liderando sozinhos após a Segunda Guerra Mundial. Mesmo crescendo as exportações e a produção industrial latino-

<sup>26</sup> Relatório da delegação do VKP(b) no CEIC. In: XVI CONGRESSO do Partido Comunista (bolchevique) da URSS: atas taquigráficas. Moscou; Leningrado: Gosizdat, 1930, pp. 407-428 (em russo). Também disponível em: <<http://www.agitclub.ru/front/com/stal/party16.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2016; Amadurecimento da crise econômica mundial, desemprego massivo e luta grevista (Presidium Ampliado do Comitê Executivo da Internacional Comunista, 8-28 de fevereiro de 1930). In: A INTERNACIONAL Comunista em documentos..., op. cit., pp. 915-925 (em russo).

<sup>27</sup> Sobre as escolas para estrangeiros, cf. WOLIKOW, Serge. Internationalistes et internationalismes communistes. In: DREYFUS, Michel et al. (Dirs.). **Le siècle des communismes**. 2. éd. augmentée et mise à jour. Paris: Les Éditions de l'Atelier: Éditions Ouvrières, 2004, pp. 524-526; DESANTI, Dominique. **L'Internationale communiste**. Paris: Payot, 1970, capítulo XII (p. 338 ss.).

americanas de 1880 a 1914, bem como na Primeira Guerra Mundial, o operariado local ainda era minoritário ante a massa do campo trabalhando no ramo das matérias-primas e produtos agrícolas, cuja exportação sustinha a economia regional e até 1929 dava renda para importar o básico e pagar dívidas. Em sua maioria, os regimes políticos eram oligárquicos, encarnados às vezes em figuras carismáticas, os “caudilhos”, que buscavam tutelar os pobres, evadiam-se da coerção parlamentar ou legal e recorriam à força para resolver problemas.<sup>28</sup>

Pouco informados sobre o que ocorria fora do capitalismo avançado e reduzindo as relações internacionais a embates binários entre “opressores e oprimidos” ou “centro e periferia”, os fundadores da Comintern encaixaram a América Latina na abrangente discussão sobre a *questão nacional* e a *questão colonial*, iniciada a partir do 2.º Congresso (1920). Os “países coloniais” tipificavam-se no Oriente Médio e na Ásia Oriental, explorados pelas metrópoles europeias como fontes de matérias-primas e alvo do escoamento de mercadorias, agredidos e espoliados para gerar a riqueza capitalista e, quando generalizados como “nações oprimidas”, divididos em “coloniais”, “semicoloniais” e “fortemente dependentes” de uma das potências. Dentro da ordem burguesa, as noções de “autodeterminação” e “igualdade de direitos” seriam palavras vazias, repetidas por uma social-democracia europeia que, além de ter marginalizado a questão antes de 1914, agora apontava lados positivos na retomada capitalista depois de 1918. Os partidos revolucionários da Europa deviam agora apoiar seus congêneres nas colônias, e nunca os movimentos reformistas, mesmo que os radicais tivessem extração burguesa, mas a atuação comunista deveria priorizar a massa camponesa, maioria dos trabalhadores, sempre fundando os partidos comunistas pelos quais a Comintern agiria.<sup>29</sup> Após o 2.º Congresso, ainda na segunda metade de 1920, o CEIC lançou um manifesto<sup>30</sup> segundo o qual o papel especial do continente americano no triunfo da revolução mundial, ainda julgada iminente, decorreria de ele inteiro ser um ponto de apoio do imperialismo americano. O operariado das “duas Américas” (“Norte” e “Sul”) deveria unido combater futuras guerras de intervenção contra a URSS, evitar a entrada nas ligas pan-americanas pró-capitalistas e, por meio dos partidos comunistas, lançar desde já não a “revolução americana”, mas exigências e greves parciais dentro de uma “luta revolucionária”, com propaganda entre

<sup>28</sup> A cena econômica geral da América Latina e suas relações com a formação social estão descritas em LARIN, Ie. A. A América Latina no período entre-guerras: algumas tendências do desenvolvimento econômico e político. *Latinoamerikanski istoricheski almanakh*, Moscou, n. 1, pp. 8-14, 2000 (em russo).

<sup>29</sup> Cf. SEGUNDO Congresso..., op. cit., pp. 13-29 (informe de Lenin), 98-103 e 490-499 (outros informes, teses e resoluções) (em russo).

<sup>30</sup> A revolução americana. Apelo do Comitê Executivo da Internacional Comunista à classe operária da América do Norte e do Sul. *Kommunisticheski Internatsional*, ano 2, n. 15, 1920, pp. 3373-3390 (em russo). Publicada em espanhol em *L'Internationale Communiste*, n. 15, janeiro de 1921.

os trabalhadores e incursão nos exércitos. Notavelmente, descreve-se a revolução não como um golpe pontual, mas um longo acúmulo de força operária em torno de demandas imediatas e da exaustão capitalista, até o assalto final. Somente no 4.º Congresso da Comintern a América do Sul ganhou um apelo próprio,<sup>31</sup> relacionado à ideia do Tratado de Versalhes como tênue arranjo internacional que não impediria uma nova guerra mundial e, a seguir, a tão esperada revolução mundial. No geral, a “América Latina” ou “América do Sul” seria o esteio do domínio americano, que monopoliza todos os seus recursos (não se diz “colônia”), e onde não haveria as devidas “organizações de luta de classe disciplinadas e a unidade de ação”.

Na década de 1920, a América Latina não era um terreno inexplorado para as ideologias e filosofias de origem europeia. O positivismo, por exemplo, era muito popular entre intelectuais e políticos no México e na América do Sul, e quase sempre chegando por edições em língua francesa, Marx e Engels foram esporadicamente lidos ainda no século 19 em círculos muito restritos, não raro sob as lentes daquele mesmo positivismo dominante e abstraídas suas decorrências militantes.<sup>32</sup> O movimento operário, surgido da industrialização incipiente no início do século 20, instruía-se espontaneamente pelas premências da pobreza e exaustão ou adotava o anarquismo ou um dos vários ideários sindicalistas, com interseções ou sobreposições frequentes, enquanto imigrantes proletários portugueses, espanhóis e italianos por vezes se alinhavam a ideologias, mas eram todos falsamente associados a elas pela repressão estatal. As primeiras notícias sobre a Revolução de Outubro, embora fragmentárias, animaram os ativistas operários, mas à medida que ela se desenvolvia, as opiniões variaram desde a adesão entusiasta até a repulsa pelas perseguições políticas. Os primeiros partidos comunistas locais, em sua maioria, saíram de antigos partidos socialistas, em alas majoritárias ou mais à esquerda, ou surgiram com a fusão de grupos dispersos e a adesão de militantes experientes de outros matizes, sem conhecimento de Moscou. Já em 1918, a cisão argentina originou o Partido Socialista Internacional, que se tornou o Partido Comunista da Argentina (PCA), sendo aceito na IC no 3.º Congresso de 1921, sobretudo por guiar os partidos vizinhos e já atuar como “Internacional continental” antes de ligar-se aos russos. Sua correspondência

---

<sup>31</sup> Apelo da Internacional Comunista aos operários e camponeses da América do Sul. 4.º Congresso da Comintern, Moscou, novembro de 1922. **La Correspondance Internationale**, n. 2, 20 de janeiro de 1923 (em espanhol) apud LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 83-85.

<sup>32</sup> A Argentina foi uma exceção, tanto na frequência quanto na politização da leitura dos “pais fundadores”, e essa peculiaridade ajuda a compreender a predominância organizativa argentina no aparelho latino-americano da Comintern. Cf. TARCUS, Horacio. **Marx en la Argentina**: sus primeros lectores obreros, intelectuales y científicos. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

mais ou menos regular com correligionários próximos, inclusive em São Paulo, mostra o quanto pesou Buenos Aires no desenvolvimento futuro do movimento latino-americano.

Houve iniciativas anteriores visando estreitar os laços entre os nascentes partidos da América Latina e reforçar sua ação conjunta, todas tateantes, com idas e vindas. Em uma delas, o Comitê Central (CC) do Partido Comunista Mexicano (PCM) formou na capital federal o *Birô Latino-Americano da Terceira Internacional* em 8 de dezembro de 1919, para aproximar todas as organizações e grupos comunistas do continente americano. Ele pôs-se em 8 de agosto de 1920 a publicar o órgão *Boletín Comunista*, saído até novembro, mas tinha indefinidas e escassas ligações com a Comintern. Em 29 de setembro de 1920, o Pequeno Birô do CEIC decidiu enviar Sen Katayama ao México para criar o *Birô Pan-Americano da Comintern*, chamado por vezes *Agência Americana no México*, com Louis Fraina e Charles Phillips, posto em marcha em Nova York, em fevereiro de 1921. Ele deveria contribuir para criar os partidos comunistas na América Latina, coordenar a atuação daqueles já fundados, financiar essas seções, difundir literatura e editar *A Internacional Comunista* em espanhol. Querelas entre comunistas americanos e mexicanos quanto a direitos e incumbências adiaram o sonho de Katayama de unificar o movimento em toda a América, e o Presidium do CEIC<sup>33</sup> dissolveu o Birô Pan-Americano em reunião de 10 de outubro de 1921. A solução seguinte para o movimento na América Latina foi deixar a organização e a propaganda para o PCA, mais experiente nisso e que por volta de setembro de 1921 foi incumbido pelo Departamento Latino-Americano do Secretariado da IC de criar um comitê de propaganda comunista para a América do Sul, para impulsionar e sustentar o movimento na região. Tendo o representante Rodolfo Ghioldi voltado de Moscou com essa ordem, instalou-se em Buenos Aires a sede do *Birô de Propaganda Comunista Sul-Americana*, com os três membros do Comitê Executivo do PCA e dois representantes do CEIC. Assim, os argentinos, com experiência organizativa e contatos no exterior, coordenaram longamente a evolução do comunismo sul-americano.<sup>34</sup>

Admitindo-se a importância da América Latina para a política da Comintern, num passo à frente dos birôs e agências improvisados, cogitou-se no 5.º Congresso da Comintern

<sup>33</sup> O Pequeno Birô tornou-se em 26 de agosto de 1921 o Presidium do CEIC, decisão ratificada em 14 de setembro. Cf. ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. **A estrutura organizativa...**, op. cit., pp. 7-8, 22 e 41 (em russo).

<sup>34</sup> Sobre os primeiros órgãos da IC na região, cf. JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Víctor. **América Latina en la Internacional Comunista, 1919-1943**: diccionario biográfico. Santiago do Chile: Ariadna, 2015, pp. 716-718; Idem. *La Internacional Comunista y la izquierda argentina: primeros encuentros y desencuentros*. **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, Buenos Aires, año III, n. 5, pp. 71-92, septiembre 2014; CANALE, Dario. **O surgimento da Seção Brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013, pp. 186-187.

criar um *Secretariado Sul-Americano* (SSA/IC) para substituir o PCA como elo entre Moscou e os partidos da região, decisão ratificada em fevereiro de 1925 pelo Presidium do CEIC. Contudo, persistiu a influência argentina nas rixas e na vida política dos comunistas vizinhos, mesmo na América Central, bem como na montagem do próprio SSA/IC, sediado em Buenos Aires. Ao iniciar 1922, os representantes partidários no CEIC também haviam começado reuniões informais conforme suas línguas, facilitando suas relações mútuas e a preparação de materiais sobre a situação em seus países e partidos para a cúpula. Alguns documentos chamam esses agrupamentos de secretariados e secretários de grupos linguísticos, que parecem ter gerado a discussão de questões relacionadas a essas regiões. Destinados a seguir de perto e estudar sistematicamente a vida política dos países concernidos, manter as mais concretas e constantes ligações do CEIC com os partidos comunistas e repassar as questões deles a Moscou, que retornaria com decisões a serem executadas e fiscalizadas nas seções nacionais pelos secretariados, lançou-se sua criação prática. 11 deles surgiram por decisão do Presidium do CEIC de 24 de março de 1926, e mais tarde se tornariam os secretariados regionais. Inicialmente, formou-se um secretariado destinado à Espanha, Portugal, México, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Cuba, mas o Secretariado Político do CEIC, em 8 de julho de 1927, decidiu reduzir o número de secretariados regionais para seis e aumentar o volume de cada um, incluindo França, Bélgica, Suíça, Espanha, Portugal, Itália, América do Sul e Central, colônias francesas e belgas em um Secretariado Latino, depois Românico.<sup>35</sup>

Os modelos explicativos dos comunistas russos e europeus para a América Latina, sobre a qual em princípio pouco ou nada conheciam (embora os militantes latino-americanos ajudassem a criar as interpretações arquetípicas, ratificadas e acabadas em última instância, todavia, pelo CEIC), decalcaram-se inicialmente na situação da China. Tomando-se como referência as relações entre a IC e o Guomindang, era aplicada a ideia do “bloco das quatro classes”, destinado aos operários, camponeses, intelectuais e pequena burguesia progressista, e incentivava-se a formar, apoiar ou ao menos não se opor a movimentos nacionalistas ditos “pequeno-burgueses”, nem sempre de tipo operário, isto é, “novos Guomindang”. Por pressão de Stalin e Bukharin, essa tática foi mantida mesmo após Jiang Jieshi,<sup>36</sup> líder do Guomindang, mandar deterem os comissários políticos comunistas em março de 1926 e massacrarem-nos,

<sup>35</sup> Sobre a existência e críticas aos secretariados regionais, cf. HUBER, Peter. L'appareil du Komintern, 1926-1935 : premier aperçu. *Communisme*, Paris, n. 40-41, pp. 9-14 e 18-27, 4<sup>o</sup> trimestre 1994-1<sup>er</sup> trimestre 1995; ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. *A estrutura organizativa...*, op. cit., pp. 51-52, 105-107, 110, 112, 144-146, 152-156 e 186-190 (em russo); PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. 2. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 147-151.

<sup>36</sup> Transliteração, no sistema *pinyin* vigente, do nome tradicionalmente grafado “Chiang Kai-shek”.

enfim, em 12 de abril de 1927. De forma geral, a América Latina era vista como palco principal da disputa entre os imperialismos do Reino Unido e dos EUA, a qual estaria, por sua vez, no centro de futuras disputas internacionais pela hegemonia mundial. Os americanos estariam gradualmente a colonizando, mas devido à natureza dessa dominação, à tensão controlável das contradições que afligiam o povo e à fraqueza dos partidos comunistas locais, ainda não teria chegado a hora da revolução social. Dentro desse quadro, um dos problemas centrais era o do *caráter da revolução*, tão importante na medida em que determinava muitas questões políticas essenciais, como alianças de classe, métodos de luta e etapas do processo revolucionário. Apesar das tentativas autóctones iniciais de interpretar cada sociedade à luz de um marxismo original, na década de 1930 os partidos da América Latina absorveram a “teoria da revolução por etapas”, que definia como “nacional-democrática” e “antifeudal” a presente fase revolucionária, pois a região ainda não teria condições econômicas e sociais “maduras” para uma revolução socialista. A *questão indígena*, para alguns, abarcava dupla opressão socioeconômica e etnocultural ou nacional, exigindo medidas anticapitalistas, mas a corrente dominante submergiu-a na luta camponesa mais ampla e suas tarefas imediatas “burguesas e democráticas”. O dirigente argentino Victorio Codovilla, por exemplo, em artigo da revista *Internacional Comunista* em 1926,<sup>37</sup> repisa as crenças sobre essas nações quanto à influência da luta entre Reino Unido e Estados Unidos sobre as instituições políticas e econômicas, ao ocasional papel progressista das burguesias nacionais e das pequenas burguesias e ao caráter “colonial” da opressão econômica estrangeira e “feudal” do latifúndio monocultor. Ele não fala em “luta de classes”, mas afirma que a luta essencial nos países latino-americanos seria *anti-imperialista*, devendo-se atrair a pequena burguesia junto aos trabalhadores na revolução.

Costuma-se considerar que no 6.º Congresso, a Comintern “descobriu a América Latina”, algo afirmado no curso do próprio evento, isto é, a região enfim estava se tornando relevante para a estratégia revolucionária mundial. Havia de fato a descrença, reinante entre os russos, quanto à revolução europeia ou oriental após o grave revés na China, mas, como se pôde apreender pelas tentativas anteriores de contato (cf. p. 31 ss.), não foi uma virada brusca e, além disso, os modelos inspirados nas realidades chinesa e indiana pouco mudaram para explicar a região. No 6.º Congresso, o informe de Otto Kuusinen “sobre os países coloniais e semicoloniais” e o coinforme de Jules Humbert-Droz “sobre as colônias e semicolônias”<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> CODOVILLA, V. O jugo imperialista na América Latina e suas consequências. *Kommunisticheski Internatsional*, [Moscou], ano 8, n. 14, pp. 38-53, 17 de dezembro de 1926 (em russo).

<sup>38</sup> VI CONGRESSO da Comintern..., op. cit., pp. 6-30 (informe de Kuusinen) e 106-124 (coinforme de Humbert-Droz) (em russo). (Fasc. 4. “O movimento revolucionário nos países coloniais e semicoloniais”).

resumem a linha para os partidos comunistas desses lugares, grandes extensões de terra, ricas em recursos naturais e cobiçadas pelos países imperialistas, de populações largamente camponesas, pobres e governadas pelas classes fundiárias apoiadas nas potências capitalistas. O proletariado local ainda era fraco e incipiente, devia unir-se ao campesinato e atrair a pequena burguesia radical para seu movimento “democrático-burguês” e “anti-imperialista” rumo à “revolução agrária”, contra os regimes latifundiários e, no caso latino-americano, o imperialismo americano. Ainda não era a hora da revolução socialista ou da tomada imediata do poder, enquanto os partidos comunistas tivessem resquícios burgueses, pequeno-burgueses ou “reacionários” e não atraíssem “a maioria” da classe trabalhadora. As teses finais sobre as nações “coloniais e semicoloniais”<sup>39</sup> não distinguem nem definem claramente “colônias” e “semicolônias”, às vezes citadas juntas e cujo sentido se julgava pressuposto, e lhes pregam a *revolução democrático-burguesa*, rumo a um progresso econômico, social, político e cultural mínimo que desse pré-condições à futura ditadura proletária e à revolução socialista. Aquela revolução seria organicamente ligada à *luta de libertação nacional* e à *revolução agrária* contra os restos “feudais e semifeudais”, em aliança temporária com a burguesia ou a pequena burguesia, admitida desde que os partidos não se pusessem a seu reboque nem perdessem sua autonomia e mantivessem *proletária* a hegemonia do processo. Na América Latina, já se deveria formar o “poder soviético de operários, camponeses e soldados no lugar da dominação de classe dos proprietários de terra e da Igreja” e o *governo operário e camponês* contra as ditaduras militares “revolucionárias” da pequena burguesia.

No ano de 1928 as revistas da Comintern repetiriam a ortodoxia sobre a América Latina como uma sociedade basicamente agrária, com indústria incipiente, domínio político de oligarquias latifundiárias, uma pequena burguesia e um operariado urbano e rural em radicalização, e economias atreladas aos EUA e ao Reino Unido, que travavam aí um áspero capítulo da luta pelo domínio global e tornavam meramente decorativa a independência dos países. O papel da região na revolução mundial se daria em função de como seria arrastada à futura guerra mundial entre imperialismos, e por isso os comunistas deveriam logo os expelir do território e preparar, por etapas, as condições materiais e culturais para a ainda distante revolução socialista. Os articulistas divergiam quanto ao caráter socialista do movimento de massas, à atuação da pequena burguesia e ao grau de dependência nacional e de arcaísmo nas

---

<sup>39</sup> Teses sobre o movimento revolucionário nos países coloniais e semicoloniais. In: VI CONGRESSO da Comintern..., op. cit., pp. 122-161 (em russo). (Fasc. 6. “Teses, resoluções e apelos”); VI CONGRESO de la Internacional Comunista..., op. cit. **Cuadernos de Pasado y Presente**, México, n. 66, pp. 188-242, 1977 (em espanhol); **La Correspondance Internationale**, ano 8, n. 149, pp. 1727-1742, 11 de dezembro de 1928 (em francês).

relações de trabalho e nas técnicas produtivas, mas atraso, anti-imperialismo, latifúndio e dependência (ou “colonialismo”) compunham a visão da IC sobre a América Latina.<sup>40</sup>

De 1.º a 12 de junho de 1929, Jules Humbert-Droz coordenou em Buenos Aires, sob o codinome “Luis”, a 1.ª Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e do Caribe, ou 1.ª Conferência Comunista Latino-Americana, cuja meta era ajustar a linha do 6.º Congresso da Comintern à região e afirmar a presença local do organismo. Os 38 delegados dos partidos de 14 países<sup>41</sup> pela primeira vez discutiam juntos seus próprios problemas regionais, atados à conjuntura internacional e às relações da URSS com ela, na trilha da importância que a América Latina tomava na estratégia da Comintern. Já na primeira sessão, Victorio Codovilla leu em nome da delegação do SSA/IC um informe sobre a conjuntura internacional e a escalada bélica,<sup>42</sup> aplicando as teses do 6.º Congresso da Comintern sobre o “terceiro período”, a suposta luta crescente entre EUA e Reino Unido pela dominação do mundo diante da escassez de mercados internos e externos e a “racionalização” produtiva como fonte de pobreza e, portanto, de radicalização, lutas e revoluções. Em um contexto de burguesias e governos nacionais pró-imperialistas, o desenvolvimento capitalista e a incursão estrangeira não teriam papel progressista, mas fariam da América Latina cada vez mais uma “colônia” norte-americana, portanto a evolução independente só poderia resultar da *revolução democrático-burguesa*, contra o imperialismo, os latifundiários e a grande burguesia nacional, com a massa operária e camponesa à frente e, casualmente, com apoio da burguesia industrial nascente e da pequena burguesia. Os partidos comunistas, “orgânica e ideologicamente” reforçados, deveriam realizar as demandas operárias e camponesas para impedir a cessão de produtos às potências em guerra, defender a União Soviética e os povos oprimidos, converter as guerras imperialistas em guerras civis contra a burguesia e, sobretudo, edificar um *governo operário e camponês* por meio da *revolução democrático-burguesa*. “Luis” descreveu em seu

---

<sup>40</sup> HUMBERT-DROZ, G. Quelques problèmes du mouvement révolutionnaire de l’Amérique latine (parte 1). **L’Internationale Communiste**, n. 16, pp. 1198-1211, 1.º de agosto de 1928; Idem. Quelques problèmes du mouvement révolutionnaire de l’Amérique latine (parte 2). **L’Internationale Communiste**, n. 17, pp. 1351-1367, 15 de agosto de 1928; TRAVINE, S. Des mouvements révolutionnaires en Amérique latine (Thèses). **L’Internationale Communiste**, n. 17, pp. 1343-1350, 15 de agosto de 1928; DUBOIS, G. Le danger de guerre en Amérique du Sud : Le conflit entre la Bolivie et le Paraguay. **La Correspondance Internationale**, n. 152, ano 8, p. 1777, 19 de dezembro de 1928; FRALKIN; HARVEY. Les États-Unis et la Grande-Bretagne en Amérique latine. **La Correspondance Internationale**, n. 152, ano 8, pp. 1778-1779, 19 de dezembro de 1928. Sou grato ao Prof. Michael Hall pelo empréstimo das xerocópias dos três primeiros artigos.

<sup>41</sup> Dos palabras (prefácio). In: AA. VV. **El movimiento revolucionario latino americano**: versiones de la Primera Conferencia Comunista Latino Americana, Junio de 1929. Buenos Aires: La Correspondencia Sudamericana, [ca. 1929], p. 3. Ressalte-se que, segundo a própria introdução, os textos foram revisados pelos próprios participantes ou “controlados” pelo SSA/IC.

<sup>42</sup> La situación internacional, de América Latina y los peligros de guerra. In: AA. VV., **El movimiento revolucionario...**, op. cit., pp. 8-34.

informe<sup>43</sup> a economia da América Latina como baseada no “grande latifúndio feudal”, a indústria como quase toda extrativista, nas mãos de uma “burguesia nacional” financiada pelo e dependente do capital estrangeiro, e a infraestrutura, dominada por firmas britânicas ou americanas. O desarranjo socioeconômico levaria as classes dominantes a recorrer à violência, golpes de Estado e “fascismo”, passíveis de logo iniciar, em muitos países, uma situação “objetivamente revolucionária” contra os “proprietários feudais” e as empresas externas. O caráter democrático-burguês da revolução latino-americana não implicaria chefia burguesa, e sim o dever de derrotar o imperialismo, o feudalismo, os latifundiários e a Igreja, expulsar as empresas imperialistas, criar um governo operário e camponês baseado em sovietes de operários, camponeses e soldados, entre outras coisas.

Parte do material enviado pelos delegados e as teses e resoluções aprovadas estão em uma edição especial da revista do SSA/IC em espanhol, mas nos arquivos da Comintern em Moscou também há traduções para o francês.<sup>44</sup> Ratificam-se as decisões do 6.º Congresso da Comintern sobre a situação mundial, o “terceiro período”, o perigo da guerra imperialista, as “colônias”, “semicolônias” e a América Latina, incluída na questão do “terceiro período” por conta da crescente colonização a que os EUA a estariam condenando e do risco de seus países tornarem-se fornecedores e retaguarda do imperialismo em caso de invasão à URSS. O problema camponês local seria inseparável da “política proletária e da luta do proletariado pela hegemonia no movimento revolucionário”, e como as inversões imperialistas na cidade e no campo não teriam abolido as velhas relações “feudais” de trabalho, mas antes se adaptado a elas, ele seria o nó das rixas de classe na região e daria um conteúdo agrário predominante na “revolução democrático-burguesa”.

Na 1.ª Conferência Comunista Latino-Americana, muito se falou também sobre os “perigos de direita” que estariam ameaçando os partidos comunistas da região, como reflexo do incômodo de Bukharin com o rumo da economia soviética e a direção radical imprimida à Comintern. Isso fez o SSA/IC lançar em setembro de 1929 uma carta aberta aos comunistas da América Latina<sup>45</sup> avisando que esses “riscos” deveriam ser o alvo maior da censura teórica e do expurgo pessoal, pois os partidos ainda não teriam superado seu “provincianismo” alheio

---

<sup>43</sup> La lucha antiimperialista y los problemas de táctica de los Partidos Comunistas de la América Latina. In: AA. VV. **El movimiento revolucionario...**, op. cit., pp. 79-108.

<sup>44</sup> **La Correspondencia Sudamericana**, 2.ª época, Buenos Aires, n. 15, agosto de 1929. (“S.S.A. de la I.C. La importancia de la Primera Conferencia Comunista Latino-Americana; Resoluciones adoptadas por la misma”); Arquivo Público de História Social e Política da Rússia (doravante RGASPI), f. (fundo) 495, op. (dossiê) 79, d. (pasta) 73. Traduções livres.

<sup>45</sup> Carta abierta a los Partidos Comunistas de la América Latina sobre los peligros de derecha. **La Correspondencia Sudamericana**, 2.ª época, n. 18, pp. 1-4, 20 de setembro de 1929.

à discussão da cena internacional e quase não teriam debatido as decisões do 6.º Congresso da IC. Os “conciliadores oportunistas” nas fileiras deveriam ser forçados a romper com a social-democracia e combater os “perigos de direita”, entre os quais a perda do controle das massas, a sobrestima do papel revolucionário de certas camadas burguesas, a renúncia à fisionomia comunista, as frouxas alianças sindicais e a indiferença às notícias do resto do mundo. Esses “riscos” seriam agravados menos pelo “baixo nível ideológico” ou pela fundação recente dos partidos do que pela baixa filiação proletária e pela influência da burguesia sobre o aparelho, bem como sobre a militância, cujas origens de classe trariam ideias estranhas ao bolchevismo. A partir daí, os grupos mais radicais (ou “mais à esquerda”) e mais afinados com Stalin, antes minoritários em alguns partidos, foram à ofensiva e reforçaram as tendências isolacionistas.

A partir de 1930, as chamadas à ordem perseguiram os partidos comunistas no seu dia a dia, a começar por um pleno ampliado do SSA/IC ocorrido em Buenos Aires, em abril e maio daquele ano, antes da mudança para o Uruguai, e depois o que os documentos chamam de “conferência latino-americana”, ocorrida de 2 a 10 de outubro de 1930 em Moscou, no âmbito do secretariado regional para a América Latina (mais conhecido pela sigla SLA/IC). Ora um, ora outro evento é denominado “2.ª Conferência Comunista Latino-Americana” pela literatura especializada,<sup>46</sup> mas nem sempre os participantes são os mesmos, e os debates foram bem mais longos no segundo, como se lê nos documentos.<sup>47</sup> Os próprios delegados lamentam ou queixam-se da tênue estruturação partidária, das propensões burocráticas e autoritárias, da falta de ajuda por parte da IC, do falho controle sobre o movimento de massas, o campesinato, as greves e as quarteladas e golpes da pequena burguesia urbana, e do insucesso quanto a uma imprensa regular. As direções dilaceraram-se em brigas de fração ou ideológicas, os militantes entram e saem dos partidos e as cúpulas desconhecem as bases. Os oradores, enfim, pedem ajuda à Comintern e ao Birô Sul-Americano (ou BSA/IC, nome do SSA/IC desde setembro de 1930) nas esferas teórica e ideológica, em diretivas de organização, métodos de propaganda e na mera manutenção de um contato mais durável com Moscou e o recebimento de respostas

---

<sup>46</sup> Entre os que escolhem o primeiro, cf. DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, pp. 340-341; Z Aidan Filho, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)**. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 72; DEL ROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, pp. 101-102. (V. 1. “O impacto das revoluções”); AMARAL, Roberto Mansilla. Astrojildo Pereira e Octávio Brandão: os precursores do comunismo nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **As esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 265. (V. 1. “A formação das tradições (1889-1945)”) Para um artigo totalmente dedicado ao segundo, cf. IANCHUK, I. I. A Segunda Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, Moscou, 2-10 de outubro de 1930. **Latinoamerikanski istoricheski almanakh**, Moscou, n. 6, pp. 85-112, 2005 (em russo).

<sup>47</sup> RGASPI f. 495, op. 79, dd. 121-136.

rápidas. Os líderes de Moscou, em especial Humbert-Droz, Manuilski e I. P. Stepanov (Stoian Minev), são ainda mais duros contra lapsos teóricos (ou seja, omitir os termos “semicolonial”, “feudal”, “escravista” etc.), a desatenção às contradições (entre imperialismos, entre classes, entre elites, entre trustes e inclusive entre províncias), o simplismo analítico e a ausência da agitação de massas. Se mal há partidos, muito menos haverá na América Latina revolução proletária ou socialista, mas sim “democrático-burguesa”, no curso da qual se instalaria uma *ditadura democrática* (ou revolucionária) *dos operários revolucionários, dos operários e dos camponeses*, podendo a pequena burguesia dita “proletarizada” atuar na revolução, mas sem liderá-la. O perigo fascista deveria receber atenção e as massas pobres e pequeno-burguesas, ser trazidas para o bolchevismo a fim de não recaírem na direita radical, enquanto a revolução proletária deveria esperar que fosse reforçado o trabalho ilegal e nas células, sanado o caos ideológico, combatido o “chauvinismo branco” e atraídos os camponeses. Em suma, para os latino-americanos ainda demoraria o “grande dia”, antes do qual restavam a longa preparação do terreno e o serviço incondicional à União Soviética que permanecia na dianteira.

### **1.3. Ocaso da Primeira República e inícios do PCB**

Não é correto associar a aparição de correntes bolcheviques no Brasil a uma inevitabilidade histórica ou à ação deliberada e unilateral da URSS, mas é inegável que, pelo fato das cidades brasileiras terem ampla proximidade cultural com a Europa e contarem já no início da década de 1920 com um movimento operário relevante, de qualquer forma os reflexos da Revolução de Outubro chegariam, e que uma vez na Comintern, os comunistas locais dependeriam materialmente de Moscou e tenderiam a obedecer às ordens superiores, mesmo quando seu cumprimento ficava na intenção. A formação do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>48</sup> deve se ver sob a ótica das trocas econômicas e culturais que o país travava com outras nações, do fluxo humano existente entre os dois lados do oceano Atlântico e sua correlata questão da imigração política e profissional, da partilha de um padrão civilizatório geral com a Europa Ocidental, somado a influências afro-indígenas, e do papel secundário reservado ao Brasil na cadeia produtiva e consumidora global.

As mudanças sociais no início do século 20 aguçaram os conflitos sociais, tanto no campo como na cidade, onde o protesto, entrecortado pela crescente complexidade urbana

---

<sup>48</sup> O PCB mudou seu nome oficial para Partido Comunista Brasileiro em 1961, mantendo a mesma sigla, enquanto a cisão contrária a Luiz Carlos Prestes surgida em 1962 retomaria o nome de Partido Comunista do Brasil e adotaria a sigla PC do B.

e pelas contradições dessa expansão, agravadas pela atuação das indústrias, beneficiava-se da rapidez com que circulavam ideias e pessoas naquele meio. Até 1917 o movimento operário brasileiro, concentrado nas cidades industriais maiores, seguia essencialmente o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, por vezes com influências socialistas marxistas e em geral sem formar partidos políticos, mas em todo caso eram duras as muitas leis repressivas aprovadas na Primeira República, com piores resultados para os imigrantes.<sup>49</sup> Naquele ano, uma carestia geral e as primeiras notícias esparsas das Revoluções Russas juntaram-se a uma vaga greve nas cidades do Rio e de São Paulo, ativa até o ano de 1920 e centrada na greve geral em São Paulo (junho-julho de 1917) e em levantes operários no Rio (1918), que lançarão uma atenção maior ao planejamento prévio, à ligação entre iniciativas e à preparação material. Após 1920, o governo federal tentou legislar o trabalho, mas sem êxito, e aumentou a repressão política, mas também tinha curso o desgaste do arranjo político oligárquico vigente desde a década de 1890, base do regime nacional e encarado por ideias de “renovação” republicana, moralização política e democracia liberal. O presidente Artur Bernardes (1922-1926) decretou seguidos estados de sítio e usou de violência policial incomum até mesmo para os padrões da época, em meio às dificuldades econômicas e à inquietação crescente. Um dos grupos mais instáveis era a baixa oficialidade do Exército, composta por tenentes e alguns capitães, chamados genericamente de *tenentes*, cujas relações com o governo central pioraram cada vez mais ao longo da década. Eles enfim se sublevaram no Forte de Copacabana (cidade do Rio) em 5 de julho de 1922 e na cidade de São Paulo decorridos exatos dois anos, quando fugiram, após a derrota, para o interior do estado e se encontraram em 1925, na foz do rio Iguaçu, com uma coluna vinda do Rio Grande do Sul e que havia se rebelado em outubro passado. Unidas na Coluna Miguel Costa-Prestes, as duas tropas percorreram 36 mil quilômetros pelo território nacional combatendo forças legalistas por dois anos. Foi muito grande o alcance simbólico da iniciativa, no entanto, os “tenentes” não lograram atrair o resto do Exército nem, até 1930, civis renomados que só então decidiram apostar no levante armado.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Sobre o movimento operário daquele tempo e as ideologias contestatórias em voga, cf. BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; Idem. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim de (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, pp. 9-41. (V. 2. “Os influxos teóricos”); HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!:** memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2002; MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão Reis (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, pp. 13-58. (V. I. “O impacto das revoluções”); TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário:** trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

<sup>50</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Brasil na p. 175.

Os clarões da Revolução Bolchevique chegaram ao Brasil quando o governo, em meio à guerra mundial, obtivera um pretexto para decretar estado de sítio em todo o território nacional após entrar em estado de guerra contra a Alemanha em 25 de outubro de 1917. Com as sanções que pesavam sobre a imprensa operária, aquele assunto foi tratado confusamente, na falta de fontes confiáveis, gerando opiniões que ora chamavam a revolta de “anarquista”, ora elogiavam nos bolcheviques um presumido esforço em destruir e abolir o Estado, ora distinguiram o bolchevismo de um “maximalismo” definido de modo vago. A partir de 1918, houve breves tentativas de criar-se “partidos comunistas”, e grupos dedicados especialmente a estudar o bolchevismo (ou “maximalismo”, como diziam) começaram a surgir dispersos pelo Brasil. Vários desses “grupos comunistas” foram aglutinando-se e trocando informações entre si e com outros de caráter socialista, em esforço culminado em reuniões no Rio e em Niterói entre 25 e 27 de março de 1922 para fundar o *Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista* (PC-SBIC), cuja meta inicial era pedir e obter a adesão à Comintern. O novo organismo trazia vários egressos do anarquismo, desistentes dos antigos métodos. Um deles, Astrojildo Pereira, já estava em contato com enviados de Moscou radicados na foz do rio da Prata e formara o Grupo Comunista do Rio de Janeiro em 7 de novembro de 1921, onde fazia publicar desde 15 de janeiro de 1922 a revista *Movimento Comunista*, órgão central do partido comunista até 10 de junho de 1923. Todos os presentes examinaram e aceitaram as 21 condições de admissão na Comintern e aprovaram estatutos partidários<sup>51</sup> baseados no equivalente argentino que regulavam o caráter do organismo, as adesões, os centros regionais, as juventudes comunistas, a Comissão Central Executiva (CCE) – o órgão dirigente –, o congresso, a administração do aparelho, os estatutos dos centros, núcleos e juventudes e a disciplina militante. Astrojildo, Abílio de Nequete (eleito secretário-geral), Antônio Bernardo Canellas, Luís Peres e Antônio Gomes Cruz Júnior foram escolhidos titulares da CCE, e Canellas, que vivia em Paris desde setembro de 1920, foi escolhido para representar o partido no 4.º Congresso da Comintern. Após algum tempo, Nequete renunciou ao seu cargo, fugiu da polícia para Porto Alegre e foi substituído por Astrojildo.<sup>52</sup>

Mesmo sendo ineludíveis o fascínio militante pela Revolução de Outubro e a ação russo-soviética na gênese do comunismo brasileiro, a busca pela vinculação internacional foi antes uma iniciativa unilateral do PCB, que em grande parte também foi influenciado pelo

---

<sup>51</sup> PARTIDO COMUNISTA (S.B.I.C.). **Estatutos Aprovados no Congresso Comunista reunido no Rio de Janeiro a 25, 26 e 27 de março de 1922**. Rio de Janeiro: Edição da Comissão Central Executiva, 1922. RGASPI f. 495, op. 29, d. 6, ll. 18-24.

<sup>52</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Partido Comunista do Brasil na p. 176.

cenário nacional e tentou intervir aí ativamente, como prova a brutal perseguição policial de que era vítima. Tendo já de início buscado efetivar a linha soviética o mais fielmente possível e adaptá-la ao cenário nacional, os comunistas brasileiros sofreram, contudo, vários impasses organizativos face à inexperiência na lida partidária, à ausência inicial de órgãos impressos de propaganda, ao escasso aumento de filiados até 1930 e da repressão policial, supressora das iniciativas públicas ou duradouras. Visava-se no PCB seguir a linha de “frente única” adotada pela Comintern em 1921, mas em essência a autoimagem era de organizadores racionais que deveriam elucidar o presumido “sectarismo” anarquista, por exemplo, no trabalho sindical. O intento de unir os velhos sindicatos de profissão em grandes associações por ramos industriais era acorde às diretivas da IC, esforço que constituiu ambiente central de ação comunista e laboratório para aplicar sua política. O PCB mirava a organização por células de empresa, a “frente única” com proletários de todas as tendências e o avanço de demandas parciais quanto a condições de vida e trabalho, liberdades políticas e atenção aos jovens e às mulheres, com esforços para construir a organização juvenil a partir do 2.º Congresso partidário (1925). Durante a década, os brasileiros teriam alguma autonomia ao traçar a linha comunista, embora inspirados ao final na Revolução de Outubro e no marxismo soviético.<sup>53</sup>

Na busca pela filiação à Comintern e de uma estruturação partidária mínima, os comunistas lançaram ou integraram ações internacionais de solidariedade proletária e socorro à Rússia socialista e escolheram Antonio Canellas como delegado ao 4.º Congresso Mundial. O brasileiro destacou-se por sua oposição a Trotsky e às teses de Lenin postas em discussão e votou contra as censuras à presença maçônica no comunismo. Por isso, o PCB foi aceito na IC provisoriamente como “partido simpatizante”, julgando-se que elementos maçons mantinham aí ainda restos de “pensamento burguês” mesclados a “preconceitos anarquistas”, com danos à centralização estrutural e à clareza teórica e tática. A CCE do partido ordenou que Canellas voltasse ao Brasil, exigiu-lhe uma autocrítica e declarou que os militantes não podiam ao mesmo tempo estar na maçonaria, mas por ter resistido à censura e à submissão e publicado uma brochura sobre sua ida a Moscou sem consultar os colegas,<sup>54</sup> Canellas foi suspenso da comissão em setembro de 1923 e expulso das fileiras comunistas em dezembro. Para sanar a

<sup>53</sup> Sobre a evolução inicial do partido, cf. A fundação do P.C.B.: o I Congresso (25, 26, 27.3.1922). **Movimento Comunista**, n. 7, pp. 175-182, julho de 1922; CCE DO PCB, O P.C.B. e o 1.º de maio, **O Paiz**, 17 de abril de 1924; CANELLAS, Antonio Bernardo. **Relatório da Viagem à U.R.S.S.**, pp. 29-33 e 58; PARTIDO COMUNISTA [SBIC]. **O processo de um traidor: o caso do ex-comunista A. B. Canellas**, 1924, pp. 4-10; O II Congresso do P.C.B. (16, 17, 18.05.1925). **A Classe Operária**, Ano I, n. 11, 8.5.1946 (relato *a posteriori*); PEREIRA, Astrojildo. A Situação Política; Síntese da Política Atual; A Situação Atual do Partido. **La Correspondencia Sudamericana**, 15 e 30 de setembro de 1928 apud CARONE, Edgard. **O P.C.B.** São Paulo: Difel, 1982, pp. 19-55. (V. 1. “1922 a 1943”.)

<sup>54</sup> **Relatório da Viagem à U.R.S.S.**, op. cit.

crise, Rodolfo Ghioldi veio ao Brasil no início de janeiro de 1924 como delegado do CEIC, ao qual enviou relatório citando as medidas do PCB contra Canellas e a maçonaria e alegando estar o funcionamento do partido conforme aos princípios da Comintern. A seguir, as relações do centro com sua seção brasileira melhoraram e Rodolfo Coutinho tornou-se o novo representante em Moscou, enfim selando a filiação internacional, mas o dramatismo do “caso Canellas” evidenciou a dificuldade em replicar o RKP(b) em ambientes com distintas formações socioeconômicas e tradições político-militantes prévias.

Apesar da tibieza estrutural e da dependência para com Moscou, o PCB ligou-se em sua primeira década ao contexto nacional, mostrando autonomia ao interpretar as revoltas “tenentistas” de 1922 e 1924 e adiantando-se na busca pelo diálogo com os militares rebeldes, iniciadas em 1922 e desdobradas em 1924. Desde o 5 de Julho em 1922, o PCB estava ilegal, pois o decorrente estado de sítio sufocara oposições e liberdades políticas em geral, cessando seus menos de quatro meses de legalidade partidária e iniciando um longo esconderijo, crucial para entender sua história durante todo o século 20.<sup>55</sup> A irrupção do “tenentismo” na política brasileira e a tentativa do partido de analisá-lo em termos de classe coincidiram com o debate coetâneo da Comintern sobre o papel da pequena burguesia nos movimentos de libertação nacional nos países “coloniais, semicoloniais e dependentes”. Inicialmente o PCB valorizou os movimentos de 5 de julho e considerou-os legítimos levantes da pequena burguesia militar contra o jugo político-econômico das oligarquias agrárias e conversíveis em futuras rebeliões anti-imperialistas e antiburguesas dos trabalhadores, tratando-se, pois, de promover contatos com os líderes do movimento, sobretudo com Luiz Carlos Prestes. Quanto à política estatal e seu impacto social, o partido deu grande atenção às presidências de Artur Bernardes e de seu sucessor, Washington Luís, cujos atos econômicos foram basicamente recessivos, ao estado de sítio que vigorará até o início de 1927 e à nova repressão sob Washington, que atingiram em cheio os comunistas, e às cisões das classes dominantes, que levaram à criação do Partido Democrático (PD) e da Aliança Liberal (AL).<sup>56</sup> O modo como o PCB teorizava esse contexto e tentava analisar os levantes militares em termos marxistas traduz-se no livro *Agrarismo e industrialismo*, de Octavio Brandão, assinando Fritz Mayer e datando de Buenos Aires, 1926. As derrotas militares teriam advindo da desordem e debilidade teórica das oposições baseadas na burguesia industrial e comercial e da forte repressão dos presidentes da República apoiados no “agrarismo feudal” do latifúndio. Segundo um esquema dualista, os cafeicultores teriam

---

<sup>55</sup> Depois de 1922, o PCB só desfrutaria de legalidade efetiva entre 1945 e 1947, voltando a existir para o Estado apenas em 1985. No país, foi um caso raro de longevidade organizativa combinada à clandestinidade crônica.

<sup>56</sup> Cf. a documentação citada na nota 53.

apoio inglês para financiar empresas e institutos cafeeiros, enquanto os industriais seriam mantidos pelos EUA, que boicotavam o café brasileiro e, sendo seus principais compradores, nutriam uma crise próxima. Os “tenentes” surgiam como uma pequena burguesia radical e armada, aliada aos industriais brasileiros (a “burguesia nacional”) e financiada pelos EUA por supostamente combater a política oligárquica, agente de um Reino Unido que seria oposto aos investimentos americanos. Brandão usava as revoltas “tenentistas” para julgar que a pequena burguesia urbana era quem devia liderar a etapa *democrático-pequeno-burguesa* da revolução, apoiada pelo proletariado, o qual, a seguir, levaria essa revolução às últimas consequências, até chegar à revolução proletária e comunista. Supostas “etapas de uma revolução em curso”, os “5 de Julho” seriam uma tradução do Guomindang chinês, e pensava-se que qualquer explosão militar ou tentativa de golpe de Estado inflamaria os trabalhadores.<sup>57</sup>

O livro de Brandão baseou o essencial das teses do 2.º Congresso do PCB (16 a 18 de maio de 1925),<sup>58</sup> quando se apontaram falhas no trabalho sindical, decidiu-se dedicar maior atenção à Juventude Comunista, reforçar os laços com os “tenentes”, formar o Bloco Operário (BO), uma espécie de “frente única” com outras forças progressistas visando à disputa de eleições e que também poderia compensar a ilegalidade do partido, e reordenar a militância em células de empresa, conforme a linha “bolchevizada” da Comintern. As teses do congresso destacavam a tenaz participação inglesa na cafeicultura e o galopante investimento americano nas indústrias para mostrar que a “contradição fundamental” da sociedade brasileira durante toda a República havia sido a luta entre o “capitalismo agrário semifeudal” apoiado pelo imperialismo inglês e o “capitalismo industrial moderno” atado ao imperialismo americano. Essa súpula das ideias de Brandão foi divulgada e popularizada como explicação global para a história recente, aplicável a todas as convulsões e marcos do período republicano. No congresso também se adotaram estatutos-tipo para seções da IC, aprovados no CEIC em maio, em substituição aos de 1922, que eram baseados essencialmente no modelo argentino.

A aspiração do PCB em buscar atrair os “tenentes” para seu credo culminou nos primeiros contatos com Prestes, durante seu exílio na Bolívia após a ruína de sua “Coluna Invicta”, no envio de vária literatura marxista ao chefe militar e na imbricação da atuação do partido à perspectiva de explodir um “terceiro 5 de Julho”, cuja promoção tornou-se estratégia

---

<sup>57</sup> BRANDÃO, Octavio. **Agrarismo e industrialismo**: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

<sup>58</sup> II CONGRESSO do P.C.B. (Seção Brasileira da Internacional Comunista): Teses e Resoluções. Rio de Janeiro: [s.n.], 1925. RGASPI f. 495, op. 62, d. 21a, l. 26 ss. Agradecimentos a Dainis Karepovs por haver fornecido uma cópia do exemplar.

central. A adaptação ao cenário mundial não revolucionário expressou-se nos planos eleitorais do BO, de votação pouco frutífera, mas de rica experiência em mobilização, organização e propaganda. Anos depois, o zelo com que os comunistas buscariam a pequena burguesia, chegando a propor que se criasse um “Guomindang brasileiro”, e disputariam eleições seria alvo de ataques do SSA/IC e de certas figuras do CEIC, que temiam recair-se em desvios “de direita” e “reformistas”,<sup>59</sup> mas em meados da década, focalizavam-se ações colaborativas e unitárias com outras forças políticas, conforme a própria linha frentista vigente na Comintern. Findando 1925, por exemplo, a liderança do PCB lançou a palavra de ordem de “frente única do proletariado”, que pretendia instá-lo a criar um clima propício para formar-se no país uma Confederação Geral do Trabalho (CGT). Os comunistas queriam refazer o movimento, antes baseado nos sindicatos de ofício, fundando sindicatos de indústria, que por sua vez deveriam formar federações de indústria nacionais ou locais, estas compondo a CGT. Um dos primeiros grandes êxitos dessa política sindical renovada foi angariar ao PCB, nas eleições de dezembro de 1926, a diretoria da União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro.

Em 1.º de março de 1926 a eleição presidencial deu a vitória a Washington Luís, cujo triunfo não apaziguou os ânimos dos opositores do regime, concentrados e mobilizados principalmente em São Paulo, mas ajudou o PCB a traçar as tarefas para 1927, pois o novo mandatário aboliria o estado de sítio na virada do ano. Os comunistas ergueram seu Bloco Operário (BO), “frente única” visando às eleições para o Congresso Federal, previstas para 24 de fevereiro de 1927, convidaram o deputado não comunista João Batista de Azevedo Lima, que aceitou, e em carta aberta no jornal *A Nação*, cujo controle fora cedido ao partido por Leônidas de Rezende, chamaram outros políticos socialistas para o bloco. O BO lançou ainda João da Costa Pimenta, membro do PCB, para o Congresso, e após uma campanha tensa e com luta entre os próprios candidatos pró-operários, apenas Azevedo Lima foi eleito, embora a agitação em *A Nação* houvesse atraído novos interessados para a esfera do partido.<sup>60</sup>

A Lei Celerada (agosto de 1927), nova opressão a protestos de pobres e opositores descontentes com a economia, trouxe mais dificuldades ao PCB, que, para burlar a polícia, incrementou o Bloco Operário, renomeado BOC (“e Camponês”). Reunida a CCE do partido em outubro de 1927, decidiu-se enviar Astrojildo Pereira à Bolívia para lançar o diálogo com Luiz Carlos Prestes, e Rodolfo Coutinho e Joaquim Barbosa estiveram entre os dirigentes que reprovaram essa ampliação de alianças. Mas no fim do ano, Astrojildo partiu, propôs a Prestes

---

<sup>59</sup> Cf. a documentação citada na nota 53.

<sup>60</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Partido Comunista do Brasil na p. 176.

uma aliança política entre proletários radicais supostamente guiados pelo PCB e massas do povo, sobretudo os camponeses que se presumia atraídos pela Coluna e “seu comandante”, e entregou-lhe literatura marxista variada, estudada longamente pelo capitão no exílio. Desde 1928, a Coluna e seu líder foram tornando-se mitos e motivo de esperança entre setores muito diversos, contrários ao governo de Washington Luís e partidários de uma “revolução”.<sup>61</sup>

Na Conferência de Organização da Região do Rio, chamada pela CCE para 19-21 de fevereiro de 1928, começou a discussão preparatória para o 3.º Congresso do PCB, mas se acirraram também conflitos latentes na reunião do CCE de outubro do ano anterior. Visando juntar material para o congresso e cessar os rachas internos por meio do debate, Astrojildo fez circular em meados de 1928 a revista *Auto-Critica*, e uma das discórdias concernia Joaquim Barbosa, secretário sindical do partido, e João da Costa Pimenta, contrários ao que diziam ser o uso indevido dos sindicatos pela direção do PCB em benefício da própria política. Em carta aberta à CCE, Barbosa demitiu-se do cargo de secretário sindical, encabeçou uma pequena dissidência conhecida como Oposição Sindical e em maio saiu do PCB, junto com a célula 4R (no geral, gráficos do jornal *O Paiz*), enquanto Pimenta, mesmo o apoiando, não fez oposição ativa e ficou no partido por um tempo a mais do que os outros, alguns dos quais, mais tarde, pediriam reingresso. Alguns intelectuais também deixaram as fileiras, unindo-se às primeiras cisões contra Stalin surgidas na França e convergentes com a luta de Trotsky, eventos que demonstram não a cópia mecânica das discordâncias surgidas na Comintern ou no VKP(b), mas a convergência de incômodos brasileiros, relacionados ao embaraço face ao modelo de partido bolchevique, com vanguardas ideológicas em voga na Europa Ocidental e na própria URSS.<sup>62</sup> Havia um choque entre o molde militante que separava as questões propriamente políticas das trabalhistas e o novo modelo, tendente à visão global da vida operária (de resto, a uma visão reputada operária do mundo em geral) e à ênfase na organização traduzida em partido, aparelho e coesão doutrinária como bem permanente, e não ligado apenas às necessidades de cada greve ou lista de demandas.

<sup>61</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Brasil na p. 175.

<sup>62</sup> Em muitos aspectos, a Oposição Sindical e a Oposição de Esquerda dos trotskistas brasileiros sofriam tal interseção que por vezes aparentavam ser o mesmo movimento. Para informações fatuais sobre esses dois movimentos, cf. DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil...**, op. cit., pp. 282 e 285-288; ABRAMO, Fulvio. A Oposição de Esquerda no Brasil. In: ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS, Dainis (Orgs.). **Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)**. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 23-38; SANTANA, Marco. Moscow in the Tropics: The Third Period, Brazilian Style. In: WORLEY, Matthew (Red.). **In Search of Revolution: International Communist Parties in the Third Period**. Londres; Nova York: I. B. Tauris, 2004, pp. 363-364; AMARAL, Roberto Mansilla. Astrojildo Pereira e Octávio Brandão..., op. cit., p. 256; DEL ROIO, Marcos. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **As esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 240. (V. 1. “A formação das tradições (1889-1945)”.)

Por ocasião do 6.º Congresso da Comintern, a delegação do PCB assistiu também a reuniões preparatórias<sup>63</sup> em que Humbert-Droz e Palmiro Togliatti buscaram mostrar aos sul-americanos o sentido das teses a se discutirem. Instou-se então o partido a uma pequena virada à “esquerda” para descreditar o potencial revolucionário da burguesia, desconfiar mais da pequena burguesia e destacar a aliança entre operários e camponeses contra o latifúndio e o imperialismo, na “revolução democrático-burguesa”. A diretriz do PCB ainda era a união dos operários com a pequena burguesia, mas de modo autônomo, para depor o regime oligárquico e chegar à democracia, mesmo em um regime liberal-burguês, mas a tendência do comunismo internacional era de crescente radicalização e rejeição a outras correntes políticas. No Brasil, com a valorização da questão agrária e do foco central no imperialismo, a guinada implicava transformar a luta pela libertação nacional, antes decorrência da luta contra as oligarquias e seu Estado liberal, no próprio cerne da ação política comunista, e tudo imbricado menos à natureza em si da revolução na América Latina do que à sua importância para os embates externos soviéticos. Em reunião da CCE em outubro de 1928, Paulo de Lacerda repassou as ordenações da IC influentes na reescrita das teses para o 3.º Congresso do PCB, que tendo sido enviadas ao SSA/IC e aí aprovadas, foram debatidas pela militância até os dias do encontro (29 de dezembro de 1928-4 de janeiro de 1929).<sup>64</sup> Confirmou-se então a proposta de aliança com a pequena burguesia, mas sem acordo quanto à política para o campo e ao arco de alianças que ajudasse o proletariado a derrubar a ordem oligárquica. O Brasil foi definido economicamente como “agrário, semifeudal e semicolonial”, e seu progresso seria obstado pela ameaça imperialista, a se combater por meio da mesma “terceira revolta” (após 1922 e 1924), já não mais durante uma revolução “democrático-pequeno-burguesa” alheia ao campo, mas uma revolução “democrático-burguesa” em que os camponeses teriam prioridade. Ainda assim, o BOC como “frente única” que buscava os incluir na política foi todo refeito, após as críticas de Humbert-Droz. Também se renomeou a Comissão Central Executiva (CCE) como Comitê Central (CC) e surgiram os Estatutos definitivos, que previam organização em células, mais centralismo e encargos bem definidos aos órgãos.<sup>65</sup>

<sup>63</sup> Quem fala dos encontros no Secretariado Latino-Americano do CEIC é DEL ROIO, Marcos. A gênese do Partido Comunista..., op. cit., pp. 241-242. Aparentemente, o material que baseou a discussão com informações atualizadas sobre o Brasil está em RGASPI f. 495, op. 29, d. 28, ll. 58-147 (textos em tradução francesa, alemã e espanhola, entre eles alguns informes escritos por Paulo de Lacerda e por “Octave Brandon”).

<sup>64</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (Secção Brasileira da Internacional Comunista). **Theses & Resoluções adoptadas pelo III Congresso do Partido Comunista do Brasil.** [S.l.]: [s.n.], [1929]. Agradecimentos a Dainis Karepovs pela cópia do exemplar. Cf. também o material citado na nota 53.

<sup>65</sup> Os Estatutos estão em PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (Secção Brasileira da Internacional Comunista). **Theses & Resoluções...**, op. cit., pp. 20-22. Há duas cópias datilografadas em francês, com o título “Statuts du Parti communiste du Brésil”, RGASPI f. 495, op. 29, d. 38, ll. 115-126 e 202-213.

Mas antes disso, um grande desafio para os comunistas foi concorrer pelo BOC às eleições de 28 de outubro de 1928 para o Conselho Municipal (Câmara dos Vereadores) do Rio de Janeiro com os candidatos Octavio Brandão e o marmorista Minervino de Oliveira. Mesmo com acirramento desde os comícios até a apuração e legitimação dos votos, além do esforço governista para os comunistas não tomarem posse, Brandão e Oliveira foram eleitos e enfim empossados em meados de dezembro, desde o início encarando a ordem e tentando usar as brechas legais para adentrar a força operária no Estado. Igualmente, a escolha da geração fundadora havia sido buscar contatos graduais com Luiz Carlos Prestes a fim de ganhá-lo para o comunismo, levando à ida de Astrojildo Pereira para a Bolívia. Mas não havia consenso interno sobre essa viagem, alguns dos membros alegando ter sido a Coluna Invicta um feito “pequeno-burguês”. Entre 1927 e 1928, o contato com o marxismo fez Prestes repensar suas convicções e meditar longamente sobre como proceder diante dos poderes oligárquicos para mudar a sociedade, mas a seu despeito o mito em torno de sua pessoa alastrava-se velozmente pelo Brasil, apropriado inclusive por vários grupos políticos e ideológicos. Em fevereiro de 1928 ele deslocou-se para Buenos Aires, onde trabalhava e concedia a jornalistas declarações com ideias cada vez mais radicais, pregando mudanças políticas para além da legalidade, um novo regime em que as próprias massas tocariam a obra dos militares radicais. Mesmo contatando políticos brasileiros legalistas que lutavam pela anistia dos exilados, Prestes falava-lhes claramente da luta armada como única solução viável a despeito de qualquer indulto, enquanto se aproximava do PC argentino e aprofundava suas leituras marxistas.<sup>66</sup>

Um dos pontos comuns entre “tenentistas” e comunistas era o desejo de mudar o Brasil por meio do levante armado, e os laços entre o PCB e parte dos militares rebeldes se estreitaram ainda mais na virada das décadas de 1920 e 1930, tanto que o organismo criou em 1929 um Comitê Militar Revolucionário para manter contato com setores “progressistas” das Forças Armadas, visando à “terceira revolta” que levaria à revolução proletária. O Comitê, apartado da estrutura partidária para sua segurança, escapou às dilacerações intrapartidárias e fez a incursão comunista nos meios militares superar a expressão real da força política do PCB. Enquanto isso, reunido nos primeiros dias de fevereiro de 1929, o CC decidiu enviar Astrojildo Pereira, eleito membro do CEIC, a Moscou, onde ficaria até janeiro de 1930, e ele foi substituído interinamente na secretaria-geral por Cristiano Cordeiro, que logo foi seguido

---

<sup>66</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Partido Comunista do Brasil na p. 176, em especial os primeiros capítulos destas biografias de Prestes: REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.

por Paulo de Lacerda e, enfim, pelo trio Fernando de Lacerda, Mário Grazzini e Leôncio Basbaum. Mais tarde, o 1.º de Maio, com fortes mobilizações, teve como frutos a criação da Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB), controlada no básico por comunistas, e o sustento à greve dos trabalhadores gráficos em São Paulo, iniciada em 23 de março e durando 72 dias. Face mais visível da influência da linha “classe contra classe”, o estímulo do PCB para a greve prolongar-se foi visto por sua cúpula como a razão das vitórias arrancadas, mas os críticos culpavam a radicalização política pela intensa repressão policial e pelos ganhos considerados magros, sem que o esforço fosse compensado.<sup>67</sup>

Após as agitações em torno da greve e do Dia do Trabalho, os dirigentes do PCB Paulo de Lacerda, Leôncio Basbaum, Mário Grazzini e Danton Jobim foram para Montevideu assistir à criação da Confederação Sindical Latino-Americana (CSLA), e depois para Buenos Aires, onde ocorreu a 1.ª Conferência Comunista Latino-Americana de 1.º a 12 de junho. A delegação brasileira falou sobre o 3.º Congresso do PCB e o reforço partidário, mas também ouviu de “Luis” (Humbert-Droz)<sup>68</sup> que o clima então propício no país a golpes de Estado da pequena burguesia armada e as greves de 1929 haviam sido mal aproveitados para congregar as massas, sobretudo no campo, e combater o reformismo. Os comunistas, apesar dos acertos ideológicos e organizativos, teriam entendido mal a natureza do *bloco operário e camponês*, tornado “degeneração parlamentarista”, estariam vulneráveis às ideias “pequeno-burguesas” de camadas trabalhadoras não operárias que entravam no partido e, atrelados demais à ação política da pequena burguesia, exageravam no aguardo do que Prestes falava sobre qualquer assunto. No informe sobre conflitos de raças,<sup>69</sup> do qual Basbaum foi um dos redatores, lê-se que não existiria a rigor um “problema racial” na América Latina, pois, enquanto a opressão indígena inseria-se na “questão agrária” por haverem sido os nativos privados de suas terras pela colonização, o preconceito contra o negro, reputado “menor” na região do que nos EUA, não poderia sobrepor-se às disputas de classe, travadas por proletários de todas as raças.<sup>70</sup> Porém, o racismo casual também mereceria combate dos comunistas, por ocupar o negro em geral os ofícios mais árduos. A questão racial causou dissenso entre os delegados, pois houve quem visse a questão agrária como algo separado, e a questão indígena ligada à luta *nacional*, pois abarcaria também cultura, a história da opressão colonizadora etc., enquanto o caráter

<sup>67</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Partido Comunista do Brasil na p. 176.

<sup>68</sup> Cf. o informe de Humbert-Droz em AA. VV. **El movimiento revolucionario...**, op. cit., pp. 79-108.

<sup>69</sup> El problema de las razas en América Latina. In: AA. VV. **El movimiento revolucionario...**, op. cit., pp. 269-272 e 294-297.

<sup>70</sup> Enquanto isso, o PC cubano tinha um setor específico voltado à questão do negro. Cf. CARR, Barry. Identity, Class, and Nation: Black Immigrant Workers, Cuban Communism, and the Sugar Insurgency, 1925-1934. **The Hispanic American Historical Review**, v. 78, n. 1, pp. 83-116, Feb. 1998.

“nacional” não implicaria reboque à forma estatal de organização nem às fronteiras existentes entre os países, pois tudo isso seria reformado com as revoluções que haveria na região.<sup>71</sup>

A eleição presidencial marcada para 1930, tópico mais comentado no Brasil em 1929, também mobilizou o PCB. Azevedo Lima foi expulso do BOC por ter apoiado Júlio Prestes, e mesmo após o Primeiro de Maio, o partido continuou perseguido no resto do ano, com militantes presos, comícios dissolvidos e os intendentess Brandão e Minervino tendo sua ação estorvada na Câmara da cidade do Rio. Em maio, aproveitando a ida à 1.<sup>a</sup> Conferência Comunista Latino-Americana e após acordo no CC do PCB, Leôncio Basbaum conversou na capital argentina com Luiz Carlos Prestes, Siqueira Campos e Juarez Távora, sugeriu uma frente única entre os comunistas e a antiga Coluna Invicta visando eleger Prestes presidente da República em 1930 e apresentou-lhes o programa dessa frente. Como Prestes recusasse ser candidato e os três comandantes recusassem como radical o programa comunista, preferindo outro mais curto e moderado, Basbaum voltou frustrado ao Brasil e deu opiniões negativas à cúpula partidária. Porém, mesmo recusando o texto de Prestes, ela decidiu manter contato com a antiga Coluna para firmar o preparo da “terceira revolta” prevista no 3.<sup>o</sup> Congresso do PCB, gesto que principiou a forte influência do ex-capitão sobre o organismo e a atração de muitos militantes em 1929 e 1930 para sua guia. Na segunda metade de 1929, Prestes aos poucos extremava no exílio suas posições políticas e cada vez mais se desiludia com políticos profissionais e os que tramavam a queda do regime, mas os chefes comunistas eram ambíguos diante do líder, de quem elogiavam o tino social, mas reprovavam a tolerância ante alguns grupos oficialistas, entre os quais o PD, já que todos seriam ligados ao imperialismo em certo grau. De fato, Prestes aceitou convites para falar em Porto Alegre com o governador gaúcho Vargas e Osvaldo Aranha, seu secretário da Justiça, do qual aceitou 800 contos de réis a título de ajuda, mas seu maior incômodo era a amplitude da aliança opositora, que incluía velhos carrascos políticos e velhos inimigos dos “tenentes”. Os antigos camaradas criticavam que ele tornava-se irascível, enquanto eles, muitos dos quais em solo brasileiro, articulavam em torno de Vargas uma candidatura de oposição. O conflito armado, caso esta perdesse, mostrava-se sempre mais iminente, e os antigos “tenentes” foram confluindo para o plano de Vargas até a criação oficial da AL, mas Prestes repelia tanto segui-la quanto confiar no pleito em geral, o que lhe tirou a maioria dos apoios e quase o isolou no exílio. As incisivas ofertas financeiras e convites do governador gaúcho à sua adesão só tinham como resposta rispidez e indignação.<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> Intervenção de “Peters” (IJC). In: AA. VV. **El movimiento revolucionario...**, op. cit., pp. 297-301.

<sup>72</sup> REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes...**, op. cit., pp. 119-126.

No último dia em Buenos Aires, houve um debate de chefes da Comintern com os delegados brasileiros a respeito de tática,<sup>73</sup> não levado a público e ocorrido fora das sessões ordinárias, na qual os brasileiros “Gubinelli” (Grazzini) e “Costa” ouviram “Luis”, Codovilla, “Rossi” (Egídio Gennari) e “Pierre” (Zakhari Rabinovich). Luis indaga se o PCB participaria das eleições presidenciais do Brasil com nome próprio ou junto da pequena burguesia e pede dados sobre a situação local e a opinião do partido. Costa responde que o contexto brasileiro é de radicalização, sendo possível um levante pequeno-burguês e, portanto, o tema das relações dos comunistas com essa classe urgia não apenas para eleições, mas para a futura revolução. Valeria, pois, uma tática mais combativa e a consulta a Prestes sobre se ele aceitaria lutar com eles e ser o seu candidato. Luis repele a consulta e diz que, se o partido tem influência sobre o BOC, deveria atuar como força independente, resolver por si só a questão das relações com a pequena burguesia e lançar candidatos próprios, usufruindo a atração de massas que teria e unindo as demandas urgentes com as “fundamentais” (terra aos camponeses, governo operário e camponês). Codovilla também rebate Costa e alude a um perigo “oportunista” no PCB, pois Gubinelli lhe teria citado uma resolução do CC vedando a seus delegados ao BOC falarem em nome do partido. Costa responde que os comunistas nem têm aí representação oficial, e então Codovilla treplica, chamando isso de postura perigosa ao atrelar o partido ao que pensa a cada instante a “Coluna Prestes”. O PCB estaria dando à pequena burguesia o papel de iniciar e liderar a revolução, quando de fato ela não estaria disposta a ações efetivas e Prestes só faria discursos confusos e demagógicos. Os comunistas deveriam manter-se independentes, mesmo aliados àquela classe, e mostrar-se como dirigentes únicos com sua fisionomia e propostas originais ante as massas, para Prestes não as arrebatar. Ele só deveria ser aceito candidato se acatasse o programa do PCB na íntegra e aceitasse usar o pleito não como solução “pacífica”, mas para agitar o povo rumo à revolução. Pierre ratifica Codovilla no geral e instiga o PCB a rejeitar Prestes, independer de suas opiniões e mostrar autonomia de programa, fisionomia e organização. Luis acresce que o partido não parecia acreditar na força revolucionária das massas, que estariam seguindo-o, nem se esforçava por liderá-las, e assim oscilava face à pequena burguesia, e sugere o avanço de um programa comunista sob o rótulo do BOC, para revelar-se a face verdadeira dos pequeno-burgueses. Gubinelli aceita as críticas e admite os erros e vacilações do PCB, e Codovilla anuncia para breve o envio, a partir do SSA/IC, de novas diretivas e de resolução final sobre a tática a adotar-se.

---

<sup>73</sup> RGASPI f. 495, op. 79, d. 73, ll. 79-81. Lazar e Víctor Jéfets identificam todos os pseudônimos, menos “Costa”, que é mencionado (p. 157) apenas por ter participado desse encontro e identificado sem certeza com João da Costa Pimenta, em cujo verbete, porém, não há referências à participação na conferência. Cf. **América Latina en la Internacional...**, op. cit.

Havia pouco tempo para respirar enquanto o Brasil e o mundo mudavam rápido e a URSS fazia vertiginosas viradas sociais e políticas. Em julho de 1929 o CC do PCB realizou seu 2.º Pleno (o primeiro teria sido a reunião da CCE em outubro de 1927, que decidiu enviar Astrojildo Pereira à Bolívia para ver Prestes) com um balanço das primeiras ações após o 3.º Congresso, dos encontros regionais em Montevidéu e Buenos Aires e das chances de alianças para a sucessão presidencial. Manteve-se a política então seguida, mas a linha aprovada no 10.º Pleno do CEIC no mesmo mês estorvava a aproximação, conduzida pelo partido, com Prestes e a pequena burguesia. Na seção de 10 de julho do pleno, Astrojildo<sup>74</sup> quer corroborar a linha da IC narrando o reforço da luta entre EUA e Reino Unido na América Latina e as medidas de “estabilização” criadas pelo governo brasileiro e alguns vizinhos, diante da crise econômica, que só estariam reforçando o domínio imperialista e radicalizando o operariado liderado pelos partidos comunistas. As críticas aos lapsos não impediram Astrojildo de dizer que o PCB crescia em número de membros e organizações sob sua influência, liderança nas greves e no movimento operário em geral, tiragem e alcance de seu jornal *A Classe Operaria*. Seus votos finais são para a “descoberta” da América Latina no 6.º Congresso da Comintern sair das declarações ou resoluções rumo à concreta ajuda material e planificadora e para os comunistas ingleses e americanos combaterem o jugo de seus países sobre a região. Outro delegado da “América Latina”, o mexicano Manuel Díaz Ramírez,<sup>75</sup> também citou as greves “políticas” na Argentina, no Brasil e na Colômbia, mais frequentes nas empresas estrangeiras, a suposta corrida operária aos sindicatos comunistas e o trabalho que estes estariam fazendo entre os tão explorados imigrantes.

A carta do SSA/IC sobre os “perigos de direita” (cf. nota 45) chocou o PCB, e sob esse impacto o CC reuniu seu 3.º Pleno de 29 a 31 de outubro de 1929 para anular a linha do 2.º e do 3.º Congressos e estigmatizar os presumidos “desvios de direita” de Astrojildo Pereira e Octavio Brandão, no curso da limpa efetuada na Comintern e em suas seções. Durante a análise do texto, denegou-se a aproximação com a pequena burguesia, a compensar-se pelo reforço da incursão fabril e de comitês camponeses, e segundo registrou-se na revista do SSA/IC,<sup>76</sup> impuseram-se novos problemas e diretivas diante da crise econômica, da eleição

<sup>74</sup> Intervenção de Américo Ledo (América Latina), 13.ª sessão de 10 de julho de 1929 (manhã). In: X PLENO do Comitê Executivo..., op. cit., pp. 359-362 (em russo). (Fasc. 1. “A situação internacional e as tarefas da Internacional Comunista”.)

<sup>75</sup> Intervenção de Ramírez (América Latina), 20.ª sessão de 16 de julho de 1929 (noite). In: X PLENO do Comitê Executivo..., op. cit., pp. 147-149 (em russo). (Fasc. 3. “A luta econômica e as tarefas dos Partidos Comunistas”); JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Víctor. **América Latina en la Internacional...**, op. cit., p. 179 ss.

<sup>76</sup> **La Correspondencia Sudamericana**, n. 21, 20 de novembro de 1929 apud CARONE, Edgard. **O P.C.B...**, op. cit., pp. 78-83. (V. 1. “1922 a 1943”.) O autor do texto é Paulo de Lacerda.

presidencial que se aproximava e cuja campanha escancarou a oposição liberal às oligarquias e, quanto ao comunismo internacional, do 10.º Pleno do CEIC e da 1.ª Conferência Comunista Latino-Americana. No sentido da radicalização teórica e prática, a reunião do CC ampliou as autocríticas anteriores sobre lacunas em setores específicos e na ligação com o SSA/IC e com a própria IC, bem como decalcou o combate aos “desvios de direita”, que no caso do PCB estariam na sobrestima do parlamento (BOC), na negligência do trabalho ilegal, na inércia ante a revolução burguesa, com medo de mostrar a fisionomia real do partido, e na subestima da onda revolucionária e do potencial comunista. Consoante à nova tática internacional de “classe contra classe”, o partido deveria forçar a marcha das chances revolucionárias, conduzir questões políticas onde elas faltassem e responder à ofensiva burguesa, mesmo que isso implicasse prejuízos e prisões, pois não reagir indicaria tibieza e passividade.

O PCB foi acatando a intervenção direta pelo SSA/IC ou o CEIC a partir de 1929, da qual uma das formas era o envio de representantes plenipotenciários, muito deles antigos membros desse comitê ou dirigentes de partidos europeus caídos em desgraça após viragens internacionais ou atuações falhas em certas crises. Paradoxalmente, a busca ou o êxito em aplicar a “linha correta” foi o que mais estorvou e isolou os comunistas, gerando resistências e inclusive a necessidade de quadros internacionais virem ao Brasil para resolver problemas pontuais. Prova desse desalinho foram reuniões no Secretariado Latino-Americano do CEIC (SLA/IC) em fins de outubro de 1929, nas quais Astrojildo Pereira (estando para voltar da URSS), Heitor Ferreira Lima, Russildo Magalhães e Carlos Augusto da Silva tiveram de “discutir” a situação brasileira e as supostas chances revolucionárias com I. P. Stepanov, Humbert-Droz, Ruggiero Grieco, August Guralski e outros. As memórias de Ferreira Lima são um dos poucos livros que citam o evento e basearam a bibliografia posterior, mas há nos arquivos da Comintern as atas em francês, porém corrigidas e por vezes vertidas a partir do espanhol e outras línguas.<sup>77</sup> Os brasileiros defendem a linha que então seguiam, mencionam os sucessos eleitorais do BOC, exaltam as greves em que o PCB teve papel ativo e lamentam as falhas nos setores feminino, juvenil e camponês, mas prometem futuros avanços e rápidas correções se a IC os auxiliar. Os chefes de Moscou respondem que eles analisaram rasamente os problemas, não captaram as oportunidades de revolução advindas com a crise econômica, sobrevalorizaram o parlamento, não estimaram o poder real das massas e mantiveram-se a

---

<sup>77</sup> LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos**: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 102 ss.; RGASPI f. 495, op. 79, dd. 55-58. Talvez por lapso de memória, Ferreira Lima engana-se na data dos encontros, mencionando-os como tendo ocorrido entre novembro e dezembro de 1929. O nome real de Guralski era Abram Iakovlevich Kheifets, segundo JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Víctor. **América Latina en la Internacional...**, op. cit., p. 287.

reboque da pequena burguesia, a despeito dos inúmeros alertas do SSA/IC. Os membros do PCB acrescentam que não houve preocupação das cúpulas em mandar ordens claras e rápidas ou mesmo mandar material em português, e não em espanhol, mas são rebatidos com a censura de que nem mesmo linha própria ou estrutura o partido tem e que a carta de setembro sobre “perigos de direita” já era suficiente. Além disso, o seguimento acrítico a Prestes, uma espécie de “Jiang Jieshi brasileiro”, estava transformando o BOC em um “Guomindang brasileiro”, e a “terceira revolta”, no anúncio de uma “revolução de opereta” pequeno-burguesa.<sup>78</sup> A constância desse tipo de reunião devia-se às dificuldades com que se podia obter de um só lugar, mesmo em uma grande capital, informações sobre o resto do mundo, na ausência dos atuais meios de comunicação. Serge Wolikow<sup>79</sup> lembra que essas delegações mais discretas também eram úteis por responderem em geral a um pedido claro da cúpula da IC para prestar contas ou ao menos expiar fracassos ou problemas de organização. Por regra, iam quadros experientes à frente de grupos dirigentes cujo reforço era desejado por Moscou, o que não obstava serem reuniões inquisitórias, com perguntas precisas de respostas minuciosas e seguidas da exposição de opiniões sobre os colegas de partido.

Mesmo no SLA/IC, talvez não houvesse acordo sobre como proceder com o PCB, a começar pelas opiniões diversas quanto ao BOC, que iam desde a extinção pura e simples até sua remodelação, passando pela mudança de suas funções. Mas as divergências podem ter sido fortes, pois os frutos do debate de outubro vieram a público apenas em fevereiro de 1930, quando o Secretariado Político do CEIC aprovou uma resolução<sup>80</sup> sobre a crise econômica brasileira, o acirramento de uma suposta crise revolucionária, o caráter da revolução, a importância da independência do partido, suas relações com o BOC e as organizações de massa e as tarefas urgentes. O caráter do movimento ainda é democrático-burguês, a aliança operário-camponesa ainda é o principal recurso da luta “antifeudal” e anti-imperialista, e o PCB deve aí ser hegemônico a todo custo, não sem antes anular os “perigos de direita”, que são o ocultamento atrás do BOC, a negação da hegemonia proletária na revolução, a aliança com setores pequeno-burgueses e a falta de controle sobre as massas. O objetivo presente

<sup>78</sup> Nas atas, não se leem ordens explícitas para dissolver o BOC ou romper os contatos com Prestes, mas apenas críticas duras ao modo como o PCB estaria aproveitando esses meios, que dentro do contexto radical na Comintern, porém, deixavam pouca margem para seu livre uso no Brasil. Assim entendendo, o partido tratou de aos poucos dar fim a eles, dissolvendo o bloco e repudiando o ex-capitão.

<sup>79</sup> Internationalistes et internationalismes communistes. In: DREYFUS, Michel et al. (Dirs.). **Le siècle des communismes...**, op. cit., p. 534.

<sup>80</sup> Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira. **A Classe Operaria**, 2.<sup>a</sup> fase, Rio de Janeiro, n. 89, p. 3, 17 de abril de 1930. A discrepância entre a data da assinatura e a data da publicação também é reveladora. O texto também está reproduzido em CARONE, Edgard. **O P.C.B...**, op. cit., pp. 96-102. (V. 1. “1922 a 1943”); LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos...**, op. cit., pp. 107-113.

consistiria em instaurar uma “ditadura democrática revolucionária” proletária e camponesa de “soviets”, que depois se tornaria uma “revolução socialista”, diretiva que revela o constante decalque do exemplo russo à América Latina. Mas a mensagem central do debate de outubro, quando se reforçava a aplicação na América Latina das linhas do 6.º Congresso da Comintern e do 10.º Pleno do CEIC, tratava da meta de “proletarizar” as cúpulas partidárias, conservando apenas os proletários “autênticos”. Tal imposição, além de forçar a ruptura final com o grupo de Astrojildo e Brandão, inaugurou no PCB a intrusão permanente da IC, o esfacelamento organizativo e um obreirismo caricatural em que se detratavam não proletários e defensores do BOC e da aliança com os “tenentes”, todos rotulados de “direitistas”.

No Brasil, apesar da Lei Celerada, o mandato do presidente Washington Luís foi relativamente calmo, mas durante o ano de 1929 surgiram tensões entre ele e algumas elites locais devido à sua decisão de apoiar um paulista à sucessão presidencial, declarando sustento a Júlio Prestes como futuro candidato. Assim, parte dessas elites dissidentes formou a Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas, para concorrer ao pleito de 1930. Mesmo entre os cafeicultores paulistas, duramente atingidos pela crise mundial de 1929 ao não poderem pagar os juros contraídos para financiarem a expansão da lavoura, houve incômodo quando o presidente recusou-lhes medidas emergenciais, temendo prejudicar seu plano de estabilidade cambial. Furiosos com a vitória de Júlio Prestes em março de 1930, jovens políticos das elites locais, chamados “tenentes civis”, decidiram unir-se aos militares rebeldes e planejar uma revolta armada, e embora a conspiração estivesse defasada no meio do ano, em 26 de julho o assassinato do governador paraibano João Pessoa estimulou a comoção oposicionista. À crise política somaram-se os frutos da crise econômica: desemprego, queda do comércio exterior e da produção industrial e baixas nos preços de produtos agrícolas e matérias-primas, com danos para os países agroexportadores como o Brasil, quase todo dependente da exportação do café. Bloqueado o mercado externo por falta de demanda, chegou-se a queimar toneladas de sacas ou usá-las de combustível para trens, a fim de baixar seu preço. A queima de safras e a diversificação das plantações não impedirão o início de um grande êxodo rural na década de 1930, esvaziando os campos e inflando cidades inábeis em adaptar sua infraestrutura às novas demandas. O meio urbano atrai porque as indústrias, pequenas em sua maioria e atendendo a uma demanda interna incessante, foram menos afetadas no auge da crise. A velha sociedade agrária, oligárquica e patrimonialista tornava-se industrial, urbana, impessoal e politizada.<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Brasil na p. 175.

Após a derrota de Vargas nas eleições presidenciais de março de 1930, Prestes não quis ladear os que desejavam antecipar um levante armado e redigiu uma carta aberta expondo suas posições radicais e que divulgaria em breve. Ela acabou saindo precocemente em 29 de maio no jornal *Diário da Noite* e a força de seu impacto selou a ruptura com muitos dos antigos aliados, que se viram por vezes impelidos a juntar-se à AL e até mesmo revelaram clara descrença em uma revolução promovida pelas próprias massas. Na carta celebrizada com o título de “Manifesto de Maio”,<sup>82</sup> exprimindo opiniões próximas às pregadas então pelo PCB, Prestes repudia o regime oligárquico vigente, as soluções “superficiais” dos liberais e da AL, traduzidas nas eleições de 1930, e a mera troca de homens no poder somada a reformas eleitorais e monetárias. Uma “insurreição generalizada” das “massas trabalhadoras da cidade e do campo” contra o grande latifúndio e o “imperialismo anglo-americano”, os dois pilares da oligarquia, rumo a um governo “baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros”, seria a única salvação, favorecida pela crise econômica, pela pobreza das massas e pelos conluios dentro das elites. Em linhas gerais, o texto reflete a tática da Comintern para os países “coloniais e semicoloniais”, como se vê na ideia de “revolução agrária e anti-imperialista”. Contudo, a assimilação ainda parece desordenada, pois “feudal” e “semifeudal” são palavras que se revezam indistintamente em alusão ao caráter da exploração latifundiária, e não aparecem em nenhum ponto os termos “operário” e “camponês”, fundidos como “trabalhadores da cidade e do campo”. Em julho, Prestes lançou outro manifesto em que anunciava a fundação de uma Liga de Ação Revolucionária (a LAR), como órgão auxiliar ao PCB com funções de levante, propaganda e agitação, para unir simpatizantes da revolução “democrática”, “agrária e anti-imperialista”, mas não afinados com todas as metas proletárias. A essa altura, restavam poucos companheiros para apoiar o que seria no fundo uma grande “frente única” com reconhecido papel ao partido comunista, este mesmo desprezando que um “pequeno-burguês” quisesse liderar a “revolução agrária e anti-imperialista”, destinada a ser obra do próprio proletariado, guiado pelo seu “Partido” hegemônico. O PCB temia perder a posição já fraca à frente dos movimentos operários e camponeses em prol de alguém muito estimado entre diversos setores populares, e defendeu-se em artigos comentando a adesão de Prestes ao programa do partido e suas opiniões sobre conjuntura política e questão social.<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> **Diário da Noite**, São Paulo, 2.<sup>a</sup> edição, 29 de maio de 1930 apud BASTOS, Abguar. **Prestes e a Revolução Social**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986, pp. 197-200. Também disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1930/05/manifesto.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

<sup>83</sup> O Partido Comunista perante o manifesto de Luís Carlos Prestes. **A Classe Operaria**, 8 de julho de 1930; O movimento revolucionário do Brasil e a Liga Revolucionária de Prestes. **Revista Comunista**, Buenos Aires, ano 1, n. 1, setembro de 1930 apud CARONE, Edgard. **O P.C.B...**, op. cit., pp. 83-96. (V. 1. “1922 a 1943”).

Naquela época, o SLA/IC, ao qual se subordinava o SSA/IC, ordenava que o PCB combatesse Prestes e o “prestismo”, contra um líder pequeno-burguês disputando com os comunistas a chefia do movimento revolucionário brasileiro. August Guralski, responsável pelo SSA/IC, já ordenava em 1929 criticarem o ex-capitão e seu programa e impedirem-no de “usar” os comunistas, mas à medida que Prestes isolava-se cada vez mais dos “tenentes” brasileiros, Guralski levava com ele uma troca ambígua. Mesmo o atacando com frequência, buscou-o por meio do PCA e no primeiro contato direto felicitou-o pelo “Manifesto de Maio” por julgá-lo um grande passo rumo à luta revolucionária e à aproximação do comunismo. Por outro lado, considerou “um passo atrás” o manifesto sobre a LAR, que não sendo um partido proletário, não passaria de nova agremiação burguesa. Os encontros continuaram, apesar das dificuldades causadas pelo golpe militar que em 6 de setembro de 1930 depôs o presidente argentino Hipólito Yrigoyen, e Guralski não sugeria a Prestes desistir da liga, mas a pensar no assunto, a ser resolvido conforme sua convicção pessoal. A Guralski também preocupava a postura do PCB de continuar chamando Prestes de “Jiang Jieshi brasileiro”, demonstrando que em tempos de “classe contra classe” a cúpula comunista sabia manter o sangue-frio e o pragmatismo esperados de um autêntico bolchevique.<sup>84</sup>

Em 3 de outubro de 1930, enfim estourou a revolta armada da AL no Brasil, mas diante da ínfima resistência governista, uma junta militar pôde depor Washington Luís no dia 24 e, por pressão popular e dos rebeldes gaúchos, dar o comando a Getúlio Vargas em 3 de novembro. O processo eternizado como “Revolução de 30”, reunindo apoio muito heterogêneo, não foi apanágio de um só setor econômico ou classe social, e como ele foi antes um rearranjo de novas e velhas elites políticas e econômicas, de fato não houve troca de uma classe ou setor por outro no poder, mas um reajuste no papel e peso de cada um, ainda que mudanças não imediatas nem planejadas houvessem se dado nos seguintes sentidos: maior autonomia do Estado e irradiação do poder do centro para a periferia do país, e não o contrário, como era hábito, promoção da industrialização, e bem mais por atitude dos técnicos do governo do que dos próprios empresários, alguma inserção e proteção sociais do proletariado urbano para inseri-lo em aliança de classes com a burguesia industrial, e centralidade das Forças Armadas, sobretudo do Exército, na salvaguarda da ordem interna e no sustento à formação de uma indústria de base. Os interesses por trás do golpe foram contraditórios, pois grupos oligárquicos dissidentes apostaram inicialmente na aventura com Vargas, enquanto os civis aceitaram de início dividir o poder com os militares como fonte de

---

<sup>84</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Partido Comunista do Brasil na p. 176.

sustentação básica e garantia de não retorno à ordem anterior. Mas a partir de um momento, os efeitos da crise econômica mundial juntar-se-ão aos desdobramentos da mudança de regime, a qual principia com condicionantes essencialmente internos e formará depois uma só onda de ebulições ao somar-se com os choques vindos de fora.

Em um jogo duplo, o SSA/IC acolhia Luiz Carlos Prestes, mesmo contra a vontade do PCB, e intervia para surgir no partido uma direção com traços isolacionistas, embora ela repelisse ainda mais a nova companhia. Assim, quando o organismo deixou Buenos Aires em outubro de 1930 após o golpe de Estado do general José Félix Uriburu e transferiu-se para Montevideú, Prestes acompanhou a equipe, abandonou os planos da LAR em novembro e nos novos apelos públicos passou a sugerir a filiação, sustento e apoio ao PCB ou organizações de massa ligadas a ele. No Uruguai, criou elos com o PC local, com seu secretário-geral e com vários militantes comunistas, atuou em protestos de massa chamados por eles, seguiu redigindo e enviando textos contra Vargas ao Brasil e aproximou-se ainda mais do SSA/IC, que na nova casa reestruturou-se e renomeou-se “Birô Sul-Americano” (BSA/IC). E mesmo guinando em suas posições, Prestes ainda era rejeitado pelo PCB. No início de 1931, repelia o empenho do Governo Provisório de anistiá-lo ou cooptá-lo, e em 12 de março publicou-se uma carta aberta sua,<sup>85</sup> com longa análise da situação brasileira e ataque ao novo regime e a alguns antigos aliados seus, na qual condena o “prestismo” e o trotskismo, lamenta a experiência jamais efetivada da LAR e confirma sua adesão ao comunismo e seu seguimento do PCB. O discurso está bem mais desdobrado em relação a maio de 1930, por já se sentirem os primeiros efeitos do golpe, e lançado contra antigos companheiros de luta “vendidos” ao governo Vargas e vários políticos e figuras públicas que fariam demagogia com seu nome. Prestes está também mais hábil em manejar as categorias forjadas na Comintern para explicar a conjuntura internacional e compara os males das potências capitalistas às disfunções estruturais brasileiras. Embora aluda aos “conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros”, e não mais aos vagos “trabalhadores da cidade e do campo” de 1930, somente no final faz breves considerações programáticas ao campesinato, limitando-se a lembrar sua vivência com as massas sertanejas miseráveis do interior brasileiro. A mensagem é de libertação nacional anti-imperialista e supressão dos demagogos que serviriam às potências estrangeiras, e Prestes termina o texto citando a ameaça de intervenção capitalista contra a URSS, a ser impedida pelos proletários do mundo todo.

---

<sup>85</sup> Carta aberta de L. C. Prestes. Buenos Aires, 12 de março de 1931. **Diário da Noite**, São Paulo, 24 de março de 1931 apud BASTOS, Abguar. **Prestes e a Revolução Social...**, op. cit., pp. 220-231.

Um dia, Prestes recebeu de Guraliski, pelas mãos do PC uruguaio, a proposta de ir à União Soviética trabalhar como engenheiro, estudar o marxismo, ver a edificação socialista e inteirar-se do movimento internacional. Em 1931, Guraliski passou a Arthur Ernst Ewert, *alias* Harry Berger, a direção do BSA/IC, que apoiou a viagem de Prestes, recomendou-o ao SLA/IC, que já estava pensando valer a pena investir em sua adesão, e enviou no dia 29 de agosto mensagem ao CC e aos Comitês Estaduais do PCB pedindo que cessassem os ataques ao comandante, pois ele mesmo teria deixado o “prestismo” e estaria combatendo-o. Mas foi cauteloso, embora interessado, que o partido recebeu a notícia da viagem, desejando aguardar resultados concretos. Empolgado, Prestes partiu sozinho de Montevidéu no fim de setembro de 1931, com passaporte uruguaio, seguido pela família, até se encontrarem na Alemanha e daí partirem para Moscou. Começava aí a história do caso único em todo o comunismo da América, em que uma personalidade de renome popular associava-se aos destinos e estrutura (quadros e aparelho) do PC, no caso brasileiro, com influência de uma formação social marcada pelo papel do Exército como guardião autoproclamado da “pureza democrática e republicana”, pelo carisma personalista predominando sobre o partidarismo ideológico, pela exclusão eleitoral da maioria da população e pela carência material e educativa do país no geral. Luiz Carlos Prestes era o líder apartidário, com algum senso social e prestígio de massas, necessário ao PCB para efetivar a tão almejada incursão entre operários e camponeses. A vida de Prestes confunde-se com a história do Brasil em boa parte do século 20, assim como é inviável separar a existência do partido das vicissitudes políticas nacionais. Portanto, os dilemas políticos do ex-capitão, que também foram os da classe ilustrada e politizada brasileira, e os pontos de contato dos comunistas com todas essas figuras imbricam-se aos acontecimentos que levaram à transição da Primeira República à Era Vargas.<sup>86</sup>

Enquanto Prestes buscava o “paraíso na Terra”, Getúlio Vargas começava seu comando ante um inferno de desemprego, barreiras à exportação agrícola e queda na receita das importações. Tentou suprimi-lo, entre outras medidas, com a centralização política e a redução dos aparelhos estaduais, a centralização econômica intervencionista, especialmente na cafeicultura e suas medidas excepcionais, e a montagem do aparato sindical ligado ao novo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com inovadora proteção trabalhista, visando basicamente destruir o movimento operário independente. Para ampliar sua base de apoio, Vargas aproximou o governo com a Igreja Católica e, buscando formar novas e melhores

---

<sup>86</sup> Como argumentam os dois principais biógrafos recentes de Luiz Carlos Prestes: REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes...**, op. cit.; PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes...**, op. cit.

elites técnicas e pensantes, promoveu ampla reforma no ensino, também de teor centralista, sobretudo no nível básico, abrindo universidades e balanceando propostas liberais e católicas para a instrução básica, com pendor maior a um autoritarismo pró-católico. Com o golpe, os “tenentes” entraram no governo e foram usados por Vargas para contrapor-se às elites locais, com sucesso variado, mas muitas vezes eles acabavam pactuando com essas elites e muitas inovações a que se propunham ficavam inoperantes. O caso de São Paulo era mais complexo, pois as elites exigiam o retorno rápido à normalidade constitucional e a abreviação da ditadura, e houve muitas queixas com a nomeação do militar pernambucano João Alberto Lins de Barros como interventor estadual, quando era esperado um civil e paulista para o cargo. Pressionado, ele renunciou em julho de 1931, e após várias mudanças foi enfim empossado o paulista civil Pedro de Toledo em março de 1932, um nome, porém, sem grande prestígio local. As elites paulistas, gaúchas e mineiras foram exigindo reformas eleitorais, e criaram-se então a Justiça Eleitoral e o Código Eleitoral, que estatuiu o voto obrigatório e secreto, além do feminino, e definiram-se as regras para as eleições legislativas.

Os intendentos do BOC, eleitos no Rio de Janeiro em 1928, cumpriam seus mandatos rondados por ameaças, boicote dos colegas, corte nos discursos, barragem de projetos e veto às propostas radicais. Tanto se fez em seu prejuízo que, de fins de 1929 até junho de 1930, correu o processo interno que censurou a propaganda de suas ideias, bloqueou vários de seus discursos e enfim impediu todo o registro de suas intervenções em documentos oficiais, o que, somado à clandestinidade e constantes prisões, em clara infração da imunidade parlamentar, criou uma situação de “cassação branca”, segundo Dainis Karepovs.<sup>87</sup> Ao longo de 1929 e 1930, as principais declarações públicas do PCB sobre a sucessão presidencial e as lutas político-institucionais no Brasil evoluíram no sentido da forte descrença nos presidentes e parlamentos, inevitavelmente controlados pelo poder econômico nacional agrário-latifundiário e industrial e pelos que o guiariam, os imperialismos britânico e americano. As mazelas nacionais não seriam sanadas pela simples troca das elites no governo, que em última instância manteriam iguais a base econômica e os vícios políticos, ajudados por demagogos cujas palavras radicais apenas enganavam o povo, enquanto somente a ação direta dos trabalhadores oprimidos poderia gerar mudanças profundas. Mas a primeira diferença clara entre os dois anos é a postura para com a pequena burguesia: se em 1929 ainda é vista como aliada dos operários, em especial sua fração empobrecida, assim como seu suposto chefe Luiz

---

<sup>87</sup> **A classe operária vai ao parlamento:** o Bloco Operário e Camponês do Brasil. São Paulo: Alameda, 2006, capítulos 2, 3, 4 e 5.

Carlos Prestes, ao longo de 1930 ela sofreria cada vez mais críticas e seria indesejada na liderança política revolucionária, assim como Prestes, visto como um falador facilmente absorvível pelas forças da reação. Quando o BOC disputou sua última eleição presidencial em 1930, o Estado burguês ainda era visto como um bastião conquistável, como teriam provado os vereadores Brandão e Minervino e como se percebia pela ausência de críticas virulentas ao processo eleitoral em 1929. Mas tendo Júlio Prestes vencido e se lançado à posse, o PCB apelou mais diretamente à luta de massas e apregoou os governos “soviéticos”, na trilha da Comintern. Aliás, os próprios textos alinhavam-se sempre mais ao comunismo internacional, adaptado a toda minúcia da realidade local, mesmo com reducionismos: enquanto em 1929 há certa liberdade no traçado de categorias e um documento não fica longo demais ao ater-se aos pontos essenciais do tema, no início de 1930 abundava a radicalização típica dos escritos de Moscou, e no fim do ano o discurso segue todo o modelo soviético, com sobrevalorização da cena internacional, submissão do trabalho partidário à defesa da URSS e prolixidade com fechos em *slogans* curtos e estridentes, ausentes em 1929. Tudo isso mostra que se, por um lado, a flacidez orgânica e o desmonte pela repressão pudessem retirar do PCB o direito de dizer-se um “autêntico partido bolchevique”, ainda mais comparado à cômoda situação do VKP(b) instalado no poder, por outro lado foram permanentes as tentativas de imitar a matriz na linguagem, na lida cotidiana e na maneira de encarar o mundo.<sup>88</sup>

Astrojildo Pereira voltou ao Brasil no início de 1930 devendo “bolchevizar” seu partido, mas a versão nacional prática dessa linha foi “proletarizar” com os exageros que algumas testemunhas chamaram “desvio obreirista”, sempre anuídos por Guralski e direcionados, assim, a uma tática de alianças demasiado estreitas e sem vinculações com a pequena burguesia radical. Piorando a situação, durante a campanha para o pleito de 1.º de março de 1930 à Presidência da República e ao Congresso Nacional, os nomes do BOC (Minervino de Oliveira era candidato a presidente, seguindo a diretiva de lançar candidato próprio, sem alianças) foram perseguidos ou presos em todo o país, tiveram comícios estorvados tanto por governadores republicanos quanto aliancistas e levaram um ínfimo sufrágio. Em seguida, proibiu-se a passeata de 1.º de Maio na Praça Mauá, na cidade do Rio, com prisão aos que desafiaram a censura e caça incessante ao PCB. Enquanto isso, a “proletarização” caricatural no partido fez os dirigentes falarem errado, vestirem roupas

---

<sup>88</sup> A sucessão presidencial. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1929; A significação das eleições para o proletariado. **A Classe Operária**, 15 de fevereiro de 1930; Aos trabalhadores das cidades e dos campos, a todos os explorados do Brasil. **A Classe Operária**, 19 de julho de 1930 apud CARONE, Edgard. **O P.C.B...**, op. cit., pp. 102-111. (V. 1. “1922 a 1943”).

surradas, fumarem cigarros baratos e engrossarem os modos, tudo de forma proposital e encenada, a ponto de muitos dos próprios militantes enxergarem aí uma real degeneração. Claude Pannetier e Bernard Pudal<sup>89</sup> talvez ofereçam pistas sobre esse jeito de pensar ao recordarem que na URSS da década de 1930, uma espécie de “mito proletário” estava surgindo na propaganda, na literatura e nas artes, buscando-se “heróis” do ofício no PC, nas fábricas, no exército, entre os proletários de choque e em outros meios. Esse mito, fundado na oposição “classe/partido”, pressupunha transformar a “pulsão primordial”, um “instinto de classe” no operário nato, em “consciência de classe”, num “segundo nascimento” que começava a apagar os “resquícios” da ideologia burguesa dominante e incutia no iniciado um orgulho de sua nova condição. Os diários pessoais de militantes estrangeiros, postos nos arquivos soviéticos, contêm uma “escrita de si” a moldar a aura do “homem novo comunista”, com a crença sincera de integrarem um grande plano de reconstrução nacional e de mudança na humanidade e com o receio de não estarem à altura de seu tempo. Se houve quem atribuísse ao processo um estilo tirânico, Ronald Chilcote<sup>90</sup> replica que pertencer a um partido comunista significa não apenas filiação formal, mas também integração da vida pessoal e privada à esfera militante comunitária e a adoção de uma visão de mundo totalizante, que compensariam o malogro em fundir-se ao universo dos valores dominantes ou tirar vantagens dele e seriam anulados (defecção) quando também se tornassem infrutíferos.

Os debates de 1930 sobre a América Latina nas cúpulas regional (SSA/IC) e internacional (SLA/IC) também atordoaram fortemente os dirigentes do PCB (cf. p. 37). Ao pleno ampliado do SSA/IC em Buenos Aires (abril e maio) dirigiram-se Astrojildo Pereira, Octavio Brandão, Plínio Mello e Aristides Lobo, tendo os dois primeiros cedido à ordem de romper totalmente com a pequena burguesia reputada “social-fascista” pela cúpula, sobretudo com o “prestismo”, e como intelectuais, além de outros, passado para uma situação ainda mais frágil no partido. Finalmente, após o retorno da delegação, um pleno ampliado do CC afastou Brandão do órgão, tirou os cargos diretivos de Paulo de Lacerda e Leôncio Basbaum, fechou formalmente o BOC e fez muitos outros militantes serem excluídos ou afastarem-se. Em 9 e 10 de agosto, mais um pleno ampliado do CC, com o enviado especial Mikhail Borodin da Comintern, reafirmou as críticas, apontou as insuficiências da organização partidária e solicitou uma separação mais clara entre o PCB e os movimentos “pequeno-burgueses”. Embora os adeptos do “terceiro período”, reunidos em 1928, não houvessem predominado no

---

<sup>89</sup> Stalinisme, culte ouvrier et culte des dirigeants. In: DREYFUS, Michel et al. (Dirs.). **Le siècle des communismes...**, op. cit., pp. 554-557.

<sup>90</sup> **O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração – 1922-1972.** Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 206.

3.º Congresso do PCB, surgiu nesse pleno uma nova maioria de “esquerda” feita por José Caetano Machado, Alcides Adett Brazil de Mattos, José Vilar, Fernando de Lacerda e outros, impossibilitando ao “núcleo fundador” manter a chefia, mesmo pacificado com as figuras ascendentes. No encontro de outubro no SLA/IC de Moscou, Ferreira Lima e Grazzini são citados como oradores, além de José Lago Molares e Gersh Berezin, filho de judeus nascido na Ucrânia e vindo ao Brasil em 1921.<sup>91</sup> Grazzini é a figura que menos cita sucessos,<sup>92</sup> e além de mencionar Washington Luís como exemplo suficiente da repressiva força estatal, está entre os que pedem ajuda às instâncias superiores para, pelo menos, manterem contato mais durável e mandarem respostas rápidas, pois em muitas situações eles simplesmente “não sabem o que fazer”. Respondendo aos brasileiros, Humbert-Droz<sup>93</sup> centrou fogo no BOC, uma “caricatura” da tática do bloco operário e camponês, sem camponeses nem organismos camponeses, uma fachada eleitoral para acobertar alguns líderes pequeno-burgueses. O PCB teria apenas criticado Prestes e a LAR (“uma espécie de Guomindang”), sem com isso buscar a hegemonia do movimento operário e tentar arrancá-lo à pequena burguesia por meio da mobilização real das massas. Teria faltado também organizar ou juntar-se aos operários das grandes indústrias do capital imperialista nas cidades de São Paulo e do Rio, onde muitos militantes trabalhariam apenas em pequenas empresas ou negócios. Dmitri Manuilski<sup>94</sup> também falou do BOC como exemplo de aplicação “oportunista” e “pequeno-burguesa” da tática de “frente única” e reprovou a “proletarização” aplicada como exclusão mecânica de intelectuais da direção, muitos deles militantes provados. Nos dois textos de um projeto de resolução da conferência, sobre as tarefas partidárias em meio a guerras e golpes,<sup>95</sup> o PCB e o BOC são novamente censurados por terem supostamente, mais do que em outros países, extremado o atrelamento às ações da pequena burguesia, seguindo o carisma de Prestes, não atacando a LAR com força e esperando uma “terceira revolta” “tenentista” como prelúdio à insurreição operária.

Com efeito, na segunda metade de 1930, a “proletarização” do PCB topava com barreiras. Mesmo tendo a Comintern, por empenho especial de Guralski, feito de tudo para removê-las, os comunistas brasileiros tiveram apenas problemas, entre eles o arrasamento orgânico e a sucessão de secretários-gerais operários que mais pareciam caricaturas de líderes

<sup>91</sup> Sobre Berezin e Molares, cf. JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Víctor. **América Latina en la Internacional...**, op. cit., p. 87 ss. e 343.

<sup>92</sup> O informe de Grazzini (“Gubinelli”) está em RGASPI f. 495, op. 79, d. 121, ll. 3-34.

<sup>93</sup> RGASPI f. 495, op. 79, d. 123, ll. 28-31 e 39-40.

<sup>94</sup> A resposta integral de Manuilski em francês está em RGASPI f. 495, op. 79, d. 124, ll. 1-42.

<sup>95</sup> RGASPI f. 495, op. 79, d. 137, ll. 40-56 (datado de 6 de novembro, com a anotação manuscrita “Projet Humbert-Droz”) e ll. 57-77 (datado de 14 de novembro, anotado à mão “Camarada Manuilski” em russo). Ambas as cópias estão datilografadas em francês.

políticos, e quem não tinha extração proletária inventou uma para si. O SSA/IC não era especialmente simpático a Astrojildo, mas deteve-o por um tempo à frente do PCB, obrigando-o a remover vários membros do CC, inclusive Brandão, que aceitou, mas fez duras críticas privadas ao secretário-geral por ter seguido cegamente as ordens de Moscou, enquanto ascendia Fernando de Lacerda, anti-intelectual ao extremo e defensor das críticas que o secretariado fazia aos brasileiros. Antes da revolta da AL em 3 de outubro, o partido já estava sendo atacado e difamado pelos grandes jornais, e assim continuou perseguido durante o golpe, sem dar muita importância ao fato de que multidões acorreram à aclamação de Vargas e da Aliança, após vitória fácil dos rebeldes em vários estados. Em reunião ampliada do CC no Rio de Janeiro, Astrojildo Pereira foi então demitido da secretaria-geral, diante do estado crítico do PCB e da lentidão da “proletarização”, e foi enviado a São Paulo junto com Paulo de Lacerda para militar no Comitê Regional (CR) em estágio de “reabilitação”. Exaurido, e após afastar-se sem barulho, em abril-maio de 1931, do partido que ajudou a fundar, escreveu ao comitê de São Paulo lamentando as próprias “limitações”, em carta que caiu nas mãos de Guralski e serviu-lhe para justificar a destituição do líder. Octavio Brandão, que nunca perdoou Astrojildo pela submissão à tática de “proletarização” e pelo desvio à responsabilidade pelos erros do PCB, foi lançado ao ostracismo. Preso logo após voltar das conversas em Buenos Aires, ficou detido por três meses, preso de novo em abril de 1931 e finalmente deportado com a esposa e as três filhas pequenas para a Alemanha em 18 de junho. Definitivamente, o golpe de Estado chefiado por Vargas não era a “terceira revolta”.<sup>96</sup>

Em fins de janeiro de 1931, Heitor Ferreira Lima retornou de seus estudos na Escola Leninista Internacional e foi aclamado secretário-geral por dirigentes reunidos na cidade do Rio. Após a posse de Getúlio Vargas (3 de novembro de 1930), deputados federais progressistas e outros antialiancistas foram presos, e logo políticos e policiais situacionistas acabaram soltos, mas não os militantes radicais. O PCB foi-se abalando ao ver o povo todo em vivas ao novo governo e enfrentar uma repressão a opositores ainda mais forte e um acosso bem maior aos comunistas, vigiados de perto também pelo SSA/IC e guiados por uma cúpula de formação instável e orientação isolacionista com ambições de mando político. Os comunistas enxergaram o novo governo como mera sequência do anterior, criticaram a presumida enganação dos trabalhadores, a retirada de direitos e a feroz supressão das organizações livres, em mais um capítulo da peleja entre o imperialismo britânico orientando Washington Luís e o americano movendo a Aliança Liberal. O momento seria de brusca

---

<sup>96</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Partido Comunista do Brasil na p. 176.

ruptura com os políticos tradicionais e o regime, e mesmo os antigos líderes da Coluna Invicta, sobretudo Miguel Costa e o próprio Luiz Carlos Prestes, estariam fazendo um papel “fascista” com sua demagogia ilusória. No âmbito estratégico, a atual etapa da revolução, agrária, “antifeudal” e anti-imperialista, deveria levar ao governo operário-camponês baseado em “soviets”, ou conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros, e ao confisco de terras latifundiárias.<sup>97</sup> Ao que parece, a linha “proletarizante” foi influenciada mais pelas decisões tomadas no domínio da Comintern do que pela própria situação brasileira, revelando que os influxos internos e externos podiam coincidir ou também conviver paralelamente. Dessa forma, desde meados de 1930, o PCB buscou ampliar os recrutamentos, difundir mais literatura político-ideológica, agregar os trabalhadores agrícolas em sindicatos, atentar mais às necessidades específicas dos imigrantes, entre outras tarefas.

Na nova década, o Partido Comunista do Brasil buscou conduzir não apenas os operários, mas também os camponeses, soldados e marinheiros revolucionários, daí ter ampliado o número de publicações impressas voltadas à agitação política entre esses militares. Mas hesitante e radicalizado, esteve isolado e rejeitado por outras forças de esquerda, enquanto assistia passivo à “revolução” de 1930 e à ascensão do novo regime, sem por isso escapar ao imediato rolo compressor anticomunista ou poder resistir com uma ampla “frente única” que na prática havia sido deixada. Por mais que o BSA/IC interviesse, a ala radical do partido não superou a instabilidade organizativa após cair o núcleo com Astrojildo Pereira, Octavio Brandão e Cristiano Cordeiro. A nova direção fracassou em aprofundar a análise da realidade brasileira e fortalecer a produção teórica comunista, atrelou-se às formulações genéricas elaboradas pela Comintern e direcionou o PCB rumo à mera defesa da razão de Estado soviética em detrimento do movimento internacional, sobretudo depois de 1929, quando se impôs a “proletarização”. Com a vitória de Stalin na URSS, o fim da república oligárquica no Brasil, a ascensão fascista e a escalada bélica mundial, os comunistas caíram no turbilhão que levou à mudança no grupo dirigente e à supressão da democracia interna. Todos esses aspectos interagem num tempo em que aderir ao marxismo, lutar pela revolução social e defender os oprimidos voltava a render perseguição e cerceamento pessoal.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> Apud CARONE, Edgard. **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991, pp. 62-66.

<sup>98</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Brasil e do PCB nas pp. 175 e 176.

## **CAPÍTULO 2**

### **A radicalização comunista e a ascensão fascista (1931-1933)**

A Comintern considerava que, no início da década de 1930, os partidos comunistas da Europa Ocidental já estavam “bolchevizados” em sua maioria, isto é, remodelados de acordo com o modelo russo-soviético, tornado obrigatório ante o fracasso de outras revoluções proletárias. Faltava-lhes agora alinhar-se à virada na cúpula estatal da URSS, ou seja, aderir sem resistência às ideias de Stalin sobre economia, política e conjuntura internacional, o que não se deu de forma fácil. De fato, a maioria das seções nacionais foi atingida pela luta ideológica que opôs Trotsky a Moscou, concernindo à supressão dos debates livres no movimento, ao atrelamento deste à razão de Estado do Kremlin e, principalmente, à impotência dos comunistas face ao fortalecimento do regime fascista italiano e à ascensão do nazismo na Alemanha. As contestações da extrema-direita a Versalhes acompanhavam-se de linguagem e pretensões bélicas, enquanto no Brasil as esperanças iniciais na “revolução” de Vargas deram lugar à decepção antiautoritária e à consciência de que a crise econômica parecia longe de uma solução. O PCB dissolvia-se em meio às intervenções diretas do SSA/IC e do CEIC, às lutas de fração que tornavam impossível uma direção estável, à crescente repressão do governo federal e à diretiva de “classe contra classe” com seu radicalismo isolacionista. Contudo, no final do período, surgiram os primeiros sinais da ebulição antifascista e da consolidação de Prestes como um mito da esquerda, elementos que se articulariam na política brasileira e definiriam o futuro dos comunistas locais enquanto interventores nessa arena.

#### **2.1. Stalin no controle da URSS e da Comintern**

Na década de 1930, a democracia liberal baseada nos parlamentos entrou em crise na maior parte da Europa, pressionada pelo fascismo italiano e por regimes autoritários semelhantes e a qual se via confrontada pelo exemplo soviético a afirmar-se derrubador do capitalismo. O comunismo internacional entrecruzava a história de cada partido seu, inserido em seu respectivo país, com a história da Comintern e a história da URSS, cuja edificação dava sentido ao movimento inteiro, ainda impreciso em seus limites e difícil, portanto, de descrever e delimitar. Stalin decidira apoiar apenas as revoluções que ele mesmo desencadeasse ou conseguisse controlar, mas nesse decênio não haveria novas grandes vitórias, enquanto a IC passava gradualmente a ser um simples instrumento da política externa de Moscou, envolvida na dificuldade em conciliar a meta de extinguir o mundo burguês e seu reconhecimento

internacional como Estado. Paradoxalmente, em meados da década começaria a aparecer fora da URSS ampla literatura de esquerda que acusava seu governo de haver deixado todos os movimentos revolucionários, quando não tentado freá-los, mas desde então seria impossível criar tradições revolucionárias sem alguma influência leninista. O “partido de novo tipo” e o sentimento de pertencer a um projeto universal geraram uma coesão que ajudou os comunistas, em detrimento de outros, a tornarem-se o movimento radical por excelência no mundo europeizado e a expandirem-se tal como lograram no século 20. Após a revolução bolchevique, muito poucas outras seriam parecidas, mas seriam antes golpes de Estado, geralmente militares e nem sempre de esquerda, contra o poder central de uma nação, mas a sombra de Lenin manter-se-ia até mesmo sobre tradições comunistas que cindiriam uma hora ou outra com Moscou, pois sua experiência longamente pareceu a única possível ou viável.<sup>1</sup>

Quando Stalin consolidou seu mando sobre a URSS, a “guerra civil” contra as classes antes dominantes tornou-se “guerra social”,<sup>2</sup> isto é, o Estado-fortaleza estaria cercado, ameaçado de destruição pelos países capitalistas e por seus agentes internos, cujo plano seria a restauração do capitalismo. O líder queria destruir o recuo traduzido na NEP, por isso as alianças e viradas táticas da década de 1930 não mudariam a visão geral adotada em 1927, segundo a qual o mundo capitalista estaria ruindo e as tensões dele emersas tornariam inevitável uma guerra dirigida, em última instância, contra os soviéticos. Mesmo sendo uma “guerra social”, ainda era uma guerra, com militarismo e mobilização partidária, na qual o aliado de hoje podia ser destruído amanhã, junto com os inimigos da primeira hora. Ao virar a década, os motes da “revolução pelo alto” de Stalin foram, no plano interno, a coletivização do campo e a industrialização acelerada, e no plano externo, o incremento econômico e militar para equiparar-se às potências capitalistas e prevenir-se de um suposto “novo cerco”. A falta de consenso interno que essas medidas geraram compensou-se pela propaganda e pelas trocas culturais externas, que pintavam a URSS como a alternativa ao capitalismo em crise e faziam os europeus julgarem-na um país em estabilização modernizadora, e não mais um foco de desordem. E conquanto a meta da diplomacia soviética fosse antes garantir a segurança do Estado contra ameaças internas do que espalhar a revolução pelo mundo, a Comintern ainda não havia perdido toda sua utilidade. Por um lado, ela servia como arma internacional de propaganda do regime, em especial na época do 1.º Plano Quinquenal, bem

---

<sup>1</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história da URSS e da Comintern nas pp. 170 e 171.

<sup>2</sup> Os termos entre aspas são de ELORZA, Antonio. “Guerre civile et guerre sociale”. In: VIGREUX, Jean; WOLIKOW, Serge (Dir.). **Cultures communistes au XX<sup>e</sup> siècle: entre guerre et modernité**. Paris: La Dispute, 2003, pp. 74-78.

como de legitimação interna entre os trabalhadores, que se presumia sentirem, como os de outros países, membros de um mesmo exército proletário. Por outro lado, embora Lenin fizesse distinção entre a atividade “revolucionária” da IC e a lida “diplomática” do Ministério (Comissariado do Povo) do Exterior, e embora os ministros do Exterior entre as décadas de 1920 e 1930 se inquietassem com possíveis danos da retórica radical à diplomacia, o próprio movimento foi aos poucos se adaptando às necessidades das relações exteriores soviéticas. Isso se via, sobretudo, nas pequenas mudanças em manifestos, nas oscilações de ênfase em certos “desvios” nos encontros de cúpula, e nas mutantes diretivas para os partidos comunistas. Assim, embora não deixasse a retórica da revolução mundial, a Comintern não visava iniciar levantes socialistas a torto e a direito, sobretudo na Alemanha, crucial nas trocas da URSS com o mundo, pois Moscou exigia paz para industrializar-se e acertar a economia. Mas a dualidade na política da IC era completada, junto com as necessidades soviéticas, pelas premências nacionais e locais que influíram na gradual matização tática ao raiar a década de 1930, pois a linguagem revolucionária imposta de cima chocava-se com as reais situações dos países, em muitos dos quais os partidos eram fracos demais para a revolução.<sup>3</sup>

No movimento internacional, vigoravam as teses de “classe contra classe”, do “terceiro período” de crises e revoltas após a ebulição pós-guerra e a estabilização, do “social-fascismo” e da “bolchevização” dos partidos comunistas, esta última levando suas lideranças, em última instância, a serem mantidas ou removidas conforme as lutas no Kremlin e a fidelidade aos dirigentes russos. Enquanto radicalizava-se a “maioria” no VKP(b) em resposta às investidas da oposição, a formação de uma autêntica cultura comunista passou a demandar a minoração de particularidades nacionais entre membros e entre estruturas partidárias (padronização) e a criação de uma rede “transnacional” de contatos e linguagens, que se procurou “traduzir” em formas nacionais. A contradição aparente entre o discurso radical e a tática internacional moderada pode explicar-se pela relação da linha da Comintern com o fim da NEP soviética e a consequente ruptura no partido e no tecido social inteiro, por causa da coletivização e da industrialização, que coincidiram, além disso, com a comoção gerada pela crise econômica mundial.<sup>4</sup> A visão que predominava no círculo de Stalin era a de que, se era preciso antes de tudo realizar o “socialismo em um só país”, às “seções nacionais” da IC cabia proteger a URSS dos ataques militares de “seus” imperialistas, pois apenas nesse caso a

---

<sup>3</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história da URSS e da Comintern nas pp. 170 e 171.

<sup>4</sup> Assim pensa, por exemplo, PARIS, Robert. La tattica “classe contro classe”. In: **Problemi di Storia dell’Internazionale Comunista**. Turim: Fondazione Luigi Einaudi, 1974 (separata), pp. 181-182.

revolução mundial, como uma iniciativa defensiva, eclodiria fatalmente. Assim, na prática, os partidos comunistas tornavam-se “guarda-fronteiras” exteriores da “pátria do socialismo”.

Essa linha fixou-se no 11.º Pleno do CEIC, reunido em março-abril de 1931, quando os principais dirigentes da Comintern, estreitamente articulados com o VKP(b), pediram que se evitasse uma guerra na Europa Central, em tácita orientação conforme os interesses da URSS, o que, contudo, constrangeu o PC da Alemanha (KPD) a evitar insurreições durante a ascensão e o triunfo de Adolf Hitler. Em seu longo informe sobre a conjuntura mundial, Dmitri Manuilski<sup>5</sup> aponta elementos de crise revolucionária nos elos mais fracos da cadeia capitalista, nomeadamente Índia, China, Espanha e América Latina, em decorrência do desemprego, produção em queda, ataque à segurança social e piora do nível de vida, causados pela crise mundial. Na URSS, onde a situação seria contrária, a pujança estaria causando inveja nos países capitalistas, afoitos em anexá-la ao mercado mundial e descarregar a conta da crise sobre o proletariado local, e que com esse objetivo estariam preparando sua guerra de intervenção. Mas esse intento guardaria alta dose de risco, pois os partidos comunistas podiam pressionar seus governos contra ele, e a União Soviética disporia de um poderoso exército. O fascismo estaria contando com vasto terreno na disposição de massas desempregadas e empobrecidas, na crescente centralização dos Estados monopolistas e nas contradições internacionais geradas pela atual divisão colonial e pelo Tratado de Versalhes. Os fascistas não seriam, aliás, uma anomalia no capitalismo, mas a forma escancarada da “ditadura burguesa” desenvolvida organicamente a partir da “democracia burguesa”, algo ocorrente também em regimes que não teriam, como os latino-americanos, passado pela etapa “democrático-burguesa”. Enquanto EUA e Reino Unido também lutassem para reger o mundo, a América Latina, um dos palcos centrais do combate, estaria vivendo seu “terceiro período” de evolução capitalista, bem como de levantes dos peões, indígenas e outros a quem o “feudalismo” manteria subjugados. Portanto, estariam confirmadas as previsões do 10.º Pleno quanto à aceleração, embora irregular, da ascensão revolucionária, cujo maior óbice estaria não nos “desvios de esquerda”, mas nos paralisantes “desvios de direita”. O francês Marcel Cachin, com seu informe sobre as tarefas a cumprir ante o crescente perigo da guerra,<sup>6</sup> reafirma que as guerras imperialistas podem converter-se em intervenção geral contra a URSS, partindo da Europa, Índia, China ou mesmo Indochina, mas não cita a América Latina.

---

<sup>5</sup> XI PLENO do CEIC: atas taquigráficas. Moscou: Partizdat, 1932, pp. 4-83 (em russo). (Fasc. 1. “Os Partidos Comunistas e a crise do capitalismo”.)

<sup>6</sup> Sobre o aumento do perigo da guerra e as tarefas dos comunistas. In: XI PLENO do CEIC: atas taquigráficas. Moscou: Gossotsekizdat, 1931, pp. 3-39 (em russo). (Fasc. 2. “O perigo da guerra e as tarefas da Comintern. Trabalhos finais do Pleno”.)

As teses adotadas na 25.<sup>a</sup> sessão (11 de abril),<sup>7</sup> a respeito desses informes e de outros dois, estatuíram que as candentes contradições imperialistas quanto a colônias e mercados desaguardariam em um ataque coordenado contra o regime soviético, que estava acabando de edificar as bases de sua economia socialista, em contraposição ao “mundo capitalista”, caído na miséria, desemprego e estagnação. A burguesia estaria recorrendo, para sufocar os abalos, ao terror reacionário, por vezes na forma fascista mais aberta, à supressão de greves e ao aumento da exploração colonial e do parasitismo econômico sobre os países mais pobres, tudo mascarado pela social-democracia e sua campanha antibolchevique. Os reformistas, que seriam o principal suporte da “ditadura burguesa”, deviam ser tão combatidos quanto os fascistas, e paralelamente aos partidos comunistas urgia reforçar sua estrutura e atrair a maioria da classe operária para lutar pela ditadura do proletariado dentro de uma “frente única a partir de baixo” saída das manifestações e greves. Todo PC tinha agora por missão evitar a nova guerra mundial contra a URSS.

A conjuntura alemã e a situação do KPD eram o protótipo que a Comintern empregava para pensar o “terceiro período”. Por volta de 1931 e 1932, alguns dirigentes comunistas alemães e o próprio Stalin consideravam um “erro esquerdista” concentrar os ataques em Hitler, a quem supunham mais ávido pela Europa Ocidental, deixando a URSS livre para erigir o socialismo, e menos fatal do que os socialistas e os trotskistas, verdadeiros suportes do capital financeiro. O fruto mais trágico desse raciocínio deu-se quando os nazistas propuseram em 1931 um plebiscito que opinaria sobre a dissolução antecipada do parlamento da Prússia, cujas novas eleições dariam mais cadeiras a seu partido, o NSDAP, e anulariam a maioria que sustentava o governo de coalizão liderado pelo partido social-democrata (SPD). Após o próprio KPD e parte do CEIC inicialmente cogitarem o boicote, a comissão política do Comitê, por influência de Stalin e Molotov, ordenou o voto “sim” junto com os nazistas, e em 22 de julho o CC do partido alemão acatou essa decisão, o que piorou ainda mais as relações entre socialistas e comunistas. Isso não indica que a tática “classe contra classe” não sofresse críticas, principalmente das bases, as quais eram justamente acusadas pela cúpula da Comintern de não serem consequentes no combate à social-democracia e não perceberem sua “fascistização”. A iniciativa da IC no caso da Alemanha sempre foi ressaltada no aprofundamento do racha entre as esquerdas, em um momento no qual elas viviam um progresso eleitoral, dando livre curso, assim, ao nazismo. Porém, Kevin McDermott e Jeremy

---

<sup>7</sup> XI PLENO do CEIC..., op. cit., pp. 620-634 (fasc. 1) e pp. 239-245 (fasc. 2) (em russo).

Agnew<sup>8</sup> lembram o papel da hostilidade social-democrata para com a URSS e os comunistas e o aumento, pelo menos de 1928 a 1932, de votos e número de membros do KPD inclusive enquanto vigeu a tese do “social-fascismo”, embora as cifras não forneçam respostas absolutas. Além disso, os autores destacam que a Comintern nunca explicou o fascismo de forma estática e imutável, tendo feito confusões com um fenômeno, em última instância, novo e multifacetado, situação na qual ela não estava sozinha. Em todo caso, depois de 1928, as notáveis deduções precoces sobre o fascismo foram cedendo à estreiteza da ortodoxia stalinista, com as conhecidas consequências de se haver, mesmo nos plenos seguintes do CEIC, pouco falado e escrito sobre Hitler e o nazismo, e insistido que o reformismo era o inimigo maior. Nesse sentido, concluem McDermott e Agnew, a cúpula do PC alemão foi totalmente obediente à IC, mas no nível local, sobretudo entre as bases e em tempos de greve ou combate à repressão, houve de fato buscas pela aproximação com membros do SPD, embora Ernst Thälmann, líder dos comunistas, repudiasse tais iniciativas.

A política de “classe contra classe” pressupunha que o capitalismo mundial estava para ruir e que o fascismo, expressão máxima da reação burguesa, era efêmero, destinado àquela mesma derrota. Logo, se a catástrofe era certa, a esquerda moderada, que rejeitava a radicalização, é que deveria levar os primeiros golpes, e não o fascismo, pois, como se dizia na Alemanha, “Depois de Hitler será nossa vez!”. O caso desse país era uma exceção, em que o amplo e crescente eleitorado comunista no início da década de 1930 também se postava “classe contra classe”, nutrindo ressentimento contra uma social-democracia vista como partido institucional, poderoso e apoio dos trabalhadores mais qualificados. Todavia, no geral essa linha arruinou os partidos, especialmente os menores, que precisavam de amplas alianças para surgir a público e agora sofriam uma dolorosa sangria de membros. Impedir a revolução alemã e deixar a barbárie fascista e a bancarrota capitalista, supostamente, liberarem a via para a incursão soviética poderiam ser, segundo Robert Paris,<sup>9</sup> um jeito de blindar a industrialização forçada ou até mesmo de obstar um sustento à oposição trotskista que certamente viria de Berlim. A posição da URSS na hipótese de uma vitória do KPD, para o historiador, tornar-se-ia não mais apenas atrasada do ponto de vista “soviético” e socialista, como dizia Lenin, mas ainda, após a ascensão de uma “nova classe” em Moscou, aferrada em manter seus privilégios, reacionária. A “acumulação primitiva socialista”, ou a construção da grande indústria na Rússia, conclui Paris, teria tido como preço isolar o proletariado mundial,

---

<sup>8</sup> **The Comintern:** a history of International Communism from Lenin to Stalin. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan, 1996, pp. 109-113.

<sup>9</sup> PARIS, Robert. La tattica “classe contro classe”, op. cit., pp. 183-185.

inclusive o alemão, ambos abandonados à própria sorte, do proletariado soviético, identificado de maneira demagógica ao VKP(b) e arcando com a nova fase da reprodução ampliada do capital por meio da industrialização e da coletivização forçadas.

Com a economia caótica e improdutiva, Stalin decretou o fim da “revolução pelo alto” em junho de 1931, findando o combate aos técnicos burgueses, restaurando a autoridade dos administradores de fábrica, refreando o voluntarismo, voltando a pagar os trabalhadores conforme o esforço e planejando um Segundo Plano Quinquenal “mais modesto e pragmático” para 1933. A paz voltava à indústria, mas, diante da fome e das agitações urbanas, apenas em meados de 1933 houve concessões ao campo, permitindo parcialmente o cultivo familiar e a venda local e melhorando as condições nas fazendas coletivas, ainda que a maioria dos produtos ainda fosse distribuída conforme desígnios do Estado, o que evitou uma volta ao mercado no estilo da NEP. A arregimentação de opositores do fascismo fora da União Soviética terminou atribuída à iniciativa de figuras destacadas, mas isoladas ou de poucas ou equívocas relações com o Kremlin, entre as quais se afamou o alemão Willi Münzenberg. Militante socialista precoce, organizador com algum tino empresarial, pôs em funcionamento as primeiras campanhas de apoio material e financeiro à Rússia revolucionária e liderou as estruturas da Comintern que amparavam perseguidos políticos ao redor do mundo. Ele formou também a Liga contra o Imperialismo e em seguida o Movimento contra a Guerra e o Fascismo, cujo primeiro congresso ocorreu em Amsterdã no verão de 1932, unificando a atuação internacional da Liga dos Direitos do Homem, das Mulheres pela Paz e a Liberdade, da Liga contra o Antissemitismo, de objetores de consciência e de várias lojas maçônicas. A esse esforço juntaram-se o aparelho de auxílio político-operário da IC e vários partidos comunistas, levando a viúva de Münzenberg a afirmar anos depois<sup>10</sup> que aí estaria a “primeira pedra da Frente Popular” de meados da década. Com efeito, no 12.º Pleno do CEIC (agosto-setembro de 1932), seriam muitas as críticas à linha radical vigente e à ideia de que uma vitória fascista poderia servir de prelúdio à revolução socialista, e embora as resoluções finais confirmassem o repúdio à social-democracia e as práticas gerais já seguidas, entre 1932 e 1933 o Partido Comunista Francês (PCF) buscou dialogar com os socialistas, no que foram enfim censurados pela Comintern. Entretanto, até o final de 1933 a tática de “frente única” foi praticamente abandonada ou reduzida, mesmo ficando na intenção, à “frente única pela base”,

---

<sup>10</sup> Apud DESANTI, Dominique. **L’Internationale communiste**. Paris: Payot, 1970, p. 194. Para uma coletânea abordando aspectos vários de seu pensamento ideológico e de sua prática política, cf. WILLI Münzenberg, un homme contre: actes, colloque international, 26-29 mars 1992, Aix-en-Provence. [S.l.]: Le Temps des Cerises, 1993.

apenas com os operários social-democratas e apartidários, sem as cúpulas e organizações. Conquanto existissem por vezes as condições objetivas para uma política antagonista, muito contribuiu para a vitória das alas radicais o sufocamento da democracia interna, que paralisou as condições normais do cotidiano partidário, pois a noção em si de “classe contra classe” já aborrecia muitos partidos há um bom tempo.

Por três sessões do 12.º Pleno do CEIC, o veterano Otto Kuusinen leu seu informe “Sobre a situação internacional e as tarefas das seções da Comintern”, um título frequente na documentação.<sup>11</sup> Entre os temas principais que são retomados do arcabouço tradicional estão o acirramento das contradições imperialistas, a disputa entre o Reino Unido e os Estados Unidos por novos mercados, o desentendimento europeu quanto à partilha colonial e as revoltas nacionais e camponesas nas colônias, das quais o maior exemplo ainda é o Extremo Oriente, especialmente a China combatendo o Japão. Mas desta vez, se a situação ainda não seria revolucionária nos países desenvolvidos, haveria chegado o fim da estabilização capitalista, embora não a derrocada total, o que marcaria um importante passo na preparação da guerra à URSS. Na América do Sul, a guerra entre a Bolívia e o Paraguai é citada como escancarada luta à distância por esferas de influência, enquanto a queima de café no Brasil e de trigo nos EUA entraria na ânsia capitalista em diminuir a produção para manter os mesmos preços e lucros. No primeiro pleno em que Stalin é diretamente mencionado como referência teórica, no caso sobre as contradições entre as grandes potências, continua-se indicando como tarefas centrais dos comunistas no contato com as massas a *conquista da maioria da classe operária* para a “frente única a partir de baixo” e o combate à social-democracia, na qual deviam ainda ser dados os principais golpes, embora o fascismo merecesse oposição incessante e igualmente acerba. Na verdade, o próprio Kuusinen revela indecisão quanto à natureza e amplitude do fenômeno fascista, mas destaca que ele não é nem um instrumento e nem um sinal de expansão do capitalismo, mas simplesmente o “grupo de choque” (*kulak*) da grande burguesia para oprimir o proletariado e garantir seu domínio. Não há diferenças cruciais de teor entre esse informe e as teses aprovadas sobre ele,<sup>12</sup> mas saltam à vista o desdobramento de diretivas para a maioria dos países da Europa, ainda reputada como o foco principal da revolução, e a homogeneização nas análises da Índia e da América Latina, onde a fraca organização (*organizovannost*) do proletariado e a imaturidade dos partidos comunistas

---

<sup>11</sup> XII PLENO do CEIC: atas taquigráficas. T. 1. Moscou: Partizdat, 1933, pp. 6-41 (em russo). Em nota inicial do livro, a respeito da publicação dos três tomos da coletânea, informa-se que a maioria das falas foi encurtada para evitar volumes excessivos.

<sup>12</sup> Teses sobre o informe de Kuusinen “Sobre a situação internacional e as tarefas das seções da Internacional Comunista”. In: XII PLENO do CEIC..., op. cit., t. 3, pp. 163-169 (em russo).

estorvariam a evolução da crise revolucionária (aparentemente seria pouco espontâneo o processo). Na China e na Índia sumarizam-se as ordens para todo o mundo “colonial e semicolonial”, por vezes presentes de fato em documentos sobre a América Latina ou apenas o Brasil: mobilizar as massas em torno do combate nacional revolucionário ao imperialismo, desenvolver os soviets, derrubar o Guomindang na China (talvez fossem um “Guomindang brasileiro” Prestes e os “tenentes”), desdobrar guerrilhas, boicotar impostos e decretos do governo, confiscar posses dos serviçais dos imperialistas, manter-se nos sindicatos reformistas, formar uma frente anti-imperialista ampla, proteger os camponeses dos abusos econômicos e pregar a “revolução agrária”. Não deixa também de ser notável que, ao distinguir os socialistas dos fascistas apenas pelo respeito aos métodos parlamentares, “democráticos” e “legais”, fica clara a falta de uma definição unívoca do fascismo pela Comintern, de tão rápido e variado que cresce o fenômeno, talvez servindo o ataque ao reformismo para preencher essa lacuna.

Os comunistas suíços, checoslovacos e norte-americanos, ou ao menos seus principais líderes, já criticavam em público a teoria do “social-fascismo” ou na prática burlavam-na ou adaptavam-na a seu modo, mitigando o tom intransigente e ofensivo, ao verem que as massas não buscaram imediatamente o PC quando ele se radicalizou, até porque a conjuntura mesma não se agudizou, e nem mesmo as massas. Tais sobreavisos, sempre que possível, eram condenados e proibidos pelo CEIC, em especial nos plenos da década de 1930. Finalmente, quando Hitler chegou ao poder, a posição do KPD era a de que os nazistas, desiludindo as massas quanto à democracia e ao SPD, ajudariam a acelerar a chegada da revolução na Alemanha, o que não impediu outros partidos, no entanto, de engajarem diálogos por conta própria já em fevereiro e março de 1933. Em resposta a um apelo (19 de fevereiro) do birô da Internacional Operária Socialista (IOS) dispondo-se a colaborar com a IC, o CEIC lançou o apelo “Aos operários de todos os países!” em 3 de março, a primeira vez naquele decênio em que admitia a possibilidade de colaboração entre cúpulas e, em prol da unidade operária, pedia que os comunistas se abstivessem de atacar a social-democracia. Mas os socialistas e sua internacional ainda desconfiavam dos comunistas, e a Comintern abandonou as conversações, concluiu que qualquer acordo seria inviável e culpou apenas o SPD pela derrota. Em uma resolução de 1.º de abril de 1933 sobre a Alemanha, o CEIC insistiu na justeza da política seguida até então, justificou o uso do termo “social-fascismo” e previu que a revolução operária local se aceleraria. Em seu 13.º Pleno (novembro-dezembro), até mesmo criticaria o PCF pelo forte avanço no contato com os socialistas franceses (SFIO).

Stalin, por sua vez, já sentia naquele ano alguma necessidade de modificar a tática da Comintern para adequá-la às novas necessidades da diplomacia soviética e inibir os dirigentes das “seções nacionais” a externarem palpites sobre a política interna da URSS. Isso exigia que o organismo fosse cada vez mais controlado, mais coeso, com menos divergências e rachas, mas até para esse fim a rigidez a que ele chegara estava tornando-se um empecilho, pois, segundo Dominique Desanti,<sup>13</sup> a disciplina excessiva extinguiu nos comunistas toda capacidade de readaptação (*invention*), a diversidade de situações locais e as dificuldades de comunicação com Moscou obstaram o envio rápido de diretivas e informações e, ante as necessidades práticas de simplificação, manteve-se a rotina por inércia. Talvez por isso, termina a historiadora, a IC continuou minimizando o perigo nazista enquanto os movimentos de massa já se atracavam com ele. E foram os ataques ao proletariado e à democracia na Europa Ocidental e o aumento do prestígio da União Soviética, de Stalin e da edificação socialista, confrontada com a crise capitalista mundial, que justamente criaram condições para a resistência antifascista internacional. De 4 a 6 de junho de 1933, reuniu-se na Sala Pleyel, em Paris, o segundo congresso do Movimento contra a Guerra e o Fascismo, que será apelidado “Movimento Amsterdã-Pleyel” devido a seus lugares de assembleia. Desconfiada, a ala mais radical e mais comprometida com a linha do “terceiro período” na Comintern julgava ampla e informe demais essa iniciativa, mas o PC francês, apesar das oscilações, acolheu bem a edição de 1933 e impediu aí a atuação plena de um enviado “sectário” de Moscou. O congresso engendrou uma “Associação Operária Antifascista da Europa”,<sup>14</sup> e embora os trotskistas vissem-no como um biombo comunista para ocultar o terror na URSS, o Movimento Amsterdã-Pleyel foi a primeira grande oposição a novos conflitos mundiais, influente até mesmo após a Segunda Guerra, e que reforçou a tendência no CEIC e entre os líderes do PCF a cada vez mais aderir ao movimento e buscar uma virada tática.

A extrema-direita já governava muitos países europeus antes de 1933, mas a ascensão de Adolf Hitler foi especialmente terrível para o comunismo e as esquerdas em geral, pois levou de roldão o KPD – maior partido comunista fora da URSS – e o SPD – o partido socialista mais influente da Europa. Em novembro e dezembro de 1933, o 13.º Pleno do CEIC teve de passar em revista os tristes frutos do raiar da década, culminados com a vitória do NSDAP alemão, e o fascismo teve destaque no informe de Otto Kuusinen, porém, ainda insistindo no golpe central contra os reformistas. As teses macroeconômicas e

---

<sup>13</sup> **L’Internationale communiste**, op. cit., pp. 195-196.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 200.

geopolíticas são as mesmas dos outros plenos, mas o finlandês reforça o agravamento da falta de mercados com que o imperialismo se depara, aguçando, portanto, as contradições entre as potências, cuja produção industrial, apesar da crise, tem crescido apenas por conta das improdutivas despesas bélicas.<sup>15</sup> Esse incremento, claro, estaria ligado à resolução do escoamento mercantil emperrado, isto é, a invasão capitalista à URSS, cuja diplomacia, assim, seria a única consequentemente pacifista e deveria, pois, ser defendida pelos partidos comunistas. Kuusinen continua, no caso alemão, atribuindo funções complementares ao fascismo e à social-democracia, esta criando ilusões no proletariado quanto às maravilhas do mundo burguês, e aquele intervindo com a repressão direta, mas admitia ser preciso distinguir o apoio de massas nazista do serviço partidário ao grande capital, e que o regime podia ajudar a aceleração revolucionária, mas também atrapalhá-la. O informante cita inclusive uma passagem das teses muito semelhante à definição do poder fascista que Dimitrov daria em 1935, no 7.º Congresso da IC: “*a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro*”.<sup>16</sup> O final da parte III do texto encerra taxativamente a questão:

É falso que a vitória do fascismo seja uma etapa inevitável rumo à revolução proletária em todos os países capitalistas. Mas o fascismo é tanto mais perigoso quanto mais forte for a influência social-democrata sobre as massas. Por isso, vencer o combate ao fascismo e à guerra exige de todas as seções da Internacional Comunista reforçar o trabalho de reconquistar os operários da influência dos partidos social-democratas.<sup>17</sup>

Kuusinen cita de passagem as “insurreições camponesas” que provariam “o aguçamento da crise agrária nos países capitalistas, sem falar nas semicolônias e colônias, como China, Índia, países da América do Sul etc.”, felicita a “luta nacional-libertadora dos povos coloniais e dependentes” que se desdobra, e declara o descompasso da ascensão revolucionária entre os países (aplicação da “teoria da revolução por etapas”), que deve, porém, não se esperar automática, mas ser avançada pelos comunistas.<sup>18</sup> As teses que se adotaram sobre esse informe<sup>19</sup> ratificam todas as análises sobre o movimento comunista internacional, a

<sup>15</sup> O fascismo, o perigo da guerra e as tarefas dos partidos comunistas. In: XIII PLENO do CEIC: atas taquigráficas. Moscou: Partizdat, 1934, pp. 4-30 (em russo). A marcação “Proverka 1936 g.” na folha de rosto pode estar indicando uma reimpressão feita nesse ano, ocasionalmente com alguma mudança, e em nota inicial os redatores dizem, entre outras coisas, que além dos discursos estarem resumidos, alegadamente sem prejuízo do conteúdo, para caberem no volume, grande parte de suas traduções se ateuve antes à precisão (em detrimento da bela forma, supõe-se) devido ao curto prazo para edição.

<sup>16</sup> O fascismo, o perigo da guerra..., op. cit., p. 19 (grifo no original, tradução livre do russo).

<sup>17</sup> Ibidem, p. 22 (tradução livre do russo).

<sup>18</sup> Ibidem, pp. 23-25 (tradução livre do russo).

<sup>19</sup> Ibidem, pp. 589-595 (em russo).

conjuntura mundial e sua relação com o progresso da URSS, avançando ainda as tarefas de resolver os crônicos problemas organizativos, adentrar nas empresas e entre os camponeses, desempregados, mulheres e jovens, atentar ao trabalho ilegal e à formação ideológica e de quadros e combater o “oportunismo” (no qual parecem ter-se dissolvido os odiados “desvios de direita”). Contudo, após muito debate e duras críticas das “seções nacionais” à linha vigente, haverá notáveis diferenças<sup>20</sup> entre o relatório de Kuusinen e as teses finais, a principal delas sendo que fascismo e social-democracia não são mais considerados meros “irmãos gêmeos”, como dizia Stalin, mas o primeiro é tido como uma etapa “não inevitável” no curso de “fascistização da burguesia” (e não mais da revolução, como falara Kuusinen), enquanto a opção por um falso parlamentarismo ou pela ditadura aberta é vista como sinal de discórdia dentro dessa burguesia em vias de “fascistização”. Burguesia e sociais-democratas estariam se “fascistizando”, mas social-democracia/parlamentos e fascismo/ditadura aberta não seriam simples regimes alternativos; nas teses, “ditadura fascista” aparece como termo independente, e nunca como subdivisão da “ditadura burguesa”, enquanto a listagem das tarefas no ataque ao fascismo é maior e mais clara do que a das voltadas ao reformismo, totalmente o contrário do informe em questão. Menciona-se nessas tarefas o “fascismo” *tout court*, e não apenas a “ideologia fascista” de que Kuusinen falava o tempo todo.

Nos textos públicos comunistas, o combate à guerra e o clamor pela paz mundial destoam da linguagem militarista e da organização partidária à maneira de um exército, mas para Jean Vigreux e Serge Wolikow,<sup>21</sup> esse discurso militarista, que remonta a Lenin, julga-se pacifista a seu modo. Antes de ser uma oposição abstrata “guerra/paz”, é um binômio “guerra/revolução”, ou seja, a “guerra” que se combate é a “imperialista” pela repartição do mundo e pela proteção do capital. A essa guerra opõe-se uma “guerra justa”, “revolucionária”, enfim, a revolução, conforme a divisa de Lenin pela transformação da guerra mundial em “guerra revolucionária”, e por isso, muitas vezes a Comintern e seus partidos defendiam a paz e lançavam campanhas humanistas antibélicas, mas não deixavam a mobilização armada. O estado-maior desse “exército mundial” buscava aparentar-se internacional, representado por gente de vários países, e assim, como se lê nos arquivos de Moscou,<sup>22</sup> deu-se gradualmente maior peso decisório e um pessoal mais vasto aos secretariados regionais do CEIC no início

<sup>20</sup> Cf. XIII PLENO do CEIC..., op. cit., pp. 589-593 (em russo).

<sup>21</sup> Introdução à primeira parte. In: VIGREUX, Jean; WOLIKOW, Serge (Dirs.). **Cultures communistes au XX<sup>e</sup> siècle...**, op. cit., pp. 15-18.

<sup>22</sup> HUBER, Peter. L'appareil du Komintern, 1926-1935 : premier aperçu. **Communisme**, Paris, n. 40-41, 4<sup>e</sup> trimestre 1994-1<sup>er</sup> trimestre 1995, pp. 11-12; ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. **A estrutura organizativa da Comintern. 1919-1943**. Moscou: ROSSPEN, 1997, pp. 152-154 (em russo).

da década de 1930, incumbidos agora de ligar-se diretamente com os partidos de sua alçada, estudar de perto suas situações e atender à maior parte de suas demandas (a América Latina, como dito, cabia ao SLA/IC). Todavia, naqueles anos o mando efetivo da Comintern estava nas mãos da “delegação do VKP(b) no CEIC”, em última instância Molotov, Piatnitski e Manuilski (cf. p. 27), o qual às vezes se aconselhava com o primeiro, com o burocrata soviético Georgi Malenkov ou com o próprio Stalin, como lembram Arkadi Vaksberg e Aleksandr Vatlin.<sup>23</sup> O primeiro historiador também revela os pontos de contato entre a IC e a OGPU, ainda mais fortes no início do decênio e sob a coordenação de agentes alocados nos próprios órgãos diretivos, o que também valia para os quadros dos secretariados regionais.

A restauração da hierarquia, de alguns valores familiares e de certos ganhos baseados no mérito (ainda que de seletividade paternalista) foi uma resposta de Stalin ao tumulto econômico e social provocado pelo 1.º Plano Quinquenal, dado como cumprido em 1933, e um dos instrumentos pelos quais buscou dar novamente coesão à sociedade, sempre tendo em mente a obsessão por uma invasão capitalista, possivelmente alemã. A celebração do “heroísmo” operário, o discurso de direção civilizatória dos camponeses pelos proletários e dos diversos povos da URSS pelos russos, o culto a Stalin como “pai da nação” e aos chefes locais como “pequenos Stalin” e a consolidação de uma elite de gestores, técnicos e burocratas com salário e posição respeitáveis formavam um projeto para estabilizar a sociedade, mitigar em parte o mote desagregador da luta de classes e conter os abusos do voluntarismo, tão danosos no começo da década. Mas a Comintern não estava totalmente errada quando falava em rivalidades entre os países imperialistas, pois embora França, Reino Unido e EUA houvessem vivido a maior parte da década de 1920 em relativa prosperidade econômica, a Alemanha e a Itália, marginalizadas pelas três potências no sistema de Versalhes, amargavam desde o fim da guerra mundial com inúmeros males sociais. A ascensão do fascismo e do nazismo foi, em parte, uma réplica revanchista a essa reputada injustiça e não parecia às democracias liberais um perigo tão imediato quanto o comunismo soviético, também odiado pela extrema-direita e temido por sua capacidade de crescer industrial e militarmente em tempos de crise mundial. À medida que Hitler e Benito Mussolini inimistavam-se com os impérios coloniais, houve alguma necessidade destes contemporizarem com a URSS, aceitando-a gradualmente na economia global e tecendo relações diplomáticas mais estáveis. Para tanto, encontraram um movimento comunista

---

<sup>23</sup> VAKSBERG, Arkadi. **Hôtel Lux**: Les partis frères au service de l’Internationale communiste. Paris: Fayard, 1993, pp. 106-107; VATLIN, Aleksandr Iurievich. **A Comintern**: ideias, resoluções, destinos. Moscou: ROSSPEN: Fond Pervogo Prezidenta Rossii B.N. Ieltsina, 2009, pp. 161-162 (em russo).

imbuído daqueles valores hierárquicos e tecnocráticos, em alerta constante para cumprir, em maior ou menor grau, os desígnios de Moscou.

O NSDAP alemão forneceu o último componente necessário à formação de um novo estado de coisas. Em 27 de fevereiro de 1933, um holandês anônimo incendiou o prédio do parlamento em Berlim, e embora ele desmentisse qualquer ligação com o KPD, a propaganda de Josef Göbbels pintou o evento como uma provocação comunista. Em 9 de março, o búlgaro Georgi Dimitrov, enviado veterano do CEIC para missões na Europa Ocidental, foi preso naquela cidade com dois camaradas compatriotas, Blagoi Popov e Vasil Tanev, o que ensejou uma ruidosa campanha internacional da Comintern para sua libertação, inserida na lenta virada rumo à priorização do fascismo como maior inimigo. De setembro a dezembro, o julgamento dos três despertou em vários países a atenção de forças democratas que convocaram juízes para um “contrajulgamento” cuja conclusão foi pela inocência dos réus, e ao mesmo tempo Dimitrov avançou sua própria defesa de forma combativa, divulgada amplamente pelos partidos comunistas e apoiada por edições de propaganda que Willi Münzenberg compilou e financiou em seu favor.<sup>24</sup> Finalmente, o tribunal de Leipzig absolveu os búlgaros, e tendo triunfalmente retornado a Moscou somente em 27 de fevereiro de 1934, Dimitrov achou-se alçado ao pedestal do combate antifascista, apesar de sua anterior carreira obscura. Nas tratativas cada vez mais íntimas com Stalin, aceitou o papel que lhe foi atribuído de comandar a virada tática na IC, tão exigida fora da URSS e de utilidade reconhecida pelo Kremlin. Notavelmente, o processo quase não foi mencionado no 13.º Pleno do CEIC.

## **2.2. Getúlio Vargas e seus problemas no governo**

A crise econômica da América Latina ao começar a década de 1930 deu prosseguimento às consequências da redução da atividade importadora norte-americana, já em curso no início do século, devida ao crescimento nacional e muito impactante sobre as economias daquela região, fortemente dependentes da exportação aos EUA, sobretudo de produtos advindos da monocultura agrícola. Além disso, nas tratativas com os vizinhos do sul, o presidente Franklin Roosevelt foi trocando a imissão militar direta pela influência ideológica “pan-americanista”

---

<sup>24</sup> Para uma síntese integral ou parcial da carreira política de Dimitrov, cf. as introduções às seguintes traduções de seus diários: *THE DIARY of Georgi Dimitrov, 1933-1949*. Introduced and edited by Ivo Banac. New Haven; London: Yale University Press, 2003; *GEORGI Dimitrov: Journal, 1933-1949*. Version intégrale introduite et annotée par Gaël Moullec. Paris: Belin, 2005. Para comentários sobre a atuação de Münzenberg na propaganda pró-Dimitrov, cf. *WILLI Münzenberg, un homme contre...*, op. cit., em especial os textos de Jean-Michel Palmier, Stéphane Courtois, Rolf Surmann, Yves Santamaria e Gilles Vergnon.

ou pela formação de exércitos locais fiéis, em uma região cujos militares tiveram um papel político dominante desde as independências nacionais. Um dos resultados foi que os governos antes atrelados às oligarquias econômicas locais (onde ainda se podia falar em oligarquias fundiárias, como no Brasil) tiveram corroídas as bases de seu poder na década de 1930 e deram lugar, em especial na América Central e no Caribe, a ditaduras que em grande parte guiavam-se pelos monopólios capitalistas internacionais aí preponderantes. Na instabilidade que se seguiu ao rearranjo das elites governantes, ascenderam em alguns países mandatários militares escorados nos Estados Unidos e colocados no poder pela união entre as oligarquias cedentes e parte da grande burguesia apoiadas financeira e politicamente naqueles monopólios. Após a grande crise de 1929-33, a posição de Washington no comércio exterior latino-americano superou de longe a do Reino Unido, enquanto as decorrências da depressão afetaram as sociedades da América Latina, com impacto maior ou menor conforme a camada social e a esfera econômica e com mais ou menos intenso desemprego, agitação social, queda do padrão de vida etc. Países agroexportadores, entre eles o Brasil, mitigaram o choque social da queda da demanda e dos preços ao açambarcar os excedentes da produção nacional.<sup>25</sup>

Na virada de 1930 para 1931, o Governo Provisório brasileiro chefiado por Getúlio Vargas atuou em duas frentes para acalmar o movimento operário e reprimir os comunistas: realizou prisões, censuras e condenações preventivas, empregando o forte aparato policial no país inteiro, e lançou o robusto aparelho trabalhista (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), sublinhando a “nacionalização” da massa operária e a Lei de Sindicalização, que, entre outras coisas, proibiu qualquer ligação dos sindicatos com ideologias políticas ou religiosas e sua atuação em cargos eletivos. Obviamente, anarquistas, comunistas e trotskistas rejeitaram totalmente essa montagem, comparada ao corporativismo fascista, o que deu espaço à oficialização dos sindicatos reformistas e não impediu o aumento da burocratização (sindicatos controlados, operários cooptados etc.). Em São Paulo, as divergências com Vargas quanto ao governo local e ao regime nacional culminaram na rebelião armada eclodida em 9 de julho de 1932, cognominada “Revolução Constitucionalista”, que mobilizou diversos setores da população, mas não contou com o prometido apoio militar mineiro e gaúcho, nem com o apoio maciço da classe operária, já envolvida nas greves do primeiro semestre. As tropas federais tinham clara superioridade em todos os âmbitos, e ainda assim só chegaram à vitória final após quase três meses. De um

---

<sup>25</sup> Este resumo da conjuntura latino-americana está em LARIN, Ie. A. A América Latina no período entre-guerras: algumas tendências do desenvolvimento econômico e político. **Latinoamerikanski istoricheski almanakh**, Moscou, n. 1, 2000, pp. 10-13 (em russo).

lado, Vargas entendeu que não podia ignorar a elite paulista e tomou medidas econômicas favoráveis a ela, e de outro lado, São Paulo percebeu que devia contemporizar com o centro e agir com mais cautela, mas obteve a nomeação do interventor civil e paulista Armando de Salles Oliveira em agosto de 1933. O processo de reconstitucionalização do país, afinal, indicou a desagregação do “tenentismo” como movimento organizado, depois que sucessivos interventores ligados a ele fracassaram em seus cargos e que as elites regionais, fortalecidas, elegeram a maioria dos membros da Assembleia Nacional Constituinte na eleição de maio de 1933. O pleito contou com variados partidos e ampla participação popular.<sup>26</sup>

Em um cenário complexo, ocorreu de as oligarquias dissidentes à Primeira República, inicialmente adeptas do golpe da AL e depois se afirmando insatisfeitas com a recompensa, terminarem muitas vezes unindo-se aos grupos que em 1930 haviam sido alijados do poder e combatendo Vargas e o “tenentismo”. Foi algo corrente em muitos estados, mas em São Paulo essa combinação chegou aos extremos de uma aliança entre o PD e o oligárquico Partido Republicano Paulista (PRP) e, em 1932, da revolta armada. Além disso, dado o desgaste “tenentista” no início da década e a vitória das oligarquias locais nas eleições legislativas federais em 1933 e estaduais em 1934, Vargas precisou compactuar com as elites estaduais, o que já ocorria desde o começo, pois ele facilmente manobrava entre interesses diante das divisões locais. Mas para além dos conchavos, o quadro social do Brasil era então muito complexo, em decorrência do desenvolvimento econômico, industrial e urbano, do lento reforço das classes trabalhadoras como atores políticos e de pressão e dos ideários contestadores, muitos importados, que rapidamente se espalharam. A burguesia, principalmente a industrial, juntou-se em todas as ocasiões com o poder central, revelando dependência ideológica e estrutural de fundo para com a elite agrária, pois durante a insurreição paulista apoiou amplamente os rebelados, mas na Assembleia Constituinte de 1934 estava integrada à coalizão nacional dos interesses oligárquicos. As classes médias e liberais<sup>27</sup> estavam mais acordes até a guerra paulista e a campanha para a Constituinte, quando se dividiram em inúmeras facções traduzidas em partidos, percorrendo todo o espectro político da direita à esquerda, cujas principais manifestações eram os partidos socialistas estaduais e, a nível nacional, os integralistas. Mas ao final, embora estas classes estivessem visando um espaço político antes restrito, sua agitação terminou ecoando os interesses elitistas dominantes.

---

<sup>26</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Brasil na p. 175.

<sup>27</sup> Ou “pequena burguesia”, como as chama CARONE, Edgard. **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991, pp. 30-33.

A Constituição de 1934 encerrou um período de gradual legislação sobre o retorno à legalidade quebrada pelo golpe de 1930, concomitante à paulatina dissolução do “tenentismo” como movimento autônomo. O primeiro decreto planejando uma futura Assembleia Nacional Constituinte foi baixado em 10 de fevereiro de 1931, no intento de avaliar as leis existentes e arrolar novas codificações e projetos de lei. Nesse ano, a crise política atrasou inovações, e enfim se promulgou o Colégio Eleitoral em 25 de fevereiro de 1932 e preparou-se em maio um decreto marcando o pleito para 21 de abril de 1933. Os combates em São Paulo pararam o andamento dos trabalhos, e em 9 de novembro de 1932 formou-se uma comissão de variada composição política para criar o anteprojeto da Constituição. O texto chegou em 3 de maio de 1933 aos deputados eleitos, que desde 15 de novembro se reuniram para analisá-lo. O lançamento do processo constitucional fez as oligarquias rurais dos estados deixarem as últimas veleidades “revolucionárias” e aterem-se à afirmação legalista, pois manipulando a máquina eleitoral, haviam estado certas de sua vitória nas eleições para a Constituinte. Apesar de várias inovações na lei eleitoral, esse triunfo ocorreu e deu uma feição basicamente federalista e conservadora à Carta promulgada em 16 de julho de 1934, por outro lado inovadora em nacionalização econômica, direitos individuais e amparo social. Selando o novo pacto oligárquico, no mesmo dia o Colégio Eleitoral elegeu como presidente constitucional o próprio Getúlio Vargas, e assim pareciam vedadas as principais fissuras políticas do Brasil.<sup>28</sup>

Nesse ínterim, Luiz Carlos Prestes estava na União Soviética sendo formado como um novo dirigente comunista e informava-se sobre a situação brasileira por meio dos jornais que chegavam do exterior. Assim como os militantes do PCB, ele avaliou a “revolução de 1932” como um duelo entre os imperialismos americano e britânico, este tendo incitado a rebelião para manter seu mando econômico contra os liberais pró-EUA, mas para a *International Press Correspondence*, revista da Comintern, os americanos é que haviam apoiado os paulistas, pois queriam a qualquer custo romper uma brecha no monopólio inglês. Mesmo antes do 9 de Julho, Vargas havia prometido marcar eleições à Assembleia Constituinte para 3 de maio de 1933, o que fez os partidos mobilizarem-se para o pleito já no fim de 1932, concorrendo os comunistas em nome da União Operária e Camponesa, pois o pedido de registro do PCB fora negado. Os candidatos dos partidos proletários vinculados aos sindicatos não venceram, bem como os que eram comunistas ou foram apoiados por eles. Em Moscou, Prestes estava trabalhando para um “truste” de construção sob o controle do

---

<sup>28</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Brasil na p. 175.

Ministério da Indústria Pesada, para em troca ingressar no VKP(b), como Dmitri Manuilski lhe prometera no prazo de um ano após sua chegada. Na época, o partido soviético aceitava a filiação de estrangeiros que depois poderiam ser transferidos ao PC do país de origem, mas em fevereiro de 1933, ao procurar Manuilski por conta de seu interesse no cumprimento da promessa, Prestes soube que Stalin, a fim de depurar o partido, suspendera por um ano os novos recrutamentos. Prestes assistiu a algumas dessas seções de expurgos, que ele descreveria décadas depois como agitadas e duras, e por ação de Manuilski conseguiu mais tarde ser transferido da engenharia para o Instituto Agrário, órgão anexo à IC, onde atuava como assessor de informações lendo os jornais da América Latina, inclusive os ditos “burgueses”, além de escrever artigos sobre a região para a mencionada revista. Georgi Skalov, mais conhecido pela alcunha “Sinani” entre os comunistas latino-americanos, também convidou Prestes a pronunciar em instituto de Moscou uma conferência sobre a marcha da Coluna Invicta,<sup>29</sup> o qual foi até mesmo advertido por aquele dirigente pelo tom demasiado crítico para com o caráter “pequeno-burguês” do movimento, que teria tido mesmo um “conteúdo anti-imperialista e latifundiário”. O “marxismo-leninismo” que Prestes estudou em 1932 e 1933 resultara das decisões do 6.º Congresso da Comintern, ou seja, mesmo com o fascismo em alta, a social-democracia ainda seria o inimigo principal, e na América Latina, constituída de semicolônias e cuja etapa revolucionária seria então “democrático-burguesa”, “agrária e anti-imperialista”, esse inimigo encarnar-se-ia no “nacional-reformismo”. Prestes diria *a posteriori* que, por ser iniciante, não tinha meios para contestar os professores soviéticos nem o que ele agora admitia ser o “dogmatismo” comum no comunismo internacional,<sup>30</sup> e nesse espírito participou como observador do 12.º e do 13.º Plenos do CEIC, ouvindo líderes célebres e nutrindo simpatia por Manuilski, que retribuía o sentimento.

Em 1931, o 1.º Plano Quinquenal já causara muita fome, repressão e o cerco aos camponeses, geralmente os menos pobres, que resistiam à coletivização. Todavia, a industrialização acelerada espantava nativos e estrangeiros, o que alimentava, sobretudo nestes, a sensação de estarem em uma terra prometida onde se cumpriam velhas utopias. Assim também pensava o fascinadíssimo Prestes, que mesmo passando privações, dizia que os descontentes eram “sabotadores”, em seguimento cego à opinião dos soviéticos sobre

---

<sup>29</sup> Nos arquivos da IC, há cópias em português do que parece ser o resumo dessa conferência, intitulada “Discurso do camarada Fernandez [talvez um dos pseudônimos de Prestes] sobre o tema ‘prestismo’”, com data de 22 de abril de 1933 e localização no Instituto de Economia Mundial e de Política Mundial anexo à Academia Comunista, Setor Colonial [*sic*]. Notavelmente, “Fernandez” fala de “Prestes” na terceira pessoa e critica o primarismo político-ideológico da Coluna. Cf. RGASPI f. 495, op. 29, d. 68.

<sup>30</sup> Como revela PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 146.

qualquer assunto, inclusive ao lema da “revolução agrária e anti-imperialista” para a América Latina, de forma oposta à solidez de opinião que o fizera resistir aos apelos de Vargas. O “Cavaleiro da Esperança” já estava atacando o caráter “pequeno-burguês” de seu movimento armado da década anterior, mas se o *establishment* soviético via nele um forte caráter “anti-imperialista e antifeudal”, não havia como contestar. A esperança no cavaleiro, por sua vez, também renascia em um Brasil desiludido com os rumos da “revolução” da Aliança Liberal, após a euforia no fim da Primeira República e a mágoa por se ver Prestes radicalizando opiniões e aderindo à empreitada bolchevique. De fato, se o grande modelo liberal-democrático vivia uma aguda crise, nada mais explicável do que enxergar no “grande farol do leste” a aurora de novos tempos por vir, e no capitão da Coluna Invicta, um de seus anunciadores. Mas as razões pelas quais o mito renascia eram mais complexas do que a mera correlação entre Prestes, comunismo e insatisfação com Getúlio Vargas, pois o fascínio que exercia ia muito além de sua opção ideológica presente ou passada (ou talvez até de suas ações concretas), e ele enfim desaguaria, em meados da década, na temática *antifascista*.

### **2.3. “Terceiro período” de tormentos para o PCB**

Na década de 1920, o grupo dirigente no PC do Brasil manteve-se bastante estável. O núcleo original de Octavio Brandão, Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro conseguiu esboçar uma teoria da revolução que, prevendo a crise do liberalismo oligárquico, tinha como meta inserir o proletariado no processo político em curso por meio de uma aliança com as classes médias urbanas, mas sua liderança sofreu uma reviravolta. A ingerência do SSA/IC e os próprios limites desses homens atravancaram seu projeto e eclipsaram o núcleo, e de 1930 a 1933 haverá a desagregação do PCB em razão da linha isolacionista adotada em 1929, que provocará o eclipse da geração fundadora, e da intensa repressão estatal, que forçará muitos militantes antigos ao exílio, à prisão ou à clandestinidade. Em 19 de janeiro de 1931, por recomendação da Internacional Sindical Vermelha, mais conhecida como Profintern, os comunistas realizaram em diversos estados brasileiros a Marcha da Fome, principalmente nas capitais e centralmente na Praça da Bandeira, em São Paulo. Baptista Luzardo, chefe da polícia do Distrito Federal, previu a radicalização e comunicou-se com chefes de Polícia de outros estados ordenando que reprimissem os movimentos, o que de fato ocorreu. As manifestações repercutiram diversamente, mas no geral revelaram a face opressiva do novo regime, e as tentativas de prolongá-las não lograram, como em 23 de março, em Natal. A situação do partido ao virar a década era muito delicada, pois a prática da “proletarização”

esfacelara sua direção, e a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio deslocava os comunistas de seus lugares nos sindicatos e obrigava-os a repensar a política nesse âmbito. No nível de cada estado, é difícil avaliar a situação do PCB a partir de 1930 por faltarem dados consistentes, mas no geral, há núcleos ativos no Ceará e no Recife, e mais ainda no Rio Grande do Norte, onde os militantes de Natal serão cruciais nas insurreições militares de 1935. O partido em São Paulo foi muito fraco na década de 1920, mas receberá adesões de peso ao se chegar a meados da década seguinte, e o Rio de Janeiro será o centro principal, a sede do CC, com células em muitas fábricas e grande influência entre os militares.<sup>31</sup>

No início de 1931, o PCB, as organizações operárias e mesmo os sindicatos eram perseguidos por Vargas, cujas promessas de liberdade, democracia e prosperidade se haveriam revelado infundadas. Os comunistas usam um tom de radicalização política e ideológica e de insatisfação com as instituições nacionais, os desmandos econômicos e outras forças de esquerda que disputam com eles a atração das massas. O PCB enxerga um tempo de crise econômica bem mais grave do que antes, do qual as elites financeiras britânicas e americanas estariam aproveitando-se para controlar ainda mais as estruturas nacionais e instigar abusos de grupos rebeldes conflitantes, como os ligados à AL, que em vários estados fuzilavam comunistas e operários. Em uma situação de desordem e ebulição social fora do controle do Governo Provisório, mas usada como alibi para suas arbitrariedades, o falatório e os conchavos das facções “pequeno-burguesas” cresciam, com risco para o projeto de hegemonia que o partido estava tentando edificar. O maior prejuízo estaria encarnado em Prestes, que seria um revolucionário sincero, lamentava as misérias populares e aceitava o programa comunista, mas ainda se mostraria instável nas alianças e atrelado a grupos remanescentes dos antigos combates da Coluna, nada dispostos a segui-lo na mudança. Ecoavam as críticas dos órgãos da IC quanto à inação em conquistar o lugar dos agitadores “pequeno-burgueses” diante das massas, à tibieza organizativa e às lacunas ideológicas dos quadros, a serem sanadas pelo zelo educativo da direção e pelo desvelamento das figuras “nocivas” ou fracionistas diante das massas, e não apenas sua expulsão mecânica, para que todos aprendam a não mais se enganarem com agentes “reacionários”, como seria de praxe. O maior desafio do PCB, fraquejado nas lutas internas (e também, diga-se, após as intervenções do CEIC e do SSA/IC), na repressão policial focada nos comunistas e na concorrência de outras forças radicais, era consolidar seu aparelho e blindar-se de influências ideológicas externas que pudessem desagregá-lo, sobretudo o “prestismo”. Prestes, tencionando liderar as

---

<sup>31</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Partido Comunista do Brasil na p. 176.

massas por meio de um palavreado bolchevique, estaria apenas incutindo confusão e debilitando as forças partidárias. A questão da opressão imperialista ainda aparece, verbalizada na ligação das facções rebeldes com um ou outro imperialismo, ambos constantemente mudando de apoios, diz-se, conforme interesses ocasionais. O “trotskismo” é citado como uma forte ameaça associada ao “nacional-fascismo”,<sup>32</sup> por supostamente ter adeptos que estariam auxiliando as classes dominantes e o governo da Aliança Liberal e que seriam em última instância comandados por Prestes.<sup>33</sup>

Em fevereiro de 1931, a enviada Inês Guralski, esposa de August Guralski, chegou ao Brasil para orientar a “proletarização” do PCB, e era ferrenhamente contrária à aproximação com Prestes. Inês, que assumiu o comando efetivo do partido,<sup>34</sup> excluiu Ferreira Lima da secretaria-geral em junho e enviou-o para militar no Nordeste,<sup>35</sup> e com o novo secretário-geral Fernando de Lacerda, levou ao extremo a política “obreirista”, inclusive negando aos intelectuais o direito de voto nas reuniões do Birô Político e do CC. A maior consequência dessa linha foi instabilizar o coletivo dirigente e moverem-se constantemente as lideranças, de forma que Lacerda e sua mulher, Ericina de Lacerda, conhecida como Cina, eram de fato auxiliares de Inês, enviada pela Comintern. Isso não significa que o PCB estivesse distante da cena política ou das manifestações populares, mas sua ânsia por querer ser o “único” partido do proletariado, de postura radicalizada, rejeitando também Prestes (na maior parte do tempo) e os “tenentes”, estorvou a maioria das iniciativas, no que também ajudou a feroz repressão estatal. Leoncio Basbaum, após um tempo em Montevideu, onde criticou ao BSA/IC os excessos da “proletarização” e o perigo da influência ideológica de Prestes, começou a reerguer o partido em São Paulo junto com Augusto Besouchet. Em outubro de 1931, após a volta de Besouchet ao Rio de Janeiro, Basbaum escreveu ao BSA/IC sugerindo transferir, por razões de segurança, o CC dessa cidade para São Paulo, o que tanto o comitê quanto o birô aceitaram.

<sup>32</sup> Termo cunhado pelos mexicanos para descrever sua “pequena burguesia” e implicitamente associado ao “social-fascismo” europeu, embora os brasileiros não raro usassem a própria palavra “fascismo”.

<sup>33</sup> ORAN [?]. Les derniers événements du Brésil et les perspectives des nouvelles luttes. **L'Internationale Syndicale Rouge**, janeiro de 1931; O Partido Comunista do Brasil frente aos próximos combates. **Revista Comunista**, ano 1, n. 2-3, janeiro-fevereiro de 1931 apud CARONE, Edgard. **O P.C.B.** São Paulo: Difel, 1982, pp. 19-55. (V. 1. “1922 a 1943”.)

<sup>34</sup> Seu nome verdadeiro era Nadezhda Iakovlevna Tulchinskaia, e em 1933 já teria voltado a Moscou como vice-chefe da seção latino-americana da Profintern. Cf. JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Víctor. **América Latina en la Internacional Comunista, 1919-1943: diccionario biográfico**. Santiago do Chile: Ariadna, 2015, pp. 609-610.

<sup>35</sup> O episódio é narrado por LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos: memórias de militância**. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 146-148. Embora o pretexto da viagem fosse reforçar o trabalho na região, o autor admite que na verdade “o seu objetivo foi o de se livrar de mim”. Também parece paradoxal que Lacerda, médico e filho de célebre jurista, fosse mais “proletarista” do que o alfaiate Ferreira Lima.

O raquitismo orgânico dos partidos comunistas latino-americanos e o apoio acrítico ou simples indiferença diante dos movimentos militares “pequeno-burgueses”, cujo resultado no Brasil teria sido a quietude ante o golpe de 1930, são alguns dos temas tratados por Victorio Codovilla em sua intervenção no 11.º Pleno do CEIC em nome da “América Latina”.<sup>36</sup> Expondo a cena brasileira, o comunista ítalo-argentino realçou os problemas causados pela queda internacional dos preços do café e do açúcar, agravados após a eclosão da crise de 1929 e alastrados pelo resto da economia, gerando miséria e baixas salariais no campo, desvalorização monetária, aumento de impostos, aumento da dívida pública e inflação. Além disso, os EUA haviam aumentado seus investimentos na região e a importação de produtos latino-americanos, mas de repente criaram um dano, com a crise, ao fecharem-se a esses produtos e adotarem medidas protecionistas. Como resposta à agitação e greves das massas operárias, os golpes de Estado burgueses teriam por objetivo formar governos fortes que jogassem nas costas delas a conta da crise, em um processo de “fascistização” servil à crescente incursão do imperialismo americano na América do Sul. Além da passividade “de direita”, nos partidos latino-americanos o “desvio esquerdista” de pregar a criação de sovietes e a tomada imediata do poder não levaria em conta sua fraqueza organizativa e revelaria a predominância de “resquícios” ideológicos falsos, sobretudo “pequeno-burgueses”, traduzidos no Brasil pelos acordos com Prestes. Contra a opressão “fascista”, a demagogia “pequeno-burguesa” e o assédio entre o jugo britânico e americano, os comunistas da região deviam reforçar seu aparato, ampliar sua base proletária, conquistar o campo, atentar à “questão nacional” (associada no texto aos indígenas) e expelir as influências ideológicas “estranhas”.

Os plenos do CEIC, os discursos dos delegados latino-americanos e aqueles ocasionais encontros privados de líderes comunistas locais com a cúpula da Comintern ou do SLA/IC não eram os únicos meios pelos quais chegavam a Moscou informações sobre o Brasil. O aparelho internacional dispunha de funcionários que recolhiam dados de campo ou que processavam na própria matriz os jornais, revistas, emissões de rádio e anuários estatísticos que continham tudo o que era de interesse político, econômico ou social. Boa parte desse material está hoje guardada nos arquivos da IC na capital russa,<sup>37</sup> escrita em português, espanhol, francês, alemão e russo, as línguas mais usadas no topo, revela o trabalho de pessoas como Octavio Brandão e Sinani na coleta, interpretação e codificação das informações, ou até mesmo de agências de notícias soviéticas, e indica como destinatários os

---

<sup>36</sup> Décima sexta sessão, 4 de abril de 1931 (manhã). In: XI PLENO do CEIC..., op. cit., pp. 543-548 (em russo). (Fasc. 1. “Os Partidos Comunistas e a crise do capitalismo”.)

<sup>37</sup> RGASPI f. 495, op. 29, d. 54, em especial ll. 1-8 e 35-95.

principais mandatários do órgão, entre eles Dmitri Manuilski. Ele canoniza a teorização oficial do comunismo quanto ao Brasil, uma nação de predomínio econômico agrícola, apoiada na monocultura do café, cuja produção estaria submetida a uma crise no virar das décadas de 1920 e 1930 por conta da queda das importações aos EUA, e regime político latifundiário que às massas de operários agrícolas e camponeses reservava os velhos traumas da opressão trabalhista, irrisórios salários e carestia de vida. Os partidos burgueses e “pequeno-burgueses”, agindo sob o patrocínio do imperialismo britânico ou americano, enganariam o povo com um palavreado socialista para manter o mesmo domínio do capital, e mesmo Prestes é visto como um demagogo não proletário, embora não se explicita a soldo de quem ele estaria atuando. Tabelas e números sobre a produção, população, exportações, salários e valor da moeda abundam, revelando que a cúpula da Comintern estava relativamente a par da conjuntura brasileira, descontados os humores insurrecionais dos informantes, que enxergavam em qualquer protesto operário uma situação favorável para o levante de massas. A crítica ao PCB seria justamente a de ele não estar aproveitando para radicalizar ainda mais essa situação, mostrando que ao menos para o Brasil daquele tempo, não se encontravam perspectivas para uma política de “frente única”, pois as outras forças de esquerda são vistas negativamente, e a única solução vislumbrada para os problemas sociais prementes era a rebelião armada. Ainda não parecem urgentes os fenômenos que logo oprimiriam a Europa e o resto do mundo, como o fascismo e o perigo da guerra, mas é evidente a assimilação acabada do modelo revolucionário russo, algo feito também em outros países, e da problemática relativa aos países “coloniais e semicoloniais”, em última instância a Índia e a China. Eis o contexto atribuído ao longo de 1931, quando o regime de Getúlio Vargas mal havia começado.

A política de “proletarização” no PCB chegou a seu ápice em 1932. Desde o fim de janeiro, realizavam-se sessões do CC em São Paulo, com os poucos líderes ainda livres, para selecionar o novo CC e o Birô Político, nas quais Fernando de Lacerda foi indicado para manter-se na secretaria-geral. Alegando problemas de saúde e que ele não seria um “operário autêntico”, o próprio Lacerda recusou e sugeriu para esse posto José Vilar, codinome “Miguel”, presumido “operário autêntico” que foi ratificado em voto, mas no essencial obedecia às diretivas de Lacerda. Na ocasião também se interditou aos “intelectuais” o direito de voto nos órgãos diretivos, o que deu ensejo a grandes choques de Basbaum com Fernando e Cina, os próprios dois homens sendo “intelectuais”, e ela, na ambição de ascender na hierarquia do PCB, convencendo a ter esse direito depois de forjar para si origens operárias.

Nessas reuniões, confirmou-se ainda a linha de “classe contra classe” vigente na Comintern e expeliram-se membros “direitistas” identificados com o “prestismo” e com a linha política do 3.º Congresso, entre eles Astrojildo Pereira, um “traidor e renegado”, na verdade já afastado voluntariamente, além de José Casini, Everardo Dias, João Freire de Oliveira, Cristiano Cordeiro, Carlos Villanova, Minervino de Oliveira e Odilon Machado. Inteirado das rixas lacerantes entre Lacerda e Basbaum e dos estragos que o “obreirismo” estava causando, o BSA/IC decidiu enviar a São Paulo em abril o argentino Paulino González Alberdi, chamado de “Flores” ou “Ramón”,<sup>38</sup> para observar as sessões do CC e ouvir os dois lados oponentes. Lacerda chegou a dizer a Alberdi que o PCB não precisaria mobilizar as massas para o 1.º de Maio, visto que já seriam “revolucionárias por natureza”, mas ouviu dele que era uma postura “anarquista” e alheia ao perigo de abandonarem-se a propaganda e agitação operárias. Em São Paulo, os comunistas foram massivamente presos na data ao pendurarem bandeiras e colarem cartazes, o que possibilitou ao enviado do BSA/IC, em nova reunião do CC, atribuir o fracasso ao desvio “espontaneísta” de Lacerda e fazer Cina ser excluída do comitê e seu marido, do Birô Político. Ao mesmo tempo, assumiu como novo secretário-geral José Caetano Machado, pernambucano recém-chegado ao Sudeste e convidado a participar do CC por sua presumida combatividade militante, e logo após essa reunião, González Alberdi voltou imediatamente a Montevideú.

Machado, igualmente entusiasta da “proletarização”, foi um dos adeptos da antiga “oposição sindical” que saiu do partido em 1928 e depois retornou. Além dele, o CC reorganizado contava em maio de 1932 com Basbaum, que retornou ao Birô Político para cuidar da agitação e propaganda, Roberto Morena e Mário Grazzini, responsáveis pelo setor sindical. A cúpula ainda se encontrava em São Paulo, onde uma onda grevista abarcou vários setores no início de maio de 1932, na qual o PCB procurou ativamente intervir e que coincidiu com uma série de manifestações locais de massa contra Getúlio Vargas, seu regime e seus representantes no estado. Os políticos paulistas conseguiram impor seu próprio secretariado de governo, mas também mudaram a polícia, e inserindo o comunismo no mesmo balaio do regime e dos “tenentistas” inimigos, desencadearam forte repressão sobre o Comitê de Greve na sede da União dos Trabalhadores Gráficos, quando foram presos, entre outros, Machado, Grazzini, Basbaum e Morena, desfalcando parte significativa do CC. Derrotada a greve, os membros restantes decidiram reiniciar o trabalho do comitê na cidade do Rio, e em uma reunião plenária de agosto, Duvitiliano Ramos, codinome “Freitas”, assumiu a chefia do

---

<sup>38</sup> Cf. JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Víctor. *América Latina en la Internacional...*, op. cit., p. 264.

PCB, mas após ele também haver sido preso, foi sucedido por Domingos Braz, o “Mauro”. Simultaneamente, de março a maio, enquanto setores governistas começavam a pensar no retorno à ordem constitucional, Vargas e seu Ministro do Trabalho, Joaquim Pedro Salgado Filho, empossado após Lindolfo Collor se haver demitido, baixaram decretos regulamentando jornadas de trabalho, disputas trabalhistas e as condições do trabalho feminino. No 1.º de Maio de 1932, em contraste com a repressão ao movimento operário independente, a elite sindical fiel teve acolhida solene por representantes do governo na capital federal.<sup>39</sup>

Nos documentos públicos dessa época, o PCB deu muita atenção às disputas faccionais das classes dominantes brasileiras nos primeiros anos do Governo Provisório, às consequências políticas delas (rearranjos partidários e até mesmo conflitos armados) e ao grau de envolvimento das potências capitalistas, principalmente EUA e Inglaterra, mas também França, Itália e Japão. Os comunistas julgavam os pedidos por Constituinte uma tapeação política que desviaria o povo dos males da fome, repressão e desemprego. Em dezembro de 1932, já passado o impacto da insurreição paulista, González Alberdi escreveu um artigo publicado em três números de *La Correspondencia Internacional* no começo de 1933, retificando declarações do PCB e enquadrando-se às decisões tomadas no 12.º Pleno do CEIC. O Brasil é o mesmo país “semicolonial” de predomínio agrícola “semifeudal” e “semiescravista” de sempre, a revolta de São Paulo haveria figurado as exasperações entre diversos grupos “feudal-burgueses” e as contradições entre os países latino-americanos estariam crescendo, aproveitadas pelo Reino Unido e pelos EUA para resolver as contradições entre si. Já eclipsada a teoria binária de Octavio Brandão sobre os latifúndios apoiados pelos britânicos e as indústrias sustentadas pelos americanos, o bloco “feudal-burguês” forma um mosaico de facções em prol de interesses econômicos diversos, umas afastadas do governo, outras ascendendo em 1930. Tal luta refletir-se-ia nas explosões políticas e militares e faria governo e oposição jogarem com o patrocínio de diversos imperialismos, assim como desacordos diversos entre potências capitalistas rivais levavam a conflitos locais que poderiam desembocar numa nova guerra mundial. Nem sempre a burguesia poderia usar a força bruta, e para enganar as massas criaria os partidos radicais e “socialistas” dos militares dissidentes (chamados cautelosamente de “tenentes”) e dos civis demagogos, a que aderiria uma “pequena burguesia” em vias de “fascistização”. Eles se assimilariam aos sociais-democratas “social-fascistas”, cuja “ala esquerda” seria a mais danosa, como seria o “trotskismo” o flagelo no Brasil, igualado aos outros partidos reformistas. As relações

---

<sup>39</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Partido Comunista do Brasil na p. 176.

econômicas entre os capitalistas brasileiros e determinados países, incluindo alguns vizinhos da URSS, modelaria a discussão sobre que lado o Brasil tomaria numa futura guerra mundial, dada como certa, que resultaria em inevitável intervenção geral contra Moscou, e sobre como seriam aliciados os apoios políticos e econômicos nativos ao intento imperialista. González Alberdi aponta, assim, como a Comintern desejava analisar o Brasil nos termos do que norteava a diplomacia soviética e como o PCB deveria comportar-se no curso dos eventos previstos.<sup>40</sup> Idêntica geopolítica direciona dois delegados latino-americanos ao 12.º Pleno do CEIC, que nas sessões de 3 e 5 de setembro comentaram as falas de Ernst Thälmann e Otto Kuusinen. O argentino Rodolfo Ghioldi (“Altobelli”)<sup>41</sup> ressaltou que a América Latina ocupa lugar estratégico numa futura guerra mundial, pois seus países em geral dependem de uma só cultura agrícola ou mineral para existir, portanto, controlando esse ramo, um ou outro imperialismo dominaria toda a nação. Os partidos comunistas deviam articular as greves que explodiam na região (talvez esteja também aludindo a maio de 1932 no Brasil), por causa da fome, miséria e desemprego, a essa luta internacional, não deixando de bradar demandas parciais, mas também politizando os protestos. O mexicano Hernán Laborde (“González”)<sup>42</sup> concorda em tudo com o camarada argentino, inclusive ao dizer que os comunistas britânicos e norte-americanos deviam dar mais atenção à América Latina, pois seria o local prioritário de ação de “seus” imperialistas, e que os partidos da região deparavam-se com ampla fraqueza ideológica e organizativa a sanar-se o quanto antes. Ele também pede diretivas mais claras dos órgãos superiores, diante da crítica feita ao uso indiscriminado do termo “fascista” para designar a reação política latino-americana.

Enquanto Hitler ainda não se tornara chanceler, o fascismo parecia distante preocupação aos brasileiros, comunistas ou não, por isso a censura ao que os dirigentes internacionais enxergavam como o decalque de uma realidade essencialmente europeia. A Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fundado pelo jornalista Plínio Salgado em outubro de 1932, anticomunista por princípio e inspirado no fascismo italiano, mas com adereços nativos, ainda crescia timidamente, defendendo a ordem contra a agitação operária, embora gozasse de ramificação nacional. Com a relativa distensão política que se seguiu ao

<sup>40</sup> O trotskismo: Aos camaradas do Partido e a todos os trabalhadores conscientes. **A Classe Operaria**, 19 de junho de 1930; Contra a Constituinte dos ricos. **A Classe Operaria**, 15 de dezembro de 1931; GONZÁLEZ ALBERDI, P. Brasil: campo de grandes lutas armadas. **La Correspondencia Internacional**, 1933, n. 3, p. 38; n. 4, pp. 59-60; n. 5, p. 75 apud CARONE, Edgard. **O P.C.B.**, op. cit., pp. 130-143. (V. 1. “1922 a 1943”).

<sup>41</sup> Décima segunda sessão, 3 de setembro de 1932 (manhã). In: XII PLENO do CEIC..., op. cit., t. 1, pp. 186-189 (em russo).

<sup>42</sup> Décima sexta sessão, 5 de setembro de 1932 (manhã). In: XII PLENO do CEIC..., op. cit., t. 2, pp. 51-55 (em russo).

levante paulista e a vinda de novos membros em 1933, o PCB esforçou-se por ampliar suas bases e mais constantemente comentar e intervir nos eventos políticos, enquanto sua composição militante e a formação do CC e dos comitês regionais tiveram mudanças, uma das quais consistiu no acesso de muitas figuras, especialmente militares, simpáticas a Luiz Carlos Prestes. Por outro lado, nos últimos meses de 1932, aos poucos chegavam vários presos comunistas, entre eles Heitor Ferreira Lima, Leôncio Basbaum, José Caetano Machado e Roberto Morena, à Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande (Rio de Janeiro), onde mantiveram a organização e o intercâmbio em uma célula partidária interna. Em dado momento, também chegou à ilha Antônio Maciel Bonfim,<sup>43</sup> que no começo de 1932 escrevera ao CC em São Paulo solicitando o ingresso no PCB, mas dadas as alegações desconexas, como a de haver sido preso na Bahia, fugido ao ser deportado, contatado Prestes e “participado” da Liga de Ação Revolucionária de 1930, o organismo arquivara o pedido. Mais tarde conhecido também como Adalberto Andrade Fernandes e, principalmente, “Miranda”, Bonfim tinha conversa fácil, logo conquistou a confiança da maioria dos internos comunistas e fugiu da ilha em fins de novembro com os partidários que trabalhavam na olaria, sem aguardar Basbaum e Ferreira Lima. Já na cidade do Rio, o secretário-geral Domingos Braz convidou Miranda em dezembro para assessorar o CC, enquanto Basbaum foi solto somente em dezembro de 1933 e Ferreira Lima, um ano depois.

Octavio Brandão estava deslocado no PCB, mas empregado nos escritórios da Comintern em Moscou, era a personalidade que mais informava à cúpula sobre tudo o que se passava no Brasil, qual era a situação do movimento operário e revolucionário, quais eram os êxitos e (principalmente) fracassos dos comunistas e que possibilidades havia de eclodir uma grande insurreição de massas. Em meados de 1932, ele redigiu um informe completo,<sup>44</sup> talvez destinado à tradução em outras línguas, sobre as agitações dos trabalhadores, a correlação de forças políticas, a força da repressão, a produtividade econômica e, principalmente, a situação das greves, como visto acima, ferramenta maior da luta operária naquele ano. Evocando a linha aprovada no 11.º Pleno do CEIC, o mais recente até então, Brandão arrola longos “algarismos” para quantificar paralisações, sua geografia e duração, os setores atingidos e os ganhos obtidos, e então concluir que uma das tarefas centrais do PCB deveria ter sido colocar

---

<sup>43</sup> John W. F. Dulles, citando o livro *A morte do sapateiro*, de Eduardo Maffei, afirma que esse era o nome que Bonfim costumava usar, mas que na verdade ele se chamaria *Américo* Maciel Bonfim. Cf. **O comunismo no Brasil, 1935-1945**: repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 282 (nota 11 do capítulo 3 da parte I). Marly A. G. Vianna, por sua vez, menciona-o como Antônio *Manuel* Bonfim. Cf. **Revolucionários de 35**: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 338.

<sup>44</sup> BRANDÃO, Octavio. Os movimentos das massas laboriosas do Brasil. Moscou, 21 de agosto de 1932, 28 p. datilografadas. RGASPI f. 495, op. 29, d. 59, ll. 1-28.

com mais clareza as demandas parciais e levar os movimentos até as últimas consequências, sem por isso radicalizar ao extremo a disposição à mobilização. Relacionada à questão sindical, a análise das forças políticas concorrentes traz uma acusação de Brandão pelos danos à ação reivindicativa: trotskistas (que começavam a afigurar-se como o grande mal), anarquistas, “amarelos”, líderes “pequeno-burgueses” (não há menção a Prestes, já sendo cooptado na URSS) e o Ministério do Trabalho quebrariam as organizações autônomas em proveito dos patrões, mas o partido comunista também ainda tinha muito a fazer. A formação ideológica das massas e o direcionamento dos movimentos rurais, de indígenas e negros (associados à “questão nacional”), de desempregados, estudantes, soldados e presos deviam preparar terreno com condições revolucionárias objetivas, sem os excessos “esquerdistas”,<sup>45</sup> mas também evitando os “desvios de direita”. Tamanha preocupação com a onda grevista e as demandas parciais nota-se na presença, nos arquivos de Moscou, de ainda mais dados em outras línguas sobre paralisações e levantes em diversos estados,<sup>46</sup> com estatísticas e localizações exatas, embora talvez as metas de Brandão superassem suas possibilidades.

O ano de 1932 assinalou um refluxo do movimento proletário independente, pois além da crise econômica, que desmobilizava os operários, eles preferiam entrar nos sindicatos aceitos pelo governo, que se fortaleceram, portanto, sem concorrentes sérios, enquanto o anarquismo desaparecia como corrente influente e os trotskistas tornavam-se cada vez mais alijados e reduzidos. O PCB dispunha de robusto subsídio institucional e material de Moscou, por intermédio do SSA/IC, mas desagregava-se na busca por fazer de toda greve econômica uma revolta política e ao reforçar a caça aos “intelectualistas” e “pequeno-burgueses” remanescentes. Em reunião do CC de março de 1933, Basbaum foi novamente acusado desses “vícios”, duramente atacado por Duvitiliano Ramos, Braz e Miranda: obrigado a escrever uma carta ao comitê admitindo seus “erros”, preferiu apenas se afastar desapontado do partido, do qual ficaria sabendo após dois anos, ao ler uma revista partidária interna, que havia sido formalmente expulso, junto com Ferreira Lima, Mário Grazzini e outros, acusados de “trotskistas” e “agentes do imperialismo”. Ferreira Lima seria readmitido em julho de 1935, mas oposto ao espírito de “quartelada” que reinava então entre os dirigentes.

---

<sup>45</sup> Criticam-se de Moscou a vagueza das palavras de ordem nos documentos do PCB e sua desconexão com questões importantes e, sobretudo, com os modelos teóricos da Comintern, em especial a luta pela “revolução agrária e anti-imperialista”. Não se menciona autoria pessoal ou institucional, mas a maioria dos documentos da pasta foi escrita por Octavio Brandão. Cf. Remarques autour de 14 publications du P.C.B., de la J.C., de la Commission féminine du P.C.B., du Comité des femmes travailleuses et du Comité des travailleurs de la Mer. 1.º de dezembro de 1932, secreto, 6 p. datilografadas.

<sup>46</sup> RGASPI f. 495, op. 29, d. 59, ll. 29-85, 100-112 (em francês), 113-117, 132-140 (em espanhol) e 159-169 (em russo).

Apesar dos azares, os comunistas latino-americanos buscavam alinhar-se às diretivas inspiradas pelas novas preocupações geopolíticas e diplomáticas da Comintern e da União Soviética. O PCB, por exemplo, organizou comitês de luta contra a guerra em janeiro de 1933, sem maiores resultados, mas em Montevideu, em 11 de março, um Congresso Antiguerrreiro Latino-Americano reuniu-se por ação dos partidos comunistas da região, especialmente o argentino (PCA) e o uruguaio (PCU), e de personalidades e organismos a eles ligados. Fundou-se na ocasião um Comitê Latino-Americano contra a Guerra Imperialista e lançaram-se campanhas com *slogans* como “nem carne nem grãos para a guerra imperialista”, mas apenas a partir de 1935 tais iniciativas seriam realizadas com a participação unitária de outras forças políticas. Eugenia Scarzanella<sup>47</sup> lembra que antes dessa atenção mais refinada com a guerra e o fascismo, os comunistas definiam a torto e a direito muitos governos da América Latina como “fascistas”, “praticantes de uma política fascista” ou “em vias de fascistização”. Por volta de 1932, gradualmente se começou a reconhecer o fascismo como um fenômeno europeu, italiano em particular, a despeito de admitirem-se tentativas de “fascistização” dos governos latino-americanos, e finalmente no 13.º Pleno do CEIC e no 7.º Congresso da IC corrigiu-se a identificação de todo movimento de reação ou terror com o fascismo *tout court*. Esse limite analítico mostrava, segundo a historiadora italiana, a dificuldade dos partidos latino-americanos em analisar corretamente a realidade política e social de seus países. De fato, foi nesse tom que Orestes Ghioldi (“Morales”) representou os argentinos no 13.º Pleno do CEIC, mas falou do comunismo na América Latina como um todo.<sup>48</sup> Não há novidade alguma quanto à análise dos conflitos entre imperialistas e ao uso que eles faziam dos choques dentro dos países, aí incluso o 9 de Julho de São Paulo, exceto quanto à estreia japonesa nessas rixas, que para garantir provisões em sua investida contra a URSS, teria assinado tratados com o Peru. O trecho que mais interessa aqui é sua concordância com Togliatti, para quem nem todo movimento reacionário nos países “coloniais e semicoloniais” era um “movimento fascista”, e nem toda ditadura terrorista, uma “ditadura fascista”, mas o delegado considera que as teses deveriam falar mais especificamente sobre o fenômeno da “fascistização” na América Latina. Hitler e Mussolini estariam despertando aí muitas simpatias e inspirando grupos com métodos, demagogia e terror semelhantes. Era nessas “organizações de tipo fascista” que se devia centrar fogo, e “Morales” sequer fala, com efeito, em “desvios de direita” ou aponta os equivalentes nativos

---

<sup>47</sup> L'America latina nei dibattiti e nella stampa dell'Internazionale Comunista (1928-1935). **Storia contemporanea**, Bolonha, ano XV, n. 1, febbraio 1984, pp. 48-49.

<sup>48</sup> Vigésima primeira sessão, 9 de dezembro de 1933 (noite). In: XIII PLENUM IKKI..., op. cit., pp. 486-489 (em russo).

do “social-fascismo”, parecendo inquietar-se proporcionalmente mais do que os líderes soviéticos, a começar por Otto Kuusinen, com a extrema-direita.

Na primeira metade de 1933, a escalada do imperialismo japonês e o triunfo de Hitler haviam feito do fascismo um problema internacional, e o progresso da AIB no Brasil trazia esse tema para a arena nacional. Essa conjuntura está na origem da Frente Única Antifascista (FUA), projeto que amadureceu, entre fevereiro e junho de 1933, nos contatos entre a Liga Comunista (trotskista) e o PSB paulista, a fim de criar uma frente única antifascista das esquerdas paulistas.<sup>49</sup> A FUA foi enfim fundada em 25 de junho de 1933 na cidade de São Paulo, em reunião presidida por Francesco Frola, antifascista de origem italiana com renomada atuação entre a comunidade italiana paulistana, disposto a procurar o PCB para compor a frente. Os fundadores e aderentes da FUA integravam um amplo espectro passando pela esquerda “tenentista”, pelos socialistas e trotskistas, com apoio político anarquista, mas sem inscrição, e a recusa comunista em participar, embora o CR paulista do partido se juntasse em alguns momentos, sobretudo em fins de 1933, apesar da postura crítica. O PC tinha relações difíceis com a FUA, pois na época ele criara o Comitê Antiguerreiro, ou Comitê de Luta Contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo, que ligava a questão fascista apenas ao combate à crise estrutural do capitalismo e à inevitável guerra imperialista contra a URSS e buscava a liderança na militância de esquerda centrando fogo na guerra imperialista e na “reação” de direita, e nem tanto no fascismo. Conquanto o jornal *O Homem Livre*, um dos apoios centrais da FUA, declarasse o fascismo como seu inimigo principal, o tema não formava consenso entre as esquerdas, pois o PCB criticava a frente e conduzia seu comitê concorrente, o que fez a LC trotskista atacar também, devido à importância dos comunistas para a luta antifascista, a postura da Comintern de não se empenhar em um embate direto contra os fascistas. Além do jornal, a FUA promovia manifestações públicas, que foram poucas, mas violentas, e percebia a importância da propaganda e da conquista do espaço público para a política fascista, e por isso sempre buscava formar comícios contrários na mesma hora e local que os integralistas. A FUA e a AIB conduziram seus choques mais brutais em novembro e dezembro de 1933, sempre com a presença da polícia e prisões, mas a FUA praticamente deixou de funcionar entre fevereiro (última edição do *Homem Livre*) e

---

<sup>49</sup> Para um histórico da FUA e da mobilização antifascista brasileira na década de 1930, cf. CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)*. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, pp. 354-388, dezembro 2002; Idem. *A Frente Única Antifascista (1933-1934)*. In: FERREIRA, Jorge Luís; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **As esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 429-451. (V. 1. “A formação das tradições (1889-1945)”.)

outubro (ataque a integralistas na Praça da Sé paulistana) de 1934, ainda que no último trimestre do ano o processo de união das esquerdas se houvesse acelerado.

O avanço do integralismo entre as classes médias em 1933 e 1934 impeliu o PCB a rever diversas posições, de forma dita autocrítica, intensificando seu esforço de educação e propaganda ideológicas, cooperando parcialmente com sindicatos oficiais e tentando atrair mais filiados descontentes com a irresolução de Vargas ante a crise econômica. Em meados de 1933, Miranda esteve entre os líderes da reconstrução partidária, e com esse fim a Comintern também enviara no início do ano uma delegação para formar quadros e avaliar os mais aptos a serem futuros dirigentes. Nas duas turmas do curso, Miranda sobressaiu-se em uma, e Lauro Reginaldo da Rocha, que militava no Rio Grande do Norte e era conhecido como “Bangu”, em outra. Em julho, a direção do PCB já estava reformulada e incluía Bangu, Miranda, Fernando de Lacerda e outros, e no mesmo mês também saiu o primeiro número do *Boletim Interno*, jornal do CC em que já se criticava a política de “proletarização” e havia alusões a uma política de frente única, embora o partido hesitasse em participar da FUA. A inaptidão do grupo dirigente comunista em traçar uma linha política de alianças coerente se evidenciava quando, ao entrar à força em eventos frentistas, passava a considerar democratas aqueles que até pouco tempo julgava “reacionários”, mudando bruscamente de opinião sem nenhuma autocrítica. Por outro lado, desde meados de 1933, o CC teria uma propensão cada vez maior a postular a preparação de uma luta armada contra as classes dominantes.<sup>50</sup>

Apesar dos estragos da “proletarização”, o PCB seguiu lutando, com alguns êxitos, pela conquista de sindicatos, pela liderança de greves, pela incursão no Exército e pelo recuo dos integralistas. Apenas no final de 1933 se explicitaria a insatisfação com o “obreirismo” e se cogitaria reincorporar alguns membros expulsos, e até 1934 a alta rotatividade na secretaria-geral e a ausência de líderes reconhecidos teriam seus efeitos ampliados pela perseguição crescente e pela radicalização abaladora. Como visto acima, os brasileiros transmitiam a Moscou essencialmente dados negativos: militância escassa, debilidade teórica e organizativa, instabilidade no conjunto dos membros, alheamento às bases operárias, falta de camponeses, isolamento entre os exíguos núcleos espalhados pelo país e muitas críticas vindas dos soviéticos. Os documentos informativos enviados para ou escritos na URSS sobre a situação brasileira durante o ano de 1933 não apenas repetem conclusões anteriores, mas também expressam a maior inquietação com todas as outras

---

<sup>50</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Partido Comunista do Brasil na p. 176.

correntes de esquerda, radicais ou reformistas, mais até do que contra grupos reacionários ou de direita.<sup>51</sup> Os inimigos centrais a derrotar ainda eram o *imperialismo* e o *latifúndio* “*feudal-burguês*”, dentro de uma “revolução agrária e anti-imperialista” tão reiterada, e não o fascismo e seu decalque integralista. No início da década, a ligação do CC e do resto da cúpula com o BSA/IC também era muito débil. O PCB criticou com razão as eleições de 1933 e 1934,<sup>52</sup> pois diversas forças políticas contrariavam-se com o governo Vargas e com a nova Constituição, mas o quadro de instabilidade social que ele pintava na Comintern era frequentemente exagerado. Esse exagero seria fatal para as estratégias que os comunistas traçariam nos próximos anos.

---

<sup>51</sup> RGASPI f. 495, op. 29, d. 67. Deve-se dar destaque a uma análise completa sobre “Os partidos no Brasil”, divididos nos três “campos” da “reação” (direita, extrema-direita e conservadores), da “revolução” (apenas o PCB) e dos grupos “pequeno-burgueses” que compõem o resto da esquerda. Cf. ll. 105-145 (em russo) e 188-203 (o que parece ser uma tradução francesa resumida). Os partidos “de tipo fascista”, entre os quais o integralista, recebem breve menção respectivamente às ll. 133-135 e 199-200. A AIB é vista antes como um partido “burguês e pequeno-burguês”, com maioria de intelectuais, mais ou menos inspirado nos núcleos nazistas encastelados na imigração alemã, do que como o monstro anticomunista pintado a partir de 1934. Quanto à propaganda, um rascunho de panfleto sugerido para debate e lançamento pelo PCB, talvez repassado do SLA/IC para o BSA/IC, reforça a ideia das outras “esquerdas” como “enganadoras do proletariado” e das demandas parciais como prioridade comunista. Cf. Trabalhadores! Reforçai a vossa luta contra a crise e a miséria, não vos deixeis iludir pelas manobras de “esquerda”, reforçai o Partido Comunista! 19 de janeiro de 1933, 10 p. datilografadas. RGASPI f. 495, op. 29, d. 67, ll. 212-221.

<sup>52</sup> Para uma crítica do CC comunista ao pleito de 1934 e uma ampla exposição programática, cf. A posição do P.C.B. frente às eleições. **Classe Operaria**, 23 de agosto de 1934 apud CARONE, Edgard. **O P.C.B...**, op. cit., pp. 143-159. (V. 1. “1922 a 1943”.)

### CAPÍTULO 3

#### Antifascismo, “frentes populares” e conciliação (1934-1935)

A consolidação de Stalin no comando da URSS e a derrota final de todos os opositores com algum relevo no VKP(b) coincidiu com uma fase da geopolítica mundial na qual o “país dos soviets”, outrora temido como disseminador de revoluções, era agora aceito como um interlocutor paritário das potências capitalistas. Não há uma correlação direta entre a nova diplomacia soviética e a “virada tática” no 7.º Congresso da Comintern, em que se adotou a linha das “frentes populares” antifascistas, pois enquanto o organismo, na prática, tornara-se um utensílio do Kremlin, a perspectiva da revolução armada e de uma nova guerra com os países imperialistas jamais sumiu do comunismo internacional. Se Vargas de fato manobrava apoio material entre os EUA e a Alemanha, a insatisfação com seu regime tomava a forma de vastas frentes políticas, cuja relativa simpatia ante o exemplo soviético casava com a descrição do presidente como cada vez mais próximo do fascismo e do integralismo. A partir de 1934, o PCB sofreu dois reveses básicos: a conjunção entre fraca estrutura, baixa atração das massas e forte perseguição policial, e o enraizamento da tática de “classe contra classe”, que o levou a perder a oportunidade de aproveitar ao máximo o curso das ascendentes lutas frentistas em 1935 e a arriscar-se na insurreição militar carioca em novembro. A gradual ascensão de Luiz Carlos Prestes, figura formada no marxismo do 6.º Congresso da IC, como líder carismático e absoluto do partido também ajudou a manter as lembranças do “terceiro período”, mas a partir de 1936 o *antifascismo* tornar-se-ia componente estrutural da matriz bolchevique fixada na época de Stalin, a qual sobreviveria, no essencial, depois de 1945.

#### 3.1. Decorrências da inserção mundial da URSS

O movimento comunista, por seu caráter internacionalista e difusão mundial, ocupa um espaço particular na história dos movimentos políticos, e esse caráter constitui, portanto, um de seus componentes inextricáveis, embora tenham sido os anticomunistas a dar-lhe mais realce, enquanto os simpatizantes sublinhavam seu enraizamento nacional.<sup>1</sup> Tendo em conta essa dialética, pode-se aplicar igualmente aos partidos comunistas, ou seja, às “seções nacionais”, a conclusão de que no final de 1933, a Comintern estava paralisada e perdida diante da ascensão do nazismo e da crescente perseguição aos comunistas em vários países,

---

<sup>1</sup> WOLIKOW, Serge. Aux origines de la galaxie communiste : l’Internationale. In: DREYFUS, Michel et al. (Dir.). *Le siècle des communismes*. 2. éd. augmentée et mise à jour. Paris: Les Éditions de l’Atelier: Éditions Ouvrières, 2004, p. 293.

ainda reiterando a linha do “social-fascismo” por iniciativa, entre outros, de Stalin. Ao começar o ano de 1934, os partidos ao redor do mundo já estão formados no geral, têm alguma importância e influem razoavelmente nos países colonizados e nos meios levados à clandestinidade, mas são ínfimos nos países capitalistas desenvolvidos, onde de fato recuaram em eleições e sindicatos desde 1930, sem contar que o maior PC, o alemão, fora desmantelado. A rotulação das novas organizações internacionais criadas no pós-guerra ora como mecanismos imperialistas, ora como instâncias de negociação, oscilou no movimento comunista ao sabor das orientações diplomáticas e estatais da União Soviética ao menos até a década de 1960, mas já em 1934 a Comintern admitia os princípios da segurança coletiva na Europa. Justamente esse atrelamento enfraquecia a IC como uma entidade autônoma, pois o VKP(b) podia utilizar seus congêneres como um apêndice flexível seu no estrangeiro, bem como da burocracia que o representava, de forma que todos eles mal tinham condições de chegar ao poder ou mesmo funcionar sem a ajuda de Moscou. Por isso, como teoriza Pierre Broué,<sup>2</sup> em sua linha política e em sua atuação, os partidos comunistas deviam ser não “reformistas” ou “revolucionários”, mas meramente “stalinistas”, seguir o que Stalin dizia ou pensava no momento. Privado de militantes e votos pela adoção da tática ultraradical e pelo reforço da perseguição policial, o comunismo mundial só conseguia legitimar-se na Europa enquanto o mito da “edificação socialista” na URSS fosse convincente.

Mas a ascensão do antifascismo após o triunfo de Hitler renovou o fôlego do bolchevismo, certamente havendo a própria organização, disciplina e conspiratividade ajudado os comunistas a adaptarem-se ao acramento pela extrema-direita europeia, e ao mesmo tempo, com esses novos governos, as massas trabalhadoras então adormecidas voltaram a fervilhar na cena política para responder à violência nazista e de semelhantes regimes. É um despertar que ocorre *a despeito* das vicissitudes da Comintern e de seus partidos e organizações anexas, que são antes pressionados pelas bases a mudar, e não o contrário, de modo que os comunistas, submetidos à ruína desde janeiro de 1933, foram obrigados a “dar meia-volta”, não recuperando a política de “frente única” teorizada por Lenin, mas considerando o espírito unitarista dominante, não se chocando frontalmente com ele de início e, depois, utilizando-o a seu favor numa política alegadamente nova. E assim, a ebulição operária na Europa e a guinada tática da IC no 7º Congresso Mundial estão intimamente ligadas, a primeira levando ao segundo e esta sendo imposta a seguir aos partidos. As revoltas da ultradireita austríaca em janeiro de 1934 e, principalmente, francesa

---

<sup>2</sup> **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 688. (T. 1. “A ascensão e a queda”.)

em 6 de fevereiro alertaram para a ascensão conservadora e fascista, bem como deslocaram o centro de gravidade da Comintern para a França, cujo partido comunista ganhou um novo espaço. Os militantes comunistas mostraram-se a força europeia mais consequente no combate a essas correntes, mas a IC pouco teve aí a ver, pois antes de tudo eles estavam ancorados em suas realidades nacionais, e mesmo assim, além de não ter havido ruptura na organização e nas orientações, os laços político-ideológicos com a URSS nunca haviam sido tão fortes, e a doutrina “marxista-leninista” tornava-se cada vez mais enrijecida. Tanto que a grande jornada unitária de 12 de fevereiro em Paris, se *a posteriori* foi reputada a iniciadora do futuro “*front populaire*” político-eleitoral, não suprimiu todas as barreiras entre o PCF e a SFIO, cuja desconfiança mútua persistia. O dirigente comunista francês Jacques Doriot organizou um vasto comício unitário em 26 de março à revelia de seu partido, até que em 26 de abril o periódico oficial *L’Humanité* publicou um comunicado da Comintern convocando Maurice Thorez, secretário-geral, e Doriot a explicarem-se diante do CEIC em Moscou. Doriot recusou-se a ir, demitiu-se do cargo de prefeito de Saint-Denis, fez-se reeleger em 6 de maio com enorme votação e encorajou-se, assim, a exigir que no PCF se abrisse o debate e os dirigentes fizessem autocrítica. Mas em 2 de junho, a revista *La Correspondance Internationale* publicou uma deliberação da IC datada de 16 de maio, contra a atividade “fracionária” de Doriot, e em 24 de junho uma Conferência Nacional do PCF, que também anunciou a adoção da unidade de ação, decidiu pela expulsão de Doriot, tornada pública no dia 27. Puniu-se a “indisciplina” de Doriot, que “teve razão antes e contra o partido” e insistiu em tê-la,<sup>3</sup> mas comunistas e socialistas firmaram enfim o pacto de unidade em 27 de julho.

Paralelamente, a política interna soviética confirmava sua via de blindagem, conservantismo e homogeneização. A ânsia em tentar ascender por um mérito avaliado “paternalmente” e adornado pela ideologia oficial surtia efeito em algumas pessoas, que no futuro acabaram tornando-se altos funcionários ou políticos e seguiam uma rotina de austeridade, moralismo e constante autovigilância ideológica, visando tornarem-se as “novas pessoas socialistas”. Mas havia camadas que recebiam as ordens diversamente, ora aceitando o sacrifício de forma resignada, ora rebelando-se ativa ou passivamente: operários que sofriam o arbítrio dos gestores e ressentiam-se com o fim do igualitarismo e a criação de hierarquias, mulheres que celebraram alguns aspectos da revalorização da família, mas não tão bem a outros, como a proibição do aborto, camponeses satisfeitos com alguns benefícios e inovações da coletivização, mas oprimidos por gestores pouco controlados, e prisioneiros do

---

<sup>3</sup> Na expressão de PARIS, Robert. La tattica “classe contro classe”. In: **Problemi di Storia dell’Internazionale Comunista**. Turim: Fondazione Luigi Einaudi, 1974 (separata), p. 168.

Gulag, na prática um regime de escravidão. Stalin apoiava no geral a disciplina compulsória, mas começou a preocupar-se com algumas queixas, vendo nos abusos dos “pequenos Stalin” um óbice à retomada econômica e à preparação para a guerra, embora eles se protegessem mutuamente e geralmente contassem com protetores dentro do círculo íntimo do georgiano. As dificuldades inerentes ao “recuo” e à “desmobilização” inspiraram em Stalin um discurso aludindo a “inimigos” e “espiões” dentro do VKP(b) e à demanda por uma “purificação” e uma recuperação “messiânica”. O líder percebia de alguma forma que não poderia manter o Estado em total isolamento do mundo e ignorância do perigo nazista, e nesse sentido a URSS ingressou na Liga das Nações em setembro de 1934, mas no 17.º Congresso do partido (janeiro-fevereiro) ele ainda repisou o “perigo da guerra” no mundo capitalista e de ataque militar externo. No exterior, o período entre 1934 e 1947 seria de grande prestígio da União Soviética e seu comunismo, no qual as “frentes populares” teriam grande papel, embora como coalizões de governo heterogêneas fossem bastante instáveis e legadas à efemeridade. Quem via as direitas como principal perigo e fazia, por isso, vista grossa ao autoritarismo de Stalin confiava nas “frentes populares”, mas a partir da “guerra fria”, com a derrota nazista, as novas ditaduras no Leste europeu e as reformas socializantes no capitalismo, a aura da necessidade do comunismo desapareceu e o modelo frentista não adquiriu sobrevida.<sup>4</sup>

Impressionado diante da mobilização antifascista na França já em fevereiro de 1934, Dimitrov empreendeu contatos com Stalin para tentar persuadi-lo da necessária mudança, mesmo não abandonando no fundo todas as ideias aprovadas no 6º Congresso da Comintern, mas ele manteve-se longamente relutante. Em março e abril, talvez não muito contente com Manuilski, Stalin sugeriu ao búlgaro ser o “secretário-geral” da IC, um posto inventado *ad hoc*, e deu-lhe carta branca para mudar a política do organismo, e sua primeira missão como chefe efetivo foi regular o conflito no PC francês. Dimitrov utilizava sua fama de combatente antifascista, na verdade muito insuflada pelo Kremlin com fins instrumentais, para incursionar nos altos escalões do VKP(b) e da Comintern e trocar correspondência com Stalin entre abril e julho para elaborar a nova tática. Eles estavam longe de um acordo, embora aparentemente Stalin houvesse pensado em deixar os fatos ocorrerem por si e tirar o máximo de proveito de um novo ensaio político, sem comprometer sua pessoa, mas em todo caso a decisão pelas “frentes populares” não saiu de uma discussão entre os dirigentes da IC, a qual começou apenas quando Stalin havia dado seu aval, por volta de maio de 1934. De fato, conquanto famoso, Dimitrov não era um líder de monta, e por isso, enquanto pregava uma

---

<sup>4</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história da União Soviética na p. 170.

mudança de linha a outros líderes, em especial os franceses, na primeira metade de 1934, eles quase sempre titubeavam e preferiam esperar a última palavra do Kremlin. Apenas no início de julho a anuência de Stalin parece haver-se firmado, permitindo a Dimitrov receber pleno apoio de Manuilski nos arranjos do 7.º Congresso da Comintern, que estava marcado para o outono. Nesses arranjos, por proposta de Stalin, atribuíram-se os relatórios de destaque sobre fascismo e guerra a Dimitrov e a Togliatti, secretário-geral do partido italiano (PCI), e um espaço secundário aos veteranos Manuilski e Piatnitski, não por acaso mais avessos à “virada”. Dimitrov propunha a autocrítica da política seguida na Alemanha e a conservação da democracia, e não sua subversão, como objetivo imediato, mas Stalin impôs limites a possíveis aproximações com a social-democracia, e enquanto seguiam os diálogos, parte da cúpula da IC recusou-se a abandonar o nexo entre guerra e revolução como fator que os distinguia dos socialistas. Mesmo assim, resultou que a defesa da democracia liberal viria como expediente tático, a despeito da maneira não explícita, forçado pela pressão das massas proletárias em toda a Europa. Ao mesmo tempo, Dimitrov sugeriu que essa nova linha acarretaria mudanças na estrutura organizativa da Comintern, especialmente na chefia encarnada no CEIC, e em seus planos apresentados a Stalin, debatidos pelo 7.º Congresso Mundial e aprovados de modo geral, estavam, entre outras coisas, reforçar o poder dos secretários do comitê e ligá-los mais intimamente à direção do PC soviético e, obviamente, a Stalin, dispensando a constante intervenção do Kremlin no organismo.<sup>5</sup>

Enquanto Manuilski convencia-se progressivamente, e Togliatti, Kuusinen e os representantes dos partidos francês, checoslovaco, polonês e outros compartilhavam as inquietações de Dimitrov, nas reuniões preparatórias Vilhelm Knorin, Piatnitski, Béla Kun, Aleksei Lozovski e Ievgeni Varga opuseram resistência, o que fez o Presidium do CEIC, em 5 de setembro de 1934, postergar a convocação ao 7.º Congresso da segunda metade daquele ano para 1935, e ainda em dezembro Manuilski defendeu em reunião do Presidium que a diversidade de situações nacionais exigia enfrentar os problemas postos pela tática ainda vigente. Com efeito, Moscou tinha dificuldades para impor a mudança a esses figurões e a alguns partidos comunistas, e as comissões do CEIC ocupadas com os relatórios para o futuro congresso da Comintern eram o campo central de luta, e não, como visto acima, de uma discussão de igual para igual. Na França, o emissário Eugen Fried protagonizou as movimentações que enfim culminaram em 1934 na diretiva pelo “*Front populaire pour le pain, la paix, la liberté*”, que com algumas adaptações ecoou também no Brasil, onde em

---

<sup>5</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história da Internacional Comunista na p. 171.

1935 a onda unitarista pedia “pão, terra e liberdade”.<sup>6</sup> No final de 1934, avançando pela própria vontade, muitos partidos europeus já procuravam os sociais-democratas e até mesmo forças não socialistas para costurar alianças antifascistas, incentivados não apenas pelos protestos franceses de 12 de fevereiro, mas também, nesse dia, pelo levante armado dos reformistas austríacos, brutalmente esmagados, contra o chanceler autoritário Engelbert Dollfuss, o que também provava ocasional combatividade dessa corrente. O ano instável e atípico de 1934 não tirou de Stalin a última palavra sobre qualquer coisa na URSS e na Comintern, mas os “reformadores” deste organismo tiveram um momento único de relativa liberdade para criar e mover-se. Mas a partir de 1935, quando se buscou traduzir a linha de “frentes populares” para as realidades nacionais, tudo já estava imbricado às necessidades da diplomacia soviética – por mais que não existisse correlação automática entre a “virada” tática e a controlada abertura do Kremlin ao mundo –, especialmente na França e na Espanha, com surtos frentistas mais fortes. Manuilski regia os bastidores, obedecendo a Stalin e modificando os quadros, mas também Dimitrov em 29 de abril de 1934 assentara-se no Secretariado Político do CEIC e em sua Comissão Política.

As esquerdas em geral, e não apenas os comunistas, renovaram nessa época suas práticas políticas e culturais, mas as guinadas externas da União Soviética visando à “segurança coletiva” e o combate furioso ao “trotskismo internacional” danificaram o potencial das iniciativas de “frente popular”, como se notará mais claramente no caso da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Até julho de 1935, como os arquivos em Moscou dão a entender,<sup>7</sup> a Comintern sofreu amplas mudanças na composição dos secretariados, incluindo a remoção dos “oportunistas de direita” e “conciliadores”, iniciada no final de 1928 e continuada por mais de dois anos, havendo a substituição de antigos militantes por figuras novas; em novembro de 1932, por exemplo, Sinani já era listado como chefe do BSA/IC, no lugar de Guralski. Com mais peso para os secretariados, o Presidium e o Secretariado Político do CEIC propuseram aos Departamentos de Agitprop, Informação e Organização tratarem mais das questões de caráter geral tocando a todos os partidos, e não apenas um ou outro; o de Informação fora extinto em 19 de agosto de 1929, e em 15 de setembro de 1933 o de Agitprop foi extinto e o de Organização foi remontado como Departamento de Estruturação Partidária.

---

<sup>6</sup> Uma descrição sobre o sistema de enviados da Comintern e sobre a virada do PCF rumo às “frentes populares” e uma rica biografia de Fried, baseadas em ampla documentação então recém-aberta em Moscou, bem como em longas pesquisas anteriores, estão em KRIEGEL, Annie; COURTOIS, Stéphane. **Eugen Fried: Le grand secret du PCF**. Paris: Seuil, 1997.

<sup>7</sup> ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. **A estrutura organizativa da Comintern. 1919–1943**. Moscou: ROSSPEN, 1997, pp. 155-156, 159, 161 e 271 (em russo).

Voltando ao âmbito propriamente político, em 1.º de dezembro de 1934, o assassinato do popular Sergei Kirov, líder da organização do VKP(b) em Leningrado, parece ter estimulado Stalin a levar adiante seus projetos, tanto o de cerceamento interno quanto o de avanço das “frentes populares”, concomitante ao controle definitivo das “seções nacionais” da IC. Uma sessão tensa do Presidium do CEIC em 9 e 19 de dezembro aprovou a nova tática do PCF,<sup>8</sup> e o Secretariado Político da IC enfim ratificou claramente a divisa das “frentes populares” em janeiro de 1935, preparando o cenário do 7.º Congresso. Paradoxalmente, uma linha mais aberta face à democracia liberal escondia a suspensão dos debates internos na Comintern e a reavaliação de cada partido comunista conforme quanto e como podia servir à URSS.

### 3.2. Radicalização política no Brasil

Embora fascismo e antifascismo fossem realidades essencialmente europeias, os países que não sofriam diretamente a ameaça fascista também se abalariam, pois uma ditadura que desafiasse tanto o liberalismo quanto o comunismo teria impacto global inevitável. Bruno Groppo, especialista em migrações políticas e no movimento antifascista, lembra ainda<sup>9</sup> que essa comoção difundia-se, entre outros meios, junto com a imigração partida dos países atingidos em direção ao resto do mundo, a exemplo dos italianos, e que uma opinião pública mundial vastamente sensível à mobilização antifascista, mesmo distante da Europa, refletia a percepção da onda ultradireitista como um perigo real. Neste caso, o concurso da propaganda comunista foi menos determinante do que o incremento das políticas antisemitas na Alemanha e, a partir de 1938, na Itália, cujas vítimas emigradas influíram amplamente na opinião pública, por exemplo, dos Estados Unidos. Tal como existiram “fascismos”, segue Groppo, também houve “antifascismos”, muito diversos de acordo com a época e o momento, mas podendo ser agrupados numa só categoria para fins de análise. Como movimento político, tanto o fascismo quanto o antifascismo pertencem a um período determinado da história mundial, quando a muitos preocupava a ascensão do fascismo, sobretudo do nazismo, sua versão mais radical. O antifascismo, contudo, além de um momento, era também uma sensibilidade política, uma identidade ideológica e um instrumento de legitimação do poder, e

<sup>8</sup> Para descrições completas da história da “frente popular” francesa, de sua composição (1934) até sua vitória eleitoral e atuação como governo (1936-1938), cf. WOLIKOW, Serge. **Le Front populaire en France**. Bruxelas: Complexe, 1996 (abordagem essencialmente política); KERGOAT, Jacques. **La France du Front populaire**. Paris: La Découverte, 2006 (inclusão de fatores culturais e cotidianos).

<sup>9</sup> L’antifascisme dans la culture politique communiste. In: VIGREUX, Jean; WOLIKOW, Serge (Dirs.). **Cultures communistes au XX<sup>e</sup> siècle: entre guerre et modernité**. Paris: La Dispute, 2003, pp. 81-82; Fascismes, antifascismes et communismes. In: DREYFUS, Michel et al. (Dirs.). **Le siècle des communismes...**, op. cit., pp. 742-743.

sobreviveu como tal após cessar como movimento, embora não possa ser reduzido à simples dimensão estratégica. Se na América Latina a política antifascista das “frentes populares” encontrou receptividade, o tremor local também se devia aos efeitos da crise econômica mundial que persistiram ao longo de toda a década de 1930. Ie. A. Larin<sup>10</sup> ressalta que, por um lado, as exportações da região muito dependiam dos EUA, principalmente na América Central e Caribe, bem como do Reino Unido e da Alemanha, sobretudo na América do Sul, e por outro lado, o preço dos alimentos no mercado internacional continuou caindo até 1939, na medida em que as nações ricas substituíam importações e aumentavam os gastos em armamentos. O estrago foi maior na América Central e no Caribe, onde a redução dos ganhos arruinou inúmeros pequenos produtores nacionais e concentrou a produção nas mãos de grandes companhias estrangeiras. Enquanto os EUA reergueram-se com o *New Deal*, a América Latina teve de esperar a Segunda Guerra Mundial, quando de novo subiram no exterior a demanda e o preço dos produtos minerais e industriais.

A eleição indireta de Getúlio Vargas como presidente da República e a nova Constituição promulgada em 1934, amplamente inspirada na equivalente de Weimar e legislando sobre ordem familiar, educacional e cultural, nacionalização da economia, organização do trabalho e segurança nacional, não amainaram a efervescência política das classes médias, nascida com o movimento de 1930, culminada nas eleições federais de 1933 e ativa até 1934. Os diversos pequenos partidos formados nos estados, muitos proclamados socialistas ou socializantes, mas de ideologia inconsistente, plataformas ecléticas e organização improvisada e circunstancial, não obtiveram alcance nacional, conseguiram ínfimos votos em 1933, elegeram apenas três deputados constituintes (PSB-SP) e logo depois se desfizeram, fechando um ciclo de agitação cujos atores, porém, retornarão à cena no período da ANL. O PSB formado em São Paulo teve sobrevida e alguma força adicional, pois findo o pleito, alguns militantes reagruparam-se e lançaram uma segunda fase do partido, quando, em 1934, elegeram um deputado estadual constituinte e obtiveram novas e célebres adesões e grandes êxitos com a Frente Única Antifascista e a “batalha da Praça da Sé” contra os integralistas. Com as oligarquias estaduais, Vargas teve de compactuar a partir de 1933-34, mas não de forma submissa, o que lhe permitiu manobrar com as divergências entre elas e, assim, negociar em segredo com as elites menos submissas para legitimar o golpe em 1937. As classes dominantes também buscaram atrair o povo para ratificá-las nas urnas, enquanto Vargas lançava medidas paliativas, como o aparato trabalhista, ambos com o objetivo central

---

<sup>10</sup> A América Latina no período entre-guerras: algumas tendências do desenvolvimento econômico e político. *Latinoamerikanski istoricheski almanakh*, Moscou, n. 1, 2000, pp. 11-13 (em russo).

de alijar os mais pobres das reais esferas de decisão. Entre outubro e dezembro de 1934, o teste das eleições parlamentares federais e constituintes estaduais (14 de outubro), sob a vigência da nova Constituição, acirrou a situação política, com várias forças da direita à esquerda opondo-se às políticas de Vargas ou à consolidação de sua política sindical.

Desde que Mussolini assumiu o poder na Itália, manifestaram-se no Brasil e no mundo correntes políticas diversas contra o fascismo, e por toda a década de 1920 tal oposição foi constante em publicações avulsas e em grandes jornais brasileiros. Nesse decênio, as colônias imigrantes italianas, principalmente em São Paulo, e contrariando a intromissão consular italiana e de grupos fascistas isolados, estiveram à frente das lutas antifascistas, enquanto na década de 1930 são as várias correntes de esquerda nacionais (socialistas, comunistas, trotskistas) que passam à dianteira, e durante o ápice em 1934 e 1935, o papel da imigração já estava atenuado. Os grupos pró-fascistas eram minúsculos e dispersos pelo Brasil na década de 1920, mas após 1930 floresceram grupos nacionalistas de direita, cada vez mais fortes e numerosas, mas a maioria delas, como as do decênio anterior, confluiu na AIB, que monopolizou a representação nacional. Ante a força que a direita obtinha e a violência pela qual o integralismo agia, os antifascistas entenderam que os métodos da década de 1920, mais educativos e dialógicos e baseados em práticas do século 19, não podiam mais conter um opositor belicista, militarizado e muito mais articulado. Os novos movimentos antifascistas, mais coligados, combativos, nacionais e heterogêneos, serão a resposta à vaga fascista no Brasil dos anos 1930. Uma grande evolução entre as esquerdas críticas ao fascismo é que até 1932, ele era tomado como um fenômeno intrínseco ao capitalismo e inserido na análise global deste, mas em seguida passou-se o foco para as peculiaridades da corrente e seu grau de anomalia face ao capitalismo “normal”. Esse refinamento teórico acompanhou a afluência de forças na chamada “batalha da Praça da Sé”, em 7 de outubro de 1934, mas também na criação da ANL em 1935. Também chamado pelas esquerdas de “revoada dos galinhas-verdes”, o choque de rua entre antifascistas e integralistas que celebrariam naquele ponto de São Paulo o segundo aniversário da AIB teve como referência a Frente Única Antifascista (FUA), nascida da radicalização política entre aqueles dois grupos, iniciada em 1933, reforçada em 1934 e aprofundada nacionalmente em 1935. Em outubro, o conflito entre o Comitê Antiguerreiro do PCB e a FUA chegou a um termo, marcando um importante ponto de inflexão do antifascismo brasileiro na primeira metade da década, desaguado na “batalha da Praça da Sé”. Esse evento uniu todas as forças antifascistas pela primeira vez no mesmo espaço e em uma grande capital, ainda que sem uma direção

totalmente centralizada, e tornou-se símbolo da luta antifascista e contra os traços reacionários da política de Getúlio Vargas. O impacto do processo contra Dimitrov e a consequente campanha contra a guerra e o fascismo, razões de ser do Comitê Antiguerrero, também atraíram parte dos intelectuais progressistas e da opinião pública à iniciativa comunista.<sup>11</sup>

Sem relação com as futuras leis repressivas, desde os últimos meses de 1934 já aumentava a ofensiva policial às oposições operárias e políticas, com muitas mortes e prisões arbitrárias. Dois aglutinadores da contestação foram o assassinato do estudante Tobias Warshawsky, jovem morto em circunstâncias não esclarecidas (o PCB atribuía a culpa à polícia<sup>12</sup>) em outubro, e a detenção da menor Genny Gleiser, militante estudantil e judia da Bessarábia que não foi libertada e foi enfim deportada para a França. A grande repercussão da morte de Warshawsky na capital federal detonou uma campanha política contra o autoritarismo de Vargas, paralela à identificação de seu cadáver e culminada na criação de uma Comissão Jurídica e Popular de Inquérito (CJPI) para investigar o crime, a qual teve as bases lançadas no jornal *A Pátria* em 11 de novembro. O enorme apoio à CJPI por centenas de cidadãos, deputados federais e estaduais, sindicatos, partidos e por vários nomes que se destacariam também na ANL impulsionou suas reuniões públicas e a ampliação de seu espaço político, o que lhe arrancaria a existência legal, conquanto no início de 1935 seus remanescentes seguissem ativos. Na opinião de Ricardo Figueiredo de Castro,<sup>13</sup> o PCB atuou ativamente na fundação e funcionamento da CJPI, que haveria sido o núcleo político originário da ANL, esta, por sua vez, já formada ou em princípios de aglutinação em fins de 1934, sob a hegemonia comunista. No curso dessa luta contra a repressão policial, inserida no período mais amplo da segunda metade de 1934, a FUA estava esvaziando-se, perdendo atualidade e cedendo espaço, entre dezembro de 1934 e janeiro de 1935, ao reforço e à ampliação da temática e da área de atuação da CJPI, que ajudam a explicar as circunstâncias do êxito e das contradições da ANL. A ofensiva do governo federal na virada do ano, que articulava para remeter ao Congresso Nacional o projeto da Lei de Segurança Nacional (LSN), agiu como estímulo para que as atividades da CJPI se intensificassem.

---

<sup>11</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Brasil na p. 175.

<sup>12</sup> Em sua pesquisa nos arquivos de Moscou, William Waack encontrou documentos da Comintern que confirmavam o assassinato de Warshawsky pelos próprios comunistas, que o acusavam de ter colaborado com a polícia. Cf. **Camaradas**: nos arquivos de Moscou, a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 297 e 324.

<sup>13</sup> A Frente Única Antifascista (1933-1934). In: FERREIRA, Jorge Luís; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **As esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 446-447. (V. 1. “A formação das tradições (1889-1945)”.) Anita Leocadia Prestes também julga que a CJPI, apoiada e adentrada pelo Comitê Antiguerrero do PCB e por outras entidades criadas então, foi quem mais arregimentou forças usadas posteriormente na constituição da ANL. Cf. **Luiz Carlos Prestes**: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 166-167.

Poucos imaginavam que o novo período constitucional poderia acabar numa ditadura, resultante de manobras no governo, no Exército, entre liberais e esquerdistas, associadas à crise mundial do capitalismo liberal e à ascensão do nazismo, do fascismo e do comunismo bolchevista. Desde 1932, a AIB empreendia violentos conflitos com antifascistas e comunistas, enquanto pensadores associados ao governo cunhavam uma ideologia de feição autoritária, divergente dos fascismos ao prescindir do partido como regenerador da nação, papel atribuído ao próprio Estado, e ao intentar basicamente uma modernização conservadora; o pensamento autoritário, em sentido lato, já impregnava a elaboração política no Brasil de forma geral, tanto entre a direita quanto entre os liberais e a esquerda. Como parte das reformas, o Exército foi reestruturado, com incremento em pessoal e equipamento, depuração do oficialato e agregação de uma cúpula fiel a Vargas, e o governo enfim enviou ao Congresso um projeto da LSN no início de 1935, sob o abalo dos choques políticos e operários de 1934. A forma final do texto, chamado popularmente de “Lei Monstro”, foi aprovada em plenário em 4 de abril, e enquanto era elaborado, foi lançada oficialmente a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 30 de março, no Teatro João Caetano (Rio de Janeiro), reunida depois do entendimento entre vários egressos militares do “tenentismo” e intelectuais e políticos civis de muitas correntes, sobretudo comunistas, mas também socialistas, antifascistas etc. O programa no essencial era nacionalista e democrático, mas curiosamente não citava exigências específicas da classe operária, sendo visto assim por alguns comunistas como adequado à linha de “frentes populares” da Comintern, gestada desde meados de 1934, e exemplar de sua aplicação em um país “semicolonial”.<sup>14</sup>

Basicamente, o programa da ANL, principalmente na forma veiculada em fevereiro e março de 1935, era anti-imperialista, antilatifundista e nacional-libertador, mas o manifesto de 5 de julho adicionou vários pontos compartilhados com documentos do PCB (cf. p. 110). Para alcançar as reivindicações, dever-se-ia entregar “todo o poder à ANL” após tomá-lo de “assalto”. Mesmo se desconhecendo quem tomou a iniciativa de fundar a ANL, nota-se claramente a influência das teses comunistas nas informações disponíveis e nos textos dos pronunciamentos feitos em nome da entidade, além do que a figura de um Prestes ausente, já convertido ao comunismo, somada à insatisfação com Vargas, foi um importante agregador de membros, ainda que, ao contrário do PCB, não se houvesse de início cogitado entre os aliancistas a questão do *poder*, ou do governo que executaria as propostas resumidas no lema “*Pão, Terra e Liberdade*”. A ANL, de algum modo, recuperava a tática do Bloco Operário e

---

<sup>14</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Brasil na p. 175.

Camponês e do núcleo dirigente comunista da década anterior ao buscar uma aliança centrada em setores do operariado e das camadas médias urbanas, especialmente os jovens militares rebeldes, mas agora, em 1935, muitos desses militares julgavam, como Prestes no “Manifesto de Maio” de 1930, que as raízes do “atraso” brasileiro seriam o latifúndio e o imperialismo. Todavia, entre os comunistas, não se notava a razoável diferença entre a linha de “classe contra classe” e frente única pela base, que contava com uma insurreição no curto prazo, e a linha de “frentes populares”, que exigia vastas alianças, acúmulo de forças e luta pela hegemonia na coalizão nacional-popular. Embora evocasse as tradições “tenentistas” de protesto, a ANL, por sua forma e conteúdo, tanto rompia com o liberalismo radical dos “tenentes” da década de 1920 como se distinguia do projeto autoritário, centralizador e corporativo de Vargas e Góis Monteiro a que haviam aderido alguns “tenentes”. O fato de a Aliança incorporar muitos comunistas e adotar algumas de suas ideias também não implica que ela fosse um braço legal ou uma fachada do PCB cumprindo ordens da Comintern, pois em sua criação confluíram várias lutas populares, democráticas e antifascistas de cunho nacional, eclodidas desde 1933 e contando ainda com o fundo da oposição a Vargas e à “revolução de 1930”. Na verdade, em maio de 1935, a IC não insistia mais no “governo dos soviets” para o Brasil, e sim na divisa de uma “frente ampla” rumo a um “*governo popular nacional-revolucionário*” (ou GPNR), com precaução para que não ocorressem golpes de força militar, mas verdadeiras insurreições das massas, como Prestes insistia na época.<sup>15</sup>

O que mais atemorizava o governo federal era o fulminante crescimento da ANL, com cada vez mais adeptos em núcleos multiplicados por todo o país, seguindo a tendência de crescente oposição a Getúlio Vargas e de inconformismo com os impasses econômicos, a perseguição ideológica e a exclusão social. O Poder Executivo nacional buscava todos os meios para sufocar ou fechar de vez a entidade, algo que parecia muito difícil ante a adesão de inúmeras figuras vultosas e de camadas sociais diversas. No dia 5 de julho de 1935, para celebrar o aniversário dos levantes militares de 1922 e 1924, os aliancistas realizaram diversos comícios públicos na cidade do Rio, e um deles, no qual o estudante Carlos Lacerda leria um manifesto assinado por Luiz Carlos Prestes (que no dia da criação da ANL fora aclamado presidente de honra, mesmo clandestino), teve de ser transferido para local fechado. Conhecido posteriormente como “manifesto de 5 de julho”, o texto marcou a virada definitiva da ANL, mas também fatal, rumo à completa radicalização da linguagem e da atividade e a incorporação total das teses comunistas ao programa, e por esses dois motivos a aprovação de

---

<sup>15</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do PCB na p. 176, em especial as obras de Anita Leocadia Prestes.

sua leitura não foi consensual entre os líderes aliancistas, a maioria ainda atida à legalidade e à temperança diante do governo. Logo de início o manifesto alude à herança “tenentista”:

5 de julho de 1922 e 5 de julho de 1924. Troam os canhões de Copacabana. Tombam os heróis companheiros de Siqueira Campos! Levantam-se, com Joaquim Távora, os soldados de São Paulo e, durante 20 dias é a cidade operária barbaramente bombardeada pelos generais a serviço de Bernardes! [...] São 13 anos de lutas cruentas, de combates sucessivos e vitórias seguidas das mais negras traições, ilusões que se desfazem, como bolhas de sabão, ao sopro da realidade!<sup>16</sup>

No texto, Prestes alude à decepção predominante entre o povo e as elites militares e intelectuais após meia década de “malabarista e nojenta dominação getuliana”, cujas promessas de independência econômica e inclusão social não foram cumpridas, muitos dos antigos “tenentes” tendo participado dessa “traição”. A luta contra o imperialismo e o latifúndio como males maiores do país ganha destaque, e denuncia-se a lenta incursão das finanças e do militarismo britânico e norte-americano, bem como japonês e alemão, todos explorando as contradições entre as oligarquias regionais ou as elites econômicas. Percebe-se explícita influência programática do PCB:

[...] a crise mundial do capitalismo, na sua agravação crescente leva os imperialistas a tornarem cada vez mais clara a dominação e a exploração dos países subjugados por eles nas colônias e semicolônias como o Brasil.  
[...] A pequena indústria nacional, aquela que não está nas mãos dos tubarões estrangeiros ou de seus lacaios, é ameaçada de liquidação pelos tratados comerciais com a Inglaterra, com os Estados Unidos e o Japão. [...] A dominação imperialista utiliza o regionalismo, os interesses contraditórios das classes dominantes, que os servem, para, aprofundando esses interesses, despedaçar o país e melhor dominá-lo.

O integralismo de Plínio Salgado e a conversão do governo Vargas em uma “ditadura fascista” aberta provariam a “decomposição” das classes dominantes brasileiras em meio a interesses divergentes e a anuência em entregar a nação aos grandes impérios capitalistas. Por isso, a luta política no Brasil não estaria sendo entre “extremismos”, como diziam os “liberal democratas”, mas entre nacionalistas e agentes do estrangeiro, em total bipolaridade:

A luta está travada entre os libertadores do Brasil, de um lado, e os traidores, a serviço do imperialismo, do outro.  
O momento exige, de todo homem honesto, uma posição clara e definida. Pró ou contra o fascismo; pró ou contra o imperialismo! Não há meio-termo possível, nem justificável.

<sup>16</sup> O texto do manifesto está reproduzido em CARONE, Edgard. **O P.C.B.** São Paulo: Difel, 1982, pp. 172-181. (V. 1. “1922 a 1943”.)

A ANL é definida como “uma vasta e ampla organização de frente única nacional” para combater “o imperialismo, o feudalismo [i.e. o latifúndio] e o fascismo”, aberta a qualquer tipo de adesão individual ou coletiva, desde que respeitado somente o princípio de opor-se àqueles três inimigos e não obstar a unidade das forças combativas. O público principal da Aliança deveria ser o proletariado, que mais sofreria com a crise atual e estaria fervilhando em greves, e que se aliaria, unificado, ao campesinato, ainda desorganizado nos meios de luta, aos soldados e marinheiros e aos “melhores oficiais das forças armadas”, muitos supostamente já experientes no embate social e veteranos do “tenentismo”. Dizendo-se democrática, a entidade chama também os intelectuais, os estudantes, as mulheres e “os pequenos comerciantes, os pequenos industriais” atingidos pelos monopólios. A liberdade de crença e consciência é valorizada, e sublinha-se que muitos padres conviveram junto dos pobres e apoiaram seus protestos, mas os “homens de cor” ou “pretos” também são lembrados e têm seu movimento incorporado:

[...] estão mesmo os padres brasileiros, os mais pobres e que, entrando para a igreja não se venderam ao imperialismo, nem esqueceram seus deveres frente ao povo. É natural que os chefes da igreja, os ricos e bem nutridos cardeais e arcebispos, como membros das classes dominantes, e lacaios do imperialismo, estejam contra a Aliança. [...]

Com a Aliança estarão todos os homens de cor do Brasil, os herdeiros das tradições gloriosas das Palmares, porque só a ampla democracia [...] será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade [...].

O programa “anti-imperialista” do futuro “governo popular revolucionário” resume-se em nove pontos: anulação da dívida externa; revisão dos tratados comerciais injustos; nacionalização dos principais serviços públicos e de empresas estrangeiras que não cumpram as leis revolucionárias; jornada de oito horas, previdência social e reforma dos salários; condições decentes de trabalho; desapropriação e redistribuição da terra e dos mananciais; Estado laico, liberdades “populares” e combate à discriminação racial, religiosa e de nacionalidade; combate às “guerras imperialistas” e aliança com demais movimentos nacional-libertadores latino-americanos, classes e povos oprimidos. Esse programa não receberia oposição de quem fosse de fato contra o fascismo, o latifúndio e o imperialismo, e implantado pelo “governo nacional revolucionário” levado ao poder pelo “assalto” das massas, salvaria o Brasil de suas inquietações:

O governo popular, executando o programa da Aliança unificará o Brasil e salvará a vida dos milhões de trabalhadores, ameaçado[s] pela fome, perseguido[s] pelas doenças e brutalmente explorado[s] pelo imperialismo e pelos grandes proprietários.

[...] A força das massas, em que se apoiará um tal governo, será a melhor garantia para a defesa do país contra o imperialismo e a contrarrevolução. [...] Mas o poder só chegará nas mãos do povo através dos mais duros combates. [...] A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se, ativamente, para o assalto.

Após chamar as várias classes, categorias e regiões do Brasil a combater o fascismo, os grupos opressores, o governo Vargas e a dominação estrangeira, Prestes defende no manifesto a formação de um “governo popular nacional revolucionário”: “Vós que nada tendes para perder, e a riqueza imensa de todo o Brasil a ganhar!”, um impressionante eco de Marx levantando os “trabalhadores de todos os países”. O clamor final à conquista de “Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora” foi o pretexto suficiente enfim achado pelo Catete para decretar a suspensão da ANL, embora não sua dissolução definitiva, no dia 11 de julho de 1935, golpeando um ciclo de lutas ascendente desde outubro de 1934 e dispersando a maior parte das “massas” que apoiavam a entidade. O nome da ANL ficaria na boca dos opositores mais rígidos, sobretudo no PCB, e na parte seguinte será traçada uma articulação entre a atuação comunista na Aliança, o agravamento da situação depois de julho e a crescente propensão de Prestes e do partido a arriscarem-se na insurreição armada e do golpe militar.<sup>17</sup>

### **3.3. Revisão da tática comunista latino-americana**

As primeiras mobilizações antifascistas, os choques de esquerdistas com integralistas e a inauguração das grandes frentes únicas contra o fascismo pegaram o PCB de surpresa, pois, segundo a tática imposta pela Comintern e seguida à risca por sua seção brasileira, o maior inimigo da classe operária e dos comunistas eram os “oportunistas de direita”, os trotskistas e os sociais-democratas, os dois últimos encaixados no “social-fascismo”. O perigo dessas correntes seria abafar a radicalização do proletariado, que a Comintern julgava inevitável, enquanto, como visto acima, o capitalismo passasse pelos momentos finais em meio à depressão econômica e social e a missão dos partidos comunistas fosse acelerar esse abalo, agravado pelos conflitos entre as potências imperialistas, para que ao final a União Soviética agredida revidasse triunfante. Se a aurora do novo mundo era fatal, o fascismo, e principalmente o nazismo, seriam histerias efêmeras, exasperações em suspiros de uma burguesia agônica, e por isso sua ascensão apenas poderia acelerar ainda mais a revolução, com os trabalhadores oprimidos e ressentidos. Essas suposições ajudaram a atrasar, na

---

<sup>17</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Brasil e do PCB nas pp. 175 e 176.

maioria dos países, a entrada dos comunistas na onda antifascista já levada avante pelo operariado partidarizado ou apartidário, e também no Brasil o PC só aderiu à Frente Única Antifascista (FUA) três meses depois de sua criação. Ao findar 1933, sua participação era ativa, mas no início do ano já mostrara disposições frentistas, a despeito da linha vigente na IC, como a celebração do 1.º de Maio junto a anarquistas no Largo da Concórdia, em São Paulo, e o convite da CGTB, intersindical do PCB, para as mais diversas forças políticas protestarem contra a fome em 1.º de agosto. O partido saiu em definitivo da FUA em janeiro de 1934, e a LC trotskista desistiu de atuar dentro dele para mudar seus rumos em 1.º de maio de 1934, dois fatos que desmobilizaram a FUA e permitiram-lhe renascer brevemente apenas durante a “batalha da Praça da Sé”, para dirimir a insistente contenda sobre a “frente única” e exorcizar o choque previsto e esperado com a AIB. Assim se dando, a FUA perdia sua razão de ser e, exemplificando a caduca tática da “frente única pela base”, também não respondia ao agravamento e à polarização da situação e da repressão no mundo, aos quais se adaptava melhor a ANL, muito mais ampla do que a FUA ou o Comitê Antiguerrreiro. O PCB, ainda refletindo as análises feitas em Moscou, não acreditava viável o fascismo em países “semicoloniais”, mas apenas métodos de reação fascista, e por isso o golpe principal deveria ser dirigido contra o imperialismo do capital financeiro internacional e às classes dominantes como um todo a ele ligadas. Mesmo assim, o progressivo prestígio da URSS como potência antifascista e a difusão do marxismo de Stalin para além do movimento operário, com impacto entre intelectuais civis e militares, ajudam a explicar o predomínio comunista no antifascismo brasileiro desde o segundo semestre de 1934.<sup>18</sup>

Entre 1930 e 1935, no âmbito de suas próprias políticas, o PCB empreendeu várias iniciativas, mas aos poucos aumentaram a centralização organizativa e o controle a partir do BSA/IC e da Comintern sobre ele, os quais avaliavam diretivas, discussões, reuniões, questões individuais etc., especialmente a partir de 1934, seguindo a tendência mundial do comunismo. A nova direção estruturada em meados de 1933 contava, além de Miranda, Fernando de Lacerda e Bangu, escolhido como novo secretário-geral, com Honório de Freitas Guimarães (“Martins”) e Adelino Deícola dos Santos (“Tampinha”), que mais tarde também adquiririam relevo no partido. Em meio ao balanço de fracassos obtido em 1933 e à crítica ao processo eleitoral e constitucional de 1934, os dirigentes voltar-se-iam à montagem da luta armada, por não encontrarem outro modo de sanar os problemas nacionais e por julgarem maduras, ante o suposto processo de transformação da crise econômica em crise

---

<sup>18</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Partido Comunista do Brasil na p. 176.

revolucionária, as condições objetivas para a revolução, ao PCB cabendo somente acelerar esse processo, porquanto a dimensão econômica seria a crucial na ação social. Em janeiro de 1934, uma conferência de reorganização elegeu o novo Birô Político, composto por Miranda, que substituíra Bangu (ainda parte do órgão) na secretaria-geral por motivo de doença, “Martins”, Mário Grazini, Lacerda, Ferreira Lima, José Medina, Corifeu de Azevedo Marques, “Tampinha” e Guilherme Macário Yolles,<sup>19</sup> enviado e instrutor do BSA/IC no CC do PCB e ligado a Guralski. Miranda à frente do partido excedeu no vanguardismo ideológico e sobrevalorizava toda agitação operária, sempre na perspectiva da luta armada, vendo greves operárias como surgidas de situações revolucionárias, o cangaço como uma guerrilha *partisan* e as queixas nos quartéis como amostra da influência comunista entre os militares. Notavelmente, poucos desses novos líderes tinham ligação com a antiga linha “obreirista”, alguns deles, tais como Medina e Azevedo Marques, sendo simpatizantes de Prestes que o seguiram na adesão ao comunismo. Ao mesmo tempo, a concepção radical, bipolar, catastrofista e mobilizadora que venceu no 6.º Congresso da Comintern coincidiu com a visão que muitos novos militantes tinham da revolução e da luta por seus direitos, e isso pode ter ajudado a aumentar os efetivos do PCB, tendo sido Prestes um desses casos de atração.

Na impossibilidade de realizar um congresso, o PCB decidiu chamar apenas uma Conferência Nacional, a primeira de sua existência, ocorrida de 8 a 16 de julho de 1934, quando se destituiu a comissão sindical (exceto José Medina) e leram-se informes triunfalistas, anunciando novas lutas num contexto nacional e internacional conturbado e um crescimento inédito do partido, mas mostrou-se tacitamente pouco enraizamento no operariado e a ausência de células comunistas nas grandes empresas. O manifesto da conferência, redigido em 16 de julho e publicado na *Classe Operaria* de 1.º de agosto,<sup>20</sup> não muda o esquema analítico socioeconômico nem o vocabulário teórico, convocando os trabalhadores a uma “ampla frente única” a fim de derrubarem pela “luta armada” a opressão capitalista, embora não se estivesse realizando qualquer preparo para essa luta. Na ocasião, também foram escolhidos os delegados para o 7.º Congresso da Comintern: Miranda, Bangu, José Caetano Machado (como “Alencar” e “Almeida”), Elias Reinaldo da Silva (como “André” e “Souza”) e Valduvino Barbosa Loureiro (como “Marques”), partindo para Moscou

---

<sup>19</sup> É a versão mais comum do nome na bibliografia brasileira, mas Jan Jolles (seu nome verdadeiro) também usaria, supostamente, “Guillermo Macario Jolles”. Cf. JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Víctor. **América Latina en la Internacional Comunista, 1919-1943**: diccionario biográfico. Santiago do Chile: Ariadna, 2015, p. 315.

<sup>20</sup> Apud CARONE, Edgard. **O P.C.B...**, op. cit., pp. 159-171. (V. 1. “1922 a 1943”).

entre agosto e setembro de 1934. Fernando de Lacerda, tratando da saúde,<sup>21</sup> “Marques” e “André”, ambos trabalhando para a IC, estariam na capital soviética ao acontecer o congresso propriamente dito (julho-agosto de 1935), enquanto os outros saíam da URSS no final de 1934. Em 23 de agosto, o PCB também ajudou a organizar o 1.º Congresso de Luta contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo, no Teatro João Caetano (Rio de Janeiro), que terminou dissolvido pela polícia e resultou em dois manifestantes mortos,<sup>22</sup> mas seguiram-se ainda vários comícios na cidade de São Paulo, sempre com ênfase na denúncia às recentes agressões italianas à Etiópia.

Enquanto isso, Prestes estava ainda mais entusiasmado com a experiência soviética, e em fevereiro de 1934 procurou novamente Manuilski na URSS para falar de seu ingresso no VKP(b), mas ouviu que Stalin prorrogara indefinidamente os expurgos e a suspensão dos recrutamentos. A única solução, segundo o ucraniano, seria a entrada no PC brasileiro, mas Prestes ouvira de Cino de Lacerda, que estivera em Moscou, que o CC e ela mesma continuavam opostos à sua filiação, cujo prestígio “pequeno-burguês” entre as massas seria um perigo para o partido. O ex-capitão seguia, então, participando de reuniões do SLA/IC, e em uma delas, em março, Sinani criticou o “prestismo” como uma “ilusão pequeno-burguesa” das massas e o pouco esforço de Prestes em combatê-lo “*fora das fileiras do partido*”, embora setores populares influenciados pelo “prestismo” pudessem ser usados na luta revolucionária do PCB por maior influência comunista e pelo aumento da militância.<sup>23</sup> Nesse encontro, aprovou-se também uma resolução que solicitava à liderança do partido a admissão de Prestes, mas como ela permaneceu sem efeito, não havendo resposta do Brasil ainda em junho, Manuilski ordenou nesse mês a publicação, no jornal *A Classe Operária*, de um anúncio informando a célebre adesão, no lendário episódio em que o dirigente da Comintern teria dado um “soco na mesa” de insatisfação. O Secretariado Político do CEIC, então, decidiu em reunião no dia 8 alocar Prestes no comitê e mais uma vez recomendar seu

<sup>21</sup> Informação fornecida por PRESTES, Anita Leocadia. A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil. *Crítica Marxista*, Campinas, SP, n. 22, maio 2006, p. 134, nota 10.

<sup>22</sup> Para mais informações sobre esse congresso, cf. CARONE, Edgard. **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991, p. 183; KONRAD, Diorge. Centrais Sindicais Brasileiras: do acúmulo da experiência proletária à CTB. **Portal Vermelho**, 18 de março de 2008, 19h56min. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=1428&id\\_coluna=14](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1428&id_coluna=14)>. Acesso em: 02 jan. 2017; NÚCLEO DE ESTUDOS DO MARXISMO-LENINISMO-MAOÍSMO. O Levante Popular armado de 1935. **A Nova Democracia**, ano X, n. 81, setembro de 2011. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-81/3628-o-levante-popular-armado-de-1935>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

<sup>23</sup> Essa reunião é mencionada em PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes...**, op. cit., pp. 146-147. O grifo entre aspas é da autora.

ingresso no PCB, e em reunião do dia 11 reafirmou essas resoluções, mas o partido lançou uma discreta nota sobre sua filiação apenas no dia 12 de setembro, no referido periódico.<sup>24</sup>

No momento em que a dinâmica sociopolítica brasileira levava à formação de uma frente popular antifascista e anti-imperialista, os delegados brasileiros seguiam para o 7.º Congresso da Comintern, que deveria ratificar essa tática em escala mundial entre os comunistas. Mas eles não souberam que em setembro a cúpula internacional decidira adiar o evento para meados do ano seguinte, justamente porque os dirigentes da IC contradiziam-se mutuamente quanto à política de alianças que os partidos deveriam adotar face ao avanço do fascismo pelo mundo, e porque algumas “seções nacionais” já haviam mesmo mostrado receio em mudar. Como várias delegações latino-americanas já se achavam em Moscou, e como os encontros regionais não puderam ser postergados, a direção da Comintern decidiu aproveitar para reunir, de 16 a 28 de setembro de 1934, uma “3.ª Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e Central”, nome que aparece na documentação de arquivo a respeito,<sup>25</sup> mas não indica uma ligação orgânica com as outras “duas conferências” (cf. capítulo 1, parte 1.2), especialmente porque não houve propriamente uma “2.ª Conferência” de reconhecimento claro. Conforme o que se sabia por meio da bibliografia memorialística ou do escasso material publicado pela IC naquela época, compareceram 20 delegados com membros escolhidos pela lealdade à tática voluntarista de “classe contra classe” e discutiu-se a paulatina alteração da linha política comunista rumo à aproximação com os socialistas-democratas para a formação de frentes antifascistas. A importância da conferência é associada ao fato de, como a maior parte do CEIC já supunha ser inevitável a guinada e aprovava as frentes antifascistas, haver-se buscado conclamar os representantes presentes à mudança, de seus partidos no geral estarem resistindo a resgatar a política de “frente única”, a qual de fato eles nunca amadureceram totalmente, e de August Guralski haver sido então tirado da coordenação do BSA/IC, um sinal dos tempos. O grande problema era que, devido à

---

<sup>24</sup> Sobre o episódio do “soco na mesa” e o anúncio na *Classe Operaria* da aceitação de Prestes, cf. REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pp. 164-165; PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes...**, op. cit., pp. 147-148; MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 72, maio-ago. 2016, p. 182. Reis confunde as datas e escreve que a nota foi publicada na edição de 1.º de agosto, dia em que saiu, na verdade, o artigo de Prestes “O Exército Vermelho em 1934”, um aceno tardio da esperada recepção.

<sup>25</sup> Cf. RGASPI f. 495, op. 29, d. 80 (resolução sobre a situação no Brasil e as tarefas do PCB); f. 495, op. 79, dd. 211, 213-216 e 216a (material informativo, atas e resoluções); f. 495, op. 101, dd. 22-24 (atas). O fato de os dossiês (*opis*) em questão concernirem não ao BSA/IC, mas ao SLA/IC e ao PCB, pode indicar não apenas contingência geográfica, mas também o peso maior que os secretariados regionais estavam ganhando na administração da Comintern. De fato, também a atividade do Birô Sul-Americano há muito se achava estagnada.

turbulência das transformações, a Comintern costumava aceitar passivamente qualquer informe de todas as delegações, como foi o caso justamente com os brasileiros.

Todos os brasileiros inicialmente enviados ao 7.º Congresso da IC estiveram presentes na “3.ª Conferência Comunista Latino-Americana”, e além deles, Luiz Carlos Prestes (“Fernandes”) e Octavio Brandão, vivendo em Moscou, também compareceram, mas segundo Dominique Desanti,<sup>26</sup> afora os latino-americanos (um dos quais, o peruano Eudocio Ravines, escreveu o livro *La gran estafa*, primeiro relato conhecido do evento), listavam-se ainda Earl Browder (EUA), Maurice Thorez e Raymon Guyot (França) e, representando a cúpula mundial, Dimitrov, Manuilski, Kuusinen, Vasil Kolarov, Ho Chi Minh, Wilhelm Pieck, Klement Gottwald, Palmiro Togliatti e o chinês Wang Ming, ou Van Min, como era mais conhecido Chen Shaoyu. Prestes participaria ativamente, mas gerando certo mal-estar entre os dirigentes do PCB, que ainda criticavam o “prestismo”, embora logo entrassem em acordo por pressão soviética, da ocasião e da convergência entre as deduções das análises e prognósticos que todos adotavam. Duas problemáticas concernentes ao Brasil sempre foram tema de acerba discussão enquanto os arquivos de Moscou estiveram inacessíveis ao grande público. A primeira trata das exposições feitas pelo secretário-geral Miranda, reproduzindo as conclusões da conferência nacional, ou seja, que estariam maduras as condições para uma revolta operária e camponesa geral, análise reputada completamente fantasiosa e que teria por objetivo galgar a hierarquia partidária dizendo aos líderes mundiais o que eles queriam ouvir.<sup>27</sup> Mesmo os colegas saberiam que Miranda exagerava muito, favorecido pela loquacidade e pelo domínio da língua francesa, e apenas André haveria contestado com irritação os dados de Miranda, por isso mesmo caindo na desconfiança da Comintern. A segunda problemática bifurca as opiniões dominantes na conferência em dois grupos principais: Dimitrov gostaria de aplicar a tática da “frente popular” em todos os países da América Latina, no que o líder Thorez concorda, exibindo seu próprio caso francês, enquanto Manuilski e Prestes, este mesmo supostamente enganado pelos informes de Miranda, argumentam que nos países “semicoloniais” apenas a insurreição armada poderia lograr. Teria havido uma solução de compromisso ao final, com a “frente popular” devendo ser feita no Chile, e o preparo para pegar-se em armas, planejado no Brasil, o que por muitos anos foi considerado o ponto de partida para a eclosão das quarteladas de novembro de 1935 em Natal,

---

<sup>26</sup> **L’Internationale communiste**. Paris: Payot, 1970, p. 216.

<sup>27</sup> Essa é a opinião de PRESTES, Anita Leocadia. *A Conferência dos Partidos Comunistas...*, op. cit., pp. 134-135; Idem. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. São Paulo: Brasiliense, 2008, pp. 75-76.

Recife e Rio de Janeiro.<sup>28</sup> Também é costume relacionar a volta de Prestes a uma ordem dada na mesma ocasião para que ele começasse a rebelião, principalmente nas Forças Armadas, onde sua influência era grande. Todavia, autores que analisaram ampla documentação, e o próprio Prestes em depoimentos,<sup>29</sup> asseveram que não houve qualquer resolução nesse sentido e que *ele próprio* decidira pelo retorno, extasiado como estava com as supostas lutas em curso ou em preparação e desejando liderá-las, e ainda assim houve resistência por parte de Manuiski e dos brasileiros, bastante temerosos com sua segurança.

A 3.<sup>a</sup> Conferência Comunista Latino-Americana não poderia dar-se sem que os dirigentes da Comintern estivessem bastante informados sobre a situação econômica, política, demográfica e social da região, por isso, nos arquivos de Moscou, há uma pasta destinada especificamente a guardar números, relatos, descrições, balanços, esboços de diretivas e de discursos, projetos de teses e convites formais para que líderes da cúpula viessem à sessão de abertura.<sup>30</sup> Tratando principalmente da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, todos os textos ainda procuram encaixar-se na teorização do “terceiro período” e suas decorrências para a América Latina, ou seja, que a questão agrária é o problema central a resolver, ligado à exploração “feudal” e latifundiária da massa camponesa e do proletariado agrícola. As economias locais, devido à queda dos preços mundiais e da demanda externa, estariam vivendo uma crise terrível, e apesar de algum aumento, sobretudo em 1934, do volume produtivo industrial e agrícola, os trabalhadores estariam submetidos a um nível de vida cada vez mais degradante, com salários irrisórios, exploração política, falta de comida e carências sanitárias. Esse era um meio muito propício à explosão de revoltas e greves, e por isso os partidos comunistas deviam ampliar a incursão no campo, onde essa miséria seria bem mais grave, organizando o proletariado nos sindicatos e os camponeses, nas associações específicas às suas demandas. Mas além das exigências parciais, relativas a pagamentos, condições laborais, subsistência e liberdades civis, era preciso educar essas massas para objetivos revolucionários mais amplos, no mesmo quadro da etapa agrária, anti-imperialista e “antifeudal” da “revolução democrático-burguesa” que

---

<sup>28</sup> Assim pensa, por exemplo, DESANTI, Dominique. **L’Internationale communiste...**, op. cit., pp. 216 e 278.

<sup>29</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 342; PRESTES, Anita Leocadia. **A Conferência dos Partidos Comunistas...**, op. cit., p. 156; REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes...**, op. cit., p. 167; PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes...**, op. cit., pp. 156-157.

<sup>30</sup> RGASPI f. 495, op. 79, d. 211 (pasta de material informativo dentro do dossiê do SLA/IC), documentos datilografados, poucos manuscritos, em espanhol (alguns traduzidos do português) e em russo.

levasse a uma “ditadura democrática” operário-camponesa, baseada nos soviets.<sup>31</sup> De modo inovador para a época, a questão indígena e negra recebe denso tratamento para ser discutida nas reuniões, havendo análises específicas sobre diversos países, sua associação à “questão nacional” mais ampla (na qual entram também imigrantes europeus e asiáticos ligados à “exploração econômica”) – cuja principal bandeira é o direito à “autodeterminação” – e a junção do problema índio ao problema agrário, embora, para os informantes, tal laço não fosse tão determinante quanto o impulso à emancipação classista.<sup>32</sup> Quanto a outros partidos de esquerda e aos partidos xenofóbicos ou de extrema-direita rotulados no geral como “fascistas”, não muda a antiga visão sobre seu empecilho à radicalização popular e à conscientização das massas e seu alegado serviço às classes dominantes. Os partidos socialistas ou nacional-libertadores na Argentina, em Cuba e no México não passam de tratantes “social-fascistas”, cujo papel seria complementar ao do fascismo propriamente dito (por isso a inclusão de ambos no mesmo espaço), consistindo seu principal risco no engano das massas com discursos edificantes em meio a um contexto de crise, algo não muito diferente do que se passava na Europa.<sup>33</sup>

“Altobelli” (Rodolfo Ghioldi) abriu a conferência às 11 horas da manhã do dia 16 de setembro de 1934. Até o dia seguinte, vários delegados pronunciaram-se mais ou menos favoráveis ao informe inicial do argentino, sempre assumindo as omissões no trabalho partidário e tentando encaixar a descrição de suas realidades dentro do modelo “classe contra classe”: operários e camponeses pauperizados e em revolta, socialistas e outras esquerdas moderadas cumprindo uma função “social-fascista” e governos tiranos tendendo à “fascistização” e obedecendo aos ditames dos monopólios internacionais.<sup>34</sup> Miranda fez então seu discurso, sob o codinome “Queiroz”, desde logo impressionando a plateia pela ascensão revolucionária que estaria ocorrendo no Brasil, pela estruturação completa do PCB, já tendo passado para as células de empresa e superado a condição de seita “separatista”, e pelas greves que não paravam de eclodir:

O partido brasileiro não é mais o velho partido sectário, notável pela apartação [*separatism*] e totalmente isolado das massas. Agora todos os líderes partidários, em

<sup>31</sup> Cf. em especial as “Teses sobre a questão agrária nos países da América do Sul e do Caribe”, 7 de outubro de 1934, não revisadas (em russo). RGASPI f. 495, op. 79, d. 211, ll. 77-96.

<sup>32</sup> Sobre as questões negra, indígena e nacional, cf. RGASPI f. 495, op. 79, d. 211, ll. 97-139 (exatamente sobre o Brasil) e 163-239 (ll. 233-239 para a questão negra no Brasil), documentos datilografados em espanhol. À exceção de diferenças históricas e na composição dos diversos povos que aí viviam, não há mudanças nas diretrizes gerais.

<sup>33</sup> RGASPI f. 495, op. 79, d. 211, ll. 7-24 e 28-32.

<sup>34</sup> RGASPI f. 495, op. 79, d. 213; f. 495, op. 101, d. 22.

particular os membros do Secretariado e do Birô Político, são pessoas de amplas ligações com as massas, e atraem essas massas para o partido.

O partido não consiste mais de pequenos grupelhos ou mesmo de pequenas células de rua, mas é agora uma organização conforme ao princípio industrial, com células nas empresas. [...]

Atualmente no Brasil a quantidade de greves já não cabe nos dedos. Já não se pode falar nem mesmo em quantas greves realizam-se no curso de uma semana. Essas também não se contam nos dedos. Elas abundam e espalham-se muito rápido. [...]<sup>35</sup>

A extrema e indescritível miséria dos operários e, sobretudo, dos camponeses estaria na origem de lutas armadas em todas as regiões do Brasil, ocorrendo a todo o instante, nas quais participariam até mesmo os soldados, e não apenas contra o governo central, mas também no interior, algo que estaria em curso também no resto da América Latina. Ao mesmo tempo, o imperialismo japonês, na forma de “grupos organizados”, estaria aos poucos adentrando o país sob o disfarce de empregados industriais, e o fascismo crescia, por meio do integralismo e da agregação política e militar em torno de Góis Monteiro, ambos se dizendo protetores do proletariado. E apesar da situação de seca, total miséria, inúmeras mortes por fome, saques e a suposta descrença geral no empenho do governo em melhorar a situação, tanto no Nordeste quanto no Sul, “O partido não soube adentrar no seio dessas massas necessitadas, e ocorreu de outros grupos políticos estarem aptos a reger o humor das massas”; “Nossa tarefa consiste em atrair essas massas miseráveis”; “Passados quatro anos de seca, não aproveitamos em nada essa situação”.<sup>36</sup> Mas o clima explosivo continuaria, pois se os inúmeros golpes militares e movimentos demagógicos, segundo Miranda, não estariam mais enganando a gente pobre, ela própria empunharia armas e cumpriria a promessa falha da divisão de terras e gado:

Eis a pobreza do Nordeste. Quando lhes batia a seca, antes eles [os camponeses] podiam, por exemplo, fazer o caminho para São Paulo ou iam trabalhar nos seringais, mas agora eles não têm saída. Sua única possibilidade é pegar em armas, tomar a terra, as cidades e as ferrovias: é a única saída, e tudo isso obriga as vastas massas a lançarem-se ao movimento. [...]

Em 22 as massas tinham muitas ilusões. [...] Em 23 e 24, os camponeses participaram. Essa marcha não resolveu a situação das massas. [...] Em 1930 [...] As massas realmente foram mobilizadas pelas promessas da Aliança Liberal: partilha do gado, partilha das terras. [...]

Em 1932, quando a luta mobilizou as massas camponesas, tanto em São Paulo quanto no Nordeste, prometeram-lhes terra, mas depois os enganaram [...]. Eles diziam: estamos famintos, vivendo na pobreza, ofereceram-nos 10 [mil]-réis e partimos [defender o governo] contra São Paulo; melhor morrer aqui em São Paulo do que no meio da caatinga [*liany*] [...]. Muitos operários foram recrutados pelos políticos demagogos de SP. Mas os operários já se desiludiram, entendendo que o

<sup>35</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, l. 150 (tradução livre do russo).

<sup>36</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 151-153 (tradução livre do russo).

golpe de 1930, nem os intentos anteriores e posteriores poderão resolver sua situação. Essa descrença das massas no governo é muito forte.<sup>37</sup>

O país estaria fervilhando em “lutas”: operários de indústrias privadas e estatais estavam desrespeitando a proibição ao direito de greve, os cangaceiros do Nordeste agiam como “guerrilheiros” (*partizany*) em prol das famílias pobres, os servidores públicos e outros setores pequeno-burgueses penavam com o empobrecimento, minorias nacionais vindas da Europa tinham sua cultura desrespeitada e até mesmo os comerciantes protestavam contra os impostos.<sup>38</sup> Muitos desses grupos, bem como camponeses de armas na mão em pleno estado do Rio, buscavam o PCB para liderá-los, pois ele seria o único partido que naquele momento possuía alcance nacional:

Não há mais aí partidos socialistas, não há mais partidos feudal-burgueses, não há partidos nacional-reformistas. Esses partidos são organizados por estados [*provintsi*]. O único partido que abrange todas as regiões, o partido nacional que reúne 17 comitês regionais, é o partido comunista.<sup>39</sup>

À pergunta óbvia de Manuilski sobre “Quantos membros” possuía o PCB, Miranda joga a resposta pronta: “Mais de três mil no momento em que partimos” do Brasil, porém as greves não paravam de eclodir, e “depois de cada greve, centenas de milhares de novos membros ingressam em nosso partido”, um número assombroso mesmo se confrontado com o único período real de legalidade no século 20, entre 1945 e 1947. Uma conclusão em particular revelar-se-ia fatal na futura ação em solo brasileiro: a de um exército que “se desagrega de alto a baixo”, carece de qualquer disciplina, ajuda nas lutas populares, promove greves nas escolas militares, infiltra-se pela propaganda comunista e reparte as armas entre populações rebeladas.<sup>40</sup> Um exército que contaria com “aproximadamente 150 células” do partido só poderia ter 70% das tropas alistando-se “para fugir da morte pela fome” ou sendo camponeses espoliados ou flagelados pela seca, e para completar, “O mesmo ocorre com relação à polícia. Eles gostam dos comunistas.”<sup>41</sup>

Mas a força do PCB não residiria apenas na condescendência militar, pois a estrutura haver-se-ia reforçado, no espaço de um ano, desde as vivas e populosas células de empresa, assistidas por uma direção que compararia constantemente ações e palavras dos

<sup>37</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 154-155 (tradução livre do russo).

<sup>38</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 156-158.

<sup>39</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, l. 158 (tradução livre do russo).

<sup>40</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 158-160 (tradução livre do russo).

<sup>41</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, l. 160 (tradução livre do russo).

informantes, até o empenho de veteranos e simpatizantes em reforçar os elos com as massas e atrair novos quadros. Os únicos problemas seriam a débil formação ideológica e, em São Paulo, a carência organizativa, onde muitos militantes haviam caído nas mãos da repressão, mas tudo isso estaria em vias de ser resolvido, e empenho não faltava.<sup>42</sup> O proletariado estaria interessando-se cada vez mais pelas células de indústria, e o número de greves e lutas de rua era tão alto que a única autocrítica explícita feita por Miranda é muitas vezes o PCB perder o ritmo do movimento. Mesmo assim, pelo menos no Rio de Janeiro, a autoridade do partido seria “colossal”, ele estaria no comando da “maioria das greves”, mostrando ter “muita experiência” quanto à “frente única”, em um contexto no qual a CGTB comunista estaria ampliando-se velozmente e afastando os operários da influência do Ministério do Trabalho.<sup>43</sup>

Enfim, tanto na cidade quanto no campo, tanto no Nordeste quanto no Sul, o partido comunista estaria obtendo cada vez mais influência e simpatia, atraindo quadros novos no calor das lutas e liderando todas as vagas contestatórias contra o governo e os sindicatos reformistas. Não importa se o nível ideológico ainda é baixo, o que realmente preocupa o secretário-geral e inspira um pedido de ajuda ao BSA/IC para incrementá-lo, pois o relator parece de tal modo inebriado pela própria eloquência que adota a postura praticista de priorizar o espírito de liderança e o contato com as massas, mesmo que os dirigentes e ativistas mal saibam ler ou escrever.<sup>44</sup> Afinal, o mais importante é que:

O partido constitui uma organização que lidera o movimento de massas. Esse partido pode ver que impressão produziu-se quando um deputado no parlamento leu nossas reivindicações. Há muitos anos não se ouvia nada parecido, e isso gerou um sucesso e entusiasmo colossais em prol do partido.  
 [...] Teremos inclusive condições melhores do que as da China soviética, e já estudamos o Brasil nesse sentido. A autoridade do partido é incontestável.  
 [...] todo o nosso partido mostrou-nos e assegurou de que, muito em breve, teremos no país um poder soviético e um partido comunista.<sup>45</sup>

<sup>42</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 161-162. Não deixa de ser irônico (l. 161) que, quando Miranda diz que “Temos muitos e muitos tagarelas, verdadeiros tagarelas”, Manuilski acrescenta: “Estão em todo o lugar” (tradução livre do russo).

<sup>43</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 162-165.

<sup>44</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 165-169.

<sup>45</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 167 e 169 (tradução livre do russo). Uma versão retrabalhada do informe foi publicada sob o título: *The Eve of Revolution in Brazil*. **The Communist International**, n. 10, 20 de maio de 1935, pp. 577-588 (cumprir recordar que, por razões de segurança, informa-se que a conferência ocorrera em Montevidéu). Várias lacunas concernentes a nomenclaturas e localizações foram supridas, embora permaneçam ainda muitos erros ortográficos e imprecisões conceituais. O texto foi encurtado, tirados especialmente os cacoetes discursivos, as informações foram reordenadas de acordo com o assunto e, o mais notável, os exageros mais evidentes quanto às “centenas de milhares” de membros afluindo ao PCB e à formação de soviets no Nordeste foram totalmente suprimidos. Agradecimentos a Dainis Karepovs por haver cedido uma cópia do artigo.

Elias Reinaldo da Silva, com o pseudônimo “Souza”, fez no dia 18 um discurso menor do que o de Miranda, sobre a situação da CGTB e do sindicalismo comunista, as tarefas a cumprir e os problemas a resolver.<sup>46</sup> Seu tom e seu relato são menos otimistas e mais realistas, mas ao lado dos inúmeros “erros”, especialmente com relação à “frente única”, anuncia que muitos novos sindicatos e trabalhadores haveriam aderido aos organismos controlados pelo PCB. Os maiores óbices seriam os “traidores” no seio dos comunistas (a atuação de Mário Grazzini, ou “Gubinelli”, é bastante criticada), a atuação opositora dos sindicatos “amarelos”, do Ministério do Trabalho e de outros radicais de esquerda que, segundo “Souza”, apenas desejariam dividir o proletariado, e a repressão policial. Os principais erros do partido haveriam sido subestimar o movimento de massas, ficar a reboque de inúmeras greves que eclodiam de súbito e alongar demais as tratativas com as cúpulas sindicais com outras ideologias, deixando o trabalho de bases. Mesmo assim, o saldo até então haveria sido positivo, com mais sindicalizados ladeando os comunistas e com várias greves exitosas, principalmente entre motoristas e ferroviários. O informe deixa transparecer os relativos sucessos que o PCB estava realmente obtendo no âmbito sindical, enquanto gradualmente abandonava a linha isolacionista de órgãos próprios e começava a favorecer a entrada e a aquisição de influência nas entidades tradicionais. É um dos poucos sucessos de que o partido de fato podia orgulhar-se.

No mesmo dia, Prestes (como “Fernandes”) discursou sobre o aumento das lutas de massa no Brasil, a situação cada vez mais miserável dos trabalhadores pobres e as injustiças do crescimento capitalista, que não resolvia os males sociais, ao contrário, agravava-os.<sup>47</sup> Ele não acrescenta nada de novo ao material informativo recolhido para o evento, mas como em uma espécie de ratificação necessária, formatou as análises dos camaradas ao modelo discursivo (esquema, vocabulário e conteúdo) então vigente na Comintern, calcado nas conclusões do 6.º Congresso Mundial e dos plenos seguintes do CEIC, em especial o 10.º. E justamente por isso, não dirá nenhuma palavra sobre grupos “fascistas”, e nem mesmo sobre o “social-fascismo”, ou seja, os maiores riscos a vencer ainda são o “imperialismo”, sua incursão no país e seus lacaios, e o “oportunismo” nas fileiras do PCB, latente quando se obtêm os mínimos sucessos. Além disso, ainda seria necessário estar à

---

<sup>46</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 250-260. As atas escritas em russo denominam-no “Sosa”, mas é bastante evidente o erro de datilografia. No dia seguinte, “Marques” (Valduvino Barbosa Loureiro) também leu um relatório sobre a situação da juventude trabalhadora no Brasil, a União da Juventude Comunista (UJC) e o estado de miséria e opressão que fazia muitos jovens operários e camponeses estarem disponíveis para as grandes lutas. O informante critica a pouca atenção do PCB à UJC e lamenta que os comunistas, apesar dos poucos êxitos, ainda tenham muito a fazer nesse domínio. Cf. RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 261-266.

<sup>47</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 281-290.

frente das massas nos combates que estavam por vir, tomar sua guia e levá-las à vitória, embora não mencione o regime a formar-se ou o uso de armas. Então, segue-se o próprio August Guralski a comentar os discursos de outros delegados,<sup>48</sup> cuja maior dúvida seria se “existia” fascismo ou não na América Latina, ao que ele responde que não apenas existe, mas também seria um crescente perigo a combater, mas não tanto quanto o “nacional-reformismo”. Este não deveria, contudo, ser acriticamente igualado à social-democracia europeia, e sim analisado dentro de cada cenário histórico concreto, mas o dirigente vai além e pontua que, antes de qualquer discussão sobre o caráter das revoluções locais, seria preciso *atrair as massas*, tirá-las da órbita pequeno-burguesa, sobretudo, cuja ideologia teria influenciado os partidos comunistas locais durante quase todo o seu desenvolvimento. Ou seja, o que se ordenava aos partidos europeus no início da década de 1930, quase em seus meados é agora postulado aos latino-americanos.

Os relatos dos brasileiros “Almeida” (José Caetano Machado, no dia 19) e “Silva” (Bangu, no dia 20), bem como os aportes de Georgi Skalov/Sinani (também no dia 20),<sup>49</sup> vão todos na mesma direção: o PCB precisava ligar-se às massas, dar atenção à ameaça fascista e expansão e persistir no combate aos grupos reformistas de esquerda, que impediam a incursão comunista entre os trabalhadores e eram chamados de diversos nomes: “sociais-fascistas”, “nacionais-reformistas”, “oportunistas”, etc. Igualmente, os três mencionam o agravamento das contestações operário-camponesas e concordam que a excepcional oportunidade revolucionária não podia ser perdida, mas nenhum deles faz a opção explícita pela *luta armada*, isso quando fazem ao “governo soviético”, dizendo apenas vagamente que “a hora havia chegado”. Com efeito, como visto acima, inclusive nos documentos oficiais da Comintern (congressos e plenos), não se traçava uma nítida correlação entre “situação revolucionária” e “vitória da revolução” ou “implantação do socialismo”, pois, conforme o cânone comunista para a América Latina, a região ainda devia passar por “etapas preparatórias” antes da revolução socialista, e como os próprios partidos mal haviam sido formados e ainda lhes faltava “conquistar as massas”, todas as tarefas parciais preliminares ainda estavam por fazer, mas *pelo próprio proletariado*. A formação da “frente única”, aliás, era uma obrigação urgente, conforme essa dialética de marchar junto com os adversários, mas “desmascará-los” no curso da luta. A resistência de muitos partidos a entrar nos sindicatos reformistas ou arrasar organizações direitistas a partir de dentro era inclusive vista como

<sup>48</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 291-314.

<sup>49</sup> RGASPI, f. 492, op. 101, d. 22, ll. 321-326 (Almeida); f. 492, op. 101, d. 23, ll. 3-10 (Silva); f. 492, op. 101, d. 23, ll. 11-61 (Sinani).

grave erro sectário. A contenda permanecia, primordialmente, *ideológica*, e o “prestismo” era, segundo o próprio Luiz Carlos Prestes (ou melhor, “Fernandes”), um dos persistentes vícios “pequeno-burgueses”. Surgia uma inquietação com a ultradireita na América Latina, natural quando se recorda que mesmo a “virada” em Moscou ainda não era definitiva, mas ela convivia com a priorização do “nacional-reformismo” e do imperialismo entre os inimigos.

Todos os outros discursos brasileiros partilhavam a perspectiva otimista: os camponeses mobilizavam-se sempre mais, o exército já não podia conter as rebeliões do povo, o PCB estava usando sua alegada experiência em “frentes únicas” para cumprir as exigências da Comintern, os negros e os índios completavam o arsenal revolucionário – embora suas reivindicações não estivessem diretamente ligadas à “frente única” – e os cangaceiros de Lampião compunham uma guerrilha de orientação social, uma ebulição geral que estaria sob o controle dos comunistas.<sup>50</sup> Dmitri Manuilski, após longo silêncio entrecortado por breves apartes, decidiu dar seu parecer, e foi justamente para dizer que, diante dos relatos estimulantes vindos do Brasil, era lá que se localizavam as esperanças da revolução latino-americana, com seus camponeses armados, com a pobreza de suas massas, com um governo em desagregação que, alocado no litoral, não podia controlar o vasto interior e com um partido comunista que dava exemplo de ousadia:

A questão básica e central desta conferência é a questão do Brasil. Se durante o período de formação de nossos partidos comunistas, durante o período de agitação e propaganda voltadas para as massas, de preparação da revolução, a hegemonia no continente latino pertencia ao partido pioneiro da Argentina, é preciso ver claramente, camaradas, que agora, no centro de tudo, está a questão do Brasil. [...]

A expressão do fato de que estamos agora passando do período de propaganda e agitação para o período de luta pelo poder é a colocação da questão brasileira como questão central.

[...] Camaradas, qual é o atual traço característico do Brasil? É o de que o país caminha muito rapidamente para uma situação revolucionária, isto é, para uma revolução de fato, e a correlação de forças no Brasil será muitíssimo mais favorável a essa revolução do que, por exemplo, nos grandes países metropolitanos capitalistas.<sup>51</sup>

Mesmo Octavio Brandão ratificou o quadro feito por Manuilski de um país em iminente guerra civil, cheio de contradições entre exploradores e explorados, entre nacionalistas e imperialistas, caracterizado socioeconomicamente como “semicolonial” e “semifeudal”, cujas

<sup>50</sup> Cf. os discursos e as discussões de outros delegados a respeito desses temas em RGASPI, f. 495, op. 101, d. 24.

<sup>51</sup> RGASPI, f. 495, op. 101, d. 24, l. 158 (tradução livre do russo). Em sua intervenção, Sinani é mais sóbrio e prefere ressaltar as fraquezas do PCB ainda a superar e as muitas e imensas tarefas a cumprir nesse cenário revolucionário que se descortinava, bem como insiste que esse fervilhar não abrange apenas o Brasil, mas a América Latina como um todo. Cf. RGASPI, f. 495, op. 101, d. 24, l. 187 ss.

chances revolucionárias tão favoráveis o PCB devia aproveitar imediatamente sem o “oportunismo” e o “sectarismo” que antes o haveriam caracterizado.<sup>52</sup> Notavelmente, ele considera “oportunista” o ano de 1929 no partido, quando ele mesmo ainda estava à sua frente, e chama de “sectário” o tempo de 1930-1932, quando a “proletarização” teve seu auge, aparentemente se enquadrando à interpretação da Comintern e completando a própria autocrítica, como todo bom comunista. No geral, Brandão fala de um PC agora reforçado e quase sanando as lacunas teóricas. Ele também não menciona o fascismo ou o integralismo, falando apenas em “reforço dos métodos fascistas”, em provável alusão ao governo Vargas, pois era corrente na época dizer-se que os regimes mais ou menos autoritários da América Latina estariam em “processo de fascistização”. Ao lado dessa análise peculiar, impreca-se contra o reformismo e o socialismo em geral, demonstrando o estado contemporâneo da compreensão bolchevista sobre a extrema-direita e os reais obstáculos à solidez das “seções nacionais” da IC. Sua referência à “questão do poder” igualmente não detalha a tomada revolucionária do Estado pelas massas e as colunas do novo regime (se seria um “governo operário-camponês”, se ele daria início à dissolução do Estado burguês etc.).

As sessões estatutárias eram apenas uma parte da peregrinação, pois após o encontro geral cada delegação reunia-se com um ou outro alto dirigente da Comintern a fim de responder a perguntas pontuais, fornecer esclarecimento e acolher diretivas sobre o que fazer no país e no partido (cf. p. 52). Os representantes do PCB reuniram-se com Dmitri Manuilski nos dias 2, 3 e 4 de novembro, antes de voltarem ao Brasil, e atraíam todas as atenções por haverem descrito a suposta explosão revolucionária que estaria em curso no país.<sup>53</sup> Na verdade, as conversas são bem mais protocolares, os brasileiros são obrigados a dar nomes, números e fatos exatos sobre os mínimos detalhes concernentes ao campo, aos sindicatos, às greves, aos partidos políticos e à situação dos comunistas, e os relatos são bem mais sóbrios e menos otimistas, talvez devido à maior inibição que gera um *tête-à-tête*. Os assuntos mais tratados são os números da sindicalização, as lutas conduzidas pelo cangaço, o qual incute um vivo interesse em Manuilski, e as ideologias e organizações partidárias, além dos comunistas, conforme sua origem social, seu lugar no espectro político e suas relações com o governo. Este último tema, destrinchado por “Queiroz” (Miranda) longamente diante de Sinani e de August e Inês Guralski, revelou a transição indecisa que se fazia da linha “classe contra classe” para o retorno da “frente única”, da insistência no “social-fascismo”

---

<sup>52</sup> RGASPI, f. 495, op. 101, d. 24, ll. 174-181.

<sup>53</sup> As atas estão em RGASPI f. 495, op. 101, d. 25, em russo e (apenas a primeira sessão) em francês.

para uma análise mais realista do fascismo.<sup>54</sup> Para Miranda, o principal inimigo do PCB naquele momento seria o integralismo, ainda que ele não faça uma autocrítica explícita das posturas anteriores, afirmando que outros partidos “demagógicos” de direita e de esquerda colaboravam para dividir o operariado. Os integralistas atraíam cada vez mais as classes médias e contavam com o beneplácito evidente de Vargas:

No essencial, a base dos integralistas está na pequena burguesia das cidades e vilarejos, e também nos operários, mas essencialmente na burguesia, latifundiários, estudantes etc. [...] O governo lhes ajuda, e quando eles realizam manifestações, o governo pede-lhes para não andarem armados. No geral, o governo protege-os com todas as forças. Em minha opinião, *é nosso inimigo mais sério*. É um inimigo do campo dos latifundiários e imperialistas.  
[...] O integralismo está agora progredindo muito seriamente no norte do Brasil. Com relação aos integralistas, *precisamos empregar uma tática muito apurada*.<sup>55</sup>

Como um todo, Miranda reconhece os sucessos do partido nos sindicatos, na direção de alguns movimentos e nas células espalhadas pelo interior brasileiro, mas destoando das informações triunfalistas levadas às sessões plenárias, assume que a organização ainda estava débil demais e que a *conquista e influência* das massas ainda era um desafio:

Penso que o partido até agora fez muito pouco para conquistar a hegemonia do movimento revolucionário no Brasil. O partido ainda não tem essa hegemonia. Ele move-se na direção da conquista da hegemonia, todo dia ele conquista pedaço por pedaço essa hegemonia nos quadros vastíssimos da frente única, na luta pelas exigências concretas, pelas exigências econômicas e políticas. No combate ao imperialismo, ele deve conquistar e defender essa hegemonia. [...]  
O partido ainda não sabe nem mesmo manobrar, o partido ainda não sabe que tática apurada deve empregar com relação a seus inimigos.  
[...] A autoridade do partido é muito grande, mas a maioria das massas ainda está muito longe do partido. Na cidade e no campo, o partido ainda não dirige a maioria das greves e o movimento.<sup>56</sup>

Não parece ter sido fácil tomar resoluções definitivas sobre o que fazer em cada país da América Latina, pois embora a 3.<sup>a</sup> Conferência Comunista Latino-Americana tenha sido encerrada em 28 de outubro de 1934, os documentos que contêm algumas conclusões têm datas entre o fim do ano e os primeiros meses de 1935.<sup>57</sup> A própria resolução sobre o Brasil e o PCB, datilografada e datada de 13 de fevereiro de 1935, possui anotações à mão e muitos sublinhados, o que gera dúvidas quanto à sua adoção definitiva, porém as ideias expostas não

<sup>54</sup> RGASPI f. 495, op. 101, d. 25, ll. 74-95.

<sup>55</sup> RGASPI f. 495, op. 101, d. 25, ll. 80-81 (tradução livre do russo, grifos meus).

<sup>56</sup> RGASPI f. 495, op. 101, d. 25, ll. 93-94 (tradução livre do russo).

<sup>57</sup> Por exemplo, uma resolução sobre o México foi aprovada no final de dezembro de 1934, e outra sobre Cuba, no final de fevereiro de 1935. Cf. RGASPI f. 495, op. 79, d. 216a.

diferem consideravelmente nem do que os delegados brasileiros descreveram, nem do que a Comintern já estava recomendando aos latino-americanos.<sup>58</sup> Na verdade, o teor geral do documento, a despeito de sua ratificação final, sinaliza uma busca por aplicar a gradual “guinada” no plano internacional a um grupo de partidos no qual a tática do “terceiro período” estava profundamente enraizada. Ainda seguem como tarefas a conquista dos sindicatos reformistas e governamentais, a ampliação do trabalho entre os negros e indígenas, cujos direitos deviam ser protegidos, bem como sua casual vontade de autodeterminação, a criação de organizações laborais no campo, a edificação da “frente única” com outros partidos de esquerda (não se distinguem cúpulas e bases), a decorrente mitigação dos ataques aos adversários, exceto aqueles do campo “fascista”, e, sobretudo, o reforço da estrutura partidária e da influência entre os trabalhadores. Isso porque, para a Comintern, o partido sequer poderia pensar em revolução se não anulasse seus antigos problemas de debilidade ideológica e amorfia organizativa, embora se tudo isso recebesse atenção, o PCB poderia muito bem aproveitar o momento revolucionário em curso para avançar suas conquistas e firmar-se como verdadeiro partido comunista. A própria diretiva da “luta armada pelo poder” não aparece como uma tarefa imediata, uma ordem expedida de cima, mas deve desdobrar-se não em um mero golpe de Estado, e sim como resultado de uma longa preparação das massas, que só poderiam ser guiadas por um PC robusto, não sendo exatamente o caso do partido no Brasil.<sup>59</sup>

Pelos documentos lidos, parece confirmar-se a conclusão de Anita Leocadia Prestes<sup>60</sup> de que na ocasião não se deu a incumbência de principiar uma revolta armada no Brasil, mas a de manter a orientação que o PCB já estava pondo em prática, enquanto Miranda/Queiroz, na verdade, teria dito muitas inverdades sobre o país, sobrestimando a influência dos comunistas e a maturação da situação revolucionária. Da mesma forma, a análise socioeconômica continuava insistindo na *etapa democrático-burguesa, agrária e anti-imperialista da revolução, que abolisse os resquícios “feudais” e imperialistas, sob a forma de um governo operário e camponês baseado nos soviets de operários, camponeses, soldados e marinheiros e instaurado por uma insurreição cujo núcleo seria o proletariado, os assalariados agrícolas e os camponeses pobres*. Ao exigir sua volta ao Brasil, Prestes obteve a anuência cautelosa de Manuilski e dos camaradas, mas não recebeu nenhuma tarefa específica, e para garantir um retorno seguro, o ucraniano designou para acompanhá-lo a

---

<sup>58</sup> RGASPI f. 495, op. 29, d. 80.

<sup>59</sup> RGASPI f. 495, op. 29, d. 80, ll. 8-9. As rasuras no texto datilografado (as anotações estão ilegíveis) são a própria indicação dessa inconstância ainda reinante na cúpula mundial.

<sup>60</sup> A Conferência dos Partidos Comunistas..., op. cit., pp. 133-140.

militante alemã Olga Benario, instruída especialmente na URSS para missões secretas. Os pedidos de Miranda para que a Comintern e o BSA/IC assessorassem tecnicamente o PCB também resultaram na transferência do birô para a cidade do Rio e no envio, em datas e caminhos diferentes, paralelo à volta da delegação à 3.<sup>a</sup> Conferência, dos quadros internacionais Arthur Ernst Ewert (Harry Berger) e sua companheira Elizabeth Saborowski, Rodolfo Ghioldi e sua companheira Carmen Alfaya de Ghioldi, Leon-Jules Vallée e sua companheira Alphonsine, Johann de Graaf (Franz Paul Gruber, sobre o qual se soube depois que era um espião a serviço dos ingleses) e sua companheira Erika, e o americano Victor Allen Barron. Prestes chegou ao Brasil em 15 de abril de 1935, mas em 27 de fevereiro, quando ainda estava clandestino em Paris, recebera um telegrama do CEIC sugerindo a substituição do programa do “governo dos soviets operários e camponeses” por um do *governo popular nacional-revolucionário* (ou GPNR), julgado mais adequado à nova linha política emergente na IC. Na Rússia, o brasileiro também se aconselhara com Wang Ming para realizar mudança semelhante, e por isso a recebeu com prazer, em vista da assimilação às amplas “frentes populares”. No entanto, e de encontro às teses que atribuem aos “encontros de Moscou” a iniciativa pelas revoltas brasileiras de novembro de 1935, a missão técnica da Comintern revelou um extremo amadorismo e cometeu erros grosseiros, por conta do desconhecimento dos quadros sobre o Brasil ou talvez da pouca experiência com clandestinidade, além de ser muito reduzida para promover uma verdadeira revolução.<sup>61</sup> Além disso, a delegação do PCB mostrou sobrevalorizar na conferência a incursão comunista nas Forças Armadas, fato que fazia o próprio Prestes julgar haver margem à luta armada e, portanto, a seu imediato retorno ao Brasil, por ter mais contatos com o Exército. Aparentemente, esses militantes estavam pouco informados sobre seu público-alvo, ignorando que após o 9 de Julho paulista, a hierarquia fora restaurada e os altos oficiais, conquistados por Vargas, findando um período em que essa coesão realmente se quebrara, em seguida ao golpe de 1930, até ela consolidar-se totalmente de novo, em 1935, quando as revoltas ajudaram na verdade o governo a fortalecer-se, e não ruir.<sup>62</sup>

<sup>61</sup> Sobre o retorno de Prestes e o envio da missão técnica do BSA/IC, cf. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35...**, op. cit., p. 342; PRESTES, Anita Leocadia. *A Conferência dos Partidos Comunistas...*, op. cit., pp. 144-145 e 156; DEL ROIO, Marcos. *O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil*. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 111. (V. 1. “O impacto das revoluções”); REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes...**, op. cit., pp. 167 e 169-170; PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes...**, op. cit., pp. 156-157.

<sup>62</sup> Sobre a desagregação e recomposição do Exército, cf. o depoimento do marechal Cordeiro de Farias em CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, pp. 224-225 apud PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. 2. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 283-284. Sobre o

No final de 1934, o processo de criação de uma ampla frente antifascista no Brasil já estava muito avançado, e o PCB também participava então, principalmente no Rio de Janeiro, das vastas paralisações e protestos contra a LSN, ou “Lei Monstro”, cuja aprovação deu-se no Congresso Nacional em abril de 1935.<sup>63</sup> Antes, o partido estimulava a CJPI como um meio para levantar as fontes financeiras da AIB e a responsabilidade por vários atos de violência contra antifascistas, alguns resultando em mortes, e utilizava seus próprios órgãos já alicerçados para basear novos comitês da “frente única”. Sem a imissão direta da Comintern, a linha comunista de combate ao fascismo, ao latifúndio e ao imperialismo estava ganhando terreno entre as forças politizadas brasileiras, e com o crescimento do antifascismo por meio da grande participação operária, o PCB renunciou à exigência de uma hegemonia preestabelecida para aderir de vez à “frente única”. Nos partidos comunistas dos países capitalistas, muitos escritores e acadêmicos, inclusive os que já desfrutavam de grande prestígio, buscavam um ambiente para engajar-se contra o avanço nazifascista e a guerra e a favor da democracia, o que durante a primeira metade da década de 1930 também ocorria no Brasil. Esse fenômeno levou o partido a mudar o modo como via os intelectuais, decalcado das políticas de Stalin e traduzido na política “obreirista”, numa revalorização que, no plano internacional e com incentivo soviético, culminou na reunião dos Congressos de Intelectuais Antifascistas, o primeiro em Paris (junho de 1935) e o segundo em Valencia e Madri (julho de 1937). A “proletarização” no PCB, assim, chegava ao ocaso, quando muitos intelectuais, em especial romancistas, produziram escritos voltados a temas de interesse para os comunistas.

A diretiva dos “sovietes”, ainda em vigor no PCB em 1934, chocava-se com a nova palavra de ordem das “frentes populares”, favorecida pelo desenvolvimento da ANL. Apesar de Prestes se haver informado em abril de 1935 quanto ao GPNR, gerando impacto até mesmo na Aliança da qual era presidente de honra, os comunistas reveriam o lugar da tese do “poder aos sovietes” somente na segunda metade de maio, quando em um Pleno do CC aquiesceu-se à pressão da Comintern, mas ainda assim figurava-se o GPNR como uma etapa no processo de conquista do “poder soviético”, um *iniciador* da revolução, em uma clara tentativa de conciliar as duas linhas. Apesar de tudo, a tímida virada tática no PCB foi importante ao refletir a influência da IC e das lutas nacionais na partida rumo às “frentes

---

desconhecimento dos comunistas quanto à situação nas forças armadas, cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio, op. cit., p. 277 ss.; VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35...**, op. cit., pp. 283-284.

<sup>63</sup> BERNARDO. Resposta à “Lei Monstro”. **A Classe Operária**, 11 de março de 1935; MIRANDA. Como os trabalhadores do Brasil resolverão a crise. **A Classe Operária**, 11 de março de 1935 apud CARONE, Edgard. **O P.C.B...**, op. cit., pp. 171-172 e 182-186. (V. 1. “1922 a 1943”).

populares”, mas na verdade, tanto a “seção nacional” quanto a matriz na Rússia não viam contradição entre as “frentes populares” e a via insurrecional prevista nos textos brasileiros, pois, em insistente obediência ao molde da Revolução de Outubro, a “frente popular” seria apenas uma etapa na luta pelo poder. Em abril, Prestes escreveu a Hercolino Cascardo, presidente da ANL, sobre sua adesão à entidade e citou o lema do GPNR, oficialmente adotado pelos aliancistas quando se leu a carta em maio para o público, um texto que apontava para o rompimento da legalidade e o apelo à luta armada, curso tomado a seguir pela própria direção da Aliança. Em abril, a Comintern já instava o BSA/IC e o PCB a adotarem a consigna de “todo o poder à ANL”, entidade que Moscou queria ver como núcleo constituinte do poder do GPNR. Mas o ingresso de Prestes no PCB também atraiu novos setores ao comunismo, entre eles muitos militares, e deslocou o eixo temático partidário da atenção específica ao proletariado para a cena brasileira geral, algo também previsto pela ideia das “frentes populares” e que facilitou a criação e o impulso da Aliança.

No entanto, o PC do Brasil ratificou a nova tática frentista sem antes efetuar qualquer revisão autocrítica da linha anterior, pelo contrário, procurou-se a conciliação tácita entre passado e presente. A partir do que afirma Anita Leocadia Prestes,<sup>64</sup> pode-se supor que o partido não influenciou, ao menos decisivamente, na guinada da Comintern em 1935, mas que ele, na verdade, foi arrastado pelo contexto nacional (FUA, ANL), pelas admoestações da IC no sentido de construir as “frentes populares” e pelo prestígio de Prestes, que já estava filiado, no movimento popular, cuja filiação, aliás, foi imposta de Moscou com a relutância da direção local. Além disso, segundo a autora,<sup>65</sup> em meados de 1935 as relações de Prestes com Miranda continuavam tensas, pois o secretário-geral do PCB aparentemente temia ser deslocado do cargo por figura tão vultosa, e conquanto não concordasse com muito do que dizia Miranda, Prestes não o contestou frontalmente, lembrando que Dimitrov lhe dissera que intelectuais, no partido comunista, deviam servir e obedecer, e não lutar por poder ou cargos. Miranda era a única via de contato de Prestes com o partido, mas o dirigente quase nada lhe informava a respeito do órgão, e por isso, conclui A. L. Prestes, o ex-capitão praticamente não contactou outros líderes do PCB, tampouco a militância partidária, durante todo o ano de 1935, e estava, por isso, alheio à condição real dos comunistas e à efetiva inserção social deles.

Ao mesmo tempo em que Prestes, o partido comunista aceitou aderir à Aliança Nacional Libertadora, mas com muito receio e esforçando-se por manter sua autonomia

---

<sup>64</sup> A Conferência dos Partidos Comunistas..., op. cit., pp. 140-143.

<sup>65</sup> PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes...**, op. cit., p. 162.

decisória, segundo a diretiva das frentes únicas que eram permitidas apenas “pela base”. O PCB até mesmo encarava a ANL com desconfiança, e verbalmente prometia somente “apoio”, e não “adesão”, tanto que, até o final de maio de 1935, ele tentava inclusive “desmascarar” vários nomes de destaque da entidade, a qual julgava ter surgido em uma hora de recuo do movimento operário, e por isso abrigaria muitos “pequenos burgueses vacilantes” e “nacional-reformistas”, mas acabaria suprimindo suas ressalvas em junho. Os comunistas encontraram na Aliança um instrumento da etapa “anti-imperialista” na “revolução democrático-burguesa” para tomar o poder e chegar ao “governo soviético”, apesar dos temores iniciais de alguns dirigentes de que ela pudesse absorver o partido como organismo, da mesma forma que haveria ocorrido com o antigo BOC no final da década de 1920. A ANL não era clara nem unânime quanto aos meios para conquistar as metas inscritas em seu programa, prevalecendo entre seus chefes o pendor a realizar as mudanças “dentro da ordem e da lei”, o qual o PCB criticou desde o início. O programa aliancista, que o público acolhera amplamente devido à fama de Prestes, era idêntico ao dos comunistas, mas o partido sempre manteria reservas à entidade, dentro da qual eram distintos e contraditórios os modos de ver os *caminhos* para atingir as demandas. No dia 5 de julho, a convergência rumo a “Todo o poder à ANL” selaria fatalmente seu destino.<sup>66</sup>

### 3.4. O 7.º Congresso da Comintern e o fascismo à porta

Ao longo de 1934 e na primeira metade de 1935, foi-se afirmando na Comintern o que era essencialmente a restauração da tática de “frente única”, porém a resistência a essa retomada foi grande entre as bases e na cúpula da Internacional. Apenas uma elaboração plena da nova linha, exposta em um Congresso Mundial e imposta como nova diretriz, poderia vencer resistências, fato ocorrido no 7.º Congresso da IC, celebrado entre 25 de julho e 20 de agosto de 1935 em Moscou. Aboliu-se então o uso de “social-fascismo” na função de categoria analítica política e falou-se abertamente na Comintern pela primeira vez em mudança radical, mas no vocabulário militar comunista, mudava apenas a *tática*, e não a *estratégia*, de horizonte mais amplo, pois não se criticou com franqueza a linha anterior e seus resultados, mas tentou-se antes conciliar o básico das velhas fórmulas às novas exigências da URSS e do mundo. Com efeito, a prática anterior aparecia no geral justificada nos textos do 7.º Congresso, mas submetida nos últimos anos à aplicação de forma “deformada” e “errônea”, ou seja, conserva-se a visão catastrófica do capitalismo como um sistema caduco, de

---

<sup>66</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Partido Comunista do Brasil na p. 176.

modificação impossível e fatalmente destinado a tornar-se uma “ditadura terrorista aberta”. O postulado governo de “frente única antifascista” não consistiria em uma experiência que renovaria a cultura do poder e das instituições, mas em uma simples fase transitória na trilha do “poder soviético” edificado pela sublevação em armas, mesmo nos países desenvolvidos, estratégia que nunca foi toda deixada pelos teóricos comunistas. Entre os desdobramentos políticos que originaram as “frentes populares” estão, no plano internacional, a ascensão do protesto operário – à qual desta vez a Comintern não podia responder da forma como fez na Alemanha até 1933 – e, no plano interno soviético, o medo de uma invasão militar externa, do qual o Japão poderia ser agora um protagonista, e o aumento da repressão policial pretextado pelo assassinato de Sergei Kirov, até chegar aos chamados “processos de Moscou”. Ocorria que “seções nacionais” amansadas, sob a bandeira da “luta pela paz”, defenderiam a União Soviética contra o incremento do arsenal bélico que os países capitalistas explicavam pela ameaça que aquela nação representaria, enquanto o fim do apelo por uma “pátria internacional” deixava Stalin livre da fiscalização de seus “camaradas” estrangeiros.<sup>67</sup>

A inovação do 7.º Congresso da Comintern, especialmente no relatório lido por Georgi Dimitrov, será a nova ligação feita entre socialismo e democracia, esta sendo vista não mais apenas como uma falsidade encenada pela burguesia, mas, ao menos em determinados contextos, como um instrumento de exercício do poder também aplicável ao operariado. Contudo, as discussões do conclave ainda revelarão muitas contradições e limites, não apenas porque evoluía uma tirania na própria URSS, mas também porque pouco se fala das modalidades de transição ao poder proletário, ou seja, como a questão do governo efetivamente se tornaria a questão do poder. Em essência, a linha de “frentes populares” imbuía-se da contradição entre conservar e inovar, entre a rigidez teórica e organizativa de sempre e a tentativa dos comunistas de inserir-se na cultura democrática de seus países. De fato, o relatório de Dimitrov era ambíguo o bastante para comportar a total falta de vontade de Stalin em abolir a perspectiva da revolução violenta – e por isso se considera que as frentes são uma “tática”, e não uma “estratégia” –, para reafirmar o modelo bolchevique como universal e a hegemonia do PC como único partido da classe operária, e para não deixar transparecer na reorientação uma aceitação da “democracia burguesa”, jamais alternativa à “ditadura do proletariado” alcançada pelas armas. Além disso, a mudança na Comintern aparecia para Stalin mais transitória do que estratégica, pois ajudava a encontrar aliados na Europa e na América e, assim, adiar ao máximo uma guerra que ele julgava inevitável,

---

<sup>67</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história da União Soviética na p. 170.

porquanto o rearmamento nazista favorecia a fixação das antigas concepções. Já o antifascismo comunista definia-se como a culminância das tradições progressistas e democráticas ocidentais que antes Moscou negava, mas não há nele uma crítica articulada e consequente da linguagem comunista anterior nem indícios de que iria além da mera função instrumental. Logo, os antifascistas mais combativos da IC terminaram relegados a postos inferiores e sem grande influência.<sup>68</sup>

O relatório de Dimitrov, lido apenas na sessão de 2 de agosto de 1935 do 7.º Congresso da Comintern, tem um nome comprido: “A ofensiva do fascismo e as tarefas da Internacional Comunista na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo”.<sup>69</sup> O início do texto é realmente uma profissão de fé na linha aprovada no 6.º Congresso da IC, lembrando que o fascismo é um instrumento de opressão dos trabalhadores regido por uma burguesia que prepara sua guerra contra a URSS, que não consegue mais sustentar seu domínio com base na “democracia burguesa” e no parlamentarismo, é o resultado da “debilidade do proletariado, desorganizado e paralisado pela política divisionista social-democrata de colaboração de classe com a burguesia”. Em seguida, Dimitrov sublinha o caráter de classe do fascismo e sua extrema feição terrorista, dizendo que ele não é um regime fora ou acima das classes, mas “*a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro*” (formulação igual à do 13.º Pleno do CEIC):

O fascismo é o poder do próprio capital financeiro. É a represália terrorista organizada contra a classe operária e a parte revolucionária do campesinato e da intelectualidade. [...]

A ascensão do fascismo ao poder não é *a simples troca* de um governo burguês por outro, mas *a substituição* de uma forma estatal da dominação de classe da burguesia, a democracia burguesa, por outra forma, a ditadura terrorista aberta.<sup>70</sup>

Dimitrov destaca no fascismo seu ocasional disfarce sob o rótulo de “socialismo”, seu jogo com os orgulhos nacionais feridos pelo Tratado de Versalhes, sua atração fácil das camadas

<sup>68</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história da Internacional Comunista na p. 171.

<sup>69</sup> O texto em russo pode ser lido em DIMITROV, Georgi. **Informe ao VII Congresso Mundial da Internacional Comunista. Relatório político do CC do Partido Operário Búlgaro (comunista) ao V Congresso do partido**. Moscou: Gospolitizdat, 1958, p. 5 ss. (em russo); O 7.º CONGRESSO da Internacional Comunista e a luta contra o fascismo e a guerra (Coletânea de documentos), Moscou: Politizdat, 1975, p. 119 ss. (em russo). Uma tradução em espanhol está em FASCISMO, democracia y frente popular: VII Congreso de la Internacional Comunista, Moscú, 25 de julio-20 de agosto de 1935. **Cuadernos de Pasado y Presente**, México, n. 76, 1984, p. 153 ss. Para uma tradução em português, porém com alguns cortes, cf. DIMITROV. **A unidade operária contra o fascismo**. Contagem: História; Belo Horizonte: Aldeia Global, 1978.

<sup>70</sup> DIMITROV. **A unidade operária...**, op. cit., pp. 11-12. As páginas referem-se à edição brasileira, mas ocasionalmente a tradução é aqui levemente alterada para transmitir com mais proximidade a ideia da versão russa, além de serem acrescentados os grifos, todos no original, contidos nas edições russas e que foram suprimidos em português.

mais despossuídas e marginalizadas e suas promessas de trabalho e juventude promissores que, na verdade, escondiam a pauperização e a escravização. Mas admoesta também os líderes reformistas alemães por não haverem alertado a classe operária sobre a etapa prévia do regime, que seria a repressão crescente dentro da própria democracia, sem qualquer menção às diretivas anteriores da Comintern ao KPD e ao papel de Ernst Thälmann na radicalização comunista.<sup>71</sup> Para o búlgaro, a vitória do fascismo não seria inevitável, mas haveria faltado aos comunistas o convencimento da social-democracia a entrar na “frente única” e renunciar à política de “segregação”, a justa consideração da violência da extrema-direita e a valorização dos ressentimentos nacionais populares, que os fascistas souberam manejar muito bem:

O fascismo pôde chegar ao poder, antes de tudo, porque a classe operária, graças à política de colaboração de classe com a burguesia praticada pelos chefes da social-democracia, estava dividida, política e organicamente desarmada em face da ofensiva burguesa.

[...] [a classe operária alemã] deveria ter conseguido estabelecer a frente única proletária antifascista, obrigar os chefes social-democratas a encerrar sua cruzada contra os comunistas e aceitar as insistentes propostas do partido comunista sobre a unidade de ação contra o fascismo.

[...] deveria ter obtido o estabelecimento e ampliação de toda forma de assistência social, a moratória e subsídios aos camponeses assolados pela crise à custa de tributos sobre os bancos e trustes, de forma a garantir o apoio dos camponeses trabalhadores.

[...] o fascismo triunfou *também* porque o proletariado encontrava-se isolado de seus aliados naturais. O fascismo triunfou porque conseguiu atrair para si *as grandes massas camponesas*, graças ao fato de a social-democracia, em nome da classe operária, ter realizado uma política, no fundo, anticamponesa.

[...] Em nossas fileiras havia uma inadmissível subestimação do perigo fascista, que mesmo agora permanece em muitos lugares. [...] na Alemanha, por ser um país industrializado, culturalmente desenvolvido, com uma tradição de quarenta anos de movimento operário, [pensava-se ser] um país em que o fascismo é inviável [...].

[...] Nossos camaradas da Alemanha longamente menosprezaram o sentimento nacional ferido e a indignação das massas contra Versalhes [...].<sup>72</sup>

Segundo o informe, os fascistas prometiam superar as contradições entre as classes, mas sua fraqueza residia justamente em ampliar os choques até mesmo dentro da burguesia, em contrapor um discurso de massas anticapitalista a uma prática efetivamente a favor dos monopólios, em despertar no povo uma ira revolucionária contra as mazelas criadas. Justamente por isso, embora o fascismo seja um sinal de decomposição capitalista, todas as forças progressistas, encabeçadas pelos comunistas, devem explorar as contradições a fim de derrubar um regime que, ao fim, não cairia por si só.<sup>73</sup>

<sup>71</sup> DIMITROV. **A unidade operária...**, op. cit., pp. 13-15.

<sup>72</sup> Ibidem, pp. 19-23.

<sup>73</sup> Ibidem, pp. 24-28.

A *frente única* do proletariado internacional, para Dimitrov, é a única arma capaz de repelir e derrubar o fascismo, consistindo não apenas na união dos operários da Segunda e Terceira Internacionais, mas também no potencial apoio dos trabalhadores do mundo “colonial e semicolonial”, ou antes, no de *qualquer* proletário, independente de crença pessoal, desde que combata o fascismo, o capital e a guerra. Essa “frente única” não ameaçaria os camponeses, os pequenos comerciantes, os trabalhadores intelectuais e os artesãos em seus interesses, bem como não significaria o “perigo comunista” bradado por algumas classes; só quem teme a unidade da classe operária teria o que temer.<sup>74</sup> As reivindicações econômicas e políticas imediatas do proletariado e a luta urgente contra o fascismo, a guerra, o imperialismo e pelas liberdades democráticas, em um ambiente que não deveria restringir-se às estruturas partidárias, unificariam as várias experiências nacionais que, por sua vez, adaptar-se-iam localmente.<sup>75</sup> Mas a maior esperança da pugna antifascista está no que Dimitrov chama de *frente popular*, em que se incluem também pessoas e organismos não ligados necessariamente aos interesses operários:

Ao mobilizarmos as massas trabalhadoras para combater o fascismo, é uma tarefa especialmente importante criarmos *uma ampla frente popular antifascista sobre as bases da frente única proletária*. O êxito de toda a luta do proletariado está intimamente ligado à formação de uma aliança combativa do proletariado com os camponeses trabalhadores e com o essencial da massa pequeno-burguesa urbana, que constituem a maioria da população, mesmo nos países de indústria desenvolvida.

[...] nossa tática, sob *quaisquer condições*, deve orientar-se no sentido de envolver na frente popular antifascista os pequenos camponeses, artesãos, artífices etc. filiados a eles [seus partidos de classe].<sup>76</sup>

Após levantar algumas questões específicas sobre a formação das “frentes únicas” nos principais países capitalistas, destacando o exemplo da França como o que poderia ser reproduzido em qualquer outro lugar – já haviam ocorrido as grandes agitações de 1934 e aquele ano de 1935 continuava sendo de greves e novos acordos, sempre culminando nas amplas celebrações do 14 de Julho –, Dimitrov ensina que os comunistas da Itália e da Alemanha não podem resistir a realizar um trabalho não apenas fora, mas também dentro das organizações fascistas de massa. Se eles queriam conhecer e quebrar seus inimigos por dentro, e se intentavam encontrar e agitar o povo onde ele estava, deveriam entrar nesses órgãos onde os trabalhadores haviam sido agregados pela força bruta para sustentar as ditaduras, uma ordem, aliás, também repassada aos delegados à 3.<sup>a</sup> Conferência Comunista Latino-

<sup>74</sup> DIMITROV. **A unidade operária...**, op. cit., pp. 29-33.

<sup>75</sup> Ibidem, pp. 34-36.

<sup>76</sup> Ibidem, pp. 37-38.

Americana, como visto acima.<sup>77</sup> Mesmo nos países da Europa em que sociais-democratas já estavam governando, a “frente única” era tão possível quanto necessária, o que não permitia aos partidos comunistas, porém, esmaecer em sua tarefa de “desmascará-los”:

[...] não consideramos a existência de um *governo social-democrata* ou de uma coalizão governamental do partido social-democrata com partidos burgueses como um obstáculo *insuperável* à formação da frente única com os sociais-democratas em determinadas questões. Também nesses casos consideramos a frente única plenamente *possível e necessária* à defesa dos interesses vitais do povo trabalhador que combate o fascismo. [...]

Além disso, deve-se ter em vista que se as ações conjuntas com os partidos e organizações social-democratas geralmente exigem dos comunistas criticar com seriedade e argumentos o social-democratismo como ideologia e prática da colaboração de classes com a burguesia, assim como esclarecer de modo incessante e amigável [*tovarisheskoie*] os operários social-democratas sobre o programa e os *slogans* comunistas, essa tarefa tem importância especial na luta pela frente única precisamente nos países onde existem governos social-democratas.<sup>78</sup>

Segundo Dimitrov, outros domínios de ação inescapáveis à “frente única” são a unidade sindical – ou seja, atuar nos sindicatos já existentes, qualquer que seja sua ideologia, e aí lutar para conquistar os membros e a direção ao PC, política ratificada pelos brasileiros ainda em 1932-33 –, a juventude – que os fascistas mobilizavam facilmente cedendo comida, alojamento, ocupações etc. – e as mulheres – vítimas de um retrógrado discurso familiar que, nos fatos, estaria legando-as à escravidão masculina.<sup>79</sup> No caso dos países “coloniais e semicoloniais”, a “frente única” teria problemas especiais, e mencionados os casos da Índia, da China e do Brasil, este tem elogiada sua ANL, movida no essencial pelo PCB, a qual deveria ser alargada, mais preenchida por camponeses e voltar-se para “a criação de destacamentos de um exército popular revolucionário” destinado a impor o “poder da Aliança Nacional Libertadora” (algo de fato pregado em 5 de julho). Sobre casuais governos “*de frente única proletária* ou *de frente popular antifascista*” que em qualquer país surgiriam no curso da luta, Dimitrov confirma que os comunistas estariam dispostos a participar, bem como que ele não seria o governo surgido após o sucesso de uma revolução proletária e que só surgiria sob determinadas condições, a principal delas sendo “*uma crise política*, em que as classes dominantes não consigam mais controlar a poderosa ascensão do movimento antifascista de massas”, com o aparato estatal burguês “*tão desorganizado e paralisado*, que a burguesia não possa impedir de formar-se um governo de luta contra a reação e o fascismo”.<sup>80</sup>

<sup>77</sup> DIMITROV. *A unidade operária...*, op. cit., pp. 38-49.

<sup>78</sup> *Ibidem*, pp. 50 e 54.

<sup>79</sup> *Ibidem*, pp. 55-62.

<sup>80</sup> *Ibidem*, pp. 62-65. A menção ao Brasil está na p. 63. A questão dos governos de “frente única” é destrinchada nas pp. 64-70.

Todavia, a maior tarefa e, simultaneamente, a maior lacuna dos comunistas era a luta ideológica, a luta cultural, simbólica. Dimitrov opina que enquanto os partidos julgavam ser o fascismo tão absurdo que não se infiltraria no âmago da população e que mais cedo ou mais tarde haveria de cair, a ultradireita conseguiu manipular e deturpar a história e a cultura nacionais para figurar-se ante as massas como herdeira dos tempos heroicos que orgulhavam e exaltavam os nativos. O grande erro comunista haveria sido achar excludentes o internacionalismo proletário e o cultivo das tradições locais. Estão aí duas ideias fundamentais para repensar o bolchevismo, quais sejam a recuperação dos antigos movimentos democráticos e revolucionários europeus, como fizeram muito bem os franceses nesse período, e a tomada de consciência, já avançada por Lenin em 1921, de que o proletário *não nascia* comunista, mas haveria de *tornar-se*, por isso o trabalho educativo era importante e não podia ceder a nenhuma forma de espontaneísmo ou aos pensamentos de que no operariado haveria um *instinto de classe natural*:

Muitos camaradas não criam que uma variante tão reacionária da ideologia burguesa como a ideologia fascista, que não raro, em seu absurdo, atinge o delírio, fosse plenamente capaz de alcançar uma influência de massas. [...] A avançada putrefação do capitalismo adentra no mais íntimo de sua ideologia e de sua cultura, e a situação desesperada torna vulneráveis certas camadas das vastas massas populares ao contágio dos detritos ideológicos dessa podridão.

[...] Os comunistas que julgam não ter tudo isto [heróis e jubileus nacionais] nada a ver com a causa da classe operária e nada fazem para esclarecer as massas trabalhadoras, com correção histórica e em um verdadeiro espírito marxista-leninista, sobre o passado de seu próprio povo, para *articular sua luta atual com as tradições revolucionárias de seu passado*, esses comunistas entregam de boa vontade aos falsificadores fascistas tudo o que há de valioso na história pretérita da nação, para que embusteiem as massas populares.

[...] quem pensa que isso [a politização internacionalista] lhe permite, e até o obriga, a repelir todo sentimento nacional das amplas massas trabalhadoras, está distante do verdadeiro bolchevismo e nada entendeu dos ensinamentos de Lenin sobre a questão nacional.

[...] O internacionalismo proletário deve, por assim dizer, “aclimatar-se” em cada país e lançar raízes profundas no solo natal. *As formas nacionais* da luta proletária de classes e do movimento operário em cada país não contradizem o internacionalismo proletário, ao contrário, é exatamente sob tais formas que se podem defender com êxito *os interesses internacionais do proletariado*.<sup>81</sup>

Na sequência, Dimitrov aborda a necessidade de os partidos comunistas fortalecerem-se nos quesitos organizativo e ideológico, pondo em primeiro plano o objetivo de unificar politicamente a classe operária, o que se obteria arrancando a social-democracia de sua presumida situação de colaboração classista com a burguesia. Em uma das raras partes autocríticas, o dirigente critica o sectarismo dos comunistas nos anos anteriores, quando o

<sup>81</sup> DIMITROV. *A unidade operária...*, op. cit., pp. 71-74.

combate ao comodismo político durante o período de “estabilização capitalista” levou ao extremo oposto de extremar excessivamente a ação e a linguagem, enxergando ondas revolucionárias onde não havia. Mas é precisamente a crítica ao “exagero sectário” que encobre a inviolabilidade da teoria aprovada no 6.º Congresso, ou seja, a de que estaria chegando o desaparecimento do capitalismo, claramente desmentido pelas evidências, o erro consistindo apenas em apressar esse momento. Não à toa, para quem viu a guinada como “desvio de direita” ou “concessão à democracia burguesa”, Dimitrov conclui exaltando que, uma vez varrido o fascismo da Terra, também o será o capitalismo.<sup>82</sup> Em suma, está claro, pois, que a elaboração vigente na Comintern não chamava o fascismo de “aberração” dentro do capitalismo, mas de sua feição mais extremada, mais terminal, não indicando sua inevitabilidade a inevitabilidade *do capitalismo*, mas a possibilidade de ser evitado ou abatido em qualquer lugar que se insinuasse ou surgisse, sucedendo-se não a dominação burguesa, e sim, no mínimo, o referido “governo de frente única”. Por isso mesmo, as questões da “ditadura do proletariado” e da captura (armada ou pacífica) do poder estão apenas subentendidas, sem mais esclarecimentos.

O informe de Wang Ming sobre a militância e a tática nos países “coloniais e semicoloniais”<sup>83</sup> tenta aplicar as diretivas de Dimitrov sobre luta antifascista e “frentes únicas” e recapitula o que já fora decidido em outras ocasiões, no caso, sobre a América Latina. A grande novidade é que, embora seus focos sejam a China e a Índia, relevante atenção foi dada ao Brasil, considerado um exemplo para os países vizinhos, sobretudo Cuba, que também estaria obtendo êxitos, México e Argentina, com problemas para ter suas frentes amplas.<sup>84</sup> O chinês pinta a ANL como modelo de “frente única” antifascista e anti-imperialista nos moldes que a Comintern estava pregando então, alegrando-se que ela fosse escorada em grande parte pelo PCB e tivesse variegada composição de classe, mas ressalta que se deveria ainda atrair mais camponeses. No geral, o relatório detém-se na linha do movimento anti-imperialista, antifascista, democrático, pelas reivindicações parciais dos operários e contra a guerra, atrelando a atuação dos partidos comunistas às necessidades diplomáticas da URSS. Também por isso, o documento igualmente é vago quanto à questão do poder, sua tomada e seu exercício, conservando a preocupação de antes sobre a incursão

<sup>82</sup> DIMITROV. *A unidade operária...*, op. cit., p. 77 ss.

<sup>83</sup> VAN MIN. El movimiento revolucionario en los países coloniales y semicoloniales y la táctica de los partidos comunistas. In: FASCISMO, democracia y frente popular: VII Congreso de la Internacional Comunista, Moscú, 25 de julio-20 de agosto de 1935. *Cuadernos de Pasado y Presente*, México, n. 76, 1984, pp. 247-291.

<sup>84</sup> Wang Ming discorre sobre o Brasil em *Ibidem*, p. 268 ss.

imperialista – embora, no caso latino-americano, não se fale mais em “processo de colonização” – e as “revoluções coloniais” em crescimento.<sup>85</sup> Direção idêntica tomam os apertes<sup>86</sup> dos brasileiros “Marques” (Valduvino Barbosa Loureiro) e Fernando de Lacerda, proferidos respectivamente nos dias 28 de julho e 9 de agosto, quando os delegados aludiram às vitórias da ANL, aos êxitos numéricos e publicísticos do partido, muito ampliados depois da 3.<sup>a</sup> Conferência Comunista Latino-Americana, ao combate ideológico contra as ideias de Astrojildo Pereira e o isolamento prevalente até 1933 (não se fala de “proletarização” ou “obreirismo”) e ao próprio Luiz Carlos Prestes, finalmente, como “nosso camarada”. Suas falas, um tanto breves, seguem o roteiro em vigor desde outubro de 1934 e enfatizam a formação e difusão das “frentes únicas” no Brasil baseadas, essencialmente, na militância operária, e não “pequeno-burguesa”, como teria sido o caso do Guomindang chinês. Sem mais menções ao “governo operário e camponês” ou à “revolução democrático-burguesa”, anti-imperialismo e antifascismo são agora o eixo da campanha para derrubar um governo tirânico, que não será mudado, pelo menos no curto prazo, pela ditadura proletária:

*Existe agora no Brasil uma situação de crise revolucionária. O país caminha a passos largos rumo à luta decisiva pela derrubada do governo de traição nacional, pela instauração de um poder popular nacional revolucionário. A consigna “Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!” conseguiu tornar-se um lema que une as amplas massas populares.<sup>87</sup>*

Nosso partido tomou a iniciativa na organização da frente popular. Não havíamos entendido a importância da etapa da frente única nacional para atrairmos as massas à revolução e para abordarmos as massas populares, adentrarmos mais facilmente entre os camponeses, consolidarmos nosso partido e conquistarmos, enfim, com base na experiência dessas massas, a hegemonia da revolução.<sup>88</sup>

Nesse 7.º Congresso, Prestes e Miranda, por ser secretário-geral do PCB, foram eleitos para o CEIC, e o argentino Rodolfo Ghioldi e o cubano Blas Roca, suplentes. A marca desse conclave esteve no abandono das hesitações, das viradas bruscas e do empirismo rude ao tratarem-se os problemas da revolução e no açambarcamento definitivo de todos os partidos

<sup>85</sup> Não parece totalmente correta a conclusão de Eugenia Scarzanella, para quem o 7.º Congresso da IC representou um recuo eurocêntrico e a marginalização definitiva da “questão colonial”. Contudo, são notáveis a grande ênfase dada à Europa no processo da “revolução mundial” (algo, aliás, jamais deixado pela doutrina comunista) e a total imbricação das tarefas dos partidos comunistas latino-americanos às necessidades de Moscou, pois que, como a Comintern julgava nessa época, eles já haveriam superado sua fase formativa. Também se evidencia o volume bem maior de teses e debates dedicados ao tema no 6.º Congresso Mundial. Cf. *L’America latina nei dibattiti e nella stampa dell’Internazionale Comunista (1928-1935)*. **Storia contemporanea**, Bolonha, ano XV, n. 1, febbraio 1984, p. 57.

<sup>86</sup> FASCISMO, democracia y frente popular..., op. cit., respectivamente pp. 402-406 e 419-423.

<sup>87</sup> Do informe de Marques. In: FASCISMO, democracia y frente popular..., op. cit., p. 405 (itálico no original, tradução livre do espanhol).

<sup>88</sup> Do informe de Lacerda. In: *Ibidem*, p. 421 (tradução livre do espanhol).

comunistas sob a divisa de defesa da União Soviética, que tecia as alianças para a “inevitável” guerra futura. Legando os chamados à “revolução mundial” ao mero plano ritual, a Comintern não aboliu em 1935 *todo e qualquer centro* para o comunismo internacional, mas descartada ela mesma como organismo intermediário, instituiu-se o *centro soviético*, assim atuante já há tempos. Em parte, a tática das “frentes populares” foi um disfarce à busca do Kremlin por manter o *status quo* europeu, mas o período é mais complexo, pois a própria diplomacia da URSS era muito contraditória, a julgar-se pela tendência de Stalin e de seu círculo ao isolamento, enquanto dentro da IC jamais se suprimiu completamente a diversidade de práticas e concepções, e a obtenção de alguns êxitos por parte dos partidos da Europa Ocidental e da América coincidiu com o triunfo de Stalin no comando da Comintern, debilitada pela violência do regime bolchevique. O ápice do organismo internacional e a conclusão da edificação de suas “seções nacionais” ao redor do mundo, paradoxalmente, também iniciaram o declínio, acarretado pelo peso crescente do Estado soviético nos assuntos internacionais e pela enorme diversidade de situações em que atuavam os comunistas, ficando marginais, assim, outros problemas igualmente importantes dentro da nova orientação, como o da identidade revolucionária. Se, por um lado, as decisões do 7.º Congresso da IC provocaram a atração de frações de esquerda dos partidos socialistas, que vislumbravam uma esperança de renovação ante os fiascos reformistas, por outro lado, minorias dentro do comunismo oficial em vários países formaram novos pequenos grupos ou juntaram-se aos trotskistas, por rejeitarem a política de alianças amplas demais da “frente popular”. Nos partidos da América Latina, o processo de “stalinização”, transcorrido de forma desigual e contraditória desde o fim da década de 1920, já estava cristalizado e completo em 1936, e assim como na maioria dos partidos europeus, não houve qualquer reserva à “linha geral” definida em Moscou. O 7.º Congresso Mundial parecia uma referência liberalizante, mas na verdade consolidou justamente o contrário.<sup>89</sup>

Entre os membros plenos do CEIC eleitos no 7.º Congresso da Comintern, estavam Georgi Dimitrov, Nikolai Iezhov, Manuilski, Stalin, Meier Trilisser (conhecido como “Moskvin”), Andrei Zhdanov, Miranda e Prestes, e entre os membros candidatos, Aleksei Lozovski, o cubano Blas Roca e o argentino Rodolfo Ghioldi.<sup>90</sup> Primeiro ponto notável: a escolha de dois brasileiros como únicos titulares pela América Latina, ficando os outros dois latino-americanos como suplentes, o que pode ter sido o indício da estima de que gozava o

---

<sup>89</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história da Internacional Comunista na p. 171.

<sup>90</sup> ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. **A estrutura organizativa da Comintern...**, op. cit., pp. 182-184 (em russo).

Brasil entre os líderes internacionais, houvesse ou não motivo concreto para tanto; entrevê-se ainda o peso econômico da Argentina e o contexto acerbo que se atribuía também a Cuba. Segundo ponto de destaque: a entrada de Iezhov e Moskvin na cúpula comunista mundial, dois quadros veteranos da administração do VKP(b) que, em um ou outro momento, estariam ligados à gerência da polícia política soviética, dando a entender, assim, para muitos autores,<sup>91</sup> a transformação da Comintern em mero apêndice da espionagem moscovita. Com efeito, o aumento da interseção entre a IC e o aparelho estatal soviético foi uma realidade, e selava a gradual substituição do “partido mundial da revolução” pelo próprio governo da URSS na condução do comunismo internacional, algo confirmado em 21 de agosto de 1935, quando o CEIC escolheu para seu Presidium Otto Kuusinen, Dmitri Manuilski, Moskvin e Stalin, todos titulares, ao lado de grandes nomes estrangeiros do movimento.<sup>92</sup> Desde 1936 tornou-se difícil distinguir entre o que era atividade específica da Comintern e suas “seções nacionais” e o que era opinião ou ação do Estado e da diplomacia soviéticos, ainda que a “linha geral” internacional fosse menos um programa político ordenado do que um discurso geral. Todavia, as “frentes populares” e o antifascismo permaneceram como referência comum aos comunistas do mundo, mesmo após o retorno temporário do ataque à social-democracia e às potências capitalistas em 1939-41.

Aquilo que o 7.º Congresso Mundial teve de centralista também se traduziu na nova reorganização do aparato da Comintern, ocorrida entre setembro e dezembro de 1935 e oculta ao grande público durante a maior parte do tempo. Ao fim e ao cabo, toda renomeação e recomposição de órgãos não acarretou mudanças no “conteúdo” concreto da instituição, ou seja, suas funções, seus métodos de trabalho e sua importância diante de Stalin, que não acreditava, no fundo, em possíveis sucessos do movimento comunista e, portanto, deixou a IC desvalorizar-se dentro do sistema soviético, apesar do aparente impulso representado pelo 7.º Congresso. Mas um aspecto era óbvio aos observadores: reduzidos os canais formais de debate no CEIC, não houve mais sessões plenárias após a décima terceira, em dezembro de 1933, e o sétimo congresso da Comintern seria o último de sua história. Logo depois desse conclave, os secretariados regionais do CEIC foram substituídos por dez secretariados pessoais, também incumbidos de determinadas regiões do globo, mas ligados íntima e diretamente tanto com as lideranças dos partidos comunistas sob seu domínio quanto com

---

<sup>91</sup> Entre eles VAKSBERG, Arkadi. **Hôtel Lux: Les partis frères au service de l'Internationale communiste**. Paris: Fayard, 1993, pp. 62-63; BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 851. (T. 2. “Da atividade política à atividade policial e anexos”.)

<sup>92</sup> ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. **A estrutura organizativa da Comintern...**, op. cit., p. 184 (em russo).

Stalin e seu entorno imediato. Uma resolução do Secretariado do CEIC de 2 de outubro de 1935 suprimiu os secretariados de países, aumentou o pessoal dos dez secretariados pessoais, deu mais peso ao Departamento de Quadros e revogou o envio de representantes e instrutores do comitê nos partidos como instituição permanente, mas não em casos especiais, para sanar um ou outro problema importante. Todas essas decisões foram ratificadas pelo Presidium do CEIC no dia 13, e o secretário Wang Ming incumbiu-se dos partidos e grupos comunistas do México e das Américas do Sul e Central, atuando em colaboração com representantes da Argentina, do Brasil, de Cuba e do México presentes em seu secretariado. Ao contrário dos antigos secretariados, os novos não decidiam sobre a política concreta dos partidos, mas apenas preparavam projetos de resolução para o Secretariado ou o Presidium do CEIC, pois o centro de gravidade da atuação do comitê retornava agora a esses dois órgãos; ou seja, o reforço estrutural dos dez secretariados pessoais implicava apenas estreitamento de elos com as bases e a cúpula, e não acréscimo de poder. Em 20 de outubro de 1939, Dolores Ibárruri foi aprovada pelo Presidium para ocupar-se com as questões dos partidos latino-americanos e da luta feminista contra a guerra, mas com os funcionários da Comintern cada vez mais reprimidos, as duas sessões finais do Presidium do CEIC haviam ocorrido em 16 de agosto e 26 de dezembro de 1938. Em 1936, fechando o cerco policial, o OMS foi renomeado como Serviço de Comunicações do Secretariado do CEIC e, ainda mais clandestino e secreto, cerrou os maiores laços com o NKVD pela troca de informações sobre pessoas e pelo uso de seus serviços de correio.<sup>93</sup>

A “purificação” contra espiões no VKP(b) e na Comintern, cultivada como uma paranoia de Stalin há anos, finalmente se materializou no Grande Terror, ocorrido entre 1936 e 1938 a partir dos processos contra Zinoviev e Kamenev e cujo principal coordenador, Iezhov, era o mesmo que ocupava uma cadeira no CEIC. Generalizado o ambiente de delação e insegurança, predominaram o caos e a crise econômica por causa, especialmente, da morte de vários técnicos, e o fenômeno revelou-se difícil de controlar, sendo freado apenas no fim de 1938, apesar das posteriores repressões ocasionais, até a demissão e prisão do próprio Iezhov por seus “excessos esquerdistas”. Na Comintern, já pouco distinguível do que era propriamente soviético, a mesma situação de comunistas estrangeiros delatando em cartas

---

<sup>93</sup> Este mapeamento das vicissitudes estruturais do CEIC e da Comintern, baseado em documentos de arquivo, encontra-se em HUBER, Peter. *L'appareil du Komintern, 1926-1935 : premier aperçu. Communisme*, Paris, n. 40-41, 4<sup>o</sup> trimestre 1994-1<sup>er</sup> trimestre 1995, pp. 9, 12-13, 16, 18-19, 21 e 24; SADEKOVA, Souria. Dimitri Manouilski. *Communisme*, Paris, n. 40-41, 4<sup>o</sup> trimestre 1994-1<sup>er</sup> trimestre 1995, p. 62; ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. *A estrutura organizativa da Comintern...*, op. cit., pp. 186-193 e 199-200 (em russo); VATLIN, Aleksandr Iurievich. *A Comintern: ideias, resoluções, destinos*. Moscou: ROSSPEN: Fond Pervogo Prezidenta Rossii B.N. Ieltsina, 2009, p. 341.

anônimas às autoridades seus camaradas do país ou de fora como “trotskistas”, “oportunistas”, “revisionistas” ou meramente “espiões” levou à eliminação inclusive de dirigentes nacionais que julgavam encontrar na URSS um meio para escapar a seus regimes tirânicos natais. Conquanto o antifascismo e a “segurança coletiva” fossem os dois lados visíveis da política externa soviética, o grande expurgo das elites nacionais e o terror policial massivo conviviam internamente com o louvor propagandístico de valores conservadores e do patriotismo, em aparente preparo à nova guerra mundial que Stalin tanto temia e que exigia unificar a consciência social. Entre os líderes da Comintern mais ativos nas repressões estiveram Dimitrov e Togliatti, que até poderiam ter objeções particulares, mas preferiram não se comprometer e chegaram a crer nos motivos fornecidos por Stalin para a devassa.<sup>94</sup>

Quando a Frente Popular francesa (1936) conseguiu um sufrágio para eleger o socialista Léon Blum primeiro-ministro, o PCF apoiou seu gabinete, mas recusou-se a participar nele, mesmo integrando esse grande conglomerado das esquerdas. No caso da Espanha, houve muito mais polarização, pois quando a Frente Popular venceu também em 1936 as eleições, o general opositor Francisco Franco obteve o apoio de Mussolini e Hitler para sua sublevação, com tropas e munição, mas Stalin hesitou em fazer o mesmo com o lado republicano, diante da recusa inglesa e do receio francês em ajudar, temendo prejudicar a costura de relações entre a URSS e as grandes potências. Saíram da União Soviética armas e comissários em número reduzido, com a diretiva de não se lutar pela revolução imediata, mas formar amplas frentes com liberais, camadas médias e outros grupos. Os comunistas pareciam mais organizados e disciplinados do que outras forças de esquerda, mais fracionadas, e a Comintern organizou as Brigadas Internacionais para defender a Segunda República, mas a Guerra Civil Espanhola antagonizou os interesses em Moscou entre ideologia (IC, antifascismo) e diplomacia (Comissariado do Exterior, “segurança coletiva”), entre Dimitrov e Litvinov, entre a formação das frentes populares (que implicava auxiliar os republicanos) e o acordo de “não intervenção” assinado com os países da Europa Ocidental. Stalin optou pelo pacto diplomático, mas também ajudou em segredo os republicanos, diante do apoio aberto de Itália e Alemanha aos falangistas, em ambiguidade que debilitaria o antifascismo comunista. Tal política exclusivista de hegemonizar a sorte da República, também instada pelo PC da Espanha, fez no imediato o campo antifascista dividir-se e fraquejar, até os soviéticos começarem a desengajar-se em definitivo do conflito a partir da segunda metade de 1937.

---

<sup>94</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história da Internacional Comunista na p. 171.

Em graus variados, o Grande Terror teve reflexos fora da URSS, mas muitos dos comunistas que obtiveram bastantes informações preferiram pensar que o nazismo, ao menos nessa época, era um risco bem maior que explicava qualquer excesso eventual em Moscou. Realmente, não haveria ainda um abalo irreversível da imagem do regime e de seu “guia infalível”, nem dentro nem fora de seus domínios, e apesar da denúncia por opositores, sobretudo trotskistas, os socialistas europeus não insistiram na questão, pois diante da ascensão fascista, os soviéticos eram os únicos aliados viáveis. Mesmo assim, os expurgos massivos mitigaram a celebridade potencial, e a atitude de Stalin na guerra da Espanha também gerou dissidências quando os comunistas e o governo republicano enxergaram nos arroubos radicais, muitos deles populares e espontâneos, um estorvo ao esforço bélico e sufocaram em 1937, com o auxílio da URSS, trotskistas e anarquistas. Naquela época, muitos intelectuais e artistas eram atraídos pelos Planos Quinquenais e pela doutrina e práticas racionalistas, rotineiras e supostamente eficientes e funcionais (mais até do que no capitalismo) da URSS, do VKP(b) e do “marxismo-leninismo”, que na década de 1930 contrastavam com o romantismo da década de 1910 e o sectarismo da década de 1920. Os desperdícios e a violência eram mesmo pouco conhecidos além das fronteiras, mas quando vinham a público, forjavam-se muitos álbis para ocultá-los ou minorá-los, o principal deles sendo a vontade de manter coesa a causa antifascista e de não gerar tumultos ou cisões ante o sólido poder das direitas. Com a ajuda dos velhos laços culturais, a guerra espanhola foi particularmente favorável para a popularidade dos partidos comunistas na América Latina,<sup>95</sup> que eram pequenos e perseguidos, disputavam espaço com grupos populistas mais vastos e por vezes agiam onde a industrialização era ainda débil. O antifascismo comunista e militante foi arruinado pelo declínio da República na Espanha e pela crise da Frente Popular na França, saída do governo em abril de 1938, e teve a derrota final, para desgosto de Dimitrov, com a divisão da Checoslováquia acertada em setembro entre Alemanha, Itália, França e Reino Unido, eventos a que Stalin assistia já passivo e automarginalizado da política europeia.

De março a setembro de 1939, os laboratórios da política de frente popular, o PC francês e o PC espanhol, modelos do comunismo europeu após o KPD haver sido fechado, foram arrasados. Antes de serem um molde da ideologia no continente a partir de 1945, entraram na Segunda Guerra Mundial esvaídos e distintos por sua moderação, enraizamento nacional e de massas (PCF) e por sua combatividade, internacionalismo e busca por dominar

---

<sup>95</sup> Sobre a participação de comunistas brasileiros no conflito e suas implicações políticas mais amplas, cf. BATTIBUGLI, Thaís. **A solidariedade antifascista: brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Edusp, 2004.

o poder (PCE). A falta de consequência soviética em forjar a unidade antifascista devia-se a não se reconhecer que o formato elitista e sectário do movimento comunista era adequado somente ao meio revolucionário russo e contrarrevolucionário europeu nas décadas de 1910 e 1920, e ao fato de Stalin não haver posto o antifascismo como núcleo de sua política, mas o selecionado como instrumento contra o extremismo anterior e freio aos ímpetus revolucionários dos militantes estrangeiros, em proveito dos interesses da URSS em um período histórico determinado, após o qual esse antifascismo perderia sua utilidade e seria abandonado como política de Estado. Tal utilitarismo teve seu auge com o pacto de não agressão firmado com Hitler em agosto de 1939, findando a época de prestígio soviético ascendente, mas interpretado por alguns como uma saída aceitável em face da indisposição britânica em aliar-se a Stalin contra os nazistas. Logo depois, a Comintern recomeçou a atacar o Reino Unido e a França na propaganda e deixou tacitamente a linha de “frentes populares” e o discurso antifascista, tornados a aparecer com a invasão alemã à União Soviética em junho de 1941, um contexto ainda mais favorável à difusão dessas frentes e, finalmente, promotor de mais uma procura em massa pelas fileiras comunistas. Apesar do corte, o espaço entre 1934 e 1939 não foi um mero parêntese, mas lançou as bases para o movimento comunista internacional, apesar do importante papel da URSS, tornar-se bem mais complexo e com partidos relativamente inseridos em suas realidades nacionais no período da “guerra fria”.<sup>96</sup>

### **3.5. Perseguição aos adeptos da ANL**

A “3.<sup>a</sup> Conferência Comunista Latino-Americana” pode ter influenciado o PCB a aderir à ANL e atuar ativamente em sua construção, mas devido ao temor inicial de “contágio” ideológico por outras classes e à ratificação oficial da tática de “frentes populares” pelo 7.<sup>o</sup> Congresso da Comintern apenas em agosto de 1935, enquanto a fundação da Aliança ocorrera em março de 1935, o fator externo que mais influenciou as iniciativas frentistas no Brasil talvez tenha sido a agitação operária na Europa entre 1932 e 1934, em especial na França em 1934. Não se deve descontar, claro, todo o peso comportado pela ebulição social brasileira no início da década, agravada em 1933 e evoluída em 1934 com os determinantes nacionais da economia e da política, unificando a crescente carestia de vida e o autoritarismo cada vez mais aberto de Getúlio Vargas, qualquer que seja sua relação com o cenário de crise mundial mais ampla e de progresso mundial do fascismo. Em todo caso, a ANL sempre foi perseguida pelo governo, que encontrou no manifesto de 5 de julho o pretexto exato para fechá-la de uma

---

<sup>96</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história da URSS e da Comintern nas pp. 170 e 171.

vez. A escalada repressiva reforçou-se, a insatisfação geral atingiu altos níveis, mas o controle policial foi relativamente eficaz, até que as insurreições em novembro de 1935 nos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro impeliram um arrocho policial ainda maior, o pedido do Poder Executivo ao Congresso Nacional de sucessivos estados de sítios e de guerra, prisões em massa, a supressão de garantias constitucionais e a criação de meios punitivos excepcionais, como o Tribunal de Segurança Nacional. O prelúdio às rebeliões militares e a participação comunista serão objeto da próxima parte deste capítulo, já se havendo notado na parte 3.3 que não há indícios unindo diretamente a conferência latino-americana de 1934 em Moscou e os levantes de 1935. Em outros termos, a luta armada contra governos capitalistas sempre esteve no horizonte do PCB e da Comintern, e assim prosseguiu depois do conclave, mas não existe nas atas uma ordem para *aquelas* quarteladas durante *aquelas* conversações. A seguir, tratar-se-á apenas dos resultados da repressão brutalizada na sequência das insurreições de 1935.<sup>97</sup>

A reação policial às oposições, após o “susto” do que viria a ser chamado na historiografia oficial de “Intentona Comunista” de novembro de 1935, ultrapassou todos os limites em violência carcerária e abrangência das detenções. Na Primeira República havia de fato repressão a militantes proletários e a opositores do regime, atingindo todas as classes sociais, mas a diferença trazida pelo golpe de 1930 é a extrema multiplicação da quantidade de presos e a distinção de tratamento, que reservou as piores cadeias para comunistas, trotskistas e socialistas, sem sequer a garantia da imunidade parlamentar a proteger deputados opositores, e o exílio ou a abordagem diferencial à classe dominante e aos integralistas. Na chamada “primeira Era Vargas”, principalmente a partir de 1935, a experiência prisional, sobretudo por motivos políticos, tornou-se um tema de relatos e um modo de vida, com sua cultura, história e códigos próprios. Os comunistas usaram o espaço carcerário para manter a organização política, promover estudos e planejar ações a executarem-se durante a possível liberdade futura. O primeiro estado de sítio previsto para 30 dias a partir de 25 de novembro foi decretado pelo Congresso Nacional e lançou uma grande onda de prisões e demissões no serviço público e a superlotação de cadeias, delegacias e navios-prisões onde conviviam militares, intelectuais, políticos, professores e presos comuns. Nos últimos dias de 1935, antes de seu recesso, o Congresso Nacional autorizou Vargas a prorrogar o estado de sítio por mais 90 dias e concedeu-lhe o direito de impor o estado de guerra. Alegando o “recrudescimento das atividades subversivas”, Vargas decretou em 21 de março de 1936 o estado de guerra por 90 dias, suspendendo as poucas garantias constitucionais ainda respeitadas sob o estado de

---

<sup>97</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Brasil na p. 175.

sítio. Podendo agir com ainda mais arbitrariedade em qualquer âmbito, o governo demitiu e fez prenderem ainda mais políticos, funcionários públicos e inclusive militares renomados e com longa carreira, todos suspeitos em maior ou menor grau de laços com agentes “subversivos”, em última instância, os comunistas. Com Luiz Carlos Prestes preso desde 5 de março de 1936, a campanha por sua soltura e pela anistia política geral tornou-se internacional e teve como principais promotores, a partir de Moscou, Maria Leocádia, mãe do líder, e Octavio Brandão. Personalidades e políticos do exterior, atingidos por essa propaganda, aderiram ao movimento e escreviam ao governo brasileiro exigindo providências, mas Vargas e seus apoiadores vislumbraram os pedidos como “atentado aos brios nacionais” e “influência de propaganda comunista”. Justamente essa pressão foi um dos pretextos de Vargas para fazer o Congresso Nacional prorrogar o estado de guerra por mais 90 dias em meados de junho, alegando campanha do “comunismo internacional” contra o Brasil.<sup>98</sup> Após o Congresso Nacional haver aprovado uma proposta da Justiça Militar a respeito da criação de colônias penais agrícolas e tribunais especiais para “subversivos”, Vargas baixou em 11 de setembro o decreto que fundava na cidade do Rio o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) como órgão da Justiça Militar atuante ao longo do estado de guerra. Logo depois, Vargas pediu e recebeu autorização do Congresso para prorrogar o estado de guerra novamente por 90 dias.

Militantes políticos e literatos muitas vezes traduziam suas experiências nas prisões de Getúlio Vargas em aprendizado político ou expressões literárias, mostrando essencialmente que as condições penitenciárias naquele tempo, sobretudo para os presos políticos, eram muito precárias e que desde 1930, longe de reformar a função ou o papel das prisões nacionais, o governo brasileiro agravou ainda mais as penúrias e aperfeiçoou os métodos de investigação, detenção e encarceramento. Em artigo sobre as lembranças prisionais escritas durante a tirania varguista, Julia Monnerat Barbosa, Marcelo Badaró Mattos e Marisa Mello<sup>99</sup> destacam que os exageros nas investidas policiais e na situação carcerária geraram inúmeros protestos, principalmente em cartas dirigidas diretamente ao Poder Executivo, escritas por pessoas abaladas e indignadas fora do cárcere ou pelos próprios presos, isto é, não se sustentam as hipóteses alegando consenso ou tibieza. Os detentos não relevavam o fato em si de estarem presos ou sofrerem arbitrariedades, mas guardavam boas lembranças quanto à organização e à formação política, com militantes de esquerda criando

---

<sup>98</sup> Cf. PRESTES, Anita Leocádia. **Campanha Prestes pela libertação dos presos políticos no Brasil, 1936-1945**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

<sup>99</sup> Memórias da prisão política sob o regime de Vargas. **Cadernos AEL: 90 anos do PCB**, Campinas, SP, v. 18, n. 30, pp. 79-107, 2011.

espaços de administração política própria, cursos e debate teórico e conjuntural, como um mundo à parte dentro da própria prisão. Na análise dos autores,<sup>100</sup> as memórias redigidas tinham alguma intenção de intervir no debate político, pois o que era escrito no calor da hora podia ter duras críticas a um partido, em geral o comunista, enquanto o que se redigiu anos depois também nutria graves debates partidários, como no caso de Agildo Barata na década de 1960, ou ajudava o grande público a recordar as lutas já conduzidas contra certas ditaduras quando agora se padecia sob outra, neste caso a ditadura militar de 1964 a 1985. Barbosa, Mattos e Mello perscrutam ainda<sup>101</sup> o modo como Jorge Amado e Graciliano Ramos constituíram duas matrizes que, nos anos 1950, expuseram o tema do encarceramento político em linguagem literária, com diferenças significativas: Amado, nos cânones do “realismo socialista”, inventa personagens pouco complexos, mais ou menos realistas, dá uma lição política mais direta e permeada pelas dicotomias entre “bem” e “mal”, “revolucionários” e “reacionários”, “comunistas” e “burgueses” ou “trotskistas”, cria protótipos de heróis menos com refinamento estético do que com atenção à eficácia da mensagem político-pedagógica; Ramos valoriza muito mais o papel literário do que o potencial de agitação, julga que o impacto do texto reside de fato no cuidado redacional e psicológico dado ao enredo e aos personagens, emprega uma sutileza desdenhosa até mesmo com os dirigentes políticos presos e a “disciplina de caserna” que os militares revoltosos queriam impor aos outros detentos. Os dois autores passaram pelo cárcere durante o Estado Novo e tiveram alguma experiência com o PCB, mas Graciliano Ramos militou bem menos tempo do que Jorge Amado e, opostamente a ele, manteve sua visão crítica e sua liberdade criativa em face do “realismo socialista”. Esses exemplos revelam que o antifascismo e outras lutas sociais no Brasil da década de 1930 não se nutriam somente de notícias conjunturais ou da própria militância política, mas utilizavam e, também, inspiravam uma vasta e rica literatura memorialística ou de arte, que traduzia a recepção subjetiva e coletiva daquele momento histórico e buscava deixar à posteridade a mensagem de oposição a qualquer forma de ditadura e injustiça.

O ano de 1936 transcorreu em um cenário muito opressivo, mas a partir do começo de 1937 houve uma pequena distensão por ocasião da campanha eleitoral que se lançava, com vistas ao pleito presidencial marcado para janeiro de 1938. Porém, Vargas e seu círculo próximo não se dispunham a abandonar o poder, não confiavam totalmente nos principais candidatos e, então, iniciaram a intriga de um golpe que há muito tempo alguns já temiam, fazendo mudanças de pessoal nos governos estaduais e na cúpula do Exército, que

---

<sup>100</sup> Memórias da prisão política..., op. cit., pp. 92-97.

<sup>101</sup> Ibidem, pp. 97-105.

foram atraídos em torno do intento. O “plano Cohen”, forjado pelo oficial integralista Olímpio Mourão Filho em setembro de 1937, deu a razão final para o golpe, ao vir a público no dia 30 e convencer o Congresso Nacional a suspender imediatamente as garantias constitucionais e impor o estado de guerra por 90 dias. A oposição de altos políticos, tardiamente articulada, impeliu Vargas a apressar o golpe, previsto para 15 de novembro e desfechado no dia 10. Apesar das distinções, o Estado Novo não rompeu de forma radical com o que já estava sendo feito, e quase sempre consolidou, retificou ou levou adiante algumas tendências já delineadas desde 1930. Afirmou-se a centralização estatal, baseada em um pacto entre as burocracias civil e militar e a burguesia industrial; fecharam-se as casas legislativas e centrou-se o poder na figura do presidente e em suas tratativas com o Exército; preferiu-se nacionalizar a economia, e por vezes a estatizar, especialmente os recursos naturais, mas sempre negociando com empresas e interesses externos; fixaram-se as leis e direitos trabalhistas, o controle paternalista do operariado e o aparelho sindical submisso; criou-se amplo aparato de propaganda e moldagem da opinião pública, inculcando a visão governista sobre aquele período histórico; buscou-se formar uma burocracia estatal basicamente nos critérios da tecnocracia, racionalização e meritocracia, mas com espaço para velhas práticas clientelistas; e jogou-se com cautela na política externa, dando espaço ao decadente Reino Unido, à Alemanha e aos EUA, os últimos como o maior parceiro comercial do Brasil a partir da Segunda Guerra Mundial. As eleições presidenciais de 1938 finalmente seriam diretas, e no ano anterior foi grande a movimentação das campanhas dos principais candidatos: Plínio Salgado (AIB), José Américo de Almeida, que vários governadores apoiaram para tentar impedir a reeleição de Vargas, embora parecesse o candidato oficial (Vargas não endossava nenhum nome), e Armando de Salles Oliveira. Mas durante a corrida, Vargas ia articulando o golpe, fazendo intervenções políticas e transferências de comandantes militares, até que em 10 de novembro iniciou-se o Estado Novo, e em 2 de dezembro os partidos políticos foram fechados. A nova Constituição, nos moldes corporativistas e fascistas europeus, sobretudo de Portugal e Itália, deu plenos poderes ao presidente, que mudou as instituições no Brasil de modo autoritário e armou a nação para a caótica cena política que se abria no mundo.<sup>102</sup>

### **3.6. Desdobramentos da “frente popular” no PCB**

Na época do 7.º Congresso da Comintern, Getúlio Vargas já fechara a ANL, o que inspiraria o PCB a apostar novamente na estratégia insurrecional. Mas na realidade, embora fossem as

---

<sup>102</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Brasil na p. 175.

táticas mais cogitadas, as greves urbanas, a guerrilha rural e as lutas populares de rua eram fracas ou inexistentes, o que foi compensado, por outro lado, com o afluxo de jovens militares ao PCB e aos restos da ANL que ele dizia controlar, inquietos com o curso da reordenação das forças militares implementada por Vargas. O caminho das armas não era totalmente rejeitado pelo BSA/IC, que conhecia pouco a realidade brasileira e costumava acreditar cegamente nos dirigentes do PCB, cuja insistência nas concepções do “terceiro período” e oposição à linha de “frentes populares” era mitigada por Prestes, que fazia a mediação entre os dois organismos, e por sua obstinação em uma real adesão de massas. Quando a ANL foi suspensa, a ideia de um levante ganhou ainda mais força entre os dirigentes do PCB, em um aparente caminho sem volta, e nessa direção, Prestes, escreveu cartas para várias figuras políticas de confiança, chamando-as a apoiar e participar de uma rebelião, mas muitos outros comunistas recusavam essa precipitação, e inúmeros correspondentes do líder desaconselharam a empreitada com veemência. Uma reunião do CC na segunda quinzena de julho reafirmou a linha aprovada no encontro de maio, com a insistência no GPNR, na divisa de “todo o poder à ANL”, na visão de uma “situação revolucionária” e no desencadeamento de greves, “lutas armadas e guerrilhas”. Mesmo sob a repressão, os comunistas buscaram fomentar agitações, de um lado por meio da infiltração nas Forças Armadas, com Prestes tentando refazer antigos elos da Coluna, e de outro lado por meio do trabalho entre operários e camponeses, que oscilava entre a narração de dificuldades e o registro do acirramento de ânimos, especialmente no campo, onde as lutas descritas de fato não existiam. De alguma forma, o viés conspiratório das oposições brasileiras já estava fortalecido pela união de muitos antigos “tenentes” da ANL com o PCB, desde a entrada de Prestes na Aliança, mas apesar de Prestes estar convidando por cartas, desde julho de 1935, seus velhos companheiros a reviverem a “Coluna Invicta”, não existiram diretivas explícitas do CC para o início dos combates em Natal (23 de novembro).<sup>103</sup>

Na segunda metade de 1935, a situação no Nordeste do Brasil era explosiva por causa da insatisfação em unidades militares e do descontentamento geral de setores populares, mas Arthur Ewert, alarmado também com a posição e a ação de dirigentes do PCB na região, procurou acalmar os ânimos, pois a direção central, em especial Prestes, empenhava-se em preparar a insurreição, ainda sem data definida, mas desejava que não fosse precipitada. Em reunião do CC do PCB no Rio de Janeiro (21-24 de novembro), à qual Miranda não deixou que Prestes fosse, alegando razões de segurança, o ex-capitão foi enfim incorporado ao

---

<sup>103</sup> Cf. a bibliografia geral sobre a história do Partido Comunista do Brasil na p. 176.

comitê, por sugestão de Ewert e Rodolfo Ghioldi, que também já o haviam sugerido em carta de outubro a Miranda, aludindo à situação brasileira, ao papel e trabalho exercidos por Prestes, à completa evolução do líder ao bolchevismo e à força, e não fraqueza, que teria o partido com o elo forte entre sua “direção proletária” e aquele “chefe popular nacional”. Os dirigentes que estavam na reunião, bem como Prestes, haviam decidido não adiantar os acontecimentos no Nordeste, mas sem o conhecimento do CC, a revolta em Natal já explodira, estando Miranda informado antes que todos, porém sem pressa de repassar os fatos,<sup>104</sup> e Prestes tendo sido pego totalmente de surpresa. Em outra reunião dias depois, já tendo assimilado os eventos, Prestes, Ghioldi, Ewert e Miranda discutiram sobre instigar o levante também no Rio, com Miranda exibindo receio, Ewert e Ghioldi partilhando o temor e Prestes dizendo resolutamente, de forma resumida, que seria melhor ocasionalmente perder lutando do que perder a mesma quantia de pessoas ou bens materiais, mas sem pelear. Depois de tomada a decisão, Miranda reuniu o Birô Político do PCB, que, pronto a apoiar os rebeldes no Nordeste, pesou as forças militares para deflagrar a insurreição carioca e marcou-a para a noite de 26 para 27 de novembro, sobre o que *só então* o SLA/IC foi comunicado. Montada a estação radiotransmissora de contato direto com Moscou por Victor Allen Barron, Manuilski insistiu para que Prestes fosse ao Nordeste, supostamente mais seguro e de melhores condições para a campanha revolucionária, mas ele recusou, julgando que o foco dos eventos era o Rio de Janeiro.

Segundo Pierre Broué,<sup>105</sup> a Comintern não considerou o fracasso de todas as rebeliões militares em novembro de 1935 no Brasil uma grande derrota, e buscou pouco depois redirecionar as atenções para a campanha pela libertação de Prestes, naquilo que ela tendia a chamar de “vitória moral”. Mas a verdade é que as teorias comunistas sobre um governo em “fascistização” (cópia do “nacional-fascismo” mexicano) e a “revolução democrático-burguesa” (decalque da “revolução por etapas”) mostraram-se errôneas em face do levante de 1935, pois os dirigentes do PCB esperavam o suporte da “burguesia progressista”, mas ocorreu que a classe toda, a despeito das tão aludidas “contradições” em seu seio, juntou-se a Vargas com medo do “comunismo”.<sup>106</sup> Com efeito, a cúpula do PCB na cidade do Rio não deu o sinal verde para os acontecimentos no Nordeste, e em nenhuma das

---

<sup>104</sup> Segundo PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes...**, op. cit., p. 180.

<sup>105</sup> **História da Internacional Comunista...**, op. cit., p. 849. (T. 2. “Da atividade política à atividade policial e anexos”.)

<sup>106</sup> Boa parte das informações seguintes sobre as relações entre o PCB e a “Intentona”, avalizada por toda a historiografia séria posterior, foi extraída de CARONE, Edgard. **Brasil: anos de crise...**, op. cit., capítulo 11, p. 217 ss.

três quarteladas a iniciativa partiu da Comintern ou sequer do SLA/IC ou do BSA/IC.<sup>107</sup> O partido estava mesmo montando estruturas rebeldes em muitas capitais e cidades no interior do país por meio de seu Comitê Militar, que também agitava dentro das Forças Armadas, enquanto em vários lugares, principalmente no Nordeste em geral e especificamente em Natal, grassava a insatisfação militar e popular por causa das lutas políticas locais, da carestia de vida e das demissões em massa. De fato, no Nordeste em especial, os analistas do PCB viam uma ebulição revolucionária ou pré-revolucionária e condições acerbadas, favoráveis a uma ou mais revoltas, mas pensava-se no geral que para a segunda metade de 1935, *devia-se evitar* insuflar levantes, pois seriam *prematureos*, e os comunistas sabiam dos riscos corridos ao precipitar-se tudo sem condições objetivas. A cena no Nordeste, sobretudo em Natal, chegara realmente a tal ponto que os próprios líderes revolucionários locais do partido decidiram precipitar os eventos, aproveitando choques casuais, *de forma independente* do CC do PCB no Rio de Janeiro e do Comitê Militar aí instalado, configurando, assim, um caso de clara *insubordinação*. O panorama objetivo de Natal oferecia melhores possibilidades, e deram-se aí avanços significativos, mas o rápido esfacelamento do apoio popular tirou-lhe o conteúdo, enquanto as revoltas no Recife e em outros pontos esparsos foram adiantadas para auxiliar os potiguares, mas foram logo debeladas, abafando o movimento a nível nacional e destruindo a articulação militar-insurrecional pelo país longamente preparada pelo PCB. Entretanto, desde que Natal rebelara-se, o governo Vargas já estava bem inteirado sobre o que acontecia e o que poderia advir, valendo-se de informações da inteligência inglesa, portanto a eficácia da repressão era questão de tempo. No Rio de Janeiro, o prejuízo era esperado, em vista da prevenção do governo e da cúpula militar, mas entre os revoltosos pesavam também a inferioridade técnica e numérica, a ausência do fator-surpresa e a não adesão de vários grupos militares, alguns deles de fato delatando os convites pessoais dos insurretos. No CC do PCB, o atraso era total, pois os dirigentes, informados tardiamente sobre Natal e Recife, perderam todo domínio, e Prestes talvez estivesse mais ou menos consciente do fracasso ao dizer que era melhor agir dizendo que se teria ao menos tentado, do que entregar-se de graça a Vargas.

As conclusões mais consagradas sobre as insurreições militares em 23-27 de novembro de 1935 inserem-nas dentro da tradição histórica de lutas armadas no Brasil e, mais imediatamente, na sequência dos levantes no Exército ocorridos desde 1922, sob o impulso do

---

<sup>107</sup> Na verdade, seguindo as decisões da 3.<sup>a</sup> Conferência Comunista Latino-Americana em Moscou, o BSA/IC fora transferido para o Rio de Janeiro em 1935 e seus representantes atuavam em estreita colaboração com a cúpula do PCB. Portanto, as responsabilidades do birô, em especial quanto ao que ocorria no Brasil, na prática se fundiam com as do partido.

que se convencionou chamar de “movimento tenentista”, especialmente se reduzidas a seu caráter propriamente bélico de golpe de Estado.<sup>108</sup> (Paulo Sérgio Pinheiro opina que a forma do intento, contudo, decorreria diretamente do modelo executado em 1917 na Rússia pelos bolcheviques, isto é, a revolução compreendida basicamente como uma operação militar.) Já a plataforma dos insurretos nada dizia quanto à “instalação do socialismo” ou da “ditadura proletária”, mas era, como se dizia, *nacional-libertadora e anti-imperialista*, em favor da reforma agrária e das liberdades democráticas – programa que, como visto acima, era o adotado naquele instante pelo PCB, orientado pelo cenário nacional e pelas diretrizes frentistas da Comintern. Em toda a propaganda que circulou nas zonas rebeladas, dizia-se inclusive que a revolução era feita não em nome do partido comunista, e sim da ANL, cuja existência tentava-se ressuscitar a todo custo. O *caminho* para cumprir-se essa plataforma é que se revelou inadequado, pois a insurreição armada não contava com forças sociais e grupos municionados organizados e dispostos a lutar. Esse foi, portanto, um grave erro avaliativo imputável apenas aos comunistas. Detalhes assim só não importavam à grande imprensa, em geral favorável a Vargas e fiel auxiliar no serviço de desencadear ampla campanha anticomunista e abusar do sensacionalismo com descobertas de complôs, depósitos de armamentos e quejandos, enquanto os líderes principais do PCB e seus colaboradores estrangeiros eram presos um a um. Luiz Carlos Prestes e Olga Benario, agora também sua parceira grávida, foram capturados e levados a presídios diferentes em 5 de março de 1936, mas ao longo do ano o partido continuou denunciando o regime, buscando agitar os meios militares, querendo reviver a ANL ou falar em seu nome e lutando pela soltura dos presos políticos. Após duas grandes ondas de prisões ocorridas já no fim de novembro de 1935 e, a partir do final do ano, durante o ano inteiro de 1936, uma terceira onda de 1937 a 1940 atingiu a militância comunista mais diretamente e desbaratou o CC e alguns Comitês Regionais, dando a impressão de o PCB haver-se extinto provisoriamente. Atuando como um tribunal de exceção, o TSN realizou um serviço muito prolífico e veloz, embora seu objetivo claro fosse combater o “comunismo” e os “comunistas”, e não apenas os simples opositores.

Para fugir da sanha policial, a direção partidária mudou-se para o Nordeste, anulando em abril de 1936 a consigna de “Todo o poder à ANL” e reorganizando o CC com Bangu (secretário-geral), Elias Reinaldo da Silva (“André”), Eduardo Ribeiro Xavier (“Abóbora”), Honório de Freitas Guimarães (“Martins”), Adelino Deícola dos Santos

---

<sup>108</sup> Conclusões essas sintetizadas em PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão...**, op. cit., pp. 296-297; VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35...**, op. cit., p. 349; PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes...**, op. cit., pp. 183-184.

(“Tampinha”), Osvaldo Costa (“Tamandaré”) e outros remanescentes dos eleitos na conferência de 1934. A nova liderança maturou aos poucos uma nova tática política, em muito oposta àquela seguida nos últimos anos, mas de igual núcleo anti-imperialista no âmbito de uma futura “revolução democrático-burguesa”. A resistência organizativa do partido teve um dos centros no CR de Pernambuco, estado considerado crucial para qualquer revolta no Nordeste e onde Bangu, Martins e Abóbora (estes dois tendo fugido do Rio de Janeiro no início de 1936) ficaram dois meses, até a mudança para Salvador. O comitê publicava panfletos e lançava documentos sobre a carestia de vida local, sobre o presumido erro do Uruguai ao romper relações com a URSS por insistência do Brasil e sobre os problemas de reorganização local, após a dissolução repressiva, por exemplo, de células sindicais, em um tom que atribuía o fiasco das revoltas de novembro de 1935 à sua fraca base de massas, não montada com antecedência.<sup>109</sup> A construção de um grupo dirigente novo e estável parecia estar logrando após a Conferência Nacional de 1934 e a integração de Prestes às fileiras, mas esse conjunto era apenas parcialmente um “grupo dirigente”, pois não elaborou sua própria teoria da revolução e apenas passou acrítico de uma tática insurrecional de base operário-camponesa para outra insurrecional, de “frente popular” com ampliação de alianças, e daí, mais tarde, para a “união nacional” em torno de Vargas, contra o fascismo. A marginalização dos mais capazes como teóricos obstou ainda mais a formação de novos chefes reais e a consolidação de um marxismo crítico.<sup>110</sup>

O CR de São Paulo também mantinha alguma atividade no começo de 1936, concentrando-se no trabalho “antimil”, ou seja, de incursão nos meios militares (polícia e exército). Embora a direção local houvesse recusado uma rebelião local em novembro de 1935, quando os paulistas foram surpreendidos pelos fatos no Nordeste e não viram condições para repeti-los no estado, houve forte repressão ao comunismo em São Paulo, a qual atingiu, sobretudo, os intelectuais. Com a prisão do secretário regional Sebastião Francisco em fevereiro de 1936, Hermínio Sacchetta substituiu-o e continuou liderando um rígido trabalho de propaganda e organização. A repressão do fim de 1935 criou uma inusitada situação de dualidade de poder no PCB. Por um lado, Bangu fora mandado ao Nordeste por Miranda por causa de rixas pessoais, e por isso não participou das decisões conducentes à quartelada no Rio de Janeiro; quando a direção nessa cidade foi presa, ele julgou por bem reconstruir o CC

---

<sup>109</sup> Os documentos são citados em DULLES, John W. F. **O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 33-36.

<sup>110</sup> É a opinião de DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, pp. 68-69. (V. 5. “Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960”.)

por conta própria, com camaradas que se achavam com ele. Por outro lado, os militantes comunistas de São Paulo eram menos visados e presos do que os próprios aliancistas; com alguma brecha de ação, julgaram que o CC carioca fora desmontado e também o recriaram por sua conta, utilizando membros do CR local e desfrutando do reconhecimento de Esteban Peano, argentino representando o BSA/IC, portanto a própria Comintern. Em 1936 e 1937, sendo quase ausentes as ligações entre os núcleos estaduais e a cúpula na cidade do Rio, aqueles foram refazendo-se e reagindo por conta própria enquanto a repressão amainava no início de 1937, articulando-se até mesmo, pelos remanescentes na região do Rio de Janeiro, o suporte à campanha de José Américo de Almeida à Presidência da República. Somente em 1940 é que a detenção de mais de 100 membros nesse centro abalou seriamente os pilares locais do PCB. Bangu, Martins e Abóbora já haviam partido do Rio antes da “Intentona”, e mesmo entre alguns dos quadros mais radicais havia descrença quanto à viabilidade da revolução. Em 1936, o CC reorganizado de Bangu mandou Abóbora a Moscou para receber novas diretrizes. No essencial, os dois Comitês Centrais eram chefiados, na Bahia, por Bangu e André, e em São Paulo, por Hermínio Sacchetta (“Paulo”) e Hélio Manna de Lacerda (“Luís”), já surgindo dentro do setor paulista, entre agosto de 1936 a janeiro de 1937, a ideia de que a lida com a sucessão presidencial seria a melhor opção, na ausência de uma conjuntura revolucionária, ou seja, dever-se-ia passar da linha do “governo popular” de massas por meio da revolução violenta para uma linha de ampla “frente única” democrática com as massas proletárias e populares. Mas entre as duas cúpulas haverá muitas divergências de fundo, sobretudo quanto à ilegitimidade que o CC de São Paulo atribuía ao baiano, por haver sido improvisado sem o aval da Comintern; à formação, pedida pelos paulistas, de um CC Provisório que convocasse uma Conferência Nacional para dirimir as discórdias; à noção de Bangu de que a “revolução democrático-burguesa” deveria ser liderada pela “burguesia nacional”, enquanto em São Paulo privilegiava-se o proletariado; e à posição a tomar com relação à sucessão presidencial.<sup>111</sup>

Em junho e julho de 1936 também foram encarcerados os dirigentes do PCB Carlos Marighella, barbaramente torturado, José Lago Molares e Roberto Morena. Após a prisão dos dois últimos, Domingos Brás seguiu à frente do partido no Rio, reunindo a direção na casa de Osvaldo Costa, até este próprio ser detido em 7 de agosto, e a seguir também Brás, no dia 13. As buscas nas casas de presos comunistas davam material para a polícia anunciar

---

<sup>111</sup> Para uma pesquisa bem mais completa e documentada sobre a vida orgânica e as rixas políticas no PCB a partir de 1936, e com um viés diferente, por exemplo, do adotado por John W. F. Dulles, cf. KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec: Editora UNESP, 2003.

desmontes de planos “extremistas”, enquanto nas comemorações do 7 de Setembro, integralistas desfilavam em público e, de alguma forma, davam a entender que tinham o apoio tácito do governo. Vários militantes comunistas e intelectuais presos planejaram um movimento para boicotar o TSN quando ele foi criado, mas houve ampla resistência entre várias personalidades, um dos receios sendo justamente o de que a ação fosse confundida com um plano de cogitação exclusivamente comunista. Nesse ínterim, “Abóbora” partiu da Bahia rumo a Moscou em outubro de 1936 e chegou apenas em 30 de janeiro de 1937, mas a despeito de quais ordens ele trouxesse no retorno, o PCB teria de coordenar-se sozinho durante sua longa ausência. Em março de 1936, quando Bangu, Martins e Abóbora escaparam para o Nordeste e “Tampinha” desapareceu, o partido foi privado de um Secretariado Nacional (SN) fixo até o final de 1936 ou começo de 1937, quando Bangu esteve em São Paulo para montar o órgão. Até agosto de 1936, apesar do fracasso em novembro de 1935, o PCB da cidade do Rio ainda tendia a incorrer na luta armada, mas nesse mês o “Birô Político do PCB” lançou nessa cidade um apelo por uma Frente Unida pela Democracia.<sup>112</sup> Desde então, os números mensais da *Classe Operaria* do segundo semestre, saídos principalmente em São Paulo, pediam o restabelecimento temporário da “democracia burguesa”, abandonando subitamente a divisa do “governo popular nacional-revolucionário”, rejeitavam os golpes como inviáveis na atual situação brasileira e pregavam a derrubada de Vargas por meio da união de todo o povo, mesmo quem não fosse da ANL, nem comunista ou revolucionário, desde que estivesse contra o governo.<sup>113</sup> O jornal do PCB dava razão ao processo contra Zinoviev, Kamenev e outros opositores soviéticos e criticava também os trotskistas, a quem o terrorismo interessaria tanto quanto aos integralistas.<sup>114</sup> Entre setembro de 1936 e janeiro de 1937, a “direção da ANL”<sup>115</sup> no Rio conduziu lentamente a “direção da ANL” em São Paulo a abandonar os chamados ao combate armado em prol de alianças amplas e da luta pela democracia.

Em Moscou, Abóbora consultou-se com chefes da Comintern, interpretado por Octavio Brandão, e todos eles recomendaram-lhe pessoalmente aplicar no Brasil as “frentes

<sup>112</sup> Apelo do Partido Comunista do Brasil para uma ampla frente única pela democracia. 1 p. mimeo, Rio de Janeiro, agosto de 1936 apud DULLES, John W. F. **O comunismo no Brasil...**, op. cit., pp. 79-80.

<sup>113</sup> O tirano Vargas, fascista sem-camisa, trama com os terroristas do Sigma uma ditadura contra o povo do Brasil. **A Classe Operaria**, São Paulo, ano XI (197), p. 1, agosto de 1936 apud DULLES, John W. F., op. cit., pp. 79-80.

<sup>114</sup> O *complot* terrorista na União Soviética. **A Classe Operaria**, São Paulo, p. 5, agosto de 1936; O *complot* terrorista na URSS. **A Classe Operaria**, Rio de Janeiro, ano XI (201), p. 6, outubro de 1936 apud DULLES, John W. F., op. cit., p. 80.

<sup>115</sup> Assim ela é chamada em DULLES, John W. F., op. cit., pp. 80-83. Em todo caso, o próprio autor assume que a entidade tornara-se uma fachada para apresentar o PCB, que se apropriou da sigla, pois escreve que os núcleos aliancistas em São Paulo “estruturavam-se como células comunistas”.

populares” fixadas no 7.º Congresso Mundial e deixar a linha golpista. Brandão era todo fiel à linha da URSS, escrevendo acerbamente em 1937 diversos artigos para a *International Press Correspondence* contra Trotsky e o POUM espanhol, e antes até de Abóbora voltar ao Brasil, em julho de 1937, o PCB já largava aos poucos o radicalismo. Era moderado o tom de uma circular que o CR da Bahia publicou em 1.º de março e que o SN reproduziu, pedindo o abandono da tática de guerrilhas e a convocação de pessoas de todas as crenças e classes para uma vasta frente. A linguagem não deveria mais ser áspera, e os comunistas não deveriam desprezar os valores do povo.<sup>116</sup> Circulares do mesmo tipo surgiram em São Paulo, onde o SN incluía Bangu, secretário-geral interino, e os líderes paulistas Hermínio Sacchetta (“Paulo”) e Hílio de Lacerda Manna (“Luís”). O Birô Político vaticinava uma “união de ferro” a mais heterogênea possível, a proteção das instituições democráticas e o respeito e aplicação da Constituição, e o Secretariado ordenava aos comunistas apresentarem Prestes como um democrata antifascista.<sup>117</sup>

Dos três candidatos principais à Presidência da República lançados em 1937 (Almeida, Oliveira e Salgado), o integralista era repudiado pelo PCB por razões óbvias, mas houve rixas quanto ao sustento a um ou outro dos dois restantes. Por sua postura de confronto com Getúlio Vargas, Oliveira era preferido em São Paulo, mas os comunistas não deixavam de fazer-lhe várias exigências e ainda atacavam certas posturas suas. Mas uma Frente Nacional Democrática (FND) defensora das eleições e dominada por figuras pró-Oliveira expediu um manifesto em setembro de 1937 equiparando o comunismo ao fascismo, o que inspirou críticas do CC de Bangu ao congênere paulista. O CC na Bahia e seu Birô Político apoiaram Almeida, pois, mesmo publicamente associado a Vargas, a existência de um candidato possivelmente endossado pelo poder mostraria justamente um sinal de recuo do “fascismo”, mas o PCB também lhe dirigia críticas e exigências. O partido em São Paulo cogitou longamente apoiar Oliveira e chegou a fazer negociações intermediadas com ele, mas a postura que predominou entre os comunistas pelo Brasil foi desconfiar dos dois maiores candidatos e atentar aos alertas de que Vargas já estaria preparando a instalação da ditadura. Em julho ou agosto de 1937, Bangu, ainda foragido em São Paulo, estava planejando a transferência do SN para o Rio, quando decidiu que o PCB deveria apoiar Almeida, o qual

<sup>116</sup> CR DA BAHIA. Ganhemos as municipalidades para a Democracia!: aos Comitês Regionais, Comitês Locais e Células do PCB. 1.º de março de 1937, reproduzido pelo SN do PCB, 10 de abril de 1937 apud DULLES, John W. F. **O comunismo no Brasil...**, op. cit., p. 86.

<sup>117</sup> O BUREAU POLÍTICO DO CC DO PCB (S.I.C.). Os fascistas querem transformar o Brasil numa segunda Espanha! 1 lauda, impressa, Brasil, março de 1937; documento interno da SN do PCB, março de 1937, arquivo particular de Sacchetta apud DULLES, John W. F., op. cit., pp. 86-87.

atraíra setores populares e de esquerda. Nisso foi acompanhado por André, que entrara no SN em maio, e Abóbora, seguindo a tendência de outros militantes presos ou recém-libertados.<sup>118</sup> Em agosto, André e Bangu uniram-se para chamar representantes do partido de outros estados a São Paulo para uma sessão do Birô Político ampliado em que se discutiria a postura na corrida presidencial. Sacchetta e Manna opuseram-se então a que o partido apoiasse Almeida,<sup>119</sup> continuaram tentando dissuadir Bangu, André e Abóbora dessa posição em setembro, antes da mudança destes dirigentes para o Rio de Janeiro,<sup>120</sup> e foram secundados pelos trotskistas, que igualmente se recusavam a conceder esse apoio.

O CC de Bangu voltou à cidade do Rio em outubro de 1937, mas o paulista, nomeando-se “Comitê Provisório do PCB”, ainda não queria reconhecê-lo, e na capital do estado lançou-se o “Documento dos 15”, exigindo, entre outras coisas, o afastamento de Sacchetta, “Arnaldo” (Bangu), “Luís” e André do CC, até uma próxima conferência nacional, e a substituição do SN (de Bangu), em sua atividade diária, por um triunvirato. Entre os signatários estavam Ferreira Lima e Tito Batini, que ao final foram acusados de “trotskistas” ou “agentes da polícia”, sob o argumento de que o encontro era impossível por existir o perigo de uma prisão em massa. Nesse contexto, Bangu enviou Sebastião Francisco para instalar o novo CR de São Paulo, e com a crise interna antes de começar o Estado Novo, esse CR cindiu-se e Sacchetta saiu para passar às fileiras do trotskismo. Os dois lados acusavam-se mutuamente de “direitismo” ou “esquerdismo” no tocante ao auxílio ou rejeição à burguesia nacional e lançavam-se a responsabilidade ante o golpe de 10 de novembro. Durante essa rixa entre os dois Comitês Centrais, vigente de fins de 1937 aos primeiros meses de 1938, muitos outros militantes e Comitês Regionais foram afastando-se das teses “trotskistas” de São Paulo, onde vários comunistas foram detidos em maio de 1938, entre eles Ferreira Lima, Batini e Sacchetta. O Birô Político Nacional que estava no Rio expulsara Sacchetta,<sup>121</sup> Manna e Ferreira Lima do PCB em novembro de 1937, mas a divulgação oficial somente se daria em março de 1938.

<sup>118</sup> COMITÊ CENTRAL PROVISÓRIO DO PCB. **Lenin e a disciplina do Partido: a obra do fracionismo oportunista nas nossas fileiras**, dezembro de 1937, 50 p., mimeo, arquivo de Sacchetta apud DULLES, John W. F. **O comunismo no Brasil...**, op. cit., pp. 128-129.

<sup>119</sup> Segundo consta em CONTRA O trotskismo: resolução do CR do PCB... expulsando o grupo fracionista-trotskista, março de 1939, pp. 1-2 apud DULLES, John W. F., op. cit., pp. 129-130.

<sup>120</sup> Em nome de uma falsa “disciplina”. **A Classe Operaria**, novembro de 1937; O COMITÊ REGIONAL DE SÃO PAULO DO PARTIDO COMUNISTA. **Todo o Partido de pé contra as criminosas manobras fracionistas de Arnaldo, André & Cia.!**, São Paulo, 2 de novembro de 1937, p. 1, arquivo de Sacchetta apud DULLES, John W. F., op. cit., pp. 129-130.

<sup>121</sup> Era usual um membro, em geral relevante, sair ou afastar-se do PCB ou das atividades por conta própria e tempos depois ser declarado “expulso”. Foi o caso de Astrojildo Pereira e Leôncio Basbaum.

Contudo, o CR da Bahia continuava muito ativo, exercendo um significativo papel na tão ameaçada coesão partidária comunista. Uma das atitudes foi o lançamento da revista *Seiva*, decidido em maio de 1938 por Diógenes de Arruda Câmara e Armênio Guedes, integrantes do comitê que, junto com outros militantes aí agregados, partiriam do Norte e do Nordeste para dirigir o PCB no Centro-Sul a partir de meados da década de 1940.<sup>122</sup> Pretendia-se que a publicação fosse não somente um polo de aglutinação de intelectuais contra o Estado Novo, mas também um núcleo unificador do pouco ainda restante do partido e um meio oficioso para divulgar sua linha. Carlos Zacarias de Sena Júnior argumenta<sup>123</sup> que a revista foi um dos “elos perdidos” existentes entre a direção de 1937-38, fragmentada pela polícia, e os líderes que se reorganizariam quando virou a década de 1940, constituindo uma experiência muito importante para esse reerguimento, embora a linha política e ideológica comunista fosse transmitida de forma bem velada e sem embates diretos com Vargas. A cautela expressiva também visava atrair intelectuais não comunistas, que dariam um aspecto de ordem e neutralidade à publicação. Segundo Sena Júnior,<sup>124</sup> o enfoque inicial em temas literários e culturais não marginalizava o que concernia ao Brasil em geral, enquadrado na tática partidária de “união nacional” com o governo e contra o nazifascismo, enfim aprovada em 1938. Mas a partir de 1940, pouco a pouco a revista sofreria um processo de politização voltado à “neutralidade” perante a guerra, que os articulistas julgavam “imperialista” dos dois lados, neutralidade essa, por algum tempo, também observada pelo próprio regime. Curiosamente, a denúncia dos “dois” imperialismos não parecia alinhada à prática da URSS e da Comintern de cessar os ataques diretos ao nazismo após o pacto com Hitler, ainda que as divisas antifascistas de fato já estivessem mitigadas em *Seiva*.

A linha de “frentes populares” e amplas alianças, aprovada no 7.º Congresso da Comintern, seria aquela que mais duravelmente influenciou o PCB quando começou (ou se tentou) a ser aplicada, apesar dos rechaços “obreiristas” iniciais, e quando houve a empreitada da reestruturação partidária e direcional ao raiar a década de 1940. Ela foi uma das inspirações para a política de “união nacional” com Getúlio Vargas e de apoio à burguesia “nacional” e “progressista”, durante a Segunda Guerra Mundial, intentando realizar o desenvolvimento capitalista no Brasil, ainda em acordo com a ideia de se estar na “etapa” de

---

<sup>122</sup> Para um estudo analítico desse periódico, cf. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. Ação cultural, antifascismo e União Nacional na revista *Seiva* (1938-1943). **Cadernos AEL: 90 anos do PCB**, Campinas, SP, v. 18, n. 30, pp. 113-137, 2011.

<sup>123</sup> *Ibidem*, pp. 119-126.

<sup>124</sup> *Ibidem*, pp. 126-137.

caráter “nacional democrático-burguês” da revolução brasileira.<sup>125</sup> Essa postura, claro, não deixaria de despertar polêmicas e discórdias internas, principalmente quanto ao alinhamento com a ditadura, que além de haver desdobrado uma perseguição sem precedentes aos comunistas e às oposições em geral, deveria também ser objeto de combate, na opinião de muitos, por sua estreita relação com a ultradireita europeia. Aí reside uma demonstração de como, malgrado a permanente oscilação entre radicalismo e moderação na tática, as mudanças na linha teórica geral sempre se faziam com vagar, não raro com resistências e quase sempre adaptando particularmente as ordens vindas de Moscou – como de costume, também elaboradas à revelia de qualquer análise séria das realidades a transformar –, o que se confirma em um olhar sobre a história institucional desde 1922 e até 1935-36. Arruda Câmara, o iniciador da revista *Seiva*, encabeçava um núcleo sediado na Bahia, formado também por João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois e Carlos Marighella e que, asilado na região Sudeste, começaria a reorganizar o PCB e colocaria Prestes, em 1943, na liderança máxima e o chamado “grupo baiano” no seu entorno. (Giocondo Dias, uma dessas figuras, sucederia o “Cavaleiro da Esperança” após quase 40 anos de protagonismo). Esses militantes partilhavam a filiação partidária ocorrida entre 1932 e 1935, período de apogeu da tática frentista, a ascensão a cargos de liderança ou a entrada no círculo mandante por volta do começo da década de 1940 e a formação teórica e política absolutamente enquadrada nas doutrinas de Stalin, que muito influenciaram seus atos e palavras. As guinadas pela revolução e com o antifascismo, no longo prazo, geraram aquilo que consistiu o primeiro núcleo dirigente duradouro do Partido Comunista do Brasil, após acertos e erros na busca por aplicar o bolchevismo no país em sintonia com o que se passava no resto do mundo. Mas passadas as três décadas da “guerra civil europeia”, esse mundo não era mais o mesmo, e o PC brasileiro entrava modificado em um novo período de glórias efêmeras e cercos persistentes.

---

<sup>125</sup> Essas conclusões e suas decorrências são partilhadas por CHILCOTE, Ronald. **O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração – 1922-1972**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, pp. 87-88 e 186-190; MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999, p. 71.

## CONCLUSÃO

Ao fim desta dissertação, espera-se ter demonstrado como a adoção da linha de “frentes populares” pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e seu envolvimento no antifascismo predominante entre os pensadores e militantes progressistas brasileiros e entre os outros grupos comunistas ao redor do mundo não ocorreram de forma brusca, alheia ao cenário nacional e totalmente determinada pela Comintern ou, o que dá quase no mesmo, pelo VKP(b) – o partido soviético – e pelo Kremlin de Moscou. Igualmente, espera-se que a importância da chamada “3.<sup>a</sup> Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e Central”, ocorrida na capital russa entre 16 e 28 de outubro de 1934, haja sido entendida não no sentido de haver comportado então uma “ordem do alto” para que os comunistas eclodissem as insurreições militares em Natal, Recife e Rio de Janeiro entre os dias 23 e 27 de novembro de 1935; mas sim, no sentido de haver impulsionado o PC no Brasil no prosseguimento da linha tático-teórica então vigente – ou seja, de que o Brasil estava na etapa “agrária, anti-imperialista e antifeudal” da “revolução democrático-burguesa” com a perspectiva de implantar um “governo operário e camponês escorado nos soviets de operários, camponeses, soldados e marinheiros”, e não a “ditadura do proletariado” ou o “regime socialista/comunista” –, visando construir com o proletariado e o campesinato grandes “frentes únicas” de trabalhadores. Essas consignas fortemente ligadas ao que se deliberara no 6.<sup>o</sup> Congresso da Comintern (1928) para os chamados países “coloniais e semicoloniais” foram trocadas em 1935, no Brasil, pela divisa de um “governo popular nacional-revolucionário”, enfim adotada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) nos momentos mais gloriosos como vasta “frente popular” entre classes e credos, oposta ao regime de Getúlio Vargas, cada vez mais repressor e simpatizante do fascismo. Mais um relevante pressuposto que se procurou defender aqui foi o da inseparabilidade material e cultural do Brasil com o resto do mundo, sobretudo os países capitalistas ricos, advindo disso que os fenômenos políticos, ideológicos e artísticos nacionais inferem-se em parte da situação subordinada do país na cadeia produtiva nacional, como economia pobre e amplamente dependente da exportação agrícola monocultora; e que, devido à autonomia notável do universo das ideias ante o cenário sociogeográfico que o gera ou recepiona, o bolchevismo, o corporativismo, o fascismo e o antifascismo (e ainda, claro, na mesma época, o socialismo, o anarquismo, o sindicalismo e o “trotskismo”) puderam adentrar em território brasileiro por meio da imprensa, das trocas humanísticas, das viagens, das imigrações, da diplomacia, da literatura e outras formas de locomoção ou comunicação.

O Partido Comunista do Brasil, até o final da Segunda Guerra Mundial, teve características que, se não o diferenciavam de outras “seções nacionais” da Comintern, ao menos o faziam distinguir-se pelo grau maior ou menor em que se davam fenômenos partilhados entre todas elas. Um dos traços peculiares, ou pelo menos bastante incomum no resto do mundo, foi sua origem basicamente em quadros do antigo anarquismo ou do sindicalismo revolucionário, ideologias que predominavam no momento operário local durante a década de 1910 e 1920, caindo em grave crise a partir deste segundo decênio. Outro diferencial concernente ao PCB desde a década de 1930 foi haver-se imbricado à personalidade carismática de Luiz Carlos Prestes, de modo que não somente seu renome conquistado *antes* de converter-se ao marxismo ou ingressar no partido transferiu-se (ou ao menos se tentou fazê-lo ao máximo) ao aparato e ao *corpus* partidários, mas também que todas as atitudes e reflexões dos comunistas brasileiros eram alinhadas pelo público às de Prestes, e vice-versa. O PC brasileiro igualmente extremou determinados atributos difundidos entre seus congêneres, partindo da imensa dependência material e ideológica em face da União Soviética e de seu partido único, construída tanto pela distância entre os dois países, que estorvava o intercâmbio e o processamento rápidos de informações, quanto pela ausência de tradições políticas e partidárias marxistas consolidadas, já antes de 1922, que fornecessem uma razoável base de partida para a frutificação de quaisquer inovações baseadas na obra de Karl Marx e Friedrich Engels ou mesmo um modelo para comparar-se à interpretação de Vladimir Lenin chegada em fragmentos mal traduzidos e esparsos. A tática de “classe contra classe” ligada à suposição de um “terceiro período” de desestabilização capitalista, levantes operários e guerras entre imperialismos, vinda a lume no 6.º Congresso da Comintern, também se enraizou de tal maneira no Brasil que somente com muito custo, entre 1935 e 1938, foi fortemente criticada e deixada de lado ao menos em sua tradução nacional mais visível – o golpismo armado – e, ainda assim, manteve reflexos posteriores, como no “Manifesto de Agosto” de 1950. Resta dizer que essas características de origem heterogênea, atrelamento aos russos e radicalismo tático eram comuns também aos outros partidos comunistas latino-americanos, edificados em meios sociopolíticos onde reinava bastante pobreza e alijamento das massas de decisões relativas ao Estado e onde os golpes militares latifundiários ou burgueses e as rebeliões armadas camponesas ou indígenas constituíam alguns dos poucos meios de conferência política e mudança ou reforma do regime vigente.

Apesar de tudo, não houve acidentes consideráveis que alijassem o PCB da vasta família bolchevique mundial, tanto ideológica quanto estruturalmente, ao mesmo tempo,

paradoxalmente, em que seus atos e palavras não eram cópias mecânicas do que se fazia ou redigia no VKP(b) moscovita, nem mesmo em outros partidos comunistas de renome nos países capitalistas, como o PCF francês e o PCI italiano. Assim, antes que o Secretariado Sul-Americano da Comintern (SSA/IC) apertasse as cravelhas dos partidos latino-americanos a partir de 1929, havia entre eles considerável independência na hora de excogitar teorizações ou executar a militância, de forma, por exemplo, que Octavio Brandão, dirigente brasileiro, avistou uma “revolução democrático-pequeno-burguesa”, ou a liderança da “pequena burguesia” urbana em um processo revolucionário a receber o apoio do proletariado, mesma época em que o Comitê Central buscou efetuar contatos com os militares “tenentistas” revoltosos em 1922 e 1924 e, portanto, com Prestes. Já de 1933 a 1935, o PCB empreendeu, embora de forma tortuosa e vacilante, conversações e manifestações unitárias com outros grupos de esquerda, bem como iniciativas próprias e ligadas a entidades auxiliares da Comintern, para combater a repressão governamental e a influência do fascismo, em especial de sua sucursal integralista local, sobre operários e profissionais liberais, antes mesmo de o 7.º Congresso da IC (1935) enfim recuperar a tática de “frente única” proletária e adotar, em adição, a de “frente popular antifascista” com outras crenças e classes. Cumpre também levar em conta que Luiz Carlos Prestes e sua atuação na ANL como figura de grande prestígio também foram cruciais para levar a propaganda antifascista a setores vários da sociedade brasileira, entre eles os militares e os intelectuais, cuja ocasional profissão de fé progressista e popular aproximou-os não apenas da rejeição ao nazismo, mas também da simpatia ao “marxismo-leninismo” e a seu representante autorizado no Brasil, o partido comunista. Isso revela igualmente que o PCB nunca esteve apartado das condições nacionais, do que ocorria na política estatal, das carências materiais e culturais populares e das possibilidades reais para preconizar certas reivindicações e organizar-se desta ou daquela maneira.

O *antifascismo* existiu na Europa e nas Américas, entre as décadas de 1920 e 1940, na forma de sensibilidade política, premência militante, ideologia programática e mitologia legitimadora, todas elas sobrepondo-se ou variando de intensidade conforme o momento. O pensamento “antifascista” ainda hoje é reivindicado por diversos grupos partidários e ideológicos com atuação física ou virtual, especialmente como lembrança dos males que os governos fascistas ou inspirados no fascismo causaram à humanidade de 1922 a 1945, e como forma de combate a governos posteriores que adotaram métodos ou um comportamento semelhante. Mas enquanto houve o fascismo e o antifascismo em seus quadros de origem, principalmente na década de 1930, eles formaram ou impeliram um

decisivo aprendizado político esquerdista e legaram organizações, personalidades e símbolos cuja importância e eficácia superam de fato o fim da Segunda Guerra Mundial. A ebulição em torno da FUA (Frente Única Antifascista) e da CJPI (Comissão Jurídica e Popular de Inquérito) no Brasil, por um lado, aglutinou as forças humanas que dariam as maiores amostras de resistência a Vargas em 1935 e, por outro lado, esse aglomerado e seu ideário social forneceriam o caldo de cultura de onde surgiriam célebres vultos da política nacional depois de acabado o Estado Novo, inclusive os novos chefes máximos do PCB consagrados na chamada “Conferência da Mantiqueira”, em 1943. O marxismo consagrado pela Comintern nem sempre priorizou o componente antifascista na teoria e na prática, como se pode notar durante a vigência da linha de “classe contra classe” e do pacto germano-soviético, quando cessaram brevemente as críticas a Adolf Hitler, mas o modelo partidário e analítico originado na Rússia manteve sua influência mesmo após a extinção do organismo (1943) e entre correntes militantes indispostas com o VKP(b) em um ou outro momento.

Deve-se encerrar este trabalho falando alguma coisa sobre os empecilhos ao pleno sucesso e desdobramento do partido comunista no Brasil. A literatura de esquerda crítica, e por vezes inclusive certos comentaristas condescendentes de direita, atribuem à organização “erros” diversos na análise e na compreensão da realidade nacional ou, por vezes, a aplicação “errônea” da linha de Moscou que, em maior ou menor grau, seria no geral “justa”. É verdade que inúmeras conclusões do PCB ou de seus membros, líderes e intelectuais, à luz dos conhecimentos atuais, parecem não fazer sentido se o objetivo era atrair os trabalhadores da cidade e do campo, derrubar a elite governante ou denominar as peculiaridades de nossa formação socioeconômica (as mais faladas delas consistindo talvez na existência do “feudalismo” ou de “restos feudais” e no caráter anti-imperialista e progressista da “burguesia nacional”). Contudo, nenhuma outra tendência ideológica e acadêmica entre as décadas de 1920 e 1940 lograra estabelecer uma visão consagrada e abrangente dos problemas brasileiros, sendo nisso superada pelos ideólogos e escritores colados ao poder e pela chamada “História Oficial”, ou historiografia burocraticamente chancelada, ciosa dos heróis, dos jubileus e das façanhas. Também é difícil acreditar em qualquer viabilidade na “aplicação” correta e inequívoca de ordens e instruções traçadas nas mais adversas condições de desconhecimento cultural, distância geográfica piorada pelos meios de comunicação ainda precários, informações incompletas, intermitentes e frequentemente contraditórias chegadas a uma cúpula propensa a ouvir apenas o que lhe aprouvesse e interferência do peso reservado à Revolução de Outubro, pioneira e, ainda por muito tempo, única. Ideias, abstrações,

linguagens e demais construtos humanos são sempre sujeitos a modificações, releituras, adaptações, deslocamentos de ênfases e usos diferenciados, de modo que talvez não se possam chamar de *errôneas* as recomendações partidas de Moscou, nem de *errôneas* as interpretações e empregos que delas fizeram os comunistas brasileiros, parecendo mais lícito falar em determinadas *construções* no seio do PCB, que tiveram determinadas *funções* em determinados *contextos* e, assim, deram em determinados *impactos*, cujas explicações causais, e não moralizantes, justificadoras ou valorativas, devem ser o trabalho da ciência histórica. Por fim, um papel primordial nas dificuldades do partido comunista cabe à repressão policial, à propaganda midiática, à oposição clerical e à imprecação por parte das elites econômicas, numa peleja desigual em recursos e audiência, mesmo se considerados os robustos aportes da Comintern, em última instância um parasita incômodo à diplomacia de conciliação e institucionalismo que Stalin estava levando em detrimento da revolução mundial. Não é o caso de erigir em herói qualquer opositor a ditaduras ou partidário das esquerdas, mas de 1930 a 1945 os comunistas no Brasil defenderam suas crenças nas condições mais opressivas de sua história, com o agravante de serem pintados pelo *establishment* como origem e fatores de toda a corrosão sobre os valores tradicionais. Esse estado de coisas muito bem serviu de alibi para a barbárie nazista e fascista aniquilar sem julgamento qualquer contestador e abrir espaço à defesa dos piores atentados à liberdade, à diversidade e à tolerância, por quem lhes votasse ocasional fobia. E contra isso os comunistas e antifascistas do planeta inteiro, *malgré tout*, gravaram seu nome na posteridade.

## BIBLIOGRAFIA

### Arquivos e centros de documentação

Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL-CPDS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Unicamp.

Arquivo Público de História Social e Política da Rússia (RGASPI), Agência Federal dos Arquivos da Rússia (Rosarkhiv).

Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CEDEM/UNESP).

### Periódicos

**A Classe Operaria**, Rio de Janeiro, 1930.

**Classe Operária**, Rio de Janeiro, 1946.

**La Correspondance Internationale**, Paris, 1928 e 1930.

**La Correspondencia Sudamericana**, 2.<sup>a</sup> época, 1929.

**Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 1929.

**Diário da Noite**, São Paulo, 1930-31

**L’Internationale Communiste**, Paris, 1928.

**Kommunisticheski Internatsional**, Moscou e Petrogrado, 1920 e 1926.

**O Paiz**, Rio de Janeiro, 1924.

**Revista Comunista**, Buenos Aires, 1930.

### Coletâneas documentais

ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS, Dainis (Orgs.). **Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ADIBEKOV, Grant M. et al. (Orgs.). **Politbiuro TsK RKP(b) – VKP(b) i Komintern, 1919-1943 gg.: dokumenty [O Birô Político do CC do PC(b)R – PC(b) da URSS e a Comintern, 1919-1943: documentos]**. Moscou: ROSSPEN, 2004.

AGOSTI, Aldo. **La Terza Internazionale: storia documentaria**. Roma: Riuniti, 1974.

BLIUM, Arlen Viktorovich (Org.). **Tsenzura v Sovetskom Soiuze, 1917-1991: dokumenty** [A censura na União Soviética, 1917-1991: documentos]. Moscou: ROSSPEN, 2004.

CARONE, Edgard. **O P.C.B.** São Paulo: Difel, 1982a. (V. 1. “1922 a 1943”.)

\_\_\_\_\_. **A República Nova (1930-1937)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1982b.

CHIRINIA, K. K.; SOBOLEV, A. I.; FIRSOV, F. I. (Reds.). **L’Internationale communiste et la lutte contre le fascisme et la guerre, 1934-1939: Recueil de documents**. Moscou: Progrès, 1980.

DAMIE, Vadim Valerievich; KOMOLOVA, Nelli Pavlovna; KORCHAGINA, Marianna Borisovna; SHIRINIA, Kirill Kirillovich (Orgs.). **Komintern protiv fashizma: dokumenty** [A Comintern contra o fascismo: documentos]. Moscou: Nauka, 1999.

DEGRAS, Jane (Ed.). **The Communist International, 1919-1943: Documents**. Londres: Oxford University Press, 1956. (V. 1. “1919-1922”.)

DIMITROV. **A unidade operária contra o fascismo**. Tradução de José Pedro da Silveira. Contagem: História; Belo Horizonte: Aldeia Global, 1978.

DIMITROV, Georgi. **Doklad na VII Vsemirnom kongresse Kommunisticheskogo Internatsionala. Politicheski otchot TsK BRP(k) V Siezdu partii** [Informe ao VII Congresso Mundial da Internacional Comunista. Relatório político do CC do Partido Operário Búlgaro (comunista) ao V Congresso do partido]. Moscou: Gospolitizdat, 1958.

DVORKIN, Ilia et al. (Ed.). **Protiv fashistskogo mrakobesia i demagogii: sbornik statei** [Contra o obscurantismo e a demagogia fascistas: coletânea de artigos]. Moscou: Gossotsekiz, 1936.

FASCISMO, democracia y frente popular: VII Congreso de la Internacional Comunista, Moscú, 25 de julio-20 de agosto de 1935. **Cuadernos de Pasado y Presente**. Traducción de José Aricó, Jaled Dias Sarvi, Alfonso García Ruiz, José Luis Mercado Trejo y Alejandro Zenker. México, n. 76, 1984.

IANCHUK, I. I. Vtoraia konferentsia kommunisticheskikh partii Latinskoj Ameriki, Moskva, 2–10 oktiabria 1930 g. [A Segunda Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, Moscou, 2-10 de outubro de 1930]. **Latinoamerikanski istoricheski almanakh**, Moscou, n. 6, pp. 85-112, 2005.

KARA-MURZA, Georgi (Org.). **Strategia i taktika Kominterna v natsionalno-kolonialnoi revoliutsii (na primere Kitaia): sbornik dokumentov** [A estratégia e a tática da Comintern na revolução nacional-colonial (com o exemplo da China): coletânea de documentos]. Moscou: Izdanie Instituta mirovogo khoziaistva i mirovoi politiki, 1934.

KHLEVNIUK, Oleg Vitalievich et al. (Orgs.). **Stalinskoie Politbiuro v 30-e gody. Sbornik dokumentov** [O Birô Político de Stalin nos anos 30. Coletânea de documentos]. Moscou: AIRO – XX, 1995.

KOMMUNISTICHESKAIA partia Sovetskogo Soiuzu v rezoliutsiakh i resheniakh siezdov, konferentsii i plenumov TsK: 1898-1953 [O Partido Comunista da União Soviética pelas resoluções e deliberações de seus congressos, conferências e plenos do CC: 1898-1953]. 7-ie izd. Moscou: Gospolitizdat, 1953. (Parte II. “1925-1953”.)

KOMMUNISTICHESKI Internatsional i voina: dokumenty i materialy o borbe Kominterna protiv imperialisticheskoi voiny i v zaschitu SSSR [A Internacional Comunista e a guerra: documentos e materiais sobre a luta da Comintern contra a guerra imperialista e pela defesa da URSS]. Moscou; Leningrado: Gosizdat, 1928.

KOMMUNISTICHESKI Internatsional pered VII Vsemirnym Kongressom (materialy) [A Internacional Comunista antes do VII Congresso Mundial (materiais)]. Moscou: Partizdat TsK VKP(b), 1935.

KOMMUNISTICHESKI Internatsional v dokumentakh: reshenia, tezisy i vozzvania kongressov Kominterna i plenumov IKKI (1919-1932) [A Internacional Comunista em documentos: resoluções, teses e apelos dos congressos da Comintern e dos plenos do CEIC (1919-1932)]. Moscou: Partiinoie izdatelstvo, 1933.

KOROTKOV, A. V.; CHERNIOV, A. D.; CHERNOBAIEV, A. A. (Orgs.). **Na priome u Stalina: tetradi (zhurnaly) zapisei lits, priniatykh I. V. Stalinym (1924-1953 gg.) [Stalin recebe: cadernos (diários) com os nomes das pessoas recebidas por I. V. Stalin (1924-1953)].** Moscou: Novy khronograf, 2008.

KVASHONKIN, Aleksandr Vasilievich et al. (Orgs.). **Sovetskoie rukovodstvo. Perepiska. 1928–1941 gg. [A administração soviética. Correspondência. 1928-1941].** Moscou: ROSSPEN, 1999.

LARIN, Ie. A. Latinskaia Amerika v mezhvoinny period: nekotorye tendentsii ekonomicheskogo i politicheskogo razvitiia [A América Latina no período entre-guerras: algumas tendências do desenvolvimento econômico e político]. **Latinoamerikanski istoricheski almanakh**, Moscou, n. 1, pp. 8-14, 2000.

LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais.** Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MATERIALY obiedinionnogo plenuma TsK i TsKK VKP(b): ianvar 1933 g. [Materiais do pleno unificado do CC e da Comissão Central de Controle do PC(b) da URSS: janeiro de 1933]. Leningrado: Lenpartizdat, 1933.

PARTIDO COMUNISTA (S.B.I.C.). **Estatutos Aprovados no Congresso Comunista reunido no Rio de Janeiro a 25, 26 e 27 de março de 1922.** Rio de Janeiro: Edição da Comissão Central Executiva, 1922.

PERVY Kongress Kominterna. Mart 1919 g. [Primeiro Congresso da Comintern. Março de 1919]. Moscou: Partizdat, 1933. (“Protokoly kongressov Kommunisticheskogo Internatsionala” [Atas dos congressos da Internacional Comunista].)

POSLEVOIENNY kapitalizm v osveschenii Kominterna: sbornik dokumentov i rezoliutsii Kongressov i Ispolkoma Kominterna [O capitalismo do pós-guerra na interpretação da Comintern: coletânea de documentos e resoluções dos Congressos e do Comitê Executivo da Comintern]. Moscou: Partizdat, 1932.

PROGRAMMA i Ustav Kommunisticheskogo Internatsionala [Programa e Estatutos da Internacional Comunista]. 2-ie izd. Moscou: Partizdat, 1932.

PIATY Vsemirny Kongress Kommunisticheskogo Internatsionala. 17 iunia–8 iulia 1924 g. Stenograficheski otchot [Quinto Congresso Mundial da Internacional Comunista. 17 de junho a 8 de julho. Atas taquigráficas]. Moscou; Leningrado: Gosizdat, 1925. (“Parte I” e “Parte II (anexos)”.)

TISMINETS, A. S. (Org.). **Vneshniaia politika SSSR: sbornik dokumentov [A política externa da URSS: coletânea de documentos]**. Moscou: Pravda, 1946. (T. IV. “1935 – iun 1941 g.” [1935 – junho de 1941].)

TRETI Vsemirny Kongress Kommunisticheskogo Internatsionala: stenograficheski otchot [Terceiro Congresso Mundial da Internacional Comunista: atas taquigráficas]. Petrogrado: Gosizdat, 1922.

VENTURA, Maria Isabel Pinto (Ed.). **Programa e Estatutos da Internacional Comunista**. Tradução e notas de José Leite Pereira. [Lisboa]: Maria da Fonte, 1975.

VI CONGRESO de la Internacional Comunista, primera parte (tesis, manifiestos y resoluciones). **Cuadernos de Pasado y Presente**. Traducción de Maria Teresa Poyrazian y Nora Rosenfeld de Pasternac. México, n. 66, 1977.

VII KONGRESS Kommunisticheskogo Internatsionala i borba protiv fashizma i voyny (Sbornik dokumentov) [O 7.º Congresso da Internacional Comunista e a luta contra o fascismo e a guerra (Coletânea de documentos)]. Moscou: Politizdat, 1975.

VI KONGRESS Kominterna: stenograficheski otchot [6.º Congresso da Comintern: atas taquigráficas]. Moscou; Leningrado: Gosizdat, 1929. (Fasc. 1. “Mezhdunarodnoie polozhenie i zadachi Kominterna” [A situação internacional e as tarefas da Comintern]; Fasc. 2. “Protiv imperialisticheskikh voyn” [Contra as guerras imperialistas]; Fasc. 3. “Programma mirovoi revoliutsii” [O programa da revolução mundial]; Fasc. 4. “Revoliutsionnoie dvizhenie v kolonialnykh i polukolonialnykh stranakh” [O movimento revolucionário nos países coloniais e semicoloniais]; Fasc. 5. “Doklady ob SSSR i VKP(b): zakliuchitelnye raboty” [Informes sobre a URSS e o PC(b) da URSS: trabalhos finais]; Fasc. 6. “Tezisy, rezoliutsii, postanovlenia, vozzvania” [Teses, resoluções e apelos”].)

VTOROY Kongress Kominterna. Iul–Avgust 1920 g. [Segundo Congresso da Comintern. Julho-Agosto de 1920]. Moscou: Partizdat, 1934. (“Protokoly kongressov Kommunisticheskogo Internatsionala” [Atas dos congressos da Internacional Comunista].)

X PLENUM Ispolkoma Kominterna [10.º Pleno do Comitê Executivo da Comintern]. Moscou: Gosizdat, 1929. (Fasc. 1. “Mezhdunarodnoie polozhenie i zadachi Kommunisticheskogo Internatsionala” [A situação internacional e as tarefas da Internacional

Comunista]; Fasc. 3. “Ekonomicheskaja borba i zadachi Kompartii” [A luta econômica e as tarefas dos Partidos Comunistas].)

XI PLENUM IKKI: stenograficheski otchot [11.º Pleno do CEIC: atas taquigráficas]. Moscou: Partizdat, 1932. (Fasc. 1. “Kompartii i krizis kapitalizma” [Os Partidos Comunistas e a crise do capitalismo].)

XI PLENUM IKKI: stenograficheski otchot [11.º Pleno do CEIC: atas taquigráficas]. Moscou: Gossotsekizdat, 1931. (Fasc. 2. “Voennaia opasnost i zadachi Komintern. Zakliuchitelnye raboty Plenuma” [O perigo da guerra e as tarefas da Comintern. Trabalhos finais do Pleno].)

XII PLENUM IKKI: stenograficheski otchot [12.º PLENO do CEIC: atas taquigráficas]. 3 t. Moscou: Partizdat, 1933.

XIII PLENUM IKKI: stenograficheski otchot [13.º PLENO do CEIC: atas taquigráficas]. Moscou: Partizdat, 1934.

XV SIEZD Vsesoiuznoi kommunisticheskoi partii (b[olshevikov]): stenograficheski otchot [15.º Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da URSS: atas taquigráficas]. Moscou; Leningrado: Gosizdat, 1928.

XVI SIEZD Vsesoiuznoi kommunisticheskoi partii (b[olshevikov]): stenograficheski otchot [16.º Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da URSS: atas taquigráficas]. Moscou; Leningrado: Gosizdat, 1930.

## **História mundial e da URSS**

BERIOZKIN, Aleksandr Vasilievich et al. **Istoria vneshnei politiki SSSR, 1917–1980** [História da política externa da URSS, 1917-1980]. Moscou: Nauka, 1980. (T. 1. “1917-1945 gg.”.)

BOFFA, Giuseppe. **Storia dell’Unione Sovietica**. Ed. fuori commercio riservata ai lettori e abbonati dell’Unità. [Roma]: L’Unità, 1990. (V. 2. “1928-1941”.)

BROWN, Archie. **Ascensão e queda do comunismo**. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Record, 2010.

CARRÈRE D’ENCAUSSE, Hélène. **L’URSS de la Révolution à la mort de Staline, 1917-1953**. Paris: Seuil, 1993.

CROUZET, Maurice. **História Geral das Civilizações: tomo VII – A época contemporânea**. Tradução de J. Guinsburg e Vítor Ramos. 4. ed. São Paulo: Difel, 1977. (V. 1. “O declínio da Europa. O mundo soviético”.)

DREYFUS, Michel et al. (Dirs.). **Le siècle des communismes**. 2. éd. augmentée et mise à jour. Paris: Les Éditions de l’Atelier: Éditions Ouvrières, 2004.

DROZ, Jacques. **Histoire de l'antifascisme en Europe: 1923-1939**. Paris: Découverte, 1985.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FITZPATRICK, Sheila. **Povsednevny stalinizm. Socialnaia istoria Sovetskoi Rossii v 30-e gody: gorod [O stalinismo cotidiano. História social da Rússia Soviética nos anos 30: cidade]**. Traduzido do inglês por L. Iu. Pantin. 2-e izd. Moscou: ROSSPEN: Fond Pervogo Prezidenta Rossii B.N. Ieltsina, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KERGOAT, Jacques. **La France du Front populaire**. Paris: La Découverte, 2006.

MAKARENKO, Viktor Pavlovich. **Biurokratia i stalinizm [A burocracia e o stalinismo]**. Rostov-na-Donu: Izdatelstvo Rostovskogo universiteta, 1989.

MERTSALOV, Andrei Nikolaievich (Org.). **Istoria i stalinizm [História e stalinismo]**. Moscou: Politizdat, 1991.

PRIESTLAND, David. **A bandeira vermelha: uma história do Comunismo**. Tradução de Luís Reyes Gil. São Paulo: Leya, 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Uma revolução perdida: A história do socialismo soviético**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

VOLKOGONOV, Dmitri Antonovich. **Os sete chefes do império soviético: Lênin, Stalin, Khrushchev, Brejnev, Andropov, Chernenko, Gorbachev**. Tradução para o inglês de Harold Shukman. Tradução para o português de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

WERTH, Nicolas. **Histoire de l'Union soviétique: de l'Empire Russe à l'Union soviétique, 1900-1990**. Paris: PUF, 1990.

WOLIKOW, Serge. **Le Front populaire en France**. Bruxelas: Complexe, 1996.

### **História da Comintern e do comunismo internacional**

ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. **Organizatsionnaia struktura Kominterna. 1919–1943 [A estrutura organizativa da Comintern. 1919-1943]**. Moscou: ROSSPEN, 1997.

AGOSTI, Aldo. **Il partito mondiale della rivoluzione: saggi sul comunismo e l'Internazionale**. Milão: Unicopli, 2009.

BORKENAU, Franz. **World Communism: a History of the Communist International**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1962.

BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. 2 t. Tradução de Fernando Ferrone. São Paulo: Sundermann, 2007.

CABALLERO, Manuel. **Latin America and the Comintern (1919-1943)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CARR, Barry. Identity, Class, and Nation: Black Immigrant Workers, Cuban Communism, and the Sugar Insurgency, 1925-1934. **The Hispanic American Historical Review**, v. 78, n. 1, pp. 83-116, Feb. 1998.

CARR, Edward Hallett. **El ocaso de la Comintern, 1930-1935**. Traducción de Fernando Santos Fontenla. Madri: Alianza, 1986.

CERDAS CRUZ, Rodolfo. **La hoz y el machete: la Internacional Comunista, América Latina y la revolución en Centroamérica**. San José, Costa Rica: EUNED, 1986.

CLAUDÍN, Fernando. **La crisis del movimiento comunista**. 2. ed. Barcelona: Ibérica, 1977. (1. "De la Komintern al Kominform".)

DESANTI, Dominique. **L'Internationale communiste**. Paris: Payot, 1970.

THE DIARY of Georgi Dimitrov, 1933-1949. Introduced and edited by Ivo Banac. Translated by Jane T. Hedges, Timothy D. Sergay and Irina Faion. New Haven; London: Yale University Press, 2003.

DUJOVNE ORTIZ, Alicia. **Camarade Carlos: un agent du Komintern en Amérique latine**. Traduit par Nelly Lhermillier et Alex Lhermillier. Paris: La Découverte, 2008.

FRANK, Pierre. **Histoire de l'Internationale communiste (1919-1943)**. 2 t. [Paris:] La Brèche, 1979.

GEORGI Dimitrov: Journal, 1933-1949. Version intégrale introduite et annotée par Gaël Moullec. Traduction par Anne Castagnos-Sen, Tatiana Zazerskaia et Assia Stantcheva. Paris: Belin, 2005.

GERRATANA, Valentino et al. (Orgs.). **História do marxismo**. 12 v. Tradução de Carlos Nelson Coutinho et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983-1989.

GOMOLINSKI, Olivia. Le Profintern: organisation internationale et administration soviétique. Première approche. **Communisme**, Paris, n. 70-71, pp. 131-158, 2<sup>e</sup> et 3<sup>e</sup> trimestres 2002.

HÁJEK, Miloš. **Storia dell'Internazionale Comunista (1921-1935): la politica del fronte unico**. Traduzione di Luciano Antonetti. Roma: Riuniti, 1975.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? **Revista Brasileira de História**, tradução de Yara Aun Khoury, São Paulo, v. 5, n. 10, pp. 208-231, mar.-ago. 1985.

HENN, Leonardo Guedes. **A Internacional Comunista e a revolução na América Latina: estratégias e táticas para as colônias e semicolônias (1919-1943)**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2010.

HOBBSAWM, Eric J. **Revolucionários: Ensaio Contemporâneo**. Tradução de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggioro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HORNSTEIN, David P. **Arthur Ewert: a Life for the Comintern**. Lanham, MD: University Press of America, 1993.

HUBER, Peter. L'appareil du Komintern, 1926-1935 : premier aperçu. **Communisme**, Paris, n. 40-41, pp. 9-35, 4<sup>e</sup> trimestre 1994-1<sup>er</sup> trimestre 1995.

JEIFETS, Víctor; JEIFETS, Lazar. La Internacional Comunista y la izquierda argentina: primeros encuentros y desencuentros. **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, Buenos Aires, año III, n. 5, pp. 71-92, septiembre 2014.

KAHAN, Vilém. The Communist International, 1919-43: the personnel of its highest bodies, **International Review of Social History**, vol. XXI, 2, pp. 151-185, 1976.

\_\_\_\_\_. A contribution to the identification of the pseudonyms used in the minutes and reports of the Communist International. **International Review of Social History**, Amsterdã, v. XXIII, 2, pp. 177-192, 1978.

KRIEGEL, Annie; COURTOIS, Stéphane. **Eugen Fried: Le grand secret du PCF**. Paris: Seuil, 1997.

LAPORTE, Norman; MORGAN, Kevin; WORLEY, Matthew (Eds.). **Bolshevism, Stalinism and the Comintern: perspectives on Stalinization, 1917-53**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

McDERMOTT, Kevin; AGNEW, Jeremy. **The Comintern: a history of International Communism from Lenin to Stalin**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan, 1996.

McMEEKIN, Sean. Le secours ouvrier international: histoire d'une légende. **Communisme**, tradução e adaptação do inglês de Sylvain Boulouque, Paris, n. 65-66, pp. 117-131, 1<sup>er</sup> et 2<sup>e</sup> trimestres 2001.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PANTELEIEV, Mikhail Mikhailovich. **Agenty Kominterna. Soldaty mirovoi revoliutsii [Agentes da Comintern. Soldados da revolução mundial]**. Moscou: Iauza: Eksmo, 2005.

PARIS, Robert. La tattica "classe contro classe". In: **Problemi di Storia dell'Internazionale Comunista**. Turim: Fondazione Luigi Einaudi, 1974 (separata).

PIATNITSKI, Vladimir Iosifovich. **Osip Piatnitski i Komintern na vesakh istorii [Osip Piatnitski e a Comintern na balança da história]**. Minsk: Kharvest, 2004.

PONS, Silvio. **A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

REES, Tim; THORPE, Andrew (Eds.). **International communism and the Communist International, 1919-43**. Manchester; New York, NY: Manchester University Press, 1998.

ROSE, R.S. Johnny's Two Trips to Brazil. **Luso-Brazilian Review**, Madison, WI, v. 38, n. 1, pp. 103-123, Summer 2001.

SADEKOVA, Souria. Dimitri Manouilski. **Communisme**, Paris, n. 40-41, pp. 53-68, 4<sup>e</sup> trimestre 1994-1<sup>er</sup> trimestre 1995.

SCARZANELLA, Eugenia. L'America latina nei dibattiti e nella stampa dell'Internazionale Comunista (1928-1935). **Storia contemporanea**, Bolonha, ano XV, n. 1, pp. 39-60, febbraio 1984.

SCHLESINGER, Rudolf. **La internacional comunista y el problema colonial**. Córdoba, Argentina: Pasado y Presente, 1974. (Cuadernos de pasado y presente, 52).

SHIRINIA, Kirill Kirillovich. **Strategia i taktika Komintern v borbe protiv fashizma i voiny (1934–1939 gg.) [Estratégia e tática da Comintern na luta contra o fascismo e a guerra (1934-1939)]**. Moscou: Politizdat, 1979.

SOBOLEV, A. (Dir.) et al. **A Internacional Comunista**. 3 v. Tradução, revisão e arranjo gráfico do colectivo das Edições “Avante!”. Lisboa: Avante!, 1976-1977.

STUDER, Brigitte. **The Transnational World of the Cominternians**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

TARCUS, Horacio. **Marx en la Argentina: sus primeros lectores obreros, intelectuales y científicos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

TROTSKY, Lev Davidovich. **Kommunisticheski Internatsional posle Lenina: veliki organizator porazhenii [A Internacional Comunista depois de Lenin: a grande organizadora de derrotas]**. Moscou: Printima, 1993.

VAKSBERG, Arkadi. **Hôtel Lux: Les partis frères au service de l'Internationale communiste**. Traduit par Olivier Simon. Paris: Fayard, 1993.

VATLIN, Aleksandr Iurievich. **Komintern: idei, reshenia, sudby [A Comintern: ideias, resoluções, destinos]**. Moscou: ROSSPEN: Fond Pervogo Prezidenta Rossii B.N. Ieltsina, 2009.

VIGREUX, Jean; WOLIKOW, Serge (Dirs.). **Cultures communistes au XX<sup>e</sup> siècle: entre guerre et modernité**. Paris: La Dispute, 2003.

WILLI Münzenberg, un homme contre: actes, colloque international, 26-29 mars 1992, Aix-en-Provence. [S.l.]: Le Temps des Cerises, 1993.

WORLEY, Matthew (Red.). **In search of revolution: international communist parties in the third period.** London; New York, NY: I.B. Tauris, 2004.

### **História do Brasil**

ABRAMO, Fulvio. 7 de outubro de 1934 – 50 anos. **Cadernos Cemap**, ano I, n. 1, outubro de 1984.

ALMEIDA, Maria Hermínia B. T. de. **Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945).** São Paulo: [s. n.], 1978. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1978.

ARAÚJO, Angela. **A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil nos anos 30.** São Paulo: Scritta: FAPESP, 1998.

BARBOSA, Julia Monnerat; MATTOS, Marcelo Badaró; MELLO, Marisa. Memórias da prisão política sob o regime de Vargas. **Cadernos AEL: 90 anos do PCB**, Campinas, SP, v. 18, n. 30, pp. 79-107, 2011.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República.** 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. (V. 3. “De 1930 a 1960”.)

\_\_\_\_\_. **Uma vida em seis tempos: memórias.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976a.

BASTOS, Abguar. **Prestes e a Revolução Social.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATTIBUGLI, Thaís. **A solidariedade antifascista: brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939).** Campinas: Autores Associados; São Paulo: Edusp, 2004.

CARONE, Edgard. **Revoluções no Brasil contemporâneo (1922/1938).** São Paulo: DESA, 1965.

\_\_\_\_\_. **A República Velha.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. (I. “Instituições e Classes Sociais”.)

\_\_\_\_\_. **A República Nova (1930-1937).** 3. ed. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. **Brasil: anos de crise (1930-1945).** São Paulo: Ática, 1991.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, pp. 354-388, dezembro 2002.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: tomo III – O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1981. (V. 3. “Sociedade e política (1930-1964)”.)

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA, Jorge Luís; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **As esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (V. 1. “A formação das tradições (1889-1945)”.)

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das ideias**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAFFEI, Eduardo. **A Batalha da Praça da Sé**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). **Corações vermelhos**: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, João Quartim de et al. (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. 6 v. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SILVA, Hélio. **O ciclo de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968-1969. (VI. “1933 – A crise do tenentismo”; VII. “1934 – A Constituinte”; VIII. “1935 – A revolta vermelha”.)

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

### **História do PCB**

BRANDÃO, Octavio. **Combates e batalhas**: memórias. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

\_\_\_\_\_. **Agrarismo e industrialismo**: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

CANALE, Dario. **O surgimento da Seção Brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração – 1922-1972**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia**. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

\_\_\_\_\_. **O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERREIRA, Jorge Luís. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Rio de Janeiro: Mauad: Eduff, 2002.

FREITAS, Valter de Almeida. **ANL e PCB: mitos e realidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

HILTON, Stanley. **A rebelião vermelha**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

II CONGRESSO do P.C.B. (Secção Brasileira da Internacional Communista): Theses e Resoluções. Rio de Janeiro: [s.n.], 1925.

KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec: Editora UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2006.

LACERDA, Fernando; PRESTES, Luiz Carlos; SINANI [pseud. de SKALOV, Georgi Borisovich]. **A luta contra o prestígio e a revolução agrária e anti-imperialista**. Rio de Janeiro: Calvino, 1934.

LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos: memórias de militância**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MALINA, Salomão. Problemas Histórico-Políticos do PCB. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, v. 10, pp. 35-69, 1981. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Machado, Fátima Murad e Luis Arturo Obojes e editada por José Paulo Netto.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_.; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 72, pp. 173-194, maio-ago. 2016.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de. **O Comintern e a Aliança Nacional Libertadora**. Recife: Bagaço, 1996.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PARTIDO COMMUNISTA DO BRASIL (Secção Brasileira da Internacional Comunista). **Theses & Resoluções adoptadas pelo III Congresso do Partido Comunista do Brasil**. [S.l.]: [s.n.], [1929].

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB: 1922/1928: notas e documentos**. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. 2. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PRESTES, Anita Leocadia. **Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. O método comparativo no estudo da história do Partido Comunista do Brasil. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXIX, n. 2, pp. 135-148, dezembro 2003.

\_\_\_\_\_. A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil. **Crítica Marxista**, Campinas, SP, n. 22, pp. 132-153, maio 2006.

\_\_\_\_\_. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. **Campanha Prestes pela libertação dos presos políticos no Brasil, 1936-1945**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRESTES, Luiz Carlos. Cómo llegué al comunismo. **Revista Internacional (Problemas de la paz y del socialismo)**, Praga, ano XVI, n. 1, pp. 76-80, jan. 1973.

\_\_\_\_\_. Como cheguei ao comunismo. **Cultura Vozes**, n. 2, pp. 137-151, mar.-abr. 1998.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (Orgs.). **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

SALLES, Iza. **Um cadáver ao sol: a história do operário que desafiou Moscou e o PCB.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil, 1936-1948.** São Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_. Ação cultural, antifascismo e União Nacional na revista *Seiva* (1938-1943). **Cadernos AEL: 90 anos do PCB, Campinas, SP, v. 18, n. 30, pp. 113-137, 2011.**

TAVARES, José Nilo (Org.); CANALE, Dario; VIANA, Francisco. **Novembro de 1935: meio século depois.** Petrópolis: Vozes, 1985.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974).** São Paulo: Hucitec, 1982.

WAACK, William. **Camaradas: nos arquivos de Moscou, a história secreta da revolução brasileira de 1935.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Z Aidan Filho, Michel. **PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional.** São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929).** São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

\_\_\_\_\_. **Comunistas em céu aberto (1922-1930).** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

### Obras de referência

AGOSTI, Aldo (Dir.). **Enciclopedia della sinistra europea nel XX secolo.** Roma: Riuniti, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** 2 v. Tradução de Carmen C. Varriale et al. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GOTOVITCH, José; NARINSKI, Mikhaïl (Dirs.). **Komintern: l'histoire et les hommes:** dictionnaire biographique de l'Internationale communiste en France, en Belgique, au Luxembourg, en Suisse et à Moscou (1919-1943). Paris: Éditions de l'Atelier, 2001.

JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Víctor. **América Latina en la Internacional Comunista, 1919-1943:** diccionario biográfico. Santiago do Chile: Ariadna, 2015.

### **Websites**

AgitClub.ru (*website*). <<http://www.agitclub.ru>>.

BIBLIOGRAFIA. Soderzhanie zhurnalov “Kommunisticheski Internatsional” (1919–1943 gg.) i nekotorye drugie simboly Kominterna (III Internatsionala) [BIBLIOGRAFIA. Conteúdo dos números de “A Internacional Comunista” (1919-1943) e alguns outros símbolos da Comintern (3.<sup>a</sup> Internacional)]. <<http://biblio-comintern.narod.ru>>.

Dokumenty sovetskoi epokhi [Documentos da era soviética] (*website*). <<http://sovdoc.rusarchives.ru>>.

Marxists Internet Archive (*website*). <<http://www.marxists.org>>.

Traduções de Erick Fishuk (*blog*). <<http://www.fishuk.cc>>.